

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAMON VICTOR TISOTT

PEQUENOS TRABALHADORES
INFÂNCIA E INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAXIAS DO SUL
(FIM DO SÉC. XIX E INÍCIO DO XX)

SÃO LEOPOLDO

2008

T613p Tisott, Ramon Victor
Pequenos trabalhadores : Infância e industrialização em
Caxias do Sul (fim do Séc. XIX e início do Séc. XX) /
Ramon Victor Tisott. _São Leopoldo, RS, 2008.
222p. : foto.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-graduação em História, 2008.

“Orientação : Prof.^a Dr.^a Ana Silvia Volpi Scott”

1. Trabalho infantil – Caxias do Sul (RS). 2. Industrialização –
Rio Grande do Sul. I. Título.

11/33 CDU 331-053.2(816.52Caxias do Sul)

Catálogo na fonte elaborada pela Bibliotecária
Maria Nair Sodré Monteiro da Cruz CRB 10-904

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAMON VICTOR TISOTT

PEQUENOS TRABALHADORES
INFÂNCIA E INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAXIAS DO SUL
(FIM DO SÉC. XIX E INÍCIO DO XX)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientadora: **Prof^a. Dr.^a Ana Silvia Volpi Scott**

SÃO LEOPOLDO

2008

RAMON VICTOR TISOTT

PEQUENOS TRABALHADORES
INFÂNCIA E INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAXIAS DO SUL
(FIM DO SÉC. XIX E INÍCIO DO XX)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Aprovada em 15 de maio de 2008.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Silvia Volpi Scott (orientadora)

Prof^a. Dr^a. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura (USP)

Prof. Dr. Martin Norberto Dreher (Unisinos)

Para Ana Silvia e Dario, pela luta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às professoras Isabel Bilhão, amiga que me orientou na preparação do projeto e me encorajou a prestar as seleções de mestrado; Heloisa Eberle Bergamaschi, que cedeu, de seu acervo particular, as fontes iniciais da minha pesquisa, e que muito me ensinou com seu carinho no trato de todos; Vania Herédia, que orientou minha iniciação no mundo da pesquisa acadêmica, a quem devo muitas das possíveis qualidades que o leitor encontrará no texto; Loraine Slomp Giron, portadora de qualidades que a tornam admirada por todos, por me inspirar e nunca negar ajuda ou confiança; ao professor Benito Schmidt, pelas excelentes dicas na construção do projeto e pelo entusiasmo pela minha pesquisa, a quem espero não decepcionar; aos meus professores da graduação em História pela Universidade de Caxias do Sul, Luiza Iotti, Katani Monteiro, Rejane Jardim, Roberto Radünz, Maria Beatriz Pinheiro Machado, Artur Barcelos, Marília Conforto, Eliana Rela, José Remedi, Márcia Espig, Eliana Xerri, Jorge Verlindo e Daysi Albeche, que me estimularam e me convenceram a ser capaz de seguir adiante; e às funcionárias da UCS Evandra Pelin, Moema Letti Rampon e Nádia Pelin, que me ajudaram a preparar papéis, organizar o currículo, etc., no momento atribulado pra mim que foi o final de 2005.

Sou muito grato aos meus queridos amigos Augusto de Oliveira, Clarissa Daneluz, Marcelo Torelly e Marina Polidoro, que são o “núcleo duro” da minha vida, junto com a Camila Cornutti, com quem passei a maior parte do tempo durante o mestrado, aprendendo juntos, dividindo sentimentos e intensificando nossa amizade; ao Marco de Menezes e Marcos Messerschmidt, que se integraram ao grupo e trouxeram mais poesia às nossas vidas; ao amigo Bruno Polidoro, que me apresentou ao melhor da vida jovem porto-alegrense; às amigadas que fiz durante a graduação e que espero levar para o resto da vida, especialmente de Alexandre Rizzi, Araceli Consoli e Rose Rodrigues, que, em conjunto, somos quase uma “excêntrica família”, e Aline Matté, Fabiana Zanadrea e Fabrício Romani Gomes, ao lado de quem enfrentei os desafios do mestrado, trabalhei e me diverti; ao Márlon Calza, que, convivendo juntos no último ano, aprendi e me diverti muito tentando ajudá-lo a resolver as

dúvidas metodológicas que o atormentavam, e por ter me ajudado nas dúvidas com a língua italiana que me atormentavam.

Sou grato também aos novos amigos do mestrado, especialmente: Dalila Müller, Débora Clasen de Paula, Jovani Scherer e Lilian Carlos, com quem dividi muito mais que idas e vindas no Trensurb. Com Débora e Lilian passei dois meses em outro país, quando conhecemos mais uns aos outros, e sobre nós mesmos, e tivemos contato com a cultura e a paisagem argentinas. Às professoras Andrea Reguera, Blanca Zeberio e Mónica Blanco, e aos colegas Juan Manuel Padrón, Luciano Barandiaran, Valeria D'Agostino e Valeria Palavecino, pelo acolhimento no país vizinho.

Agradeço à professora Mirta Lobato a excelente recepção, o estímulo e as conversas que qualificaram minha pesquisa; aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, especialmente Eloisa Cappovila, Marluza Harres e Martin Dreher, as ótimas aulas e conversas estimulantes, e ao Flávio Heinz, por estar à frente do PPGH nesse momento de grandes conquistas; ao CNPq, pela viabilização financeira da minha pesquisa, e à Capes, por proporcionar o intercâmbio com a academia argentina; à secretária do PPGH da Unisinos, Janaína Trescastro; e ao corpo técnico do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, especialmente a Anelise Cavagnolli, Elenira Prux, Jovita Galeão, Neisi Zorzi, Sandra Castilhos, Susana Grigoletto, Sônia Fries e Uichila Berg.

E, por último, mas tão ou mais importante quanto os demais, agradeço aos meus pais e irmãos o carinho, e muito especialmente à minha orientadora, Ana Silvia Volpi Scott, a compreensão maternal e a ajuda desmedida.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é relacionar os conceitos *família* e *trabalho*, analisando a infância nos primeiros anos do processo de industrialização de Caxias do Sul. A análise parte de contratos particulares de aprendizes, e foram reconstituídas algumas trajetórias de vida. Por meio de relatos orais, identificou-se a noção de infância na região e, a partir da documentação estatal, foram mapeadas iniciativas de assistência às crianças e a política de formação de mão de obra. O referencial teórico-metodológico foi a história social do trabalho, da família e da infância.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Trabalho infantil. Família. Industrialização.

ABSTRACT

[Little Workers: Infancy and Industrialization in Caxias do Sul (end of the 19th and beginning of the 20th centuries)]

The goal of this research is to establish a relation between the concepts of *family* and *work* by analyzing the childhood during the first years of the industrialization process in Caxias do Sul. The analysis starts with private contracts of apprentices, and then some life trajectories have been constructed. By means of spoken reports, the notion of childhood in the region has been identified, and from state public documentation, assistance initiatives to children have been mapped, as well as the policy to manpower formation. The theoretical-methodological referential was the social history of work, family and childhood.

KEYWORDS: Childhood. Child labor. Family. Industrialization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS PERSONAGENS, O ESPAÇO E O TEMPO.....	27
2.1 <i>A CIDADE, O RURAL E O URBANO.....</i>	<i>27</i>
2.2 <i>O EMPRESÁRIO, A FAMÍLIA E A EMPRESA</i>	<i>51</i>
2.3 <i>TRABALHADORES</i>	<i>72</i>
3 A INFÂNCIA, O PRIVADO, O SOCIAL E O PÚBLICO	102
3.1 <i>A CRIANÇA PARA A FAMÍLIA.....</i>	<i>102</i>
3.2 <i>A CRIANÇA PARA A SOCIEDADE</i>	<i>128</i>
4 CONCLUSÃO.....	141
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE A.....	152
ANEXO A	155

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais referências dos estudos históricos sobre a infância é a obra de Philippe Ariès, *História social da criança e da família*. Ariès estuda as representações da infância no decorrer dos séculos, do medievo à contemporaneidade, e procura dar um caráter evolutivo ao tema. O autor considera o século XIX um marco na história da infância, por ser o período em que a criança passa a ser identificada com permanência. O autor apresenta, como resultado dessa nova percepção da infância, o desenvolvimento de novos valores, técnicas e regras de comportamento, que passaram a ser vistos como mais adequados em relação à criança. O estudo defende que, nesse século, a infância adquiriu uma importância até então inédita, sendo assumida como componente central na família nuclear burguesa, cujo papel social ascendia.

Para o autor, na “velha sociedade tradicional”, a duração da infância era “reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança, então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos”. No resumo elaborado por Ariès, “de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje”. (ARIÈS, 1981, p. IX). A criança, então, não tinha sua socialização assegurada e controlada pela família; ela “aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las”. (p. IX). Nesse tempo, assim que a criança conseguia superar os primeiros perigos, “era comum que passasse a viver em outra casa que não a de sua família”. (p. X).

O marco inicial apontado por Ariès nessa história se dá com a instituição da escola, que viria a substituir a *aprendizagem* pela *escolarização*. Isso teria se dado a partir do final do século XVII, e é considerado “uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado”. (p. XI). De “asilos para estudantes pobres”, onde nada era ensinado, no século XIII, a partir do século XV os colégios passaram a ser instituições de ensino, nas quais os estudantes faziam parte de uma hierarquia autoritária. E, finalmente, as escolas dos séculos seguintes do Antigo Regime passaram a se responsabilizar por “todo o ensino das artes”. (p. 110). O processo

progressivo da instituição escolar está, então, ligado a uma “evolução paralela do sentimento das idades e da infância”. (p. 110). O papel da família nesse processo foi dar importância a essa nova educação, passando a ser o “lugar da afeição necessária”.

Na modernidade,

a família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. (ARIES, 1981, p. XI).

Na pesquisa de Ariès, o século XIX viu a polarização da vida social entre a *família* e a *profissão*, e o desaparecimento da antiga sociabilidade. (p. XI). Antes, na virada do século XVII para o XVIII, as fontes analisadas já indicavam o “recolhimento da família longe da rua, da praça, da vida coletiva, e sua retração dentro de uma casa mais bem defendida contra os intrusos e mais bem preparada para a intimidade”. (p. XIX). As casas, principalmente as francesas, passaram a organizar o espaço privado com cômodos independentes, ligados por um corredor, e com a especialização funcional, que reservava espaços específicos para receber visitas. Isso era uma novidade, pois antes “não havia então solução de continuidade entre a vida pública e a vida familiar”, sendo uma a prolongação da outra, exceto quando alguma crise ameaçava o grupo, que se refugiaria em lugar seguro. (p. XIX). É no espaço privatizado que surge o sentimento novo entre os membros da família, o “sentimento de família”.

A distinção entre vida privada e vida pública é explicada por Arendt pela existência da *família* e da *política*, como entidades “diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado”. Mas, com a era moderna ascendeu a chamada “esfera social”, nem privada nem pública nos sentidos restritos, e a divisão decisiva entre o público e o privado tornou-se de difícil compreensão. A modernidade tornou inteiramente difusa a linha divisória entre as “atividades pertinentes ao mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida”. (ARENDR, 1993, p. 37). Segundo Arendt, “o que chamamos de ‘sociedade’ é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada ‘nação’”. (p. 38).¹ Na esfera familiar, “os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências”, dominados pela hierarquia que tinha o chefe da família no alto, enquanto a política

¹ A autora alerta que não pretende negar as origens medievais que o “reino” e o “feudalismo” representam para o “estado nacional” e a “sociedade”, mas aponta a quase completa independência que as casas e as famílias tinham entre si no medievo como a diferença marcante entre esse tempo e a modernidade. “A ‘nação’ medieval era um conglomerado de famílias; seus membros não se consideravam como membros de uma única família que englobasse toda a nação.” (p. 38).

era a esfera da liberdade, na qual somente se conheciam iguais. A justiça e as leis não existiam fora da esfera pública. (p. 39-44).

No mundo moderno, as esferas social e política pouco diferem, e “constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida”. A política seria apenas uma função da sociedade, que com seu hibridismo, abriga interesses privados investidos de importância pública. (p. 42-43). Em outras palavras, o que Arendt chama de ascensão da esfera social foi “a passagem da sociedade – a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais – do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública”, o que provocou a diluição do limite entre o privado e o político e alterou seus significados e sua importância. (p. 47). O que na modernidade passou a ser considerado privado é a privacidade que tem como função proteger o que é íntimo, o que é oposto à esfera social. Mas, na origem, o social e o privado têm laços estreitos e autênticos. (p. 48).

É a respeito dessa *privacidade* moderna que trata a conhecida historiadora Perrot, ao estudar historicamente os atores da vida privada francesa ao longo do século XIX. Perrot desenvolveu pesquisa sobre a concepção da família e da infância, na coleção História da Vida Privada, e aborda a relação entre o público e o privado. Para a autora, a família é o centro da vida privada, cujo padrão define a periferia constituída pelas demais instituições e pessoas solteiras. A família é a responsável primeira pela gestão da criança, que é o ser e o capital mais precioso da sociedade. (PERROT, 1991, p. 91). O privado, que tem a família como núcleo, definiria o social, e é nele que tem origem o mais precioso bem social contemporâneo, a criança.

Segundo Perrot, a família camponesa era a base da economia francesa pré-Revolução Industrial, e sua importância permanece mesmo com a intensificação da industrialização, sendo inclusive reforçada nesse processo. No meio rural, “a casa é a unidade econômica de base. A família e a terra se confundem, e suas necessidades se impõem a seus integrantes”. (p. 108). Ao tratar da família operária, a autora afirma que as exigências familiares regulavam a utilização da mão de obra infantil, que seria a fonte do complemento dos rendimentos do pai. Para Perrot, em função dessa necessidade, “compreende-se a hostilidade a qualquer restrição ao trabalho infantil”. (p. 110-111).

A pesquisa de Perrot, assim como a de Ariès, aponta a criança como o centro da família do século XIX. Os filhos são objetos de todo tipo de investimento: “afetivo, claro, mas também econômico, educativo, existencial. Como herdeiro, o filho é o futuro da família, sua

imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte” (p. 146). A criança é considerada um “ser social”, e não um pertence de seus pais ou da sua família. É considerado “o futuro da nação, da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado do amanhã”, constituindo, “por excelência, uma daquelas zonas limítrofes onde o público e o privado se tocam e se defrontam, muitas vezes de maneira violenta”. (p. 148).

A infância é tema da pesquisa cujo resultado é apresentado nesta dissertação. No recorte estabelecido, selecionou-se a experiência de trabalho na infância para uma análise mais minuciosa. A seguir, reduzimos o foco e apresentamos alguns aspectos teóricos, assim como uma revisão da historiografia, pertinentes ao trabalho em geral e à participação das crianças na produção da riqueza material das sociedades.

A era moderna, marcada pela busca de adaptação do homem às descobertas da ciência e dos feitos da técnica, “trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária”. (ARENDRT, 1993, p. 12). As inovações da modernidade trouxeram a automação, mas o trabalho e a sujeição à necessidade, “fardo mais antigo e mais natural” da humanidade, resistiram e continuaram a ser um “aspecto fundamental da condição humana”. (p. 12). Essa sociedade foi alvo das reflexões de Arendt, que reconsiderou as manifestações mais elementares da condição humana à luz do que eram nossas “mais novas experiências e nossos temores mais recentes”, na década de 50. (p. 13).

Para tanto, Arendt utilizou o conceito *vita activa*, ou seja, “a vida humana na medida em que se empenha ativamente em fazer algo”. (p. 31). Esse conceito é dividido em três atividades humanas fundamentais. O **labor** seria o conjunto de atividades diárias que correspondem à necessidade de prover a subsistência, sendo seu produto destinado ao consumo imediato. Segundo Arendt, “a condição humana do labor é a própria vida”, ele assegura “não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie”. Já o **trabalho** corresponderia à atividade que submete a natureza à criação artificial. O produto do trabalho é o “artefato humano”, um mundo artificial de coisas, destinado a “sobreviver e a transcender todas as vidas individuais”. O trabalho, como atividade e produto, empresta “certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano”. Sua condição é a *mundanidade*. E, por último, a **ação** é a atividade exercida diretamente entre os homens, sem a mediação da matéria ou das coisas, pelo discurso. A condição da ação é a pluralidade, indispensável para toda a atividade política. E, na medida em que se empenha em

fundar e preservar corpos políticos, “cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história”. (p. 15-16).

Na dinâmica da realidade histórica, esses conceitos se fundem. Os membros da sociedade moderna consideravam o que faziam primordialmente como meio de garantir sua existência e a vida das suas famílias. Isso se deu com a organização da atividade do labor, que deixou de ser efetuada no âmbito privado do lar, para ser dividida socialmente. Essa nova organização é “visível na chamada divisão do ‘trabalho’, que precedeu a revolução industrial, e na qual se baseia até mesmo a mecanização dos processos do labor, o segundo fator mais importante na produtividade do ‘trabalho’”. (p. 57). A atividade primordial da sociedade passou a objetivar a manutenção da vida; a ascensão do social tornou as atividades realizadas para a subsistência, essencialmente de caráter privado, de importância coletiva. “A revolução industrial substituiu todo artesanato pelo labor; o resultado foi que as coisas do mundo moderno se tornaram produtos do labor, cujo destino natural é serem consumidos, ao invés de produtos do trabalho, que se destinam a ser usados”. (p. 137).

No caso da agricultura – “o labor humano mais necessário e elementar” –, a autora percebeu um “perfeito exemplo” da transformação do labor em trabalho. Apesar do amanho do solo estar intimamente ligado ao processo biológico e depender completamente do ciclo natural mais amplo, “para que o solo cultivado permaneça cultivado deve ser trabalhado continuamente”, e isso se constitui em produto do trabalho; a mesma tarefa executada, ano após ano, “terminará por transformar o solo inulto em terra cultivada”, e esse produto é “adição durável ao artifício humano”. (p. 151).

O contato com a produção historiográfica local permite constatar que, embora ainda incipiente, a história da mão de obra que abastecia a indústria em desenvolvimento na região já conta com uma produção de conhecimento qualificada, resultado de trabalhos para a obtenção de títulos de pós-graduação. Loner analisou parte dessa historiografia num trabalho referente à história operária do Rio Grande do Sul. No seu artigo, Loner nomeia “história operária” a produção historiográfica que diz respeito à constituição do operariado, excluindo temas considerados por ela *correlatos*, como industrialização, mercado de trabalho, etc. Dessa forma, a autora limitou história operária à referente a um grupo de trabalhadores “caracterizado pelo trabalho livre, assalariado e urbano”, considerado por ela “amplo o suficiente para abranger quase todo tipo de trabalhador urbano”. (LONER, 2001, p. 53). Esses limites podem ser aplicados no âmbito estadual, pois, num contexto de ampla produção historiográfica, definem melhor o objeto de análise da historiadora. Porém, para analisar o caso da historiografia

referente a Caxias do Sul, não podem ser aplicados da mesma forma, já que a história do seu desenvolvimento industrial está intimamente ligada à agricultura e ao comércio praticados na área rural.

No presente estudo, considerou-se história operária a que trata da constituição do operariado industrial do município de uma maneira geral, não se limitando à área urbana. O operariado de Caxias não foi basicamente urbano, sendo a condição de camponês-operário uma característica de parcela importante de sua constituição. (HERÉDIA, 1997, p. 165). Também não exclui deste trabalho um estudo referente à industrialização da região, já que dele faz parte uma importante análise da mão de obra industrial local.

Todos os trabalhos que tratam da formação da mão de obra industrial local abordam o processo de industrialização, como forma de contextualizar o desenvolvimento econômico, em que estavam inseridos os seus personagens-foco. O estudo de fôlego específico sobre esse processo foi realizado posteriormente à elaboração dos trabalhos que se referem ao operariado. A dissertação de Valentim Lazzarotto data de 1981, a de Cleci Favaro Klein foi concluída em 1984, e a de Maria Abel Machado em 1993, enquanto a tese de doutoramento de Vania Herédia foi concluída em 1992, e só foi traduzida e publicada em 1997.

A força de trabalho e as relações desta com o capital receberam atenção no estudo de Herédia, que destacou as condições de trabalho, a procedência da mão de obra, o seu valor e os mecanismos de sua retenção, além do processo de aprendizagem do operariado. “As transformações ocorridas no mercado de trabalho, desde o início do século XX, da não-interferência do Estado à institucionalização do conjunto de leis, que regeram as políticas sociais estaduais e nacionais”, foram pontuadas no estudo de Herédia, por meio da análise da política de fábrica. (p. 157).

Mas as primeiras produções sobre os operários e as operárias caxienses datam do início da década de 80. Segundo Batalha, esse período foi marcado “por mudança na conjuntura que deu novo alento à história operária”. (BATALHA, 1988, p. 152). Batalha cita as greves do ABC paulista, a diminuição da repressão política e o crescimento do movimento de contestação à ditadura militar, como elementos contextuais que favoreceram essa retomada do operariado, como objeto de estudos históricos. O primeiro estudo encontrado que se detém na absorção da mão de obra pela indústria caxiense é o de Lazzarotto, intitulado *Pobres construtores de riqueza*, escrito em 1981 para a obtenção do título de mestre em História pela PUCRS. O autor teve como objetivo principal “analisar a evolução do capital industrial,

comparando-o com as características da mão-de-obra economicamente excedente”. (LAZZAROTTO, 1981, p. 23).

Lazzarotto analisou a riqueza e o crescimento do capital da Metalúrgica Abramo Eberle de Caxias do Sul, entre os anos de 1905 e 1970, relacionando-os com a formação do operariado da empresa. Como o título já indica, o autor buscou demonstrar que o progresso produtivo da empresa se deu em detrimento do padrão social dos operários (operários pobres construtores da riqueza da empresa). Para isso, utiliza como fontes principais as fichas de empregados encontradas no arquivo da empresa, de onde analisou os níveis salariais, utilizados como demonstração da pobreza. O uso de fontes encontradas em arquivos de empresas é apontado por Batalha como um sinal da “diversificação das fontes tradicionais”, que acompanhou o movimento de ampliação, fragmentação e crise que a história operária viveu nos anos 80. (p. 152-153).

Povoada prioritariamente por europeus provenientes da península itálica, Caxias, a partir de 1911, também recebeu um considerável número de imigrantes portugueses provenientes de famílias operárias. (KLEIN, 1984, p. 58). Esses imigrantes lusos ocuparam-se principalmente da tanoaria, e passaram a abastecer a indústria vinícola com os barris que armazenavam o principal produto da região. Os tanoeiros lusos formaram o chamado bairro Lusitano, próximo ao atual centro da cidade, que se constituiu em uma comunidade com certa coesão cultural. (p. 84). Esse grupo aparece na historiografia como protagonista dos primeiros movimentos dos trabalhadores em busca de uma organização-base para a ação classista, e de melhorias nas condições de trabalho. (p. 58).

Os tanoeiros lusos foram os personagens estudados por Klein, que tratou das condições de desenvolvimento da indústria vinícola, da prática da atividade tanoeira e da formação da mão de obra que se ocuparia com a construção dos barris, além de lançar um olhar sobre a localização espacial desse grupo na cidade, sua identidade, relação com padrões e comunidade em que se inserem, seu movimento associativo e finaliza tratando da sua desagregação. Destaca-se a análise de Klein sobre a organização operária e o componente étnico dos tanoeiros, o que denota a importância que esse estudo tem por ser um dos poucos que tratam da organização operária e da diversidade étnica na cidade. Para Loner, os estudos que centram o foco sobre o comportamento de algumas categorias do operariado do Rio Grande do Sul “permitem reconstituir parcelas importantes do conjunto dos trabalhadores urbanos, resgatando, às vezes, categorias já desaparecidas e seu universo de trabalho”. (LONER, 2001, p. 60-61).

As mulheres na indústria caxiense são o objeto de estudo de Machado (1998); sua pesquisa foi publicada em 1998 com o título *Mulheres sem rosto*, e teve o objetivo de estudar as condições do trabalho feminino na indústria de Caxias do Sul, na primeira metade do século XX. (p. 17). Machado apresentou uma pesquisa pioneira no estudo do processo desencadeado pela presença da mulher no interior da unidade fabril da região de colonização italiana do estado. A historiadora iniciou contextualizando os processos de imigração e industrialização; a seguir abordou o papel da mulher na região, e, utilizando como fontes principais relatos orais de 50 mulheres, passou a analisar a presença da mulher nas indústrias, dando especial atenção às relações intrafábrica. Essa pesquisa de Machado é parte importante da história dos trabalhadores industriais da região, e recuperou a memória de operárias também construtoras da riqueza regional, mas que nem sempre são consideradas como tal.

Para Loner, “os trabalhos existentes sobre mulheres trabalhadoras orientam-se na perspectiva de quebrar o silêncio existente sobre sua participação tanto dentro das fábricas quanto no movimento operário”. (LONER, 2001, p. 67). No caso da historiografia caxiense, o trabalho de Lazzarotto destacou a importância e a subjugação das mulheres na sua análise sobre os trabalhadores da Eberle, destinando algumas páginas para o tema. Mas, certamente, foi a obra de Machado que quebrou o silêncio mencionado por Loner.

Todas as pesquisas que tratam da força de trabalho empregada na indústria regional, produzidas até então, citam a presença de crianças no ambiente fabril e abordam a família para explicar determinados fenômenos. Porém, não existe nenhum trabalho que se debruce especificamente sobre a relação da infância com a indústria da região, ou que estude as mudanças e permanências da família com o processo de industrialização ou seu papel nele.

Uma revisão da história do trabalho no mundo foi feita por Savage, na qual apontou a renovação que os estudos sobre a classe operária ganharam e podem ser ampliados com a contribuição de pesquisadores da família. Savage escreveu que, por um lado, a atenção à trajetória familiar pode permitir o estudo da mobilidade social, importante conceito para a compreensão da complexidade interna do processo de formação da classe. O estudo da mobilidade social das mulheres também é apontado pelo autor como novidade, com a qual “podemos aprender bastante sobre a interface entre classe e gênero”. (SAVAGE, 2004, p. 36). Por outro, demógrafos históricos “têm enfatizado como a formação da classe implica a emergência de novas dinâmicas familiares, à medida que famílias operárias aumentam sua prole com a finalidade de aumentar o potencial de assalariamento da unidade doméstica”. (p. 36).

Na análise de Mike Savage, o estudo da família, na historiografia da classe operária, aparece mais como uma potencialidade do que como uma realidade. No caso da história do trabalho no Brasil, isso não é diferente. A ausência de tematização explícita sobre a família, nos estudos sobre o operariado, foi apontada por Paoli, no seu trabalho do início dos anos 80, sobre a formação histórica da família operária no Brasil. (PAOLI, 1992).² Para essa autora, o primeiro fato a ser levado em conta era a “visibilidade parcial e deslizante que as formas de organização familiar tomam na história da proletarização dos trabalhadores”. (p. 20). Essa condição da família na história operária foi atribuída à matriz teórica desses estudos, que se dedicaram aos “temas ‘maiores’”, como sindicato, partido, fábrica, salário, níveis de vida, mesmo estando a família “quase sempre presente no material com que lida o historiador”. (p. 18). Em uma nota de rodapé, encontra-se que o artigo de Paoli foi escrito em 1984 e publicado quase uma década depois da feitura. Na mesma nota, a autora escreveu que, nesse meio tempo, a situação modificou-se bastante, e aponta três “importantes trabalhos historiográficos a respeito das famílias operárias: Decca, 1987; Pinto, 1984; Rago, 1985”. (p. 17).³

O primeiro trabalho é a obra *A vida fora das fábricas*, de Maria Auxiliadora De Decca, que trata do cotidiano operário em São Paulo, no período de 1920 a 1934, e o segundo, é a tese de doutorado pela FFLCH da USP de Maria Inês Pinto, intitulada *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre em São Paulo, 1889-1914*. Ambos têm o cotidiano dos trabalhadores como tema central; a cidade de São Paulo como espaço e a República Velha no contexto político. Essa mudança de enfoque é explicada por Cláudio Batalha pela chegada da produção acadêmica estrangeira ao Brasil, como os trabalhos de E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e Michelle Perrot. A produção da história do trabalho nesse período deixou de se ocupar principalmente com o movimento operário, e passou a dar atenção às condições de existência da classe. (1988, p. 152-153).

O trabalho de Rago: *Do cabaré ao lar*, publicado em 1985, contribuiu para os estudos referentes à integração do proletariado ao universo de valores burgueses. Conjugando conceitos de Foucault e Thompson, a autora desenvolveu um estudo em torno da disciplina industrial e da cultura operária. O objeto de análise é a disciplinarização, os “mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela” (RAGO, 1985, p.

² Em nota de rodapé, a autora afirma que o artigo foi elaborado em 1984, mas publicado apenas em 1994, quando foi editada a revista *Tempo Social*, referente a 1992.

³ As obras referidas pela autora são, respectivamente: DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.; PINTO, Maria Inês. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre em São Paulo, 1889-1914. Tese de doutoramento. Departamento de História, FFLCH, USP. São Paulo, 1984.; e RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

12), e a cultura operária percebida na produção intelectual, na vida cotidiana, nas práticas políticas.

A autora destacou, no interior da família operária, a questão da infância. Iniciou dissertando sobre a preservação da infância através da ação e do discurso médicos, presentes desde o século XIX e intensificada nas primeiras décadas do XX, e observou a coincidência da delimitação dessa fase inicial da vida, com o período em que o Brasil constitui o mercado de trabalho livre. (p. 118-119). Rago escreveu que uma visão defendida no período percebia

a criança como corpo produtivo, futura riqueza das nações, este discurso econômico procurava alertar os governantes para o deprimente quadro da infância desamparada e para a elevada taxa de mortalidade infantil do país, indicando que só com o apoio da medicina o Brasil poderia fazer frente a estes problemas e suprir a necessidade de produzir um maior número de trabalhadores sadios no futuro. (1985, p. 121).

O passo seguinte da autora foi a análise da recuperação da infância defendida pelo movimento operário. Contrariando a versão patronal da proteção da infância, que era justificada pela necessidade de moralização da criança, através do trabalho na fábrica, a imprensa operária, analisada na obra, defendia os pequenos das “garras do capitalismo”, que provocavam a sua “degeneração social e moral”. (p. 136). Esses trabalhadores de *Do cabaré ao lar* também protagonizavam a resistência à “realidade desumana e massacrante” que lhes era imposta. Essa resistência não se dava tanto por ações diretas, como a destruição de máquinas ou espancamento de superiores, mas principalmente pela “sua evasão no ato de brincar, de correr, de conversar por entre as máquinas durante o período de trabalho”. (p. 143).

Ao concluir, antes de dedicar-se à análise da pedagogia libertária, elaborada e promovida pelo pensamento anarquista, a autora afirma que “a industrialização no Brasil foi realizada em grande parte por esse pequeno produtor, que trabalhava tanto quanto os adultos, senão mais, mas que recebia menos por ser menor”. (p. 145). Nas suas considerações finais, defendeu que a redefinição dos papéis da criança e da mulher operárias completou a “cruzada moral” lançada pelos dominantes sobre a classe trabalhadora. (p. 205). Segundo Rago,

a criança, designada para o espaço escolar, apesar de na classe operária participar ativamente do trabalho fabril, atuou como brecha de entrada do poder médico, assistencial e, posteriormente, psiquiátrico no interior da família. Inocente e ingênua, segundo a representação imaginária da infância, a criança continuou e continua nos meios populares a descreditar esta infantilização cultural, à medida que tem sempre atuado como um dos principais produtores de riqueza social, no Brasil ou no exterior. (1985, p. 206).

A duplicidade do trabalho de Rago, apoiado em Thompson e Foucault, é um exemplo do momento vivido pela historiografia. Desde meados dos anos 80, vinha sendo anunciada uma *crise* na história social do trabalho, que associava-se à “crise dos paradigmas, crise do sindicalismo, crise da esquerda, crise do marxismo”. (BATALHA, 2002, p. 73). A chamada *virada linguística* também colocou novos desafios à História, e a história do trabalho não ficou de fora da inquietação gerada por eles. Nos anos 90, a *crise de identidade* da história do trabalho, gerada pela ampliação dos temas, aproximação com outras áreas do conhecimento e fragmentação não foi superada. Nessa década, a produção historiográfica deu nova dimensão às tendências da década precedente, como a “ampliação do leque temático, dos limites cronológicos, da própria noção de história do trabalho e uma maior diversidade nos recortes geográficos” (p. 76), mas preocupou-se em “contrabalançar os excessos de fragmentação”, com a integração de abordagens parciais a uma perspectiva mais totalizante, como a retomada da biografia de maneira renovada (p. 77). Nos anos 90, foi consolidada a crítica à tendência de reduzir a experiência dos trabalhadores do Brasil aos casos de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como à redução da história do trabalho à “classe operária ‘fabril, branca e masculina’”. Porém, Batalha alerta que “é preciso reconhecer que o caminho a ser percorrido ainda é grande”. (p. 78-79).

O caminho foi aberto para a discussão da relação entre o regional e o nacional, e essa tendência foi aprofundada com a proposta de Silvia Petersen, importante pesquisadora gaúcha, uma das responsáveis pela consolidação da academia do Rio Grande do Sul, como “um dos principais centros da história do trabalho hoje no Brasil”. (BATALHA, 2002, p. 78). Em sua análise da história operária produzida no estado, Loner confirma a constatação de Maria Celia Paoli de que a visibilidade da família na história operária é insuficiente.

Loner afirma que

a família operária é muito pouco estudada, mas os estudos feitos sobre o papel das mulheres em profissões ou etnias em que a figura masculina frequentemente ressemente-se de longos períodos de ausência deixam clara a importância das mulheres, de sua atuação e trabalho no lar, no cuidado dos filhos e na busca de estratégias de sobrevivência familiar. (LONER, 2001, p. 70).

Sobre as crianças, a autora afirma que a sua proporção entre os envolvidos com o trabalho industrial, e em que setores elas estavam presentes, “ainda praticamente não foi objeto de estudos”. (LONER, 2001, p. 72). Loner encontrou apenas um artigo sobre esse tema, de autoria de Sandra Pesavento. Esse artigo estuda a utilização da mão de obra infantil na indústria gaúcha, estabelecendo contraponto entre a realidade praticada nas indústrias do Rio

Grande do Sul castilhistaborgista e o discurso positivista, como uma vertente da teorização burguesa do período. Pesavento aponta para a “assimetria de posição”, que “matizava o endosso seletivo do ideário positivista na sua aplicação prática” pela elite dirigente. (PESAVENTO, 1995, p. 193). Estudando o *Catecismo positivista*, de Augusto Comte, a autora identifica que, nessa doutrina, o feminino é considerado o sexo afetivo, responsável pela manutenção da ordem e dos laços familiares, e pela formação das crianças por meio da educação doméstica. Já as crianças seriam os “homens novos do amanhã”, que deveriam ser protegidos pela mãe. Porém, tanto mulheres quanto crianças enfileiravam-se na exaustiva produção das fábricas gaúchas. Segundo Pesavento, essa distância entre o discurso e a prática era legitimada pela incerta noção da “ordem natural das coisas”, presente na interpretação gaúcha do positivismo, e pelas desigualdades da estrutura social defendida por essa doutrina. (p. 192-193).

Embora leve o nome do estado no título, o texto de Pesavento se limita ao caso da capital gaúcha. Para esse estudo, a autora utilizou como principais fontes periódicos publicados em Porto Alegre, entre eles alguns jornais da imprensa operária, catálogos de exposições, relatórios da intendência de Porto Alegre e algumas publicações do período estudado. O estudo de Murard e Zylberman, *Le petit travailleur infatigable*, publicado na revista *Recherches* de Paris, em 1976, é usado como base teórica. As referências utilizadas permitiram à autora concluir o texto com a seguinte afirmação: “Adulto em miniatura, futuro cidadão, trabalhador do futuro: a sociedade que se aburguesava e se queria progressista investia na criança pobre como a melhor estratégia de assegurar a permanência de uma ordem dada.” (p. 200).

Mudando o âmbito historiográfico, Thompson, em seu estudo referente ao fazer-se da classe operária na Inglaterra, examina atentamente a questão do trabalho infantil no processo de formação do operariado. O autor revela que o trabalho infantil não advém com a Revolução Industrial, ao contrário, “a criança era uma parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes de 1780, e como tal permanece até ser resgatada pela escola”. (THOMPSON, 2002, v.2, p. 203). No período que antecede a intensificação do processo de industrialização, a forma predominante do uso da mão de obra infantil era a praticada no âmbito doméstico, ou no interior da economia familiar. Thompson afirma que essas atividades executadas em casa eram caracterizadas pela diversidade, e não pela monotonia, e supõe que “havia uma introdução gradual ao trabalho que respeitava a capacidade e a idade da criança, intercalando-o com a entrega de mensagens, a colheita de amoras, a coleta de lenha e as brincadeiras”, tudo feito para benefício da economia familiar e sob a atenção especial dos pais. (p. 205).

A imposição da disciplina industrial é a diferença apontada por Thompson entre as atividades exercidas pelas crianças no meio rural e nas fábricas. As crianças eram submetidas à monotonia do trabalho industrial, o que, para o autor, representava uma crueldade. Thompson afirma que “o crime do sistema fabril consistiu em herdar as piores feições do sistema doméstico, num contexto em que inexisiam as compensações do lar”. (p. 207).

Na década de 80, os menores no trabalho industrial aparecem na historiografia brasileira com o trabalho de Moura, no ano de 1982. Em *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, Moura realiza uma extensa pesquisa documental usando como fontes principalmente jornais e relatórios oficiais referentes à cidade de São Paulo. O *corpus* levantado permitiu à autora elaborar inúmeros quadros estatísticos e tabelas que serviram de base para a sua análise, tendo como recorte temporal o período entre 1890 e 1920.

Moura também analisou a infância operária paulistana em duas obras organizadas por Del Priore, intituladas *História da criança no Brasil* (1991) e *História das crianças no Brasil* (1999). O primeiro artigo foi *Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo*, que tratou da infância na indústria paulistana de fins do século XIX à década de 20, focando os acidentes sofridos pelos menores no trabalho. O estudo se justifica pela grande incidência de danos físicos aos pequenos trabalhadores, causados pelo trabalho nas máquinas nos primeiros anos da indústria. Usando o noticiário diário, impresso, da capital paulista, Moura concluiu que

já nos primeiros anos do século XX, os menores estão plenamente incorporados ao processo produtivo e são vítimas freqüentes de acidentes de trabalho nos estabelecimentos industriais, inclusive em oficinas de pequeno porte, acidentes cuja gravidade a morte do pequeno operário ou o ferimento irremediável permitem constatar de imediato. (MOURA, 1991, p. 118-119).

No segundo artigo, Moura aborda um tema mais abrangente. Em *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*, a autora trata sobre o cotidiano de crianças operárias, a submissão ao poder dos patrões e superiores, a insalubridade do ambiente de trabalho da fábrica, as crianças operárias em outros ramos econômicos, como a construção civil e prestação de pequenos serviços, as condições de moradia da classe trabalhadora, o papel das crianças no embate entre capital e trabalho. Nesse texto, a autora rompe com o anonimato dos pequenos operários e parte de experiências individuais para a explicação das condições da infância trabalhadora. (MOURA, 1999).

A pesquisa que ora se apresenta objetivou analisar a relação entre a infância e a industrialização, na busca de contribuir para o entendimento das permanências e

transformações da família e do trabalho na História. O foco está nas crianças trabalhadoras, tendo como espaço Caxias do Sul nos anos iniciais de seu processo de industrialização. A reflexão sobre a infância foi escolhida por vários motivos. Entre eles, está o fato de as crianças trabalhadoras serem um ponto de contato entre a família e o mundo do trabalho. Essa condição do objeto nos dá a possibilidade de articular dois importantes temas da historiografia contemporânea, e dois valores que caracterizam a cultura da região estudada.

Um primeiro contato com a historiografia referente à antiga Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul já revela a importância que é atribuída à unidade familiar e ao trabalho pela cultura regional. A bibliografia produzida sobre essa região invariavelmente os coloca como “valores fundamentais”. Obras de histórias de famílias e de localidades, escritas geralmente por padres ou pelos “letrados” da família, destacam esses dois conceitos entre os que os colonos mais prezavam. Estudos de caráter acadêmico, como o da socióloga Vania Herédia, também afirmam que a família e o trabalho estão entre os principais valores humanos para a cultura regional. A autora afirma que, na região, a família é representada como “uma instituição sagrada, com a função de ser transmissora da cultura”. (HERÉDIA; PAVIANI, 2003, p. 60), e o trabalho como “um elemento forte da construção identitária do desenvolvimento da cultura e da região, onde a experiência de transformação da natureza e o seu resultado deram condições de emancipação e liberdade aos emigrados”. (p. 64).

Ampliando o olhar sobre a historiografia, é possível perceber que, no momento atual, a articulação entre esses dois conceitos passa a ser reconhecida pela história social do trabalho, como uma forma importante de melhorar a apreensão do processo de formação da classe trabalhadora. Isso porque a articulação permite conhecer a *mobilidade social*, aspecto fundamental para o estudo da consolidação demográfica do grupo de pessoas não detentoras de meios de produção, submetidas, como grupo, à *insegurança estrutural* que essa condição lhes proporciona. (SAVAGE, 2004).

No caso desta pesquisa, essa articulação não permitirá um conhecimento amplo da mobilidade social da classe trabalhadora caxiense, tampouco do processo de consolidação demográfica desse grupo. A intenção é prosseguir nos estudos referentes ao operariado da cidade, de forma experimental, focando o momento inicial da industrialização, quando a relação entre o rural e o urbano se fazia muito presente no cotidiano dos habitantes, e o capital e o trabalho começavam a desvencilhar-se do seio da família. Desse momento, restam poucas fontes históricas, e a tarefa a que se propôs foi examiná-las, no sentido de construir uma descrição coerente, que esclareça pontos escuros da História, e uma interpretação para o

princípio da constituição do operariado da região que, hoje, é um dos maiores polos industriais do País.

Os registros das crianças trabalhadoras nesta pesquisa são poucos e, ao mesmo tempo, podem ser encontrados em muitos lugares. As fontes iniciais deste trabalho são 35 contratos particulares de aprendizes da Metalúrgica Abramo Eberle (ANEXO 1). Esses contratos, datados de 1901 a 1912, foram estabelecidos entre os pais, responsáveis pelos aprendizes ou pelos próprios aprendizes e a empresa. Neles são relacionados os deveres das partes e as condições em que são firmados. A partir dos nomes contidos nesses contratos, foram reconstruídas algumas trajetórias das crianças e de suas famílias.

A pesquisa também utiliza documentos referentes ao operariado da Metalúrgica Abramo Eberle; do acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). Encontraram-se pistas dessas crianças em cadernetas de registro de ponto, livros de registro dos salários dos operários, caderneta de controle de multas aos operários, caderneta de registro da produtividade, etc. Além desses documentos, podemos vê-las em registros fotográficos dos trabalhadores das primeiras indústrias da cidade, que também fazem parte do acervo do AHMJSA.

Nas fontes paroquiais, buscaram-se informações acerca do nascimento e da filiação desses indivíduos. Outros dados sobre suas famílias estão nos registros estatais referentes à instalação dos colonos nas pequenas propriedades das Colônias da região e à entrada desses imigrantes no País. Sobre a história da empresa e do empresário Abramo Eberle, uma biografia encomendada, escrita nos anos 40, traz valiosas informações, assim como um livro onde são examinadas as cartas familiares trocadas entre o patriarca e seus dois filhos homens.

A partir desses contratos, tendo o método nominativo, buscaram-se registros profissionais e familiares desses aprendizes. Para tanto, diversos bancos de dados foram utilizados. O primeiro consultado foi o disponível no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), de Caxias do Sul. Entre os documentos referentes à Metalúrgica Abramo Eberle, pertencentes ao acervo do AHMJSA, destacam-se alguns que tratam especificamente dos operários.

A presença das crianças na indústria aparece com frequência em fotografias de grupos de trabalhadores do início do século XX. O acervo fotográfico do AHMJSA é composto de muitos registros dos trabalhadores e das primeiras indústrias da cidade. Em algumas fotografias aparecem crianças, tanto em atividades no interior das fábricas, como fazendo parte do grupo de operários que posam para as fotografias.

Começou-se com a apresentação dos personagens, do palco e do cenário onde essa história aconteceu. Depois, passou-se aos outros, que viveram na mesma época e que com a própria vida nos ajudam a interpretar a história principal. E, por fim, retomaram-se alguns assuntos com um enfoque mais interpretativo.

2 OS PERSONAGENS, O ESPAÇO E O TEMPO

2.1 A CIDADE, O RURAL E O URBANO

A dimensão do objeto de pesquisa deste trabalho levou a uma abordagem em que o tempo e o espaço não podem ser separados. Historiar a vida social nessa dimensão requer atenção ao detalhe e minúcia no tratamento do tempo fragmentário. É o que Martins classifica como “história circunstancial”. Segundo ele, “a história do cotidiano não tem sentido quando separada do cenário em que se desenrola”, pois é no âmbito local que “a fábrica é real para o operário e o são também as suas relações de classe e os seus conflitos”. (MARTINS, 2002, p. 19). Nessa parte da pesquisa, apresenta-se o cenário onde os pequenos trabalhadores e suas famílias viveram, tratando da formação regional e de suas conexões com os acontecimentos mais abrangentes nos outros níveis da História.

O palco dessa história é Caxias, uma colônia imperial instalada no Sul do Brasil, que começou a ser ocupada em 1875 com imigrantes europeus, principalmente italianos. A chegada dos imigrantes italianos marca a última etapa do povoamento da mais meridional e muito conturbada província do Brasil. A área onde hoje é o Rio Grande do Sul começou a ser ocupada pelos portugueses com fortificações militares no século XVIII, e seu povoamento era fundamental para assegurar sua integração ao território brasileiro e dificultar possíveis invasões pelas províncias do Prata. Segundo Giron e Herédia, quando chegaram os primeiros italianos que povoaram o conjunto de colônias do qual Caxias era parte,⁴ no Rio Grande do Sul já conviviam duas *sociedades*: uma dos *aristocratas do pastoreio*, vinculada ao latifúndio dedicado à pecuária escravista; e a dos *lavradores*, formada a partir de 1824 com as colônias povoadas com a imigração alemã, baseada na policultura e na mão de obra familiar, na qual a importância do trabalho escravo era menor. Para as autoras, a zona das matas – nos contrafortes do Planalto –, ocupada com os italianos, “havia sido deixada de lado pelos brasileiros de origem lusitana, estes mais interessados na criação de gado” (GIRON; HERÉDIA, 2007, p. 26). Essa

⁴ Além de Caxias, foram fundadas em 1875 na Encosta Superior do Nordeste, as Colônias Dona Isabel e Conde D’Eu.

localização, entre os pecuaristas dos Campos de Cima da Serra, os alemães da Depressão Central e a zona da Campanha, acabou por separar “não apenas os imigrantes de outros imigrantes, como também os gaúchos da Campanha, dos gaúchos da Serra, o que dificultava uma ação conjunta contra o governo central”. (p. 26). A separação desses grupos sociais pode ser entendida como uma escolha que visava à estabilidade política, já que as revoltas das oligarquias locais contra o poder imperial eram um importante capítulo da história recente da Província.

A ação imperial de instalação das colônias teve antecedentes ainda no Período Colonial. A gestão de Pombal tomou as primeiras atitudes que possibilitaram a ação do Estado português sobre a ocupação do território sob domínio luso, ao extinguir as capitânicas hereditárias e transferir para a ação direta da Coroa a política de uso da terra. Para ocupar o espaço foi estimulado o deslocamento de súditos portugueses à colônia americana, e a vinda dos açorianos marca o início desse processo de colonização do Brasil. Mas é apenas no Período Imperial que começa a “colonização sistemática”, inicialmente com a doação dos lotes aos imigrantes europeus e posteriormente com a transformação da terra em mercadoria. (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 36).

A colonização com a venda de lotes só foi possível após a mudança na política da legitimação da posse e da legalização da propriedade da terra vigente no Brasil. Em 18 de setembro de 1850, foi promulgada a Lei 601, que proibia a aquisição de terras públicas mediante doações ou posses, permitindo apenas a compra. (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 45). Costa afirma que “não foi por acaso que a Lei de Terras de 1850 foi decretada no mesmo ano da lei que aboliu o comércio de escravos”. (COSTA, 1999, p. 191). A relação entre essas mudanças, nos regimes de propriedade da terra e da mão de obra, fica ainda mais evidente quando a autora afirma que “os produtos da venda das terras públicas e das taxas de registro das propriedades seriam empregados exclusivamente para a demarcação das terras públicas e para a ‘importação de colonos livres’”. (p. 171).

Essas ações políticas internas correspondem, em nível da economia internacional, a um período de expansão capitalista e intensificação das relações comerciais entre os países *desenvolvidos* e *periféricos*. Segundo Hobsbawm, a independência política dos países latino-americanos foi seguida de regressão econômica e demográfica em muitas áreas. O Brasil foi uma das *exceções notáveis* nessa crise, mas, assim como as nações vizinhas, foi alvo da resposta dos países *desenvolvidos* a esse fenômeno. Nações europeias, principalmente, perceberam a oportunidade de importar valiosas mercadorias da região e, na segunda metade

do século XIX, a América Latina teve sua infraestrutura desenvolvida com investimentos de capital estrangeiro, o que contribuiu para que os produtos de exportação da grande região adquirissem certa estabilidade, a partir da década de 1870. Esses acontecimentos econômicos que marcaram a inserção das nações latino-americanas como atores na “impressionante expansão mundial do capitalismo”, foram acompanhados do deslocamento de um considerável número de pessoas da Europa para a América. Entre 1855 e 1874, cerca de 250 mil europeus instalaram-se no Brasil, e mais de 800 mil na Argentina e no Uruguai. (HOBBSAWM, 1979, p. 138).

Segundo Klein, quase todos os analistas concordam que, “principalmente após 1870, os fluxos migratórios e as condições econômicas da América estavam estreitamente relacionados”. (KLEIN, 1999, p. 23). Para esse autor, a atração de imigrantes europeus para a América pode ser explicada pela relação terra/trabalho. “Na Europa, a terra era cara e a mão-de-obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto, cara. A fronteira aberta era, e ainda é, um tema predominante em todas as Américas.” (p. 15-16).

Assim,

a possibilidade de obter terra era uma constante atração para todos os imigrantes. Com a terra tão barata – novamente em comparação com os padrões europeus – era grande a probabilidade de trabalhadores sem terra conseguirem suas próprias fazendas, muitas vezes num período de tempo muito curto após a chegada. (p. 16).

Em uma análise mais complexa e do ponto de vista europeu, Bacci discute a importância e o significado da emigração transoceânica em seu *La popolazione nella storia d'Europa*. Nessa obra, o autor trata de mil anos da história da população europeia, e identifica e analisa a grande transformação vivida no decorrer do século XIX e início do XX, apresentando uma interpretação da gênese e do desenvolvimento da grande emigração. Na base, está a formação de uma oferta de emigrantes em potencial, em um continente rico de recursos humanos, mas pobre de capitais (se pensarmos, sobretudo, na escassez de terra). Do outro lado do Atlântico, destaca a demanda da parte de um continente que tinha poucos recursos humanos e dispunha de muito capital. Para compreender essa situação, considera, ao menos, três fatores fundamentais: o primeiro, demográfico, é a aceleração do crescimento da força de trabalho; o segundo se constitui a partir do aumento da produtividade agrícola e da formação de um excedente de mão de obra; e o terceiro diz respeito à necessidade de trabalho da parte do setor industrial e urbano. (BACCI, 1998, p. 218-225).

Para Hobsbawm, essa presença estrangeira, em forma de capital e de recursos humanos, deu força à “minoría de latino-americanos devotados à modernização do continente”. (HOBSBAWM, 1979, p. 138). No caso brasileiro, essas ideias progressistas tinham lugar na administração pública, na qual dividiam espaço com a resistência às reformas. A política de imigração e colonização com pessoas livres, brancas e proprietárias era um indicativo do formato do projeto modernizador para o Brasil escravocrata. Essa concomitância dos projetos é percebida na constatação de Giron e Bergamaschi de que Dom Pedro II, defensor da colonização, reitera a necessidade da vinda de colonos europeus livres para aumentar a produção agrícola brasileira, na maioria das suas falas do trono, de 1850 a 1889. Porém, “as ações do imperador, em relação aos caminhos da colonização, são bem menos taxativas do que suas falas”. (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 66).

Alvim afirma que, desde a época joanina até a década de 1880, a política imigratória brasileira oscilou

entre o desejo de alguns liberais do Império de trazer pequenos proprietários visando povoar as regiões sulinas do país e com isso sustar a cobiça dos vizinhos platinos pela região, e o desejo dos grandes fazendeiros de manter uma política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação. (ALVIM, 1998, p. 231).

Para o segundo grupo, era necessária a entrada de farta mão de obra, fosse ela composta de escravos vindos da África, que foi o que ocorreu até a metade do século XIX, fosse por imigrantes, que vieram para substituir os escravos nas grandes propriedades, a partir da segunda metade do mesmo século. Já os liberais não viram seu projeto alcançar o sucesso potencial, pois o governo teve problemas financeiros e técnicos na implantação das colônias, além da força da resistência política dos grandes proprietários à promoção da pequena propriedade (p. 231-234).

Em um estudo comparativo entre Brasil e Argentina, os historiadores Fausto e Devoto apontam que a produção de trigo, motor da economia argentina no final do século XIX, tinha como centro a chamada “Pampa Gringa”, na província de Santa Fé. Nos primeiros tempos, a produção nessa região “assentou-se em um esquema de colonização, com atração de imigrantes para terras públicas e privadas”. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 161). Segundo esses historiadores, o acesso à propriedade da terra pelas famílias de colonos não era imediato, mas os contratos de arrendamento com as empresas colonizadoras abriram essa possibilidade, como também permitiram a prosperidade de muitas famílias, mesmo na condição de arrendatárias, em função das condições em que eram firmados. (p. 161-162). Já no Brasil, o centro da economia era a produção de café em São Paulo, cujo “eixo do mundo rural foi

representado pela grande fazenda de café, na qual predominaram as relações sociais definidas como ‘colonato’”, que vieram a substituir a mão de obra escrava. (p. 162-163). Ao comparar os dois modelos, os autores concluem que “tudo indica que o acesso dos colonos à propriedade e sua ascensão social foram mais lentos [no Brasil] do que no caso argentino”. (p. 164).

O perfil padrão dos imigrantes europeus na América, no período das grandes migrações, de 1880 a 1915, era de trabalhadores jovens e do sexo masculino. No Brasil, isso foi diferente. Segundo Klein, o país sublinhou mais a importação de famílias, pois o sistema adotado de contratos de trabalho, nas lavouras de café, organizou a produção com base no trabalho familiar, e a imigração subsidiada pelo Estado exigia que os trabalhadores fizessem parte de grupos familiares. (KLEIN, 1999, p. 25). Além disso, a colonização com imigrantes, baseada na pequena propriedade agrícola familiar, foi a estratégia adotada para a substituição dos escravos pela mão de obra livre no Sul do País. No Rio Grande do Sul, a colonização anterior a 1850 foi “totalmente subsidiada pelo Império. As terras foram doadas aos colonos pelo governo, que pagou as passagens e demais despesas decorrentes tanto da medição das terras quanto de sua administração”. (GIRON; HERÉDIA, 2007, p. 21). Essas colônias, situadas ao longo dos vales dos rios Caí e Sinos, receberam entre a fundação de São Leopoldo, em 1824, e o ano anterior à promulgação da Lei de Terras, quase 7.500 imigrantes alemães assentados (p. 21), sendo que, de 1827 a 1846, a imigração foi sustada em função da guerra civil. Em 1872, o movimento imigratório é reiniciado, e os alemães já ocupavam 1/6 do território gaúcho, e quase 10% dos cerca de meio milhão de habitantes eram estrangeiros. (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 181). Nessa época iniciaram-se os procedimentos governamentais para viabilizar a ocupação com brancos da futura região de Caxias. A região da Serra, onde foi fundada Caxias, até então era ocupada por índios caingangues, e, em função disso, era conhecida como “Campo dos Bugres”. Em 1875, os primeiros imigrantes italianos foram instalados nos lotes coloniais do empreendimento. Na primeira década, quase 20 mil italianos ingressaram na Província. (p. 193). Dos cerca de cem mil imigrantes de várias origens, que entraram no Rio Grande do Sul entre 1885 e 1906, mais da metade eram italianos. A Província recebeu 16% do total de imigrantes italianos que desembarcaram no Brasil. (p. 190-191).

Segundo Giron e Bergamaschi, o empreendimento imigratório trouxe para a Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul “agricultores italianos pobres, e que, juntamente com suas famílias, devem aumentar a produção agrícola, visando acelerar a produtividade agrícola nacional”. Esses italianos foram trazidos “por companhias comerciais, que, de escritórios

situados nas principais cidades do Norte da Itália, se encarregaram da propaganda e da viagem dos colonos”. (p. 191).

Esses europeus decidiram pela emigração num contexto econômico controverso, pois, no final do século XIX, a produção mundial continuou a aumentar acentuadamente, e o Norte da Itália desenvolvia sua indústria, buscando acompanhar a tendência que enriquecia os países centrais. Os indicadores da expansão do comércio internacional e da industrialização continuaram apontando aumentos impressionantes, mas todo esse crescimento foi acompanhado pelo acentuado declínio da lucratividade. O momento virtuoso da produção e do comércio não foi suficiente para evitar a “sensação generalizada de mal-estar econômico, e, por conseguinte, social”, provocada pela depressão dos lucros. (HOBBSAWM, 1988, p. 59). Segundo Hobsbawm, “a agricultura foi a vítima mais espetacular desse declínio dos lucros – na verdade, alguns de seus setores foram os que sofreram depressão mais profunda de toda a economia – e aquela cujo descontentamento teve conseqüências políticas mais imediatas e de maior alcance”. (p. 59-60). Os governos e os agricultores reagiram de diferentes formas a essa situação; ações protecionistas, de modernização da agricultura, populismo e até completo descaso estão entre as respostas governamentais, enquanto que os camponeses reagiram politicamente com revoltas e agitações eleitorais. Entre as reações não governamentais, a emigração foi uma das respostas mais comuns. (p. 60).

A emigração era uma estratégia conhecida entre os europeus. No decorrer do século XIX, a população europeia mais que dobrou: passou de prováveis 200 milhões em 1800 para 430 milhões em 1900. Ao mesmo tempo, a emigração da Europa durante todo o século “foi responsável pela mudança mais drástica que sofreu a população mundial: o aumento dos habitantes das Américas de cerca de 30 a quase 160 milhões entre 1800 e 1900”. (p. 30-31). Mas foi no pedíro de 1880 que os países de emigração antiga apresentaram os maiores índices de deslocamento ultramarino, e que a Itália e outras nações sentiram o início da emigração em massa. No último quartel do século XIX, o deslocamento para a América intensificou-se, e atingiu o pico nas primeiras décadas do XX. Segundo Klein, “entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas”, sendo que 70% tiveram como destino os Estados Unidos. O segundo lugar em importância, até então ocupado pelo Canadá, passou a ser a Argentina, com 4,2 milhões, e o país setentrional também foi superado pelo Brasil, que recebeu 2,9 milhões de imigrantes no período. (KLEIN, 1999, p. 25).

Hobsbawm interpreta esse fenômeno como sendo “a válvula de escape que mantinha a pressão social abaixo do ponto de rebelião ou revolução”. (HOBBSAWM, 1988, p. 61).

Enquanto isso, o investimento estrangeiro na América Latina “atingiu níveis assombrosos nos anos 1880”, e a Argentina e o Brasil atraíram até 200 mil imigrantes por ano. (p. 59). Klein também aponta para a importância do fenômeno para a transformação das Américas, cujo desenvolvimento foi “baseado grandemente nos imigrantes estrangeiros”. (KLEIN, 1999, p. 30). Bacci vai além, e indica a magnitude do fenômeno ao colocar-se a seguinte questão: “O que teria sido da Europa sem a América, e da América sem a Europa?” Ele deixa claro que nenhum pesquisador deve perguntar-se isso, “mas a tentação é grande, tão importante era a transmigração que durante o século XIX ligou os dois continentes”. (BACCI, 1998, p. 218).

Na dimensão local desse fenômeno, observamos famílias de italianos, principalmente do Norte, chegando à Colônia Caxias e instalando-se nos lotes rurais que seriam seus quando terminassem de pagá-los ao governo brasileiro. Algumas medidas protecionistas do governo italiano e a industrialização do Norte do país não foram suficientes para que essas famílias deixassem de optar por cruzar o Atlântico. Uma delas foi a de Giuseppe e Luigia Eberle, que chegaram em 1884 a Caxias, acompanhados pela mãe dele e quatro filhos do casal. Franco afirma que ele era um agricultor de Monte Magré, no interior da cidade italiana de Schio, mas também trabalhava como barbeiro ambulante. (FRANCO, 1943). Além deles, muitos outros fizeram o mesmo percurso, inclusive as famílias de operários que trabalharam nos empreendimentos que a família Eberle desenvolveu em terras americanas.

O projeto de cada colônia previa um ou mais núcleos urbanos, cujos lotes eram ocupados simultaneamente aos lotes rurais, onde seriam centralizados os serviços da Comissão de Terras, que administrava o empreendimento. “A centralização administrativa tinha motivos estratégicos e tornava mais fácil o controle sobre os imigrantes; facilitava seu transporte e o assentamento nos lotes.” (GIRON; HERÉDIA, 2007, p. 51). A *Sede Dante*, como era chamado o núcleo urbano que deu origem a Caxias, foi planejada pelos técnicos com poucas ruas, num desenho regular, em forma de tabuleiro. Os lotes desse xadrez foram sendo ocupados inicialmente pelos administradores da Colônia, e logo surgiram vários pequenos estabelecimentos. (MACHADO, 2001, p. 65). Nos mapas estatísticos de 1884, dos 257 homens inscritos nos lotes urbanos da Sede Dante, 100 haviam declarado não serem agricultores, muitos desses se disseram artesãos. (GIRON, 1977, p. 34).

Alguns anos depois do começo da ocupação, a sede colonial de Caxias “fervilha com a chegada de novas levas de imigrantes, abrigados em um barracão situado no limite oeste da área urbana”. (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 197). Além dos serviços oficiais, a sede urbana também funcionava como um centro comercial, onde os colonos já instalados em seus

lotes vendiam as safras e compravam produtos para a família e a propriedade. A capela de Santa Teresa também era um atrativo da sede; ali eram realizados casamentos, batizados e festas. Em 1877, essa capela recebeu o primeiro pároco, e três anos depois foi criado o cargo de padre coadjutor, em função do aumento das atividades religiosas. O fluxo de chegada de imigrantes foi contínuo, assim como a demanda de serviços religiosos, e, em 1884, a capela foi elevada à freguesia. (p. 197).

De 1876 a 1883, cerca de duzentos lotes urbanos haviam sido ocupados, sendo que mais de 85% por italianos e quase todo o restante por lusos. (MACHADO, 2001, p. 79). O preço dos lotes urbanos era arbitrado pelo diretor da Colônia, assim como na extensa área rural. A Colônia foi dividida em 17 Léguas, cada uma delas em alguns travessões e estes em linhas, que dividiam os conjuntos de lotes. Em média, cada travessão tinha 32 lotes, que mediam cerca de 20 hectares (200 a 250 metros de frente, por 1.000 a 1.250 de fundo). (p. 49). Segundo dados de 1880, a Colônia foi dividida em 58 travessões e 2.066 lotes. (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 196). Esses lotes eram avaliados segundo “a fertilidade, a situação e as demais circunstâncias do terreno à vista do memorial descritivo do engenheiro”. (MACHADO, 2001, p. 49). Na sede os lotes valiam entre 10 e 80 réis, e os rurais entre dois e oito réis. Analisando mapas estatísticos produzidos pela direção da Colônia, a autora concluiu que esses critérios nem sempre foram seguidos, pois muitos lotes com condições semelhantes foram comercializados com preços diferentes. (p. 49). Em 1878, a população da Colônia Caxias era formada por 3.849 habitantes, e em cinco anos passou para 7.359. Em 1883, esse contingente era atendido por 92 casas de comércio, 39 moinhos e 61 oficinas. (p. 81).

A participação política dos imigrantes no princípio da instalação da Colônia pode ser exemplificada com um conflito extraído da obra de Machado. Entre novembro de 1877, dois anos após o início da ocupação, e abril do ano seguinte, “dois batalhões de linha do exército foram enviados para reprimir uma rebelião de imigrantes, no Rio Grande do Sul, nas novas colônias imperiais de Caxias, Dona Isabel e Conde D’Eu”. Segundo o autor, “os colonos rebelavam-se no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Espírito Santo contra o corte dos auxílios previstos pelo Regulamento das Colônias do Estado”. (MACHADO, 1999, p. 12). A justificativa para permanência dessas tropas era a “manutenção da ordem”, quebrada pelos colonos revoltosos. Como resultado, três colonos foram mortos em Caxias e dois em Dona Isabel, onde outros quatro ficaram feridos. (p. 11). Essa resposta dura do Estado pode ser explicada pela importância dada pelo Império à sua política de colonização. Afinal, “o que estava em risco não era apenas a situação dos recém-chegados a estes núcleos, mas a

continuidade de uma política de colonização iniciada antes mesmo da independência do país”, já que a tão esperada “grande corrente imigratória espontânea” poderia ser inibida com a má-imagem provocada pela expressão de descontentamento dos colonos já instalados. (p. 12).

Esse episódio, além de ser importante por si mesmo, é significativo da relação entre o Estado e os colonos na primeira fase administrativa de Caxias. Na fase colonial, de 1875 a 1884, Caxias foi dirigida por uma Comissão de Terras e Colonização. (GIRON, 1977, p. 69). Essa Comissão era o braço do governo na Região Colonial Italiana, estando ligada à Inspeção Geral de Terras (até 1876 denominada Repartição de Terras Públicas) do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por meio da Secretaria do Interior do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo Machado:

a autoridade local era representada pelo engenheiro-chefe, diretor da Colônia, subordinado à Inspeção Geral, a quem cabia coordenar os trabalhos de demarcação, dirigir todos os negócios e serviços da Colônia que iam desde a expedição de títulos provisórios e definitivos de propriedade à arrecadação da renda da Colônia, passando pelo emprego dos imigrantes nos trabalhos de construção de estradas. (MACHADO, 2001, p. 42).

Essa comissão, por meio do diretor da Colônia, tinha o “papel de fiscalizar todos os atos dos imigrantes, que a ele estavam submetidos e deviam obediência e satisfação. Tudo dependia da sua aprovação, mesmo um simples aproveitamento de materiais sucateados, até a construção de uma igreja ou uma capela”. (p. 42).

Nessa época, a participação dos colonos na administração local era prevista pela legislação, que instituía uma junta governativa, da qual seis colonos poderiam fazer parte, juntamente com o diretor da Colônia e o médico. Porém, “não se sabe se houve a prática dessa junta governativa na Colônia Caxias”, estando a administração centralizada na pessoa do diretor. (MACHADO, 2001, p. 43). Segundo Giron, os colonos não participaram da administração da colônia. “A leitura da correspondência da Comissão, no período que vai de 1880 a 1893, demonstra que os colonos estavam descontentes. As terras eram distribuídas de forma lenta, com erros nas demarcações; as bagagens extraviavam-se, os colonos ficavam mal instalados.” Para a autora, “se a legislação era boa, o mesmo não ocorreu com sua aplicação”. (GIRON, 1977, p. 70).

Na época, várias vias estavam abertas para a circulação de pessoas e mercadorias, em direção à região colonial alemã, já intensamente ocupada nas décadas anteriores, outras avançando rumo à sede da colônia, ou ligando a área aos campos de Cima da Serra, de onde vinham e para onde voltavam os tropeiros levando seus animais, produtos serranos e coloniais.

Em pouco mais de nove anos de povoamento, os lotes rurais já estavam ocupados até os limites do vale do rio das Antas. (GIRON; BERGAMASCHI, 2004, p. 197). A população crescia conforme os lotes eram ocupados pelas famílias imigrantes, que recebiam do governo subsídios para a sobrevivência nos primeiros anos em forma de vales. Esses vales eram trocados por suprimentos, o que movimentava o incipiente comércio regional, controlado principalmente por alemães do vale do Caí e brasileiros instalados na sede da Colônia. (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 48-50).

Quando os imigrantes chegaram à região, a uva já era cultivada no Rio Grande do Sul em vários lotes coloniais da região colonial alemã, desde a primeira metade do século XIX. As castas europeias eram cultivadas em São Paulo e apresentavam dificuldades para se manterem no Brasil, e lá foram introduzidas as primeiras vides americanas. Os imigrantes italianos trouxeram consigo bacelos de videiras do Norte da Itália, que também não vingaram no solo da nova terra. A opção pelo cultivo das uvas americanas aumentou a produção, e também introduziu doenças que dificultaram as tentativas de introdução das castas viníferas. A uva Isabel, casta americana que produz vinho considerado de baixa qualidade, foi o produto agrícola que caracterizou a região. A produção inicial era doméstica e artesanal, e tornou-se uma atividade industrial com a exportação dos vinhos para o centro do País. (HERÉDIA; TISOTT, 2005, p. 564).

Desde o final do século XIX, ocorreram ações governamentais com vistas ao melhoramento da produção da uva e do vinho, com campos experimentais, distribuição de mudas e cartilhas instrutivas, contratação de enólogos e agrônomos. Já na década de 10, o agrônomo italiano Celeste Gobbato passou a atuar como agente do Estado e, a partir da Escola de Engenharia de Porto Alegre, empenhou-se na qualificação da produção regional, especialmente na “luta contra o cultivo da Isabel” já iniciada anteriormente pelos técnicos. (MONTEIRO, 2001, p. 96). A uva Isabel era uma variedade rústica, considerada inferior às uvas de mesa e às viníferas, mas de fácil cultivo e grande produtividade. (p. 100).

Voltando à política municipal, um segundo período administrativo pôde ser identificado e começa 1884, ano em que ocorre a emancipação colonial, e vai até 1890. Nessa fase, Caxias foi distrito do Município de São Sebastião do Caí, e a administração era dividida entre o município-sede e a Comissão de Terras e Medição de Lotes, que substituíra a antiga diretoria da Colônia. (MACHADO, 2001, p. 43). Segundo Giron, “a anexação não ocasiona grandes modificações administrativas, pois apesar da vinculação com Caí, a ingerência da Comissão de Terras continua se fazendo sentir. Há uma duplicidade de decisões. Caí e Comissão parecem

não se entenderem muito bem”. (GIRON, 1977, p. 70-71). A autora afirma que nesse período os colonos ainda não participavam institucionalmente da política local. (p. 71).

Em 1890, Caxias foi emancipada de São Sebastião do Caí, e foi a partir de então que a influência da Comissão de Terras “começou a ser amenizada”. (MACHADO, 2001, p. 43). Giron acredita que “as disputas entre a Comissão e a sede municipal sobre a cobrança de impostos deve ter causado inúmeros problemas aos contribuintes. Era uma aspiração geral a emancipação municipal. Telegramas solicitando-a foram encaminhados ao Governo do Estado”. (GIRON, 1977, p. 71). Nesse ano foi criado o município e constituída uma Junta Governativa “para administrar os primeiros atos do novo município até a indicação do primeiro intendente”. (MACHADO, 2001, p. 148). Iniciadas as atividades de organização do município, a Junta já se via desafiada a resolver conflitos. Nesse mesmo ano, “a Junta comunicou ao governador do estado que havia um movimento no sentido de que não fossem pagos os impostos”. (p. 149). Os líderes desse movimento “aconselhavam os colonos a não cumprirem suas obrigações tributárias ‘chegando a amedrontar os encarregados da entrega das intimações [...] com ameaças’”. (p. 149).

No ano seguinte, houve eleições para o Conselho Municipal, composto por sete integrantes, quando foram eleitos seis italianos. “Com a eleição do Conselho Municipal, os imigrantes passaram a ter a oportunidade de participar da vida política local, integrando um dos poderes da administração”. Estava criado então um fórum institucional onde os colonos poderiam participar das discussões, “muitas vezes contrapondo-se ao executivo que, de certa forma, continuava distante dos interesses dos líderes locais, por representar o governo do estado e o Partido Republicano”. (MACHADO, 2001, p. 149). Mas os conflitos não encerraram. Entre a eleição e a posse do Conselho, ocorreu uma revolta de colonos que depôs a Junta Governativa, alegando um descontentamento geral em função da falta de estradas, mau estado de conservação das ruas e estradas já existentes e da cobrança de impostos, “considerados muito elevados para uma população de poucos recursos”. (p. 150). Além dessas alegações práticas, “a presença de alguns nomes do Conselho Municipal também era questionada por suas posições político-ideológicas”. A documentação estudada por Machado não esclareceu essa questão, mas a autora afirma que “acredita-se que as disputas aconteciam a partir das rivalidades trazidas da Itália e referentes às lutas internas que ocorreram na unificação italiana”. (p. 150).

Essa revolta teve desdobramentos interessantes (que inclusive geraram uma segunda revolta no ano seguinte), mas que não cabe serem trabalhados neste texto. O importante é,

além de perceber como os colonos agiam na busca de seus objetivos, destacar o descontentamento dos produtores com relação à cobrança de impostos, e que as questões práticas de escoamento da produção geravam demandas que o Poder Público não sanava.

O início da década de 1890 foi de organização do município, com a promulgação da Lei Orgânica em 1892 e do Código de Posturas no ano seguinte. Ainda em 1892 tomou posse o primeiro intendente, o luso Antonio Xavier da Luz, cujo ato inicial foi “decretar novo prazo para o pagamento dos impostos, sem juros e sem multa”. Aparentemente, essas mudanças acalmaram por um momento os ânimos dos colonos, pondo fim às desavenças e aos desentendimentos que vinham ocorrendo desde a emancipação. (MACHADO, 2001, p. 156). Mas o clima político do estado mudou com a Revolução Federalista de 1893, e Caxias acompanhou essa mudança. Além da oposição entre ximangos e maragatos, acirraram-se as disputas entre católicos e maçons durante os anos 1890.

Segundo Giron, “a Igreja e a Maçonaria tiveram papel importante na política regional. Os párocos e os maçons marcaram posições e agrediram-se mutuamente. Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, as Lojas definiram os rumos políticos das colônias”. (GIRON, 2005, p. 69). Essas mudanças atingiram Caxias, onde os conflitos entre a maçonaria em ascensão e a Igreja católica marcaram o desenvolvimento político da cidade. Merece destaque o caso do Padre Pedro Nosadini, que foi pároco de Caxias entre 1896 e 1898. Ele organizou comitês que visavam a unir os imigrantes italianos católicos. Segundo Giron, “essas organizações haviam surgido na Itália tendo caráter político. O pároco, ignorando a conturbada política brasileira, incendiou a colônia com suas posições”. (p. 70). O grande rival de Nosadini era o intendente Campos Junior (de 1896 a 1902), que afirmou que “os membros dos comitês eram fanáticos que promoviam desordens contra os irmãos, sendo liderados por Nosadini, que difamava a ‘nossa nobre instituição’, como um ‘garoto, um cafajeste e um vil de batina’”. (p. 70).

A vida política do município era dinâmica, assim como a sua população e economia. Isso é percebido mesmo com a imprecisão e divergência dos dados demográficos e econômicos do município, trabalhados pela historiografia até então. As metodologias nem sempre são explicitadas, e os números variam muito. É patente a necessidade de uma revisão crítica da historiografia nesse sentido, assim como a ampliação do conhecimento da história quantitativa da região. Enquanto nós não providenciamos isso, usamos os dados disponíveis, alertando o leitor para a dúvida sobre sua capacidade de representação da realidade passada.

Um estudo que destoa dessa imprecisão da historiografia é a dissertação de mestrado de Stormowski, que analisou o crescimento econômico de Caxias entre 1875 e 1910, usando

como fonte os livros de registro de impostos da Intendência e inventários *post mortem*. Segundo ela, “em 1894, quase vinte anos após o início da colonização, existiam em Caxias 264 estabelecimentos artesanais/manufatureiros, totalizando 24 especialidades diferentes de produção”. Apenas quinze anos depois, em 1909, existiam “564 estabelecimentos distribuídos em 35 diferentes modalidades – um crescimento total numérico dos estabelecimentos produtivos artesanais superior a 100%, acompanhado de acelerada diversificação”. (STORMOWSKI, 2005, p. 57). Desses estabelecimentos, serrarias, moinhos e alambiques de grapa e de cachaça eram eminentemente rurais, e a produção de vinho não consta por não incidir sobre ela nenhum imposto municipal no período. As ferrarias se encontravam distribuídas entre o meio urbano e o rural, totalizando 50 unidades em 1909, sendo 40 no meio rural e 10 no urbano. (p. 57-60).

Segundo Machado, que também alerta para essa imprecisão, em 1900 a população de Caxias totalizava 24.997 habitantes, sendo 2.500 na zona urbana (MACHADO, 2001, p. 211). Em 1903, o Livro de Lançamento de Indústrias e Profissões, em que eram registrados os pagamentos de impostos sobre atividades diversas pela Intendência, continha 448 contribuintes, sendo 80 casas de negócio, 39 botequins, 29 serrarias, 24 moinhos, 21 ferrarias, etc. (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 76). Em dez anos, o percentual da população urbana subiu de 10% para 15% registrados em 1910. (MACHADO, 2001, p. 211). Cinco anos depois, essa relação já passou para 20%, e isso pode ser explicado por um importante evento que marcou a história do município. (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 76).

A cidade se desenvolvia economicamente, e as comunicações com outros centros eram facilitadas. Em 1910 ocorreu um fato muito importante para a região: a chegada do trem. “A ligação da Colônia Caxias com a capital do estado, através de uma estrada de ferro, era uma reivindicação dos moradores de Caxias que datava dos primeiros anos da imigração”. (MACHADO, 2001, p. 180). A estrada vinha sendo construída desde 1873, partindo de Porto Alegre e com a intenção que viesse a ser uma grande rodovia que ligasse todos os núcleos coloniais. “As obras em Novo Hamburgo foram paralisadas, e o velho traçado foi alterado, partindo a ferrovia do núcleo colonial de São João de Montenegro para Caxias.” (p. 181). Esse novo trecho começou a ser construído em 1904, e fora concluído em 1º de junho de 1910, mesmo dia em que a vila passou à categoria de cidade. (p. 181). Na mesma época, Caxias passou a contar com outros benefícios tecnológicos, como a energia elétrica, o telégrafo e o telefone. (MACHADO; HERÉDIA, 2001, p. 26-27).

Em 1910/1911, havia 160 casas comerciais no município, sendo que 45 delas estavam na cidade. Segundo Machado, os números correspondentes às exportações realizadas em 1911 “são significativos e permitem afirmar que o município de Caxias realmente tinha assumido o papel de entreposto comercial na região [...], possibilitando uma certa autonomia perante as cidades vizinhas, fortalecendo seu comércio e garantindo sua expansão econômica e seu crescimento urbano”. (MACHADO, 2001, p. 119). Entre os produtos exportados, destacam-se os relacionados à produção de uva e sua vinificação.

Outros setores também refletiam o crescimento da cidade. Caxias, entre 1910 e 1911, dispunha de três jornais semanais, cinco sociedades beneficentes e dois cinemas, e a cidade era composta por 632 prédios, sendo que 155 eram de tijolos e pedras. Em setembro de 1910, foi inaugurada uma filial do Banco da Província do Rio Grande do Sul. (p. 120). A partir de 1911, começaram a chegar imigrantes portugueses, principalmente artesãos tanoeiros, atraídos pela crescente produção de vinho. (p. 138).

Caxias rapidamente se complexificou social, cultural e economicamente. O principal estudo referente ao seu processo de industrialização foi realizado por Herédia. Nele, a autora indica as origens do processo de desenvolvimento da indústria na zona colonial, como decorrência da expansão do comércio, do crescimento da produção agrícola e da urbanização ocorridos a partir da instalação das colônias. Herédia afirma que o cultivo dos lotes coloniais pelas famílias dos imigrados propiciou o desenvolvimento de uma agricultura diversificada, gerando uma produção agrícola que tornava a região reconhecida em todo o estado. Constatase que “a Colônia Caxias, em relação às demais da zona colonial, apresentou um rápido crescimento econômico, transformando-se em um centro de intensa produção agrícola e de intercâmbio comercial”. (HERÉDIA, 1997, p. 227). Por meio desse regime de produção, os colonos imigrantes atingiram o mercado já delimitado pelos comerciantes alemães, com o qual conseguiram “solidificar a posição no mercado regional e garantir a venda do excedente da produção fora da colônia”. (p. 227).

O crescimento da colônia foi acompanhado do aumento considerável do número de oficinas artesanais, que abasteciam o mercado local, atendendo às necessidades dos colonos. Segundo Herédia,

esses benefícios desencadearam um aumento na produção agrícola, sendo o excedente econômico exportado para outros mercados, garantindo o processo de circulação de bens e gerando uma nova fase econômica para a zona colonial. Esse percurso demonstrou o forte papel desempenhado pelo comércio, pelas pequenas oficinas, pelo artesanato rudimentar, sendo que a Colônia Caxias se transformou no centro

principal das colônias de origem italiana. O crescimento econômico, decorrente da produção agrária e do forte ritmo do comércio, ocorreu paralelamente ao surgimento de pequenas indústrias que despontavam no município. (p. 227).

Essas primeiras indústrias compreendiam a vinícola, a metalúrgica, de alimentos, a extrativo-manufatureira e a têxtil, e a expansão e diversificação industrial acompanharam a trajetória da política econômica do Brasil-República. Herédia apresenta a indústria como um elemento de crescimento econômico,

causado pelas transformações socioeconômicas desencadeadas pela política empresarial. Essa política sustentada na absorção da mão-de-obra local e na atualização tecnológica, acompanhada da demanda do mercado interno, provocou um salto qualitativo na economia regional. (1997, p. 231).

Os períodos do desenvolvimento econômico da cidade também marcaram a história da organização patronal. O principal produto da região era o vinho, cuja produção envolvia a maioria dos habitantes da área rural e gerava grande parte da riqueza que se concentrava no núcleo urbano. Segundo Machado e Herédia, o crescimento verificado na primeira década do século XX

passou a experimentar uma crise de repercussão regional, resultado da superprodução de vinho na safra de 1911. A crise de oferta coincidiu com a diminuição da demanda provocada pela situação econômica do país, que passava por um momento de carestia, e o consumidor nacional estava sendo penalizado no seu poder de compra. (MACHADO; HERÉDIA, 2001, p. 30).

A baixa qualidade do vinho produzido na região e a sua adulteração, que ocorria no centro do País, prejudicavam ainda mais a comercialização. Frente a essa crise, os governos federal e estadual apoiaram o surgimento de um movimento cooperativista, e esse apoio trouxe a Caxias o técnico italiano Stefano Paternó, “com a finalidade de organizar cooperativas de pequenos produtores”. (p. 30).

A vinda de Paternó ajudou na reorganização dos comerciantes caxienses. Isso porque, chegando à cidade, Paternó procurou de imediato a entidade que deveria congrega os empresários locais em busca de apoio para a organização do movimento cooperativista. Como esta se encontrava desativada, “optou por procurar seus antigos líderes, convidando-os para uma reunião que marcaria o reinício da Associação”. (p. 31). Trinta e quatro sócios participaram da reunião seguinte, em 11 de março de 1912, e a cada reunião novos sócios eram admitidos. (p. 32).

O Coronel José Penna de Moraes, depois de ter sido intendente interino, foi eleito em 1912 para a Intendência, e sua gestão terminaria em 1916. Depois disso, foi reeleito mais duas

vezes, ficando no cargo até 1924, com breves interrupções. Segundo Machado e Herédia, o seu governo

caracterizou-se como o primeiro momento de entrosamento das classes produtoras com o poder público municipal, porque a maior preocupação do Intendente esteve sempre centrada no desenvolvimento da economia local, através do apoio às atividades produtivas e o estímulo à diversificação de culturas junto aos produtores rurais (p. 32).

Uma publicação de 1915 atribuía à ação desse intendente o fato de Caxias possuir “ótimas estradas de rodagem que comunicam com todos os centros coloniais, é fartamente iluminada a luz elétrica e pode corresponder-se com os seus distritos rurais por meio de telefones, cuja rede foi inaugurada em 1913”.⁵

E essa interessante descrição continua, afirmando que a cidade possuía

uma belíssima praça, que traz o nome do glorioso, do divino poeta italiano – Dante: ruas largas que vão sendo macadamizadas e onde correm automóveis velozes e carruagens elegantes. Fora dos limites urbanos existe o matadouro público. [...] Possui indústrias metalúrgicas, de seda, de tecidos, um curtume importantíssimo dotado de máquinas as mais modernas, um laboratório de produtos químicos, fábricas de sabão, de ácido acético, de café, de conservas alimentícias, de salames, de licores, um moinho em grande escala, cujos produtos são similares a quaisquer estrangeiros, além de outros muitos de somenos (sic) importância; possui fábricas de móveis, de artefatos de vime, de chapéus de palha, poderosos estabelecimentos vinícolas, grandes oficinas mecânicas e fundição de metais anexa, oficinas de escultura, uma escola de desenhos, estabelecimentos fotográficos, uma casa de saúde que conquistou nome, duas filiais bancárias, farmácias, teatros, cinemas, uma associação comercial, diversas outras sociedades, dois jornais e tudo quanto pode ser digno e necessário à vida d'uma cidade culta. (NÚMERO ÚNICO, 1915).

⁵ Em setembro de 1915, foi publicado pela tipografia do jornal *Cittá di Caxias*, uma edição especial dedicada “all’Esimio Presidente dello Stato Del Rio Grande Del Sud Dr. ANTONIO AUGUSTO BORGES de MEDEIROS”, comemorando os 70 anos da Revolução Farroupilha. Essa publicação é bilíngue, com partes em italiano e português e outras só em italiano, e nela é apresentada uma “cronistoria” da Região Colonial Italiana, com pequenas histórias de algumas indústrias e de cidades da região. NÚMERO ÚNICO. [Caxias do Sul?]: Typographia Cittá di Caxias, 20 de set. de 1915. [sem paginação]. Acervo do AHMJSA.

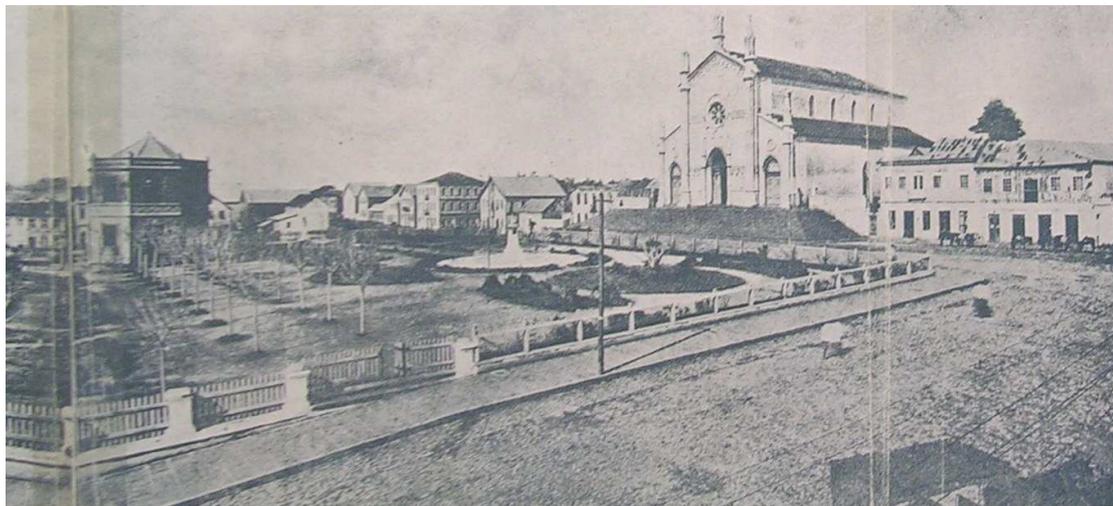


Figura 1: Praça Dante Alighieri, no centro do núcleo urbano. Observa-se a Catedral de Santa Teresa e a quadra ao lado, onde se situavam as oficinas de Abramo Eberle
 Fonte: Lembrança da visita da Real Embaixada italiana ao Rio Grande do Sul - agosto 1918.

A “cidade culta”, que se orgulhava do seu desenvolvimento e tinha a urbanidade propagandeada, continuava com sua economia predominantemente agrícola, e o vinho tinha mais importância que qualquer outro produto. Uma das principais preocupações da classe patronal e do Poder Público municipal e estadual era a qualidade do vinho gaúcho, piorada com a falsificação que vinha ocorrendo há muito e continuou durante a década de 10. Segundo as atas da associação comercial estudadas por Machado e Herédia, “o vinho gaúcho era quintuplicado nas praças do centro do país, e, após, posto à venda como vinho do Rio Grande do Sul”. (MACHADO; HERÉDIA, 2001, p. 33). O movimento cooperativista fracassou nessa questão, pois fez aumentar a quantidade do produto produzido e organizou a produção, mas não elevava suficientemente a qualidade do vinho, que perdia posição no mercado do centro do país. (p. 33). Esse assunto ocupou a Associação dos Comerciantes durante toda a década, e a entidade caxiense buscou alternativas com os empresários e as intendências de outros centros produtores, como Bento Gonçalves e Garibaldi.

Sobre a organização dos operários, o primeiro documento escrito encontrado se refere à União dos Operários Tãoeiros, que funcionou entre 1930 e 1937. Esse documento foi localizado por Giron e Bergamaschi, em uma pesquisa pioneira feita no início da década de 80, que não foi publicada.⁶ Naquela ocasião, as autoras alertaram que poderia haver outros, mas a ampla pesquisa realizada sobre o movimento sindical em Caxias não localizou. Por meio de

⁶ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. [Os sindicatos em Caxias do Sul?]. Caxias do Sul: texto em arquivo do Word, não publicado [1981?].

depoimentos orais, obtiveram a informação da ocorrência de movimentos grevistas em 1928 e 1929, dos próprios tanoeiros, que foram combatidos por tropas da Brigada Militar. (GIRON; BERGAMASCHI, [1981?], p. 18).

Em 2001, Petersen publicou uma importante obra a respeito do movimento operário gaúcho, na qual são transcritos muitos documentos, ligados por textos da autora, na busca de articular os dados dispersos e lacunares. Nela, encontramos algumas informações a respeito de Caxias.

Os operários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul teriam protagonizado o primeiro movimento grevista que atingiu Caxias de que temos notícia. Foi em 1917, ano de muitos acontecimentos no âmbito do operariado, estimulados pela vitória da Revolução Russa. Os operários da Viação Férrea do estado demandavam aumento salarial, jornada de 8 horas e semana inglesa (trabalho de segunda a sexta) e, como não foram atendidos pela direção da companhia,

em 31 de julho iniciaram uma greve em Santa Maria, que se estendeu rapidamente a outros locais servidos pela Viação Férrea: Bagé, Livramento, Carazinho, Porto Alegre, Cruz Alta, Passo Fundo, Caxias, Rio Grande, Pelotas, São Leopoldo, Caí, Montenegro, Júlio de Castilhos, Dom Pedrito e Gravataí. (PETERSEN, 2001, p. 333).

Esse movimento, que teria atingido a estação ferroviária de Caxias, foi parte da greve geral que eclodiu em Porto Alegre de 31 de julho a 4 de agosto, envolvendo diversos setores operários. A partir de 5 de agosto, só permaneceram em greve os setores cujas reivindicações de diminuição de jornada e aumento salarial não foram atendidas. Os ferroviários grevistas foram perdendo adesões no interior do estado, interrompendo a greve em 9 de agosto sem conquistarem os direitos reivindicados. (p. 336).

O segundo movimento grevista que teria acontecido em Caxias do qual temos informações, foi dos empregados de um curtume, que reivindicavam jornada de 8 horas. Eles pararam suas atividades de 4 a 7 de julho de 1919. Essa greve foi noticiada pela imprensa, e consta em uma relação de paralisações arroladas por Petersen e noticiadas incessantemente durante o ano. (p. 361). O curtume em questão talvez seja o Curtume Social Caxiense – Soares & Cia., que já funcionava em 1915, por iniciativa de um grupo de empresários do Rio Grande do Sul, os quais formaram uma sociedade, entre eles Abramo Eberle, Leonel e João Mosele, que eram “representantes do alto comércio de Porto Alegre”, médicos de Caxias, “fazendeiros capitalistas” de Caxias, Vacaria e Lages e pelo Banco Pelotense. Em 1915, empregava cerca de 40 operários. (NÚMERO ÚNICO, 1915). Esse mesmo curtume está entre as empresas

participantes de uma luxuosa publicação comemorativa à visita de uma comitiva da Embaixada italiana ao Rio Grande do Sul, em agosto de 1918.⁷ Nessa publicação, está escrito que o Curtume Social Caxiense é uma sociedade composta por dezessete sócios, e surgiu por iniciativa de um grupo de “capitalistas ítalo-brasileiros”, reunidos sob a liderança de Henrique Fracasso, médico de Caxias. A empresa fabricava couros diversos, especialmente solas para calçados, em instalações baseadas em “modernos sistemas racionais”, com máquinas europeias e técnica italiana. Seus produtos eram consumidos no Brasil e exportados para França, Itália, Espanha e Suíça. Em uma fotografia publicada aparecem 44 operários, que, segundo o texto, eram quase todos de origem italiana, “instruídos e adestrados no novo sistema de curtume e no manejo das máquinas no curto período de três anos, tendo demonstrado sempre, com precisão máxima, as preciosas aptidões da mão-de-obra italiana”. (LEMBRANÇA..., 1918). Não foi encontrada nenhuma menção à paralisação, nos documentos consultados e na historiografia local.

De 1917 a 1919 aconteceu um ciclo de greves no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, também ocorreram paralisações, mas sem a mesma importância. (p. 372). Entre os movimentos de 1920, houve greves de várias categorias e em alguns municípios, entre eles Caxias. Não há maiores informações sobre esses movimentos na cidade.

No mesmo livro de Petersen, há outro indício de organização operária em Caxias. Em março de 1920, foi realizado o Segundo Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, promovido pela Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), principal entidade dos operários gaúchos, fundada em 1906. Nos registros do evento consta a participação de 30 associações, e há a menção da presença de Adão Locatelli, representante dos “Sindicatos dos of. Var. de Caxias”. (PETERSEN, 2001, p. 377). Por associação ao nome de outra entidade presente e pelo plural de “sindicatos”, a entidade caxiense pode se tratar de uma organização que representava “ofícios vários”. Nesse congresso, foi abordada a situação do operariado internacional, a necessidade de organização dos trabalhadores no estado e no País, as atribuições das entidades estadual, nacional e internacional, que congregavam os operários. Sabe-se que o representante de Caxias fez uso da palavra quando o Congresso discutia a primeira tese apresentada, sobre as atribuições das entidades, mas as informações disponíveis sobre sua participação param por aí. (p. 378).

⁷ LEMBRANÇA DA VISITA DA REAL EMBAIXADA ITALIANA AO RIO GRANDE DO SUL. [sem local]: Editor Loureiro Cunha, agosto de 1918. [sem paginação]. Acervo do CEDOC-UCS.

Adão Locatelli representava operários de uma cidade que crescia a passos largos, mas permanecia com fortes laços com o meio rural. Na publicação sobre a visita da Embaixada italiana, há a afirmação de que Caxias tinha 28.600 habitantes. Exaltando a participação da Região de Colonização Italiana na economia gaúcha, o álbum comemorativo diz trazer informações do “último Relatório da Repartição de Estatística” do estado. Segundo esses dados, os Municípios de Alfredo Chaves, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias, Garibaldi e Guaporé seriam responsáveis por 12,2% da área cultivada no estado, “com exclusão das terras destinadas à arboricultura e das de cultura não discriminada”. Entre as informações desse relatório, reproduzidas no álbum, consta que a área cultivada no estado era de 1.471.837 hectares para uma população de 1.707.581 habitantes. Em média, teria 0,86 hectares de terra cultivada por habitante gaúcho. Na Região Colonial Italiana, 135.133 habitantes cultivavam 179.877 hectares, isto é, em média 1,33 hectares cultivados para cada habitante, bem superior à média estadual.

A vinícola continuava a ser a principal indústria das colônias italianas, e se desenvolvia apesar de ter que pagar “tributos pesadíssimos”. Em 1907, a exportação de vinho do estado “era de apenas 378 contos de réis. Em menos de dez anos, o valor do vinho exportado duplicou: em 1913 enviamos para fora do Estado 1.123:161\$580 réis de vinho”, sendo que quase a totalidade do vinho exportado era produzida na Região Colonial Italiana. Em 1917, essa região era responsável por quase 70% da área cultivada de uva no estado e por quase 40% da produção de trigo.

Segundo dados desse álbum, Caxias não era o maior município da região em produção de vinho ou de uva, tampouco em extensão ou em número de habitantes. Nesses dois últimos itens, perdia para Alfredo Chaves e Guaporé, e era maior que Antônio Prado, Bento Gonçalves e Garibaldi. Em hectares produtivos, perdia para Bento Gonçalves também. Na produção de uva, estava em segundo lugar, mas era o município que mais lucrava, que “melhor partido tira da indústria vinícola”. Ainda nesse álbum, consta que, no relatório intencional de 1915, a exportação total do município foi de 2.791:683\$780, sendo 1.008:989\$000 só com o vinho.

Isso demonstra que o vinho seria responsável por um terço das exportações de Caxias, sobrando dois terços para outras atividades. Entre elas, é destacado o avanço das “indústrias manufatureiras”, que “vão abrindo caminho”. “E o que nesse terreno se tem feito, num curto lapso de tempo, chega a ser, na verdade, surpreendente.” (LEMBRANÇA..., 1918). Um desses ramos era a indústria metalúrgica, que se concentrava em Caxias. “As fundições e

fabricas de obras de metal na região colonial italiana representam um capital de 1.067 contos de réis, dos quais novecentos e vinte e três pertencem somente ao município de Caxias; vinte, ao de Garibaldi; trinta ao de Alfredo Chaves; e quatro ao de Antonio Prado.” As fábricas de artigos em metal e fundições da região representavam quase um quarto do capital desse ramo no estado, sendo que apenas Porto Alegre superava Caxias na importância da indústria metalúrgica. Quanto ao valor da produção desses estabelecimentos na região, Caxias produzia oitocentos e cinquenta contos, do total de mil e cinquenta e sete contos de réis, isto é, 80% da produção era caxiense. Caxias empregava 260 operários no setor, enquanto em Alfredo Chaves havia 10, em Antônio Prado, dois, 67 em Bento e seis em Garibaldi. O álbum destaca também que Caxias tinha 63 serrarias e duas fábricas de tecido, ramo quase inexistente nos outros municípios da região. Essas fábricas eram a Fábrica de Fiação e Tecidos São Pedro, com 200 operários, e uma fábrica de seda, com 12 empregados. (LEMBRANÇA..., 1918).

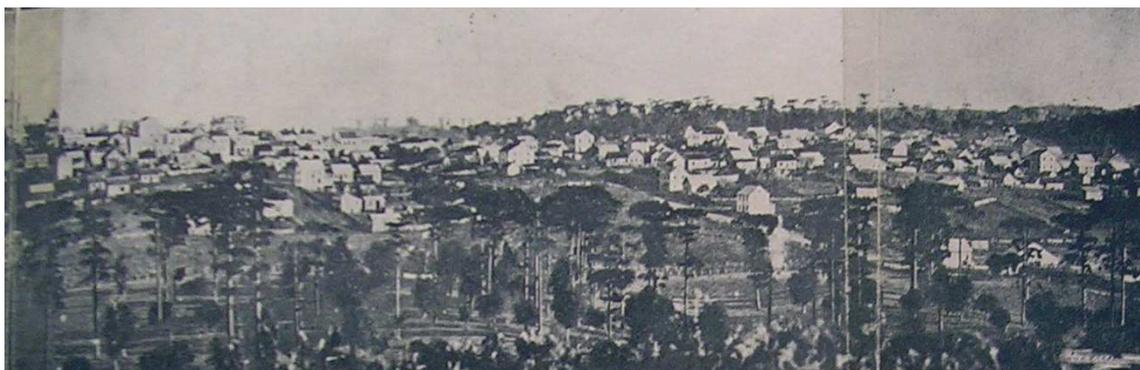
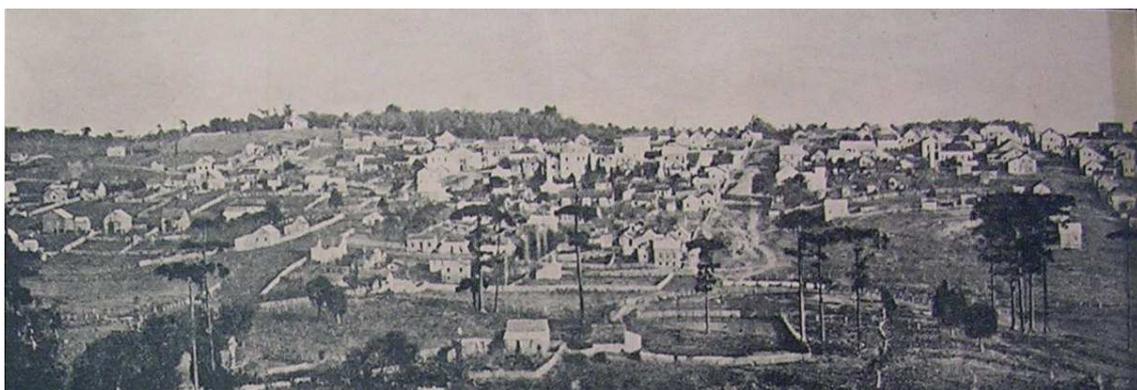


Figura 2: Vista panorâmica de Caxias
Fonte: LEMBRANÇA... (1918).

Segundo Machado, esse ritmo do aumento populacional da cidade, nas primeiras décadas do século XX, se deve à saída dos agricultores da zona rural, que “crescia à medida que a terra se tornava insuficiente para abrigar as novas famílias que iam se formando, com o

casamento dos filhos dos agricultores”. (MACHADO, 2001, p. 211). Em 1920, a população geral do município era de 33.773 habitantes, e estimou-se que 7.500 moravam no meio urbano, o que representaria mais de 20%. Em 1930, esse índice já passava dos 30%, e a população rural teria reduzido. (p. 211). Os braços familiares que sustentavam a grande maioria dos empreendimentos na região passaram a sobrar nos lotes coloniais. O que num primeiro momento beneficiou a produção se tornava um problema no momento de divisão de heranças e a capacidade produtiva dos pequenos lotes não acompanhava o aumento das necessidades familiares. A migração voltou a fazer parte da trajetória dessas famílias. As cidades ou outros campos foram o destino dos que não encontraram alternativas para permanecer na propriedade rural-familiar inicial.

Um trabalho clássico sobre a transferência da população rural para o meio urbano é a obra *A caminho da cidade*, da antropóloga Durhan. A pesquisadora estudou o caso das migrações para a cidade de São Paulo no século XX. Selecionaram-se algumas reflexões suas para ajudar na compreensão do fenômeno. Para ela, “as grandes correntes de migrações internas que alimentam o crescimento das cidades” são causadas pela crise do sistema tradicional agrícola, “provocada pela sua inserção numa economia competitiva de mercado e pelo próprio adensamento material da população”. (DURHAN, 1973, p. 57). Esse crescimento populacional “contribui para a formação de uma classe de trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente”. (p. 104). Além disso, “o avanço da civilização industrial e a quebra do isolamento relativo dessas populações leva também, inexoravelmente, à crise dos meios de subsistência, introduzindo necessidades que o equipamento produtivo tradicional não pode satisfazer”. (p. 104). Em um dos casos estudados por Durhan, ela constatou que “é a falta de dinheiro que leva a força o pequeno produtor a procurar emprego como assalariado”. (p. 105). Atentando para a categoria dos imigrantes europeus agricultores instalados em São Paulo e no Sul do País, a autora afirma que a ascensão que essa camada viveu no Brasil “se deu através de técnicas que já estavam sendo ultrapassadas na Europa na época da emigração”. (p. 106). Para ela, “a possibilidade de capitalização do migrante derivava da intensidade do trabalho, do aproveitamento da mão-de-obra familiar e da existência de padrões simples de comercialização da produção. O capital acumulado através da poupança era empregado na compra da terra”. (p. 106). Mas esse modelo não criou alternativas para superar os problemas causados pelo aumento do desnível dos preços entre produtos agrícolas e industriais, o que diminui o valor do excedente dos agricultores. O não desenvolvimento de técnicas mais racionais de produção, que exigem maior aplicação de capital, agrava a crise do modelo de subsistência, e, junto com a criação das novas necessidades de consumo urbanas, levou os camponeses para as cidades.

Nos próximos capítulos, voltar-se-á ao tema da migração do meio rural para o urbano e da vida desses migrantes na cidade. Cabe novamente indicar a necessidade de mais estudos sobre a população em Caxias, assim como sobre as transformações da sua economia e os efeitos na vida das famílias de agricultores. Com base nas informações disponíveis, pode-se afirmar que, aparentemente, as famílias de imigrantes italianos aqui instaladas sentiram duas vezes o avanço da modernidade urbana sobre as sociedades tradicionais agrícolas: uma vez sobre a Europa, o que condicionou sua emigração, e outra vez no Brasil, com as transformações da sociedade formada pelos próprios imigrantes. Os três fatores básicos trabalhados por Bacci, para o caso da Europa do século XIX, podem servir como referência para a elaboração de hipóteses interpretativas para o caso de Caxias no início do século XX.

Os grupos familiares instalados nos lotes coloniais cresceram em número de filhos, e as levadas de imigrantes não cessaram até 1914. Isso provocou aumento populacional que não foi absorvido pela estrutura agrária local, gerando crescimento na oferta de mão de obra. A trajetória de vida das famílias caminhava em direção à fragmentação da propriedade rural e/ou do esgotamento da capacidade de aumento de produção. A renda da produção agrícola passou a não ser mais suficiente para a sustentação das necessidades das famílias, que procuraram outros meios para incrementar os ingressos.

Por outro lado, os colonos resistiam a cultivar outros tipos de uva, que possibilitassem a produção de vinho de melhor qualidade e maior lucratividade, e enfrentaram problemas na comercialização do vinho produzido, em função da baixa qualidade e da falsificação efetuada no centro consumidor. Novas técnicas de cultivo e de administração das propriedades rurais tornaram o mercado mais competitivo, e provocaram diferença de produtividade e lucratividade entre as empresas agrícolas. Isso também contribuiu para o excedente de mão de obra no meio rural, e seu deslocamento para as cidades.

Na cidade, o setor industrial crescia e necessitava de trabalhadores, assim como o comércio e os serviços. Além disso, a estrutura urbana se qualificava, proporcionando facilidades para a vida das famílias e para a produção, como energia elétrica, rede de telefonia, melhorias no sistema de transportes, alternativas de lazer. Como afirmou Durhan, a cidade criou novas necessidades de consumo e era onde o dinheiro circulava. A migração campo/cidade poderia ter sido mais intensa se importantes estabelecimentos industriais não se localizassem em áreas distantes da cidade, como foi o caso da tecelagem São Pedro, em Galópolis, e do Moinho Ítalo-Brasileiro, de Aristides Germani, na 9ª Léguas.

É impossível tratar da urbanização e industrialização de Caxias sem mencionar a ação dos empresários e dos operários. As empresas e a cidade desenvolveram-se juntas, e a classe trabalhadora fez-se sobre a base econômica da pequena propriedade familiar e das oficinas que foram transformadas em indústrias durante as primeiras décadas. Uma das mais importantes indústrias metalúrgicas foi a de Abramo Eberle, que chegou a ser considerada a maior empresa do ramo na América Latina, em parte do século XX. Enquanto isso, Caxias se tornava o segundo polo metal-mecânico do Brasil e a segunda maior cidade do Rio Grande do Sul. A seguir, o foco passa para o empresário, relacionando sua trajetória individual com a vida familiar e à frente de seus empreendimentos.

2.2 O EMPRESÁRIO, A FAMÍLIA E A EMPRESA

A partir das experiências do indivíduo Abramo Eberle, abordaram-se questões mais gerais relacionadas ao seu tempo, como o desenvolvimento econômico e social e a vida política da cidade. Uma referência que pareceu imprescindível foi a obra *Conde Matarazzo – o empresário e a empresa*, de Martins. Como Martins, também se procura “deslindar as características institucionais do desenvolvimento industrial brasileiro, na sua gênese”, integrando as dimensões do *geral* e do *individual*, procurando dar uma interpretação original para o objeto. (MARTINS, 1976, p. 1). Reconstituir-se-á a trajetória de Abramo partindo da origem familiar, intercalando com suas experiências nos diferentes meios.

A historiografia referente a Caxias traz muitas informações sobre a ação do empresário Abramo Eberle, sua empresa e família. Duas obras muito distintas se dedicam a biografar Abramo, relacionando sua trajetória à da empresa e à da família: uma veio a público na década de 40, escrita por Álvaro Franco, provavelmente sob encomenda da empresa, e outra foi lançada em 2006, sendo o resultado de uma pesquisa de mestrado da historiadora Heloisa Eberle Bergamaschi. Ambas têm pontos em comum (inclusive a primeira serviu de fonte para a segunda), mas a sua natureza as diferencia consideravelmente. Enquanto Franco enaltece as qualidades de seu biografado, traçando sua trajetória como uma epopeia para prestar-lhe uma homenagem, o trabalho de Bergamaschi lança um olhar mais crítico, interpretando suas fontes, que são cartas trocadas entre ele e seus filhos, com instrumental teórico-metodológico que o caracteriza como uma pesquisa acadêmica. Embora o texto de Bergamaschi seja permeado por lembranças familiares (por ela ser neta de Abramo), não deixa de ser um trabalho crítico; essas lembranças, em vez de desmerecerem sua pesquisa, enriquecem a análise.

Abramo foi o segundo filho de Giuseppe e Luigia Zanrosso Eberle. Ele nasceu em 2 de abril de 1880, em Monte Magré, uma localidade rural da comuna de Schio, na Itália. Quatro anos depois, o núcleo familiar emigraria à América, acompanhado pela sua avó paterna. Os Eberle saíram de Schio alguns anos antes de a cidade ser palco de um acontecimento que marcou a história do operariado italiano. Em 17 de fevereiro de 1891, a produção do Lanifício Rossi, maior complexo fabril de Schio, foi completamente paralisada por um ato grevista de grande repercussão. Os operários do Rossi paralisaram em função do anúncio de redução do valor pago por hora trabalhada. Verona afirma que esse movimento deu força à alcunha de

“cidade vermelha”, e levou a Schio a repressão policial e a imprensa de Vicenza, a capital da província. (VERONA, 2001). O *Lanerrossi* foi fundado em 1817 por Francesco Rossi, e foi um dos responsáveis pelo suporte industrial que caracterizou Schio, já na primeira metade do século XIX.

Essa industrialização precoce no contexto italiano fez da cidade um polo de atração de mão de obra, que se deslocava das atividades rurais, movimento populacional que se acentuou com a crise sofrida pela economia camponesa, a partir de 1870. O operariado do lanifício tinha forte ligação com o campo, o que provocava faltas durante os períodos de safras e instabilidade para a empresa, que buscava a fixação dos trabalhadores na cidade. Em 1872, o Lanifício vendeu ações para seus funcionários, e, no ano seguinte, transformou-se numa sociedade anônima. Já sob o comando de Alessandro Rossi, em 1873 foi inaugurada uma época de modernização da empresa, que, além da abertura de capital, passou a vender para o mercado externo atraindo dividendos que sustentaram sua expansão. (VERONA, 2001, p. 132-146). Alessandro Rossi estava à frente da empresa familiar e inserido na política institucional italiana. Em 1866, havia sido eleito deputado, e quatro anos depois para o Senado. Esse período da empresa foi acompanhado pelo crescimento de mais de 40% da população da cidade, que, em 1884, já contava com cerca de 12.000 habitantes. (p. 140). A cidade, onde estava o conhecido lanifício, e o campo, onde viviam os Eberle, estavam ligados pela transferência da população rural para o meio urbano, como a América e a Europa ligavam-se no século XIX pela migração.

Boa parte da população de Schio foi atraída dos campos vizinhos pela possibilidade de emprego no *Lanerrossi*. A família de Giuseppe Eberle e Luigia Zanrosso optou por outra estratégia. Entre as alternativas que as famílias da região escolhiam para afastar-se da crise da agricultura, a principal era migrar. Além de transferir-se para a cidade, também era comum as migrações temporárias para outros lugares da Europa, em tempos de safra, ou mesmo definitiva. Mas, entre as opções de novos lugares para fixar moradia, tinha força a de seguir o grande fluxo migratório, que transferiu milhões de europeus para a América.

Giuseppe Eberle tem uma trajetória interessante. Além de permanecer durante cinco anos no serviço militar, no tempo das “lutas garibaldinas”, Giuseppe era barbeiro ambulante. Esse ofício fazia frequentes suas idas à cidade, onde estava o *Lanerrossi*. Para batizar seu filho Abramo, escolheu um amigo proprietário de uma oficina de artigos em cobre, em Schio, que fabricava principalmente caldeiras e alambiques. Foi desse amigo que, antes de partir para o Brasil com a família, comprou alguns alambiques e caldeiras para trazer para a nova terra. Essa era uma prática comum, e indica que Giuseppe já conhecia experiências de outros emigrantes.

Esses objetos eram escassos onde a industrialização estava distante. Além dos objetos de metal, trouxe também chapéus e mudas frutíferas. O capital para a viagem veio da venda de uma granja em Monte Magré, e a comercialização dos produtos adquiridos antes da viagem complementar o montante.

Em 1884, a família chegou à Colônia Caxias. Giuseppe e Luigia viajaram com os filhos Eugênio Luigi, de 6 anos, Abramo Giuseppe, com pouco mais de 4, Maria Giuseppina com 2 e Maria Luisa com um ano de idade, mais a mãe de Giuseppe, a octogenária Catarina. Maria Luisa morreu durante o deslocamento de Porto Alegre para Caxias. (FRANCO, 1943, p. 33, 41). Nesse momento, 2.600 lotes coloniais já estavam vendidos. (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 48). Chegando à Colônia, Giuseppe adquiriu um lote rural e “um ano e meio depois de sua chegada a Caxias, em princípios de 1886, comprou de Francisco Rossi, funileiro, a pequena oficina do ramo, que possuía na Rua Sinimbu, juntamente com a casinha, tudo pela importância de Rs. 600\$000”, e o título de propriedade do terreno por Rs. 16\$000. (FRANCO, 1943, p. 44). Esse imóvel se localizava a meia quadra da capela de Santa Teresa, do núcleo urbano da Colônia e, além da abrigar a oficina e a residência, também passou a ser uma casa comercial.

Assim como na Itália, Giuseppe, desde sua instalação em Caxias, coordenava diferentes atividades, que proporcionavam ingressos para a economia familiar: cultivava um pomar num lote colonial de 8 hectares na 7ª Léguas; nesse lote também tinha alambiques usados na produção de graspa; sua esposa, conhecida como Gigia Bandera,⁸ trabalhava na oficina de funilaria e na casa comercial anexa, adquiridas em 1886 no centro comercial do núcleo urbano; trabalhava como barbeiro nos fins de semana na cidade; e, em 1892, já tinha adquirido um lote de terras na Linha Feijó, cultivado por agricultores contratados, cujo trabalho era coordenado por seu filho Abramo, que, na época, tinha 12 anos. Percebe-se que a renda da família era gerada por empreendimentos em todos os setores da economia local: como a grande maioria dos imigrantes, os Eberle trabalhavam com a agricultura e mantinham, na propriedade rural, algum tipo de beneficiamento da produção primária; como muitos dos habitantes de Caxias, a família também mantinha uma casa comercial, com o diferencial de ser muito bem-localizada, nas proximidades da praça central, da capela e dos escritórios oficiais; oferecia alguns serviços; e Gigia comandava a oficina de funilaria.

Abramo era peça importante nesse conjunto de atividades produtivas. Além de coordenar o trabalho dos operários rurais no lote da Linha Feijó, auxiliava nos outros

⁸ “Gigia” era o apelido para Luigia, e “Bandera” era a palavra que usavam para designar as mulheres que trabalhavam como funileiras.

componentes da organização da economia familiar. O trabalho era dividido entre todos os membros da família Eberle, e todos sob o comando patriarcal de Giuseppe. A opção pela diversidade de atividades é forte indício de que Giuseppe possuía conhecimento empresarial e vontade de enriquecer. Acredita-se que o pai de Abramo não era um “simples agricultor” do Norte da Itália, que teria imigrado para o Brasil em busca de garantias de sobrevivência para sua família, mas era um homem que buscava melhorar suas condições de vida, numa terra que prometia progresso e riqueza. Também é provável que Giuseppe já tivesse acompanhado experiências econômicas exitosas em Schio, já que abrigava um importante lanifício. Além do capital em dinheiro, Giuseppe trouxe de Schio o conhecimento de uma experiência industrial exitosa, além de outros tantos casos que suas experiências proporcionaram conhecer.

Se Giuseppe tinha esse conhecimento empresarial, também é possível que não ignorasse a importância da política para a sua vida. O fato de não ter deixado marcas de sua participação, de maneira alguma pode ser interpretado como certeza de sua abstenção. Num contexto onde a participação política dos colonos não era institucional, mas por meio de formas de pressão e expressão informais, o pai de Abramo pode ter figurado nas massas anônimas, que se mobilizavam em busca de seus interesses.

Abramo viveu sua infância ao lado da igreja e da praça da vila, onde os fatos políticos aconteciam ou repercutiam. Com 8 anos foi matriculado em uma escola, que frequentou por dois anos. Depois da aula, auxiliava no balcão da funilaria. Como era comum às crianças de Caxias, deixou a escola aos 10 anos, para que ela não atrapalhasse nas atividades consideradas mais importantes, como o auxílio que dava ao seu pai no lote da 7ª Léguas e à sua mãe na funilaria e na casa de comércio na vila. Com 12 anos foi mandado pelo pai ao lote da Linha Feijó, onde também permaneceu por dois anos, que constam na memória familiar como “um tempo de muito sacrifício e solidão” para Abramo. (BERGAMASCHI, 2006, p. 92). Nesse tempo, Abramo ocupou um posto importante na economia familiar, pois se responsabilizou pela produção de uma das três propriedades da família, sendo que cada uma das outras duas estava sob os cuidados de seu pai, na 7ª Léguas, e sua mãe, na sede Dante.

Segundo Franco, “coube a Abramo tomar conta da cozinha e preparar a comida para os colonos”, seus subordinados (1943, p. 79). Durante o tempo que passou lá, ele ficou morando em uma casa separada dos operários agrícolas. Ele voltou para o centro da vila por volta de 1894, para iniciar o aprendizado na funilaria que sua mãe coordenava.

Segundo Heloisa Bergamaschi,

os ensinamentos de Gigia para o jovem aprendiz o atraem cada vez mais para o ofício de funileiro. A mãe, que tem seis anos de prática, ensina o filho a lidar com a folha de Flandres, cortar, colocar rebites, fazer lamparinas, objetos de cobre, como alambiques e máquinas de sulfatar, ambas muito procuradas pelos colonos. (2006, p. 93).

Franco indica os ciclos de dois anos em que a infância de Abramo foi dividida: dois anos estudando, outros dois coordenando as atividades na Linha Feijó, e dois anos como aprendiz de sua mãe. (FRANCO, 1943, p. 82).

Em 1896, Abramo assumiu a funilaria do pai, com 16 anos, e, segundo o discurso mais conhecido, passou a administrá-la com autonomia. Começa nesse momento a experiência do jovem Abramo Eberle como “homem de negócios”, à frente da oficina de funilaria. Mas essa suposta autonomia se mostra relativa. A primeira decisão que teria que tomar foi a de adquirir ou não algumas máquinas de funilaria, que lhe foram oferecidas por um tal Bello. Segundo Franco, “interessou-se muito pelo assunto, mas nada quis resolver sem prévia consulta do pai” (1943, p. 107). Abramo teria aguardado o primeiro domingo em que seu pai iria à vila, acompanhado de toda a família. Franco coloca essas reuniões dominicais como um “costume” familiar. Abramo expôs ao seu pai o plano de adquirir as máquinas, assim como o fez quando apresentou a proposta de assumir a oficina. Segundo Franco, Giuseppe não aceitou a ideia num primeiro momento, fazendo algumas objeções, mas acabou concordando. Abramo, então, comprou uma máquina de remanchar, outra de cortar reto, uma de corte redondo e outra de fazer cilindros. (p. 107).

Desde o princípio de sua vida como empresário, Abramo era acompanhado por funcionários; no início eram dois: Rombaldi e Boff, que já trabalhavam sob o comando de Gigia, e produziam “lamparinas, canecos, baldes e a famosa ‘medida’, caneca de um litro que os colonos usam para medir o vinho”. (p. 94). Assim como o pai, Abramo investiu na diversidade de atividades: além da funilaria e da casa comercial, mantém uma vidraçaria e produz objetos de cobre. Segundo Bergamaschi, “os artigos produzidos pela funilaria são muitos e variados, sendo vendidos na loja de ferragens que funciona junto à oficina, juntamente com outros artigos não fabricados por eles. Nessa fase, também, Abramo faz trabalhos como o de troca e colocação de calhas, chaminés, reparos e serviços em geral”. (p. 94). Essas atividades em breve seriam acompanhadas da intensificação do comércio promovido por Abramo, como se verá a seguir.

Referindo-se ao período inicial da formação do mercado, Machado afirma que

logo o comércio local se mostrou insuficiente para escoamento ao excedente agrícola, mesmo porque os colonos produziam mais ou

menos os mesmos artigos, provocando a sua saturação, daí a necessidade de buscar novos parceiros no mercado regional, constituído inicialmente pela região de São Sebastião do Caí. (MACHADO, 2001, p. 162).

Os comerciantes teuto-brasileiros foram os primeiros intermediários dos negócios da Colônia Caxias, e, em função das dificuldades de transporte até a região de colonização alemã, o contato com eles era feito pelos comerciantes caxienses, que tinham os “carroções” apropriados, e não pelos próprios agricultores. (p. 164).

Os comerciantes se fortaleceram, e Abramo participou desse movimento. Logo o comércio ganhou mais importância na renda dos seus empreendimentos. Com o incremento de maquinário, Abramo passou a ir a Porto Alegre para adquirir matéria-prima para a oficina e artigos de louça e vidraria. Os biógrafos de Abramo não citam as datas nem a quantidade de idas a Porto Alegre, mas sabe-se que foram entre 1896 e 1901, quando tinha entre 17 e 20 anos. Nessas viagens para comprar matéria-prima, o empresário colocou-se em contato com a rede comercial do estado, que tinha a capital como grande centro. Ele aproveitou essas viagens para vender os produtos que seu pai produzia na propriedade rural da família. Enquanto isso, Caxias crescia e, junto com a cidade, aumentava a demanda por produtos no mercado local. Abramo “em pouco tempo torna-se um comerciante, conhecedor do seu negócio”. (BERGAMASCHI, 2006, p. 95).

Isso fica claro a partir de 1901, quando, após seu casamento, “resolve fazer uma viagem a São Paulo em busca de mercado para os produtos da região colonial italiana”. (p. 103). O sucesso dessa primeira empreitada o leva a uma segunda, no ano seguinte. O comércio exportador se mostra lucrativo, e Abramo

restringe as vendas aos seus melhores fregueses. Continua enviando para São Paulo e para Porto Alegre os produtos coloniais. Parte dos produtos ele os compra diretamente dos colonos, e parte recebe em consignação. Com o lucro conseguido com o comércio, passa a diversificar as atividades comerciais. Os negócios realizados são compensadores, mas não desiste do ramo metalúrgico. (BERGAMASCHI, 2006, p. 106).

Antes dele, sabe-se que outro imigrante também realizou viagens a São Paulo com o objetivo de comercializar no centro do País. Antonio Pieruccini era italiano, veio de Lucca na Toscana para o Brasil em 1872, quando iniciou suas atividades. Chegou em Caxias com sua família em 1880, com 34 anos, e declarou ser negociante quando adquiriu meio lote urbano e um lote rural, na 7ª Léguas. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 111, 421, 663). Pieruccini foi a São Paulo em 1898, e vendeu vinho gaúcho na cidade de São Simão. (FRANCO, 1943, p. 124). Em

documentos do início do século XX, Pieruccini aparece como proprietário de uma vinícola de grande porte.

Os investimentos de Abramo têm retorno, seus negócios são diversificados, e a cidade se transforma rapidamente. As estradas foram melhoradas, a produção rural do município aumentou, o mercado foi se complexando, e os comerciantes organizaram-se na busca de influenciar as decisões políticas. Para Machado, a importância econômica dos comerciantes exigia sua organização “em uma entidade representativa que pudesse congrega-los de forma a uni-los para fortalecê-los como um grupo dominante. Muitas eram as reivindicações no sentido da melhoria da infra-estrutura local, para que as atividades mercantis pudessem ter seu fluxo normal”. (MACHADO, 2001, p. 167). Para isso, fundou-se a Associação dos Comerciantes de Caxias em 1901, que procurou “relacionar-se com as entidades governamentais do município e do estado e com as suas co-irmãs das diversas cidades gaúchas”. (p. 171). Segundo Machado, a Associação “passou a liderar as questões inerentes ao município, inclusive as relacionadas com o setor rural, pois a Colônia não estava organizada, e quando precisava de apoio para os seus problemas, recorria à Associação, que passou a ter uma relação muito íntima com a agricultura”. (p. 171).

Inicialmente, Abramo não participou da Associação dos Comerciantes, que é caracterizada por Machado e Herédia como “uma entidade comunitária, de forte cunho associativo e reivindicatório, interferindo, substancialmente, na vida econômica de Caxias do Sul e dos municípios vizinhos”. (MACHADO; HERÉDIA, 2001, p. 14). Ela foi fundada por um grupo de quarenta e sete empresários, que iniciaram o movimento de organização do setor patronal, “sob a liderança dos comerciantes, com o intuito de formar uma associação de classe para intermediar as relações com o poder público e com as instituições congêneres existentes em outros municípios”, interferindo nos processos decisórios de questões consideradas essenciais para o crescimento econômico. (p. 19). E isso realmente foi feito. Depois da fase de implantação, a Associação “passou a atuar intensamente na vida econômica de Caxias com a Intendência, com o Governo do Estado e com todos os vários organismos públicos e privados que tivessem algum envolvimento com os interesses ligados às classes produtoras”. (p. 19).

A primeira luta da Associação referiu-se à cobrança de impostos municipais. O Conselho Municipal deliberou aumentar os impostos aos colonos em dezembro de 1901, e a Associação reagiu contrária à medida. A posição da entidade dos comerciantes foi comunicada em audiência com o Intendente José Cândido de Campos Júnior, ocasião na qual se deu o primeiro conflito da Associação com o Poder Público municipal. O intendente não reconheceu o

caráter jurídico da entidade, portanto não a considerou legítima para representar a categoria e manteve a decisão tomada. Como resultado disso, os responsáveis pela Associação imediatamente a registraram no Registro de Hipotecas e oficiaram ao presidente do estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, mencionando uma “guerra” do intendente contra a Associação. (p. 20). Essa foi a primeira desavença entre a organização dos comerciantes e as autoridades municipais e a primeira queixa ao governo estadual; outras desavenças ocorreram e as queixas ao presidente Borges de Medeiros não cessaram a partir de então.

Além dos impostos, outros assuntos ganharam destaque na atuação da Associação, como as dificuldades da produção e comércio do vinho, a melhoria das estradas, os serviços de distribuição de correspondências, etc. Segundo as autoras, “em 1904 a Associação já tinha conquistado um forte poder político, ao ser consultada pelo Presidente do Estado para indicar o candidato que representasse o eleitorado republicano nas eleições municipais para o cargo de Intendente”. (p. 22). A intenção da maioria dos comerciantes era a não reeleição de Campos Júnior, e isso foi expresso ao presidente do estado, resultando na eleição de Serafim Terra para o governo do município. Terra teve como vice um importante comerciante caxiense, Vicente Rovea, que veio a assumir a intendência em 1907, com a vacância do cargo. Além da eleição de um intendente que representasse seus interesses, os comerciantes de Caxias demonstraram seu poder político em outras oportunidades, como a mudança de localização de obras públicas estaduais, de modo a favorecer a cidade. (p. 23).

Em 1906, a Associação teve sua primeira crise interna, mas as fontes não esclarecem os possíveis motivos. Em janeiro de 1907, Hugo Ronca, então presidente da entidade, renunciou ao cargo, mas sua abdicação não foi aceita pelos sócios presentes na assembleia. Na mesma ata em que é registrada a renúncia, consta a entrada de cinco novos sócios, entre eles Abramo Eberle. Como dito anteriormente, no início Abramo não participou diretamente dessa organização, e assim que aderiu à Associação ela foi extinta, para voltar às atividades anos depois. (p. 26).

A primeira década do século XX na vida de Abramo começa com seu casamento, em janeiro de 1901. A união com Elisa Venzon foi um acontecimento muito importante na sua vida, marcando mais um passo no movimento em busca de independência da família paterna. Na ocasião, Abramo tinha 21 anos incompletos, e Elisa dezessete. Ela era filha de João Venzon, proprietário de um moinho e de uma serraria, e, segundo Franco, eram “prósperos”. (FRANCO, 1943, p. 105). Seu sogro passou a ser também seu fornecedor, e a presença de Elisa cuidando dos negócios em Caxias permitiu que Abramo realizasse viagens para São Paulo, que foram o

ponto de partida para seu estabelecimento como comerciante exportador. Em 1904, um outro fato viria a marcar a trajetória do empresário: Abramo estabeleceu sociedade com Luiz Gasparetto, ex-empregado da metalúrgica Amadeo Rossi, que possuía máquinas de ourivesaria. Eberle e Gasparetto formaram uma pequena fábrica metalúrgica, independente da funilaria de Abramo. Nesse novo empreendimento, trabalhavam Pedro Mocelin, técnico, ex-colega de emprego de Gasparetto, e o ourives Érico Raabe. (BERGAMASCHI, 2005, p. 107).

Nessa mesma década, nascem seus primeiros filhos. O primogênito, José Abramo, nasceu em 16 de dezembro de 1901. Depois vieram Angelina, em 1º de abril de 1904, e Rosália, em 31 de janeiro de 1906. Outro menino nasceu em 21 de novembro de 1907, Julio João, e Adélia em 30 de julho de 1910. A família de Abramo, em 1910, é composta pelo casal, que já tem quase uma década de casados, ele com 30 anos e ela 26, já têm um filho de 9, Angelina com 6 anos, Rosália completando 4 e Julio com quase 2. José Abramo, o Beppin, frequentava o Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Caxias. Diferente de seu pai, Beppin completaria os estudos básicos antes de começar seu primeiro estágio na empresa da família, que foi aos 18 anos, em 1919.

A década de 10 foi de grande crescimento para os empreendimentos de Abramo. “Para dedicar-se mais à fábrica, vende as máquinas e ferramentas da velha funilaria, mas a velha oficina de Gigia não é desmanchada.”⁹ Ele realizou sociedades relevantes, como a com Reinaldo Kochenborger, em 1912, que resultou em uma nova empresa dedicada à produção de jóias. (BERGAMASCHI, 2005, p. 109).

A fotografia abaixo indica a relação entre a Abramo Eberle & Cia. e a Bromberg & Cia., de Porto Alegre. Há divergência na datação da fotografia, já que, na ficha de catalogação do AHMJSA, há a data de 1911, e em inscrições no verso da fotografia há os anos 1914 e 1912. Essa possível parceria não consta nas biografias de Abramo. Segundo anotações manuscritas no verso da própria fotografia, “a firma era agente dos Srs. Bromberg & Cia., de Porto Alegre, que naquele ano comemorou seu 50º aniversário. 1912”. A faixa estendida no alto do depósito de máquinas deixa clara a comemoração dos 50 anos de vida da empresa Bomberg & Cia. Segundo matéria publicada no jornal *Agora*, da cidade de Rio Grande, a Bromberg & Cia. foi fundada em 1863 em Porto Alegre, por Martim Bromberg. (TORRES, s. d.). Ele teria emigrado da Alemanha para o Rio Grande do Sul em 1863, e adquiriu parte da Jacob Rech & Cia.,

⁹ Quando decidiu substituir a velha casa de madeira, Abramo madou construir uma réplica dela, da antiga oficina onde sua mãe trabalhava, e foi instalada no alto do arranha-céu que abrigava os escritórios da empresa, no centro de Caxias.

empresa que importava manufaturas e ferragens nesse mesmo ano. Logo, a comemoração dos cinquentenário da empresa teria ocorrido em 1913.



Figura 3: Depósito de máquinas de Abramo Eberle & Cia. Caxias, 1913

Fonte: Coleção Eberle S.A. Acervo do AHMJSA.

Essa matéria de jornal diz usar como fonte o livro/álbum *Bromberg & Cia. (1863-1913)*, uma edição bilíngue, sem local, datada de 1913. Em 1873, Martim retorna a Hamburgo e deixa

os negócios estabelecidos na América, sob os cuidados de funcionários. Desde a Alemanha, Bromberg continuou a ampliar as atividades no Brasil, abrindo novas casas de importação de ferragens e ferramentas. Em 1912, os negócios da Bromberg e Cia., no mercado sul-americano, chegaram a 50 milhões de marcos, colocando a empresa como a maior entre os exportadores hamburgueses que negociavam com a América do Sul. Segundo a reportagem, nas firmas brasileiras e argentinas dos Bromberg, havia depósitos permanentes de todas as espécies de automóveis, máquinas para funilarias, máquinas para fábricas de cerveja, prelos de impressão, dínamos, motores de explosão ou a vapor, motores elétricos, artigos para instalações elétricas, máquinas de manipulação de madeira, caldeiras, “locomoveis”, máquinas de agricultura, máquinas para fábricas de papel, bombas, aparelhos para quadros de distribuição, telefones e telégrafos, ferramentas e máquinas-ferramentas, assim como máquinas para olarias e ferragens de toda espécie.

Em 1913, Pedro Mocelin passou a ter participação no capital da metalúrgica. Quando o equipamento foi adquirido, em 1904, Mocelin participou da compra, mas não da sociedade. Isso só foi mudado quase uma década depois. Segundo Franco, ele foi o primeiro contramestre e exerceu a função de “contramestre geral” na metalúrgica. Nos registros de operários da empresa, Mocelin é o mais constante. Figura na primeira página de quase todos os livros de controle de colaboradores, inclusive na única caderneta de registro de multas que restou, referente ao ano de 1911, na qual sua página está em branco. Quando os operários passaram a ser numerados, à Mocelin foi atribuído o número 1. Ele permaneceu na empresa até a morte, em 1937. (FRANCO, 1943, p. 153).



Figura 4: Retrato da família Eberle. Sentados: José Eberle e sua esposa Luiza Eberle, ladeados pelos filhos Abramo à direita e Pedro à esquerda. De pé, suas filhas Amábile, Rosina, Maria e Catarina. Caxias, 1910
Fonte: Coleção Eberle S.A. Acervo do AHMJSA.

A ligação de Abramo com seu núcleo familiar de origem continuava forte. Na fotografia acima, Abramo posa ao lado de seus pais em 1910, representando seu papel de filho, de membro da família comandada por Giuseppe Eberle. Seu irmão mais novo, Pedro Eberle, que está à esquerda na fotografia, aparece nos registros de colaboradores da empresa do acervo do AHMJSA, desde os mais remotos, de 1906, até 1909. Segundo Franco, Pedro começou a trabalhar “nos primórdios da organização, rapazinho de seus 17 anos ainda”, e se tornou o *braço direito* do chefe, inclusive substituindo-o em afastamentos eventuais. Participou do cotidiano da empresa, passando a ser seu sócio em 1917, quando Abramo substituiu a “Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle & Cia.” pela “Abramo Eberle & Cia.”, com capital social de oitocentos contos de réis. Essa firma foi estabelecida em sociedade com seus antigos companheiros Luiz Gasparetto, Eduardo Mosele e Pedro Eberle, seu irmão. Pedro morreu em 1921, com 35 anos, e sua parcela do capital da empresa passou ao nome da viúva e de seus dois filhos, Ildefonso e Zulmir. (FRANCO, 1943, p. 153).

Outro sócio foi Eduardo Mosele, que teria levado à organização “o concurso de uma vontade operosa e a energia de seus anos juvenis”. Ele permaneceu na sociedade até 1933, e algum tempo depois abriu a E. Mosele & Cia., importante cantina de Caxias. (FRANCO, 1943, p. 153).

Durante a Primeira Guerra Mundial e nos anos seguintes, o empresário teve que tomar decisões que marcaram o futuro dos seus empreendimentos. Segundo Bergamaschi, em função da escassez do material metálico, Abramo “num gesto arrojado adquire a matéria-prima disponível no Brasil e, ainda, em sua busca vai a Buenos Aires e a Montevideú. Na capital argentina compra mais uma prensa para cortar metais”. (BERGAMASCHI, 2005, p. 110). Sobre a importância da Primeira Guerra Mundial nos negócios de Abramo, Franco afirma que “a guerra criara possibilidades tais para o desenvolvimento dos negócios em geral e em especial para o ramo de metalurgia, que não seria dado prever aos mais audaciosos e otimistas até onde elas chegassem”. (FRANCO, 1943, p. 154).

Segundo Lazzarotto, “a situação durante a 1ª Guerra Mundial não foi muito tranqüila, pois não houve balanço em três anos durante o conflito. Mesmo assim, observamos um crescimento ao lado do progresso de toda a região neste período”. (LAZZAROTTO, 1981, p. 33). Esse progresso medido por Lazzarotto realmente é significativo: “de 1916 a 1919, embora não fosse feito balanço em dois anos consecutivos, os lucros foram muito bons, superando em mais de quatro vezes os lucros dos anos que antecedem” (p. 33). Os negócios continuaram a crescer, e as novas parcerias firmadas representavam ampliações em instalações e negócios. Em 1920 foi criada a Eberle, Mosele & Cia., com Leonel Mosele e Fiorelo Arpini, que assumiu e ampliou a loja de ferragens, louças e vidros. (BERGAMASCHI, 2005, p. 110). Franco afirma que Fiorelo Arpini fora colaborador de Eberle desde os tempos da “velha funilaria”, mas o seu nome não consta nas anotações sobre funcionários.

Em março de 1918, Gigia Bandera morreu. A mãe de Abramo aparece na biografia como sua aliada em momentos importantes de negociação com o pai, mas a falta da mãe já não prejudicaria suas intenções, pois a autonomia em relação à família paterna nesse momento parece ser quase completa. Beppin já tinha mais de 18 anos, havia completado os estudos básicos e realizava um estágio nos negócios do pai. Nesse meio tempo, nasceu Zaíra, cuja data de nascimento não consta nas biografias de Abramo, e Lília, em abril de 1919. Quando Lília nasceu, Angelina estava com 15 anos, Rosália e Júlio tinham 13, Adélia apenas 9. Em abril de 1920, Abramo, Elisa, Beppin e Angelina partiram para a Europa, via Nova Iorque, passando por

Montividéu e Buenos Aires. Os outros filhos ficaram em Caxias, sob o cuidado de familiares, inclusive o bebê de um ano.

Em Nova Iorque, um dos objetivos de Abramo era encaminhar sua esposa para uma consulta médica, pois Elisa sofria de palpitações constantes, problema que os médicos no Brasil não conseguiram resolver. Além disso, desejava conhecer novas tecnologias e fontes de fornecimento de matéria-prima para a metalurgia. Por último, planejava matricular Beppin em uma escola técnica nos Estados Unidos, o que acaba não acontecendo por causa da exigência de “extrema especialização” dos programas de estudos norte-americanos. (FRANCO, 1943, p. 163; BERGAMASCHI, 2005, p. 111).

Abramo adquiriu equipamentos e visitou fornecedores de matéria-prima. Passou mal nos EUA, em função de uma úlcera. O médico que atendeu Elisa acabou também por atender Abramo, receitando-lhe repouso. Permaneceram quase quatro meses nos EUA, e embarcaram diretamente para a Itália em agosto de 1920. Lá, desembarcaram em Nápoles e se dirigiram a Trieste, com a intenção de visitar a região de Fiume. Nesse tempo, Fiume era uma espécie de cidade-estado e se encontrava em disputa entre a Itália e a Iugoslávia. Não fica claro qual o interesse dos Eberle nesse conturbado povoado. “A região está sob intervenção militar, sendo proibida a entrada de estrangeiros. Abramo então apresenta ao comando militar de Trieste o documento de Major da Guarda Nacional Brasileira, conseguindo a permissão para ele e sua família visitarem o local”. (BERGAMASCHI, 2005, p. 112). Elisa e Abramo continuavam doentes, e consultaram médico em Milão. Foi recomendada a Elisa a estadia em uma “estação de águas”, e a família partiu para uma temporada em Salso Maggiore, na província de Parma. “Seguem depois a Roma, e são recebidos pelo Papa Bento XV” (p. 113). Depois da bênção papal, vão a Monte Magré, onde Abramo nasceu. “Depois de rever parentes e os lugares de sua infância, reinicia sua pesquisa na Itália. Em Schio visita metalúrgicas, e, em Bassano, visita uma fundição de sinos.” (p. 113).

Na Europa, continuou procurando uma escola para encaminhar Beppin, e informou-se sobre o ensino técnico na Itália e na Alemanha. Industriais italianos lhe indicaram o Instituto Técnico de Mittweida, na Saxônia, “afirmando que nessa área o ensino na Alemanha é melhor do que o da Itália”. (BERGAMASCHI, 2005, p. 113). A matrícula de Beppin foi realizada nessa mesma viagem. Depois voltaram a Milão, reencontrando Elisa e Angelina, e seguiram todos a Paris. Na capital francesa, “enquanto mãe e filha passeiam”, os dois homens visitaram diversas fábricas, atentando-se para as de artigos religiosos. Regressaram para a Itália, onde fecharam outros negócios, compraram máquinas e produtos manufaturados. (p. 113). De Gênova,

voltaram ao Brasil depois de dois anos de viagem pela América e Europa. Ao chegarem, Lília já tinha três anos.

Beppin ficou na Europa e, então, passou a estudar mecânica e eletrotécnica em 1922 na escola escolhida. Mittweida era uma pequena cidade alemã próxima a Leipzig, cidade industrial “com fábricas de máquinas, fundições de ferro e de fiações”. Retornou a Caxias depois de concluir o curso em 1926. (BERGAMASCHI, 2005, p. 113). As filhas Rosália, Adélia e Zaíra estudaram no Colégio Sevigné, em Porto Alegre. (GIRON; BERGAMASCHI, 1993, p. 15). O estudo também foi o destino de seu irmão, que começou no Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Caxias, até ser encaminhado para o internato do Instituto São José, em Canoas, onde Beppin já havia estudado. Júlio estudou em Canoas até 1924, quando concluiu o Curso Comercial. Diferente do mais velho, o segundo filho homem de Abramo continuou seus estudos no Brasil, no Colégio Mackenzie, em São Paulo. Nessa escola, Júlio recebeu ensino teórico e prático, e demonstrou mais interesse pelas ciências humanas. Ele terminou seus estudos em 1926, quando voltou a Caxias e passou a estagiar na empresa paterna. (BERGAMASCHI, 2005, p. 171-177). Os dois filhos retornaram à cidade natal no mesmo ano, sendo que o primeiro formado por um curso técnico na Europa, e o segundo voltou de São Paulo com conhecimentos comerciais e interesses pelas humanidades.

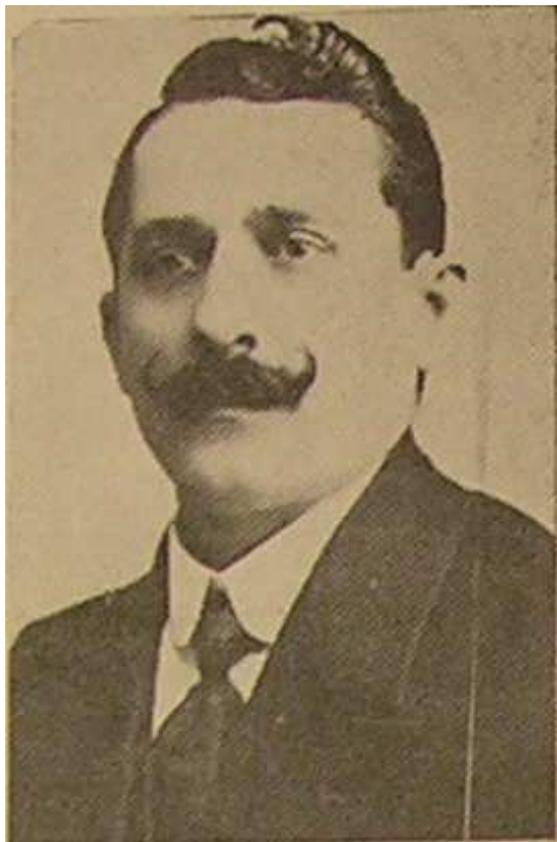


Figura 5: “Sr. Abramo Eberle, grande industrial de Caxias”

Fonte: Almanack do Comércio do Rio Grande do Sul da revista *Industria e Comercio O progresso*, 1922,, p. 452. (Acervo do CEDOC-UCS).

Abramo voltou de seu giro pela América e Europa num período de grande projeção pessoal. Ele já havia exercido o cargo de vice-intendente em vários períodos nas gestões de Vicente Rovea (1907-1910) e de José Penna de Moraes, em períodos da década de 10. Foi vice-intendente escolhido por Penna de Moraes, na sua gestão de 1920 a 1924, quando recebeu várias homenagens, tanto pelo seu êxito empresarial quanto pela atuação política. Depois participou ativamente da eleição de Celeste Gobbato, em 1924, quando foi eleito vice-intendente. Segundo Giron e Bergamaschi, a presença de Abramo Eberle foi muito importante para a “calmaria política”, nesses períodos em que ocupava o cargo de vice-intendente, por ele ser “o maior industrial da região e um dos maiores do Brasil”. (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 83). Bergamaschi acredita que

Abramo passou a participar da vida política com Vicente Rovea que era seu cunhado e de quem era Vice-Intendente. As cartas demonstram a influência do empresário na comunidade quando é solicitado a solucionar

problemas; acredita-se também que, por ser um empresário de sucesso, vai participar ativamente da política regional. (BERGAMASCHI, 2005, p. 65).

Nesse meio tempo, foi instalada uma forjaria, em 1923, quando passa a fabricar lâminas de facas e espadas, e o capital da empresa eleva-se para um mil contos de réis. (BERGAMASCHI, 2005, p. 114). Em 1925 iniciou a fabricação de artigos sacros e, em 1929, mudou o nome para Grande Fábrica Metalúrgica Abramo Eberle & Cia. (LAZZAROTTO, 1981, p. 35). A forjaria e a fabricação de artigos sacros demonstram a sofisticação da produção da empresa na década de 20, enquanto essa mudança na denominação evidencia outra proposta de comunicação, que exaltava a dimensão que a fábrica tomava.

Em 1921 foi eleita a nova diretoria da Associação de Comerciantes, cujo presidente passou a ser Adelino Sassi, muito presente na biografia de Abramo. Segundo Franco, cuja principal fonte de sua pesquisa acredita-se terem sido as memórias de Abramo, ele e Lino (como Adelino Sassi era carinhosamente chamado) conheceram-se quando crianças, na escola. Segundo o autor, suas “ligações infantis se encaminharam para uma sólida amizade que o tempo nada mais fez que não robustecer”. (FRANCO, 1943, p. 72). Abramo estava inserido na política ligada ao estado e à classe patronal. Em 1920, Abramo já estava entre os maiores empresários brasileiros, e, a partir de 1924, são claras as ligações dele com o movimento fascista italiano. Em janeiro de 1924, o advogado Stefano Paternó, que passou por Caxias na década de 10, organizando o movimento cooperativista, escreveu uma carta a Abramo desde a Itália, em papel timbrado da “Confederazione Corporazione Sindicale Fasciste - Sindicato Nazionale del Commercio e Media Industria - Sindicato Provinciale del Commercio e Media Industria”. Nessa carta, Paternó chama Eberle de *amico*, e pede informações sobre o comércio de Caxias e do Brasil. (BERGAMASCHI, 2005, p. 115). Esse é o mais remoto indício do envolvimento de Abramo com o movimento fascista, posteriormente intensificado, quando foi condecorado pelo governo italiano junto com outros como Celeste Gobbato, o construtor Silvio Toigo e o industrial Aristides Germani. (GIRON, 1994, p. 106). Além disso, consta uma carteira de identificação do partido fascista entre os documentos de Abramo guardados pela família Eberle, que foram relacionados no relatório do levantamento do acervo deixado por Júlio João Eberle, realizado entre 1991 e 1992 por Giron e Bergamaschi.¹⁰ Carteira semelhante também

¹⁰ Relatório do projeto de pesquisa “Perfil de um empresário – Júlio João Eberle”, de Loraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamaschi [s/ data e s/ paginação]. (Fundo CCHA/UCS – Grupo DHG, acervo do CEDOC-UCS).

tinha o empresário Aristides Germani, e quem a assinou em nome da secretaria da organização fascista, foi Silvio Toigo.¹¹

Esses empresários que vieram a aderir ao movimento fascista na Região Colonial Italiana, principalmente nos anos 30 e 40, começaram a despontar como “grandes empresários” nas primeiras décadas do século XX. Antes de sua viagem pela Europa e de ter ascendido na vida política principalmente na década de 20, Abramo já era considerado um “grande empresário”, mas quase sempre visto no interior de um grupo de outros homens de negócios de sucesso. Isso pode ser constatado no Número Único, publicação de 1915 mencionada anteriormente. Ela traz, além de Abramo, o empresário Aristides Germani, do moinho Ítalo-Brasileiro; Hérculos Galló, do Lanifício Chaves-Almeida e Amadeo Rossi.

Aristides Germani chegou ao Brasil em 1885, e começou sua vida na colônia italiana trabalhando na lavoura de seu tio, Emmanuel Santini. Ele veio da Itália já com a formação de técnico em moagem de trigo, e passou a trabalhar no moinho de Giuseppe Vaccari, e depois no de Paulo Otolini. Segundo Pesavento, “face a sua experiência no setor moageiro, introduziu na região o polidor mecânico de grau, por ele mesmo idealizado e fabricado”. (PESAVENTO, 1983, p. 168). Em 1888, já tornou-se diretor do moinho de Antônio Feijó e, no ano seguinte, dirigiu o de Antonio Corsetti. “Em 1891 conseguiu comprar terras próximas a uma queda d’água para a construção de um moinho a cilindro. Dez anos mais tarde, conseguiu montar o primeiro moinho hidráulico, com grande sucesso.” Mas, foi em 1912 que Aristides Germani introduziu um novo sistema de cilindros mecânicos, o que proporcionou significativo aumento de potencial produtivo. Em 1914, foram contados no estado mais de 900 moinhos, a maioria operando com sistema tradicional de pedras, mas alguns eram mais modernos, movidos a cilindros, a vapor e à eletricidade, entre eles o de Germani. (p. 168). Aristides Germani é um nome frequente na política patronal e da municipalidade, desde o início do século XX. Na parte referente ao Moinho de Germani no álbum sobre a visita da embaixada italiana, é mencionado um filho de Aristides, não nomeado, mas com sua “capacidade de trabalho, competência e inteligente zelo profissional” elogiados. (LEMBRANÇA..., 1918).

Hércules Galló nasceu em 26 de junho de 1869, na comunidade de Crocemosso, em Biella, antiga província de Vercelli na região do Piemonte, na Itália. Seu pai, Giuseppe Galló, já era proprietário de um lanifício localizado na mesma comunidade. Hércules foi preparado para assumir os negócios da família, e estudou na Escola Profissional de Biella, que preparava recursos humanos para diversas atividades, das artes aos conhecimentos técnicos industriais.

¹¹ Fundo Silvio Toigo do AHMJSA.

Em 1870, Biella era considerada o centro mais forte de lã do Piemonte, pois concentrava uma série de grandes lanifícios. Ainda na Itália, casou-se com Edwige Strona, cuja família também trabalhava com lã. Edwige tinha formação escolar e entendia de negócios. O casal teve dois filhos na Itália, e o terceiro nasceu no Brasil. Segundo a biógrafa de Galló, Vania Herédia, o casal tinha

bons motivos para partir para o Brasil e buscar novas formas de investir o seu capital. A experiência italiana apontava para várias dificuldades que as indústrias da lã enfrentavam no final do século XIX, entre elas a escassez de capital, o custo da matéria-prima, as dificuldades de transporte, os impostos e o maquinário (HERÉDIA, 2003, p. 37).

Hércules Galló deixou o lanifício paterno em Valle Mosso em 1899, com a morte do pai. “A fortuna que trouxe ao Brasil havia se originado da divisão de bens provinda da morte do pai e da divisão da herança com seus irmãos.” (p. 41). Na América, a ideia inicial de Galló era viver no Rio de Janeiro, onde chegou a exercer funções em fábricas de fiacção e tecelagem por um período, e depois resolveu viver em Porto Alegre, onde também se empregou na área. Uma das indústrias em que trabalhou, no Rio de Janeiro, era de propriedade do Coronel Manoel Py, comerciante de Porto Alegre, que tinha ligações com a firma gaúcha Chaves & Almeida, com a qual Galló viria a estabelecer sociedade anos depois.

Em 1904, Hércules Galló comprou uma tecelagem no interior de Caxias, organizada sob a forma de cooperativa e que apresentava uma série de dificuldades. Essa cooperativa havia sido iniciativa de integrantes de um grupo de imigrantes italianos provenientes de Schio, antigos operários do Lanifício Rossi, que teriam sido expulsos da cidade em função da conhecida greve de 1891, e chegaram ao Brasil em março do mesmo ano. Esses ex-operários do *Lanerrossi*, que se instalaram em lotes agrícolas no interior de Caxias, teriam se unido a alguns colonos que já moravam nas Quarta e Quinta Léguas, e fundaram a Cooperativa Têxtil. Depois de comprar o lanifício, Hércules Galló intensificou relações com a Casa Comercial Chaves & Almeida e, em uma viagem a Paris, encontrou Pedro Chaves Barcellos, importante figura do grupo econômico da família, com quem acertou uma união de capital da empresa comercial porto-alegrense com a manufatura industrial caxiense. Essa sociedade se efetivou em 1912, e deu origem à Companhia Chaves Irmãos, que viria a transformar a tecelagem de Hércules Galló, que já estava entre as maiores indústrias têxteis do estado, em uma “grande indústria”. (HERÉDIA, 2003, p. 90-95).

No álbum comemorativo da visita da embaixada italiana, em 1918, Hércules Galló aparece como “superintendente administrativo” do lanifício do qual era sócio, que teria “mais de 250 operários” na época. A vila formada em torno da fábrica passou a chamar-se *Gallópolis*

(LEMBRANÇA..., 1918). Hércules Galló morreu em maio de 1921, e até então esteve à frente da administração do lanifício. Com sua morte, a viúva Edwige decidiu se desfazer dos bens e retornar à Itália. Ela voltou definitivamente à Europa no final da década de 20, e deixou os bens que não foram vendidos sob a administração de Adelino Sassi e Miguel Muratore, que permaneceram por muitos anos como procuradores da família. (HERÉDIA, 2003, p. 61). Assim como Eberle, Galló também exerceu o cargo de vice-intendente e participou da política patronal. Também foi eleito para o Conselho Municipal e, em 1913, foi eleito deputado pelo PRR, sendo o primeiro representante da região na Assembleia dos Representantes do estado. Segundo Herédia, sua participação política “foi uma constante”. (p. 53-57).

Um terceiro integrante do grupo dos destacados é Amadeo Rossi. A Metalúrgica de Amadeo Rossi & Filhos surgiu no ano 1892, por iniciativa do próprio Amadeo, um dos pioneiros nesse ramo. No primeiro ano de atividade, dedicou-se à construção de utensílios em lata, mas logo passou a trabalhar o metal. Desde então, o estabelecimento cresceu muito. Em 1915, os filhos de Amadeo já participavam da administração da empresa. (NÚMERO ÚNICO, 1915). Ela situava-se na Avenida Júlio de Castilhos, a principal da cidade, e tinha as seções de “selaria; a metalúrgica com objetos de ouro e prata, e outros artigos de metal; a relojoaria; a funilaria na qual eram fabricados objetos de cobre, alambiques, tachos, baldes, em folha de flandres, entre outros objetos, etc.” A fundição trabalhava os moldes para a fábrica, e, segundo Giron e Bergamaschi, “a 16ª seção da fábrica era a loja para vendas a varejo de todos os produtos por ela produzidos, mais miudezas, vidros, ferragens e molhados”. (GIRON; BERGAMASCHI, 2001, p. 107).

Rossi era um franco concorrente da oficina dos Eberle. Segundo Franco, quando Abramo assumiu a oficina, Amadeo Rossi já estava estabelecido “com uma casa bem sólida, que além do cobre, trabalhava outros metais”. (FRANCO, 1943, p. 112). A qualidade da produção dessa empresa é propagandeada na publicação por meio dos prêmios recebidos. Em 1901, fez parte da Exposição Estadual, obtendo o primeiro prêmio; em 1908, conquistou dois primeiros prêmios; na de Torino em 1911, duas medalhas de ouro; na Exposição Agropecuária de 1912, outra medalha de ouro; e na de Santa Maria de 1914, outro primeiro prêmio.

Em 1911, a empresa já contava com 100 operários, entre homens e mulheres, e em 1915 cerca de 80. Era apresentada como uma das mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul, no que concerne à fabricação de trabalhos em metal e artigos de montaria em geral. Continuava a fabricar os tradicionais produtos de metal, artigos para montaria, etc., mas

anunciava uma grande novidade: seria a primeira fábrica nacional a produzir munições para arma de fogo.

Amadeo Rossi é uma figura quase apagada na história de Caxias. Apesar de ser um dos grandes empresários no período de desenvolvimento acelerado, parece não ter tido uma atuação sindical ou na política partidária muito intensa. Ele é mencionado como um sócio-fundador da Associação Comercial de Caxias, mas aparentemente nunca assumiu nenhum cargo de relevo. Tampouco consta seu nome entre os adeptos do fascismo. Talvez na decisão de transferir a fábrica para São Leopoldo, na década de 30, encontramos alguma explicação para isso. Abramo Eberle foi assediado por representantes de Montenegro, que o convidaram a transferir suas instalações para lá, oferecendo mais energia elétrica para a ampliação dos seus negócios, e o assunto causou celeuma quando a Associação dos Comerciantes tomou conhecimento. A entidade patronal logo mobilizou importantes “forças vivas” da cidade para impedir a transferência. (MACHADO; HERÉDIA, 2001, p. 47-48). Não se tem notícia de nenhuma ação semelhante quando a empresa Amadeo Rossi optou pela mudança. Em São Leopoldo, Amadeo Rossi é nome de rua, escola, foi homenageado com monumentos, etc.

Abramo Eberle fez parte de um grupo de imigrantes que ascenderam econômica e socialmente em um período cujo contexto favoreceu isso. De Amadeo Rossi, temos poucas informações, mas na trajetória dos demais empresários encontramos certo padrão. Os três passaram pela experiência como trabalhadores no início da carreira. Abramo trabalhava para a família, obedecendo às ordens de seu pai e coordenando o trabalho dos operários rurais de uma das propriedades da família ainda quando criança. Outro elemento em comum é a participação na política. Não examinamos as ações dos empresários quando estes ocupavam cargos na estrutura estatal, mas a mobilização da classe patronal, em busca de seus interesses, marcou a história política de Caxias nas primeiras décadas do século XX e foi responsável por acontecimentos que marcaram seu desenvolvimento econômico. Outro ponto em comum é a ascensão no decorrer da década de 10, quando foi inaugurada a extensão ferroviária que ligava Caxias à capital, e quando se dava a Primeira Guerra Mundial. É também destacável a forte presença da família na administração dos negócios de todos esses industriais, que compartilhavam responsabilidades com familiares e delegavam a filhos e esposas importantes funções. E, por fim, uma importante constatação: todos já tinham capital acumulado e formação técnica na área em que atuaram, nenhum desses industriais passou pela condição de “extrema pobreza” a que eram submetidas multidões no século XIX e início do XX.

2.3 TRABALHADORES

Na pequena propriedade que caracterizou a economia regional, era a família que organizava a produção. Foi com a mão de obra familiar dos colonos que Caxias “transformou-se em um centro de intensa produção agrícola”, formando a base sobre a qual se desenvolveria a indústria. (HERÉDIA, 1997, p. 55-56). Ao estudar a forma gerencial do Lanifício de Galópolis, Herédia constatou que a empresa foi mantida e dirigida “por uma estrutura de tipo familiar-gerencial” nos diversos períodos da inserção do estabelecimento no processo capitalista de produção. (p. 150). Mesmo a passagem para sociedades anônimas “não tirou o caráter de empresa familiar que envolvia a família ampliada, incluindo parentes e amigos próximos”. (p. 150). Os estudos realizados permitiram à autora concluir que esse domínio de grupos familiares sobre a gestão de empresas foi forma frequente de organização do capital. O terceiro momento em que a família aparece no processo de industrialização é o da constituição da força de trabalho. O trabalho no lanifício, para a maioria dos funcionários, era uma estratégia para aumento da renda familiar e, para a fábrica, a unidade familiar era o elemento principal da força de trabalho.

O Lanifício investiu no operariado por meio de benefícios que atingiam toda a família, como a vila operária, onde eram oferecidos moradia com água, luz e horta, cooperativa de consumo, ambulatório, atividades recreativas, atendimento religioso, escola, “tendo sempre a certeza da continuidade da força de trabalho na vila pela geração seguinte”. (p. 162). Essa política paternalista “tinha como meta principal a imobilidade da mão de obra familiar e a manutenção do lanifício através de um circuito sustentado pela rede de parentesco”. (p. 173).

A fábrica tinha preferência pelo emprego de famílias, “o que nos permite refletir se ocorre uma forma de controle sobre um grupo através de uma única pessoa que é o chefe da família, ou se é apenas a necessidade de mão-de-obra”. (p. 174). Provavelmente, ambas as hipóteses explicam essa preferência. A primeira é percebida pela autora nas entrevistas realizadas, onde

percebe-se o medo do operário diante da repercussão sobre seus familiares trabalhando na fábrica, por possíveis faltas técnicas ou disciplinares a serem punidas pela administração, associando-se à perda de emprego do grupo, da moradia na vila ou mesmo da perda de um quase inexistente prestígio social perante o gerente”. (p. 174).

A autora destaca a importância da família como reprodutora da mão de obra da fábrica, e da fábrica como fonte de renda para as famílias. Herédia sintetiza essa importância com a seguinte afirmação: “Os filhos dos velhos operários foram os novos operários, pois a história de vida da família desses operários começava na fábrica e terminava na fábrica.” (p. 162).

É também nesse momento que aparecem as crianças. Herédia constatou que era comum o processo de aprendizagem dos ofícios industriais começarem ainda quando criança. Citando entrevistas com moradores da localidade formada em torno do lanifício estudado, a autora escreve que “quando os meninos completavam nove a 10 anos, seus pais ofereciam à fábrica para aprender o ofício ou para ajudar nas secções”. (p. 162). A autora afirma que “o uso de mão-de-obra de menores na produção fabril era visto como forma de aprendizado do processo fabril e pequeno aumento da renda familiar”. (p. 162).

O trabalho do menor foi utilizado por muitos anos no Lanifício São Pedro, sendo que crianças e jovens recebiam praticamente a metade do salário pago ao trabalhador adulto masculino. Mesmo que se limitassem à função de *ajudantes*, as crianças “vivenciavam desde cedo a disciplina da fábrica e começavam a se sujeitar às relações estabelecidas” e, com o tempo, o menor passava a ter uma função produtiva na indústria. (p. 194).

No caso dos tanoeiros portugueses, as crianças também estiveram presentes no processo de produção. Klein afirmou que a profissionalização dos tanoeiros passava por algumas etapas. Esse processo se iniciava com a aprendizagem, que se dava a partir dos “12 ou 13 anos, com a realização das tarefas menos importantes”. Passados dois a três anos, “o jovem aprendiz era colocado junto a um profissional para adquirir os conhecimentos técnicos próprios do ofício”. (KLEIN, 1984, p. 77). O treinamento contava ainda com um ritual de iniciação profissional, cercado de regras que deveriam ser obedecidas dentro da tradição tanoeira. (p. 78).

Numa versão de sua dissertação publicada em uma revista portuguesa, Favaro destina poucas linhas para as famílias dos tanoeiros. Pelo que é apresentado no texto, a imigração para a maioria dos lusos não foi um projeto familiar. Segundo a autora, “muitos dos recém-chegados eram solteiros; outros, embora com a família constituída em Portugal, emigravam sozinhos, na expectativa de mandar buscar os familiares, em um segundo momento”. (FAVARO, 2002, p. 267).

No trabalho de Machado, a família dos operários é abordada de uma maneira especial. Para conhecer as mulheres operárias, que são as principais personagens de sua obra, Machado começa estudando a família. Para isso, se apoia no clássico de Engels e em

bibliografia marxista, mas também utiliza o olhar de Michelle Perrot sobre o tema. A mulher que a autora vê no interior da família é submissa, confinada no espaço privado (MACHADO, 1998, p. 68) e de papel complementar ao do homem, chefe da família. (p. 82). A obra de Machado denuncia a exploração sexista do trabalho e questiona a estrutura familiar patriarcal, dando voz à presença silenciosa das mulheres na produção da riqueza regional.

Essa abordagem tangencial da família pela história operária caxiense pode ser explicada, primeiramente, pela incipiência da historiografia. São poucos os trabalhos sobre o operariado, e todos de caráter introdutório. A origem rural marcou a cultura regional, e é até hoje fortemente representada em eventos como a Festa da Uva, nos lugares de memória, nas referências da cidade e na historiografia. A pesquisa acadêmica sobre a região priorizou os processos de colonização e imigração, focando seus aspectos culturais e linguísticos (HERÉDIA; PAVIANI, 2003), o que pôs em segundo plano a proletarização. Os trabalhos que trataram da industrialização cumpriram a tarefa de iniciar a compreensão histórica do fenômeno econômico, matizando suas explicações com aspectos da cultura. Além dessa priorização teórica, também há uma explicação prática. O acesso às fontes para o trabalho dos historiadores era precário até há pouco tempo. O acervo documental da cidade só passou a ser disponibilizado de maneira adequada pelo Poder Público, no final da década de 90, quando todos os trabalhos que constituem a história operária da cidade já estavam concluídos.

No caso do estudo da Metalúrgica Abramo Eberle, a família não foi incluída como uma categoria. A análise que Lazzarotto realizou das fichas dos empregados da Metalúrgica Abramo Eberle não incluiu um cruzamento das informações contidas nessas fichas, que permitisse encontrar membros das mesmas famílias constituindo a força de trabalho da indústria. Além disso, talvez uma pesquisa qualitativa com os envolvidos pudesse demonstrar certo controle da fábrica sobre as famílias dos operários que habitavam nas redondezas. Embora os laços familiares não tenham ganhado destaque na análise das suas principais fontes, Lazzarotto se utiliza desse elemento para entender fenômenos percebidos no seu estudo.

Um deles é a crescente presença das mulheres entre os operários da Eberle, que é explicada por Lazzarotto como uma forma de complementação do salário familiar, além de atender aos interesses da indústria por mão de obra de baixo custo. (LAZZAROTTO, 1981, p. 111). Outro é a presença das crianças no ambiente industrial. Segundo o autor, “há um interesse da família na colocação à disposição desta mão-de-obra, o que representa aumento no bolo familiar, a fim de fazer frente aos gastos mensais cada vez mais freqüentes”. (p. 132). Lazzarotto contextualiza e avalia essa questão da seguinte forma:

Na região colonial, a criança faz parte da força de trabalho, espontaneamente, desde os seus primeiros anos, onde muitas vezes brinquedos e trabalho não são separáveis. O trabalho não representa uma ruptura na sua evolução; ele brota do sentimento de solidariedade de pais e filhos. Já nos centros onde há um princípio de industrialização, colocar um menino, mesmo que seja um aprendiz, significa romper com suas estruturas, introduzindo o num mundo diferente. Pode haver a mesma solidariedade colonial, mas aqui existe o transplante do mundo infantil para o mundo adulto. (1981, p. 125-126).

Os jovens trabalhadores constam na pesquisa de Lazzarotto como uma classificação da “mão-de-obra economicamente disponível”, juntamente com a mão de obra negra, estrangeira e feminina. Esses jovens da Eberle eram 76 menores de 14 anos, encontrados nos documentos de registro de funcionários, e mais as crianças que são registradas em fotografias de interiores e de grupos de funcionários da Eberle, mas que nem sempre constam no que restou dos arquivos formais da empresa. Nas dez páginas dedicadas à mão de obra jovem, Lazzarotto realizou uma breve análise e levantou interessantes questões. Encontrou-se a afirmação de que os jovens eram “considerados na sua maioria como simples funcionários”, e apenas um estava registrado como aprendiz. Também afirma que quatro meninos eram *chefes*, “comandando certamente outros pequenos grupos de crianças dentro das oficinas” (p. 126-127). O estudo também considera o enorme contingente de operários contratados entre os 14 e os 20 anos, que forneciam mão de obra “muito robusta e afeita aos duros trabalhos na Metalúrgica”. (p. 132).

Por outro lado, mesmo sem ser focada e com as dificuldades técnicas que seu estudo impõe, a família sempre apareceu na historiografia estudada. Talvez isso indique a importância dessa instituição para os operários e para a indústria. O mesmo ocorre com as crianças, o que denota a participação frequente delas no trabalho industrial. A família e a infância não estiveram no foco dos estudos sobre o operariado da cidade, mas também nunca se distanciaram dele.

A proposta é reduzir o foco para aproximar da visão historiográfica os trabalhadores e suas famílias, dando especial atenção ao caso das crianças trabalhadoras. Tendo como referência o clássico estudo de Thompson, sobre a classe trabalhadora inglesa, focar-se-á o momento inicial da formação da classe no espaço delimitado, atentando para a relação entre os envolvidos diretamente na vida da fábrica, e buscando identificar seus interesses. A classe trabalhadora caxiense é estudada aqui como um fenômeno histórico, cuja ocorrência se procura demonstrar, usando registros da experiência de indivíduos e coletivos. O período estudado e as fontes utilizadas não são suficientes para chegar a conclusões sobre a consciência de classe, pois o tempo é muito curto para encontrar mudanças sociais consideráveis, e as fontes não

revelam o tratamento em termos culturais das experiências. Sendo assim, o estudo limitou-se à descrição e análise das vivências das foram encontrados registros, que são a base sobre a qual se desenvolveu a classe trabalhadora de forma mais consistente. O objetivo é estudar o momento inicial, quando as oficinas se transformaram em fábricas, e os artesãos em operários.

Os primeiros funcionários da oficina dos Eberle, dos quais se tem alguma notícia, são os aprendizes Rombaldi e Ricardo Boff. Seus nomes não são encontrados nos documentos da empresa, aparecem apenas na biografia de Abramo, escrita por Álvaro Franco. Esse autor escreveu que os dois “moços já feitos” eram mais velhos que Abramo, e já trabalhavam na oficina em 1896, quando “tramaram”, junto com o filho do patrão, a “pequena conspiração” que era o projeto de compra da oficina por Abramo. No ano que completou 16 anos, Abramo teria recebido apoio dos dois, que prometeram “ajudá-lo em tudo o que fosse necessário para levar de vencida o plano”. (FRANCO, 1943, p. 92). Franco contou essa passagem em forma de diálogo e, em uma das falas de Abramo, ao apresentar a proposta para o pai, ele diz que não ficaria só, “pois o Rombaldi e o Boff gostam muito de mim e poderiam continuar lá comigo”. (p. 94). O autor afirma que os dois funcionários que ficaram “sob suas ordens” eram *amigos* de Abramo. “Os três rapazes, Abramo, o chefe, e seus dois auxiliares viviam num pé de absoluta camaradagem. Ficaram todos residindo na casinha da funilara onde se revezavam nos serviços domésticos.” (p. 100).

Franco não informa quando esses dois funcionários começaram a trabalhar com Luígia, nem quando deixaram a oficina. Esses personagens aparecem no texto de Franco, quando trata da compra da oficina, em 1896, e da época na qual Abramo conhece sua futura esposa, Elisa Venzon, dois ou três anos depois. (p. 104). Em janeiro de 1901, o casamento de Abramo e Elisa marca a transferência da sua habitação na oficina, para uma casa construída em um terreno do pai, e a ampliação dos negócios. Nesse momento, outros funcionários somaram-se a Boff e Rombaldi, pois “fora necessário contratar maior número de operários e todos eles passaram a trabalhar de efetivos”. (p. 110).

No momento em que esses novos operários foram contratados, Franco afirma que Elisa já colaborava ativamente nos negócios da família. Além de atender aos serviços da casa, nos quais era ajudada por um servente, cuidava de parte da loja, preparava a comida para todo o pessoal, inclusive os aprendizes, e consertava guarda-chuvas e sombrinhas. (FRANCO, 1943, p. 112). Tendo como fonte as informações disponíveis na bibliografia e documentos referentes à Eberle, conclui-se que as atividades que mantinham a oficina de funilaria em funcionamento eram desenvolvidas por dois operários e por Abramo, nos cinco primeiros anos,

desde que a direção da oficina foi assumida por ele, em 1896. Esse quadro foi uma permanência do anterior, quando o negócio estava sob a responsabilidade de seus pais, especialmente de sua mãe, que trabalhava na oficina acompanhada dos mesmos dois operários, que continuaram após a mudança de mando. Em janeiro de 1901, Elisa passou a fazer parte da equipe, e, em maio do mesmo ano, dois aprendizes foram contratados. A partir de então, os registros indicam mudança no quadro funcional do empreendimento, que passou a ter o nível dos aprendizes acrescido ao cotidiano da oficina.

O primeiro trabalhador contratado que consta nos documentos da Eberle, é Ernesto Barbisan. Ernesto tinha 12 anos em nove de maio de 1901, dia em que seu contrato de aprendiz foi assinado. Em nome do menino, assinou seu pai, Vincenzo, e pela parte da oficina, Abramo e Giuseppe Eberle. Isso indica que Giuseppe ainda participava de alguma forma na administração da oficina, mas esse é o único do conjunto de documentos estudados na qual ele aparece ao lado de Abramo. No contrato seguinte, assinado quatro dias depois, consta apenas o nome de Abramo. Transcreve-se a seguir um trecho do documento:

Nós, Eberle Giuseppe e Abramo, declaramos que aceitamos na nossa oficina de funileiro o filho de Barbisan Vincenzo, Ernesto Barbisan, obrigando-nos de ensinar-lhe a arte de funileiro com a condição que este aprendiz more por três anos, sendo nós obrigados a fornecer ao aprendiz, de mais do ensino da arte, também a comida e a posada. O aprendiz tem a obrigação de cuidar as ordens dos patrões e prestar toda a obediência como a seus pais durante todo o tempo que morará na casa nossa. Si durante o tempo de aprendizagens o aprendiz não tivesse de ser sujeito às ordens de nos patrões e que nos tivéssemos de despachá-lo da oficina o pai dele não terá direitos de pretender alguma indenização alguma e demais pagar nós alguma indenização pelo tempo perdido e alimentação fornecida. E eu Barbisan Vincenzo declaro que aceito este contrato obrigando-me por meu filho ao comprimento das mesmas. (Contrato 01 – 09/05/01).

O pai do aprendiz, Vincenzo, chegou a Caxias em 10 de fevereiro de 1880, quando tinha 39 anos. Junto com ele, chegaram sua esposa, Maria, de 29, e seus filhos: Amaria, com 9 anos, Virginia com 7, nascidas na Itália, e seus filhos brasileiros Giovanni com 4 e Matilde com 2 anos. Todos eles eram analfabetos, e adquiriram $\frac{1}{4}$ do lote 17 do Travessão Aliança. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 336). Ernesto nasceu oito anos depois, em agosto de 1888, e quando tinha 12 anos, a numerosa família, que havia comprado apenas $\frac{1}{4}$ de lote, decidiu que ele passaria três anos fora de casa, desfazendo-se da necessidade de alimentá-lo e abrigá-lo.

Em 13 de maio de 1901, foi a vez de Eugenio Lucchese. O aprendiz tinha 13 anos e era órfão de pai. Foi sua mãe, Sérgia Lucchese, que comprometeu-se a deixar seu filho recebendo o ensino da “arte do funileiro” durante três anos, dormindo e se alimentando por

conta da oficina de Abramo, a quem teria que respeitar como se fosse seu pai, durante todo o tempo de aprendizagem. Os dois contratos são muito semelhantes, embora a linguagem empregada no segundo seja mais clara, por não usar termos em italiano e conter menos erros de ortografia. Algumas substituições chamam a atenção: nesse contrato, o verbo “morar” do anterior foi substituído por “ficar”, e, na parte onde trata da punição, está escrito que a mãe teria que devolver os recursos gastos pela oficina no aprendiz se, por “não trabalhar direito”, ele tivesse que ser despedido (Contrato 02 – 13/05/01. Grifo nosso).

Eugênio tinha uma realidade diferente de Ernesto. Ele era filho de Giacomino Luchesi, que chegou a Caxias com seu pai, Giuseppe Lucchese, sua mãe Bartolomea Favretto e seu irmão Francesco Guisepe, em 15 de dezembro de 1879. “Embora fontes históricas sejam escassas, tudo indica que três meses antes, em setembro de 1879, o filho mais velho dos Lucchese, Antonio, tenha vindo a Caxias com sua esposa Lucia e dois filhos pequenos.” É provável que Antonio tenha antecedido seus familiares, buscando na colônia uma nova alternativa de vida e, quando chegou à Colônia Caxias, “percebeu que nesta terra todos poderiam prosperar, abriu caminhos para sua família também se instalar no local”. (MIRANTE, 2003, p. 16).

Ao chegar, “Antonio adquiriu metade do lote rural nº 13, no Travessão Aliança, enquanto Giuseppe e os filhos solteiros se estabeleceram no Travessão Thompson Flores, também na metade do lote rural nº 13”. (p. 16). Os dois travessões localizavam-se na 9ª Léguas, e “ali a família de Giuseppe Lucchese construiu uma casa de pedras, de dois pisos, assentadas e rejuntadas com barro, provavelmente na penúltima década do século XIX”. (p. 16-17). Nessa casa, os Lucchese abriram um armazém, um estabelecimento comercial no térreo da casa de pedra. Segundo publicação do Arquivo Histórico, na qual essa história é contada, as trajetórias dos membros da família Lucchese foram as seguintes: “Três meses após chegar à colônia Caxias (em 11 de março de 1880), certamente antes da construção da casa de pedra, Bartolomea faleceu. De acordo com o Livro de Registro de Óbitos nº 1, folha 39v da paróquia Santa Tereza, Giuseppe morreu em 18 de outubro de 1890.” Francesco Luigi casou-se em 1883, com Luiza Pasquali, e provavelmente adquiriu um lote. “Como era costume nas famílias italianas, o filho caçula, Giacomino, casado com Sérgia Ruppolo em 1885, ficou na residência paterna. Quanto a Antonio, sabe-se apenas que ele fazia parte da comunidade de Santa Catarina.” (MIRANTE, 2000, p. 20).

Giacomino morreu cedo, com 30 anos, deixando a esposa Sérgia e três filhos. Foi então que Eugênio passou a morar na oficina de Abramo. Sérgia tinha um botequim de bebidas na

sua propriedade, e comunicou o fechamento do mesmo em dezembro de 1910.¹² Ela ficou vivendo na casa até 1913, quando, “talvez pelas lembranças ou então pelas dificuldades, Sérgia vendeu a propriedade para os Brunetta e se estabeleceu no outro lado do rio, nos fundos da casa de pedra”. No traslado de escritura do ½ lote rural 13 do travessão Thompson Flores na 9ª Léguas, Sérgia e Eugênio aparecem como proprietários do imóvel, junto com sua esposa, Marina Luchesi, João Venzon e Ida Luchesi Venzon, e Francisco Luchesi, solteiro.¹³ Na década de 30, Sérgia escrevia cartas ao seu neto que morava no seminário provincial de São Leopoldo, contando sobre sua saúde debilitada, e acabou morrendo em 1933. (MIRANTE, 2000, p. 21).

No dia 1º de agosto de 1902, outro aprendiz juntou-se à equipe. Antonio Corsetti comprometeu-se que seu filho Ângelo, de 15 anos, frequentaria assiduamente a oficina de Abramo durante um ano e meio para aprender funilaria. Diferentemente de seus colegas Ernesto e Eugênio, Ângelo dormiria e se alimentaria na casa de seus pais, e não receberia salário. Nesse contrato, firmado um ano e três meses depois dos dois primeiros, Abramo não exigiu ser obedecido como se fosse “pai” do aprendiz, mas este seria “obrigado a fazer o que o patrão mandar”, obedecendo “em tudo” a ele ou a quem designar na sua ausência. (Contrato 03 – 01/08/02).

Ângelo Corsetti nasceu em 28 de abril de 1887, filho de Antonio Corsetti e Antonia Parenza. Seus pais emigraram de Feltre, na Itália, em 1877, com duas filhas: Ana Ângela, com 4 anos e Josephina, com poucos meses de idade. A família se instalou na 9ª Léguas, e o casal teve mais três filhos: Luiz, em dezembro de 1880; João, em julho de 1883, e Ângelo quatro anos depois. Em 1885, já estava funcionando o moinho da família, chamado Moinho Santa Catarina. Antonio teria trazido da Itália o conhecimento de moagem necessário. Mais tarde, a família já produzia óleo de linhaça, e beneficiava arroz, cevada, centeio e outros cereais. Assim como Ângelo, que foi ser aprendiz de Abramo, todos os filhos começaram desde cedo a trabalhar em outras localidades. Todos eles se casaram, menos Josephina, a filha mulher mais nova.

O moinho da família Corsetti cresceu, e passou ao controle dos filhos de Antonio na década de 10. Ângelo casou-se com Angelina, filha de Aristides Germani, com quem teve seis filhos (Ítalo, Hugo, Iracema, Carlitos, Higino e Vitor). O Moinho Corsetti se expandiu na década de 10, mas Ângelo vendeu sua parte ao irmão, João, e passou a trabalhar como técnico na

¹² Comunicação, Intendência Municipal de Caxias, 17/12.1910 (Fundo Balen – AHMJSA).

¹³ Escritura de compra e venda, Sérgia Luchesi e outros, Jacob Brunetta. Caxias 30/04/1913. (Fundo Vasco Balen, maço 02, AHMJSA).

empresa do sogro. Por fim, tinha aberto uma indústria de “grande expressão” para o município, tendo importado maquinários da Itália para a moagem do milho, mas morreu em fevereiro de 1936. Deixou sua mulher e filhos, e apenas Ítalo era maior de idade. Uma curiosidade é que um de seus filhos, Higino Corsetti, assumiu o cargo de Ministro das Comunicações durante a presidência do ditador brasileiro Emílio Médici, na década de 70.¹⁴

Encontraram-se trajetórias de vida já reconstituídas de apenas esses dois aprendizes. Um deles teve sua família estudada em função da reconstrução histórica do uso da casa de pedra que lhes pertenceu. Essa casa, a partir de 1975, passou a abrigar um museu municipal, o Museu de Ambiência Casa de Pedra, tombado pelo Poder Público. A pesquisa foi realizada para justificar o tombamento e para dar suporte ao trabalho de museologia necessário para a constituição do espaço de memória. O segundo aprendiz pertencia a uma família proprietária de uma empresa, que ganhou grande destaque econômico na cidade nas primeiras décadas do século XX, e casou-se com a filha de um grande industrial caxiense. Sua biografia foi publicada em dois momentos em jornais da cidade, como sendo um dos “pioneiros” e cuja trajetória mereceria ser publicada na imprensa.

Dos demais aprendizes, pouco há. Da trajetória de alguns foram coletadas informações fragmentárias, mas da maioria quase nenhum registro foi localizado. A principal fonte de informações foi o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, de Caxias. Lá encontra-se as matrículas dos imigrantes que se instalaram nos lotes coloniais; um amplo conjunto de arquivos particulares que foram doados para o Poder Público; a documentação da municipalidade, entrevistas que formam o banco de memória e mais vários fundos. Procuraram-se informações dos aprendizes e de suas famílias em todos os fundos que estavam inseridos no catálogo informatizado do Arquivo, e, mesmo assim, pouco foi encontrado.

O acesso aos arquivos paroquiais da Mitra Diocesana de Caxias é restrito, em função do sistema de busca adotado. Para localizar um registro de batismo, por exemplo, é preciso ter o nome da pessoa batizada e de um dos pais. Foi realizada a busca desses registros dos 35 aprendizes cujos contratos foram localizados, mas somente foram encontrados de 21 deles.

A documentação da Eberle disponível para consulta no Arquivo Histórico também é lacunar. O que está no Arquivo é a parte da documentação referente às primeiras décadas da empresa que não se perdeu. Além de muito não ter resistido ao tempo, estar disperso e/ou não

¹⁴ Recorte de jornal não identificado, 12/03/1936 (Fundo Luiz Napolitano, livro de recortes, volume 1), e Jornal Pioneiro, página 14, Caxias do Sul, 31/10/70. (Fundo JSA – 023, crônicas João Spadari Adami, AHMJSA).

ter sido localizado, os registros sobre os operários feitos nesse tempo serviam para o controle da própria empresa, de difícil compreensão para o observador externo. Não há séries longas de dados uniformes a serem analisados, mas informações fragmentadas, as quais foram cruzadas para organizar séries que fizessem algum sentido. Enfim, para acessar o interior da empresa, onde se davam as relações que eu buscava interpretar, foi preciso montar um quebra-cabeça que não foi feito para ser montado, e do qual faltava a maior parte das peças.

Daquilo que foi possível reconstituir, constatou-se que a contratação dos primeiros aprendizes representou uma mudança no ambiente de trabalho da oficina, que até então empregava mão de obra da família de Abramo e Elisa, e dos dois antigos funcionários. A próxima mudança no ambiente de trabalho se deu quando os contratos dos três meninos já estariam expirados. Em 1904, passou a funcionar ao lado da antiga funilaria, uma fábrica de artigos em metal, outro empreendimento de Abramo. Dessa vez, o negócio foi feito em sociedade com Luís Gasparetto e Pedro Mocelin, antigos funcionários de seu concorrente Amadeo Rossi. Não se sabe ao certo quando começou a funcionar, mas Franco afirma que essa ourivesaria foi instalada em 1904, com máquinas e ferramentas que anteriormente pertenciam à oficina de Edmundo Müller, desativada anos antes.

Pedro Mocelin, sócio de Abramo e Gasparetto, passou a trabalhar como técnico da fábrica de artigos em metal, assim que ela foi instalada. Seu nome consta em todos os registros de controle de frequência e salário dos empregados das empresas Eberle, desde o mais remoto, datado de 1906. Mocelin permaneceu muito tempo como colaborador da Eberle, pois foi ele o primeiro signatário de uma homenagem prestada a Abramo em 1936, que teria sido assinada por todos seus *colaboradores* de então. Como foi mencionado anteriormente, Mocelin foi o primeiro contramestre e contramestre-geral das empresas de Abramo Eberle.

Em 1904, outra leva de três aprendizes foi contratada: Vincenzo Ferrari, em 1º de abril, para a funilaria; um mês depois, Ernesto Tomasi para a ourivesaria, e, no final do ano, em 1º de dezembro, Constantino Manfro, também para a funilaria. (Contratos 04, 05 e 06). Esse último aprendiz foi contratado por um ano e meio, e os dois primeiros por três anos. Não foi encontrado em nenhum registro a data de nascimento dos dois primeiros aprendizes, ou qualquer informação que permitisse identificar a idade em que foram contratados.

De Constantino, o cartão de lembrança distribuído em função de seu falecimento indica que ele nasceu em 8 de julho de 1890, tendo 14 anos no momento do contrato.¹⁵ Sua família

¹⁵ O cartão de lembrança de falecimento de Constantino Manfro faz parte do conjunto de documentos semelhantes encontrado sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal (código LLM 0668). Nesse cartão,

chegou a Caxias em novembro de 1879. Seus pais, Giovanni e Verônica Manfro, tinham 45 anos. Quando chegaram, já tinham cinco filhos: Ângelo, com 20 anos; Luigi com 17; Antonio com 12, e os mais novos, Fortunato com 5 e Augusta com 3 anos. Eles adquiriram o lote 9 da quadra 14 do núcleo urbano. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 112). Ângelo e Antonio aparecem quitando ½ lote rural no Travessão Vittorio Emanuele, na 7ª Léguas em 1894, que antes foi adquirido por Giovanni Batessini. (p. 276). Sobre seu pai, consta uma concessão da quadra 19 de Caxias para ele e Antonio Manfro estabelecerem uma olaria, em março de 1886.¹⁶ Os Manfro chegaram a Caxias em mais de um núcleo familiar, e adquiriram propriedades nas áreas urbana e rural, sendo que provavelmente abriram uma olaria inserindo-se como empresários na economia local.

Pouco depois do vencimento do contrato de Constantino, foi contratado Francisco Zatti em 15 de junho de 1906, provavelmente para substituí-lo. Antes dele, José Torresini, João Debastiani, Cesare Longhi e Donato Rossi também somaram-se à equipe como aprendizes. Aparentemente, esses quatro rapazes não foram contratados para substituir os antigos, pois nenhum contrato estava por vencer nesses dias. Seriam, então, novos postos que estavam sendo criados.

José (ou Giuseppe) Torresini foi o primeiro aprendiz a receber salário, e, diferentemente de todos seus antecessores, seu contrato não incluía nem pouso nem alimentação por conta da oficina. Ele foi contratado por dois anos, e receberia 15\$000 por mês no primeiro ano e 25\$000, também mesalmente, no segundo. O seu contrato foi firmado por seu pai, em 1º de novembro de 1905, quando ele já tinha 16 anos, e estabelece que Giuseppe trabalharia na ourivesaria e na fundição, tendo que ir “trabalhar na officina todos os dias de semana menos nos domingos e dias santos”. (Contrato 07 – 01/11/1905). Seu pai, Albano Torresini, embarcou no navio Perseo no porto de Genova em 1º de maio de 1885,¹⁷ e chegou ao Rio de Janeiro em 20 de maio de 1885. Cerca de vinte dias depois, chegou a Caxias, onde adquiriu do governo do estado um lote urbano com Girolamo Torresini, em 31 de julho de 1893. (GARDELIN; COSTA, 2002). Diferentemente da família de João Debastiani, que se instalou na área rural, em um lote na 2ª Léguas em 1882. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 210).

A única informação que obtive foi do pai de Donato Rossi, Felice, que aparece casando-se com Teresa Paternoster, possivelmente mãe de Donato. Teresa era filha de

consta que Constantino faleceu em 6 de setembro de 1971, mas não traz nenhuma outra informação biográfica.

¹⁶ Ofício de Henrique Pereira de Lucena do Palácio do Governo, 5ª. Seção, para Manoel Barata Goes, engenheiro chefe da Comissão de Medição de lotes em Caxias. (Fundo Comissão de Terras, AHMJSA).

¹⁷ PAS. 007, de Alb. Torresini, Padua Italia, 20/04/1885. (Fundo Vasco Balen, maço 02, AHMJSA).

Giacomo e Orsola, e chegaram do Tirol em dezembro de 1876. Seu irmão, Giovanni Battista Paternoster, que chegou à Colônia com 18 anos, “foi expulso do núcleo da Colônia Caxias, onde estavam estabelecidos, em 5/8/1880, pelo prazo de um ano, por vagabundo e por falta com a ordem e a moralidade pública”. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 658).

Depois de Torresini, a maior parte dos contratos de aprendizes passou a prever o pagamento de salário. Os dois próximos contratos seguiram o estabelecido nos anteriores ao seu, mas, a partir de Donato Rossi e Francisco Zatti, contratados em junho de 1906, o padrão foi alterado, pois o alojamento durante a noite foi substituído por um salário de 40 mil-réis anuais. (Contrato 10 – 01/06/1906 e Contrato 11 – 15/06/1906). Quando esses dois aprendizes foram contratados, cinco contratos que previam pernoite por conta da oficina estavam em vigor. Esse foi o maior número de pernoites concomitantes encontrado em todo o período em que os contratos vigoraram. Esse momento também foi marcado pela considerável ampliação das vagas de aprendizes. Até então, a média era entre dois e três contratos em vigor, e, a partir do final de 1905, essa média cresceu, chegando a ter sete aprendizes concomitantes em julho de 1906.

O primeiro registro de controle escrito de operários dos empreendimentos chefiados por Abramo Eberle data de 1906. É um livro manuscrito, com folhas pautadas e capa dura, em que está escrito “Salario dos Operarios 1906-1908”. Nele constam nomes de empregados, contas de dívidas e créditos, registros de pagamentos e uma lista de aprendizes, informações que vão de fevereiro de 1906 a maio de 1908. Suas páginas são numeradas, e os operários são identificados apenas pelo nome, sem número. (MAE 062L).

Nas páginas com informações de 1906, encontram-se anotações referentes a 14 operários, sendo que cinco deles foram contratados no decorrer do ano. Dos sete aprendizes cujos contratos estariam em vigor, aparecem anotações de quatro deles: Giuseppe Torresini, Cesare Longhi, Donato Rossi e Ernesto Tomasi. Além desses, Luigi Eberle consta nos registros como aprendiz, mas seu contrato não foi localizado. Portanto, somados todos esses indícios escritos, as anotações e os contratos, totalizam 21 trabalhadores, sendo que mais de um terço deles são aprendizes.

O outro documento mais remoto sobre os trabalhadores da oficina é uma imagem. Para Kossoy, a fotografia é

um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções. Segunda vida perene e imóvel preservando a imagem-miniatura de seu referente: reflexos de

existências/ocorrências conservados congelados pelo registro fotográfico. (KOSSOY, 2001, p. 28).

A fotografia é um dos frutos das transformações tecnológicas da modernidade pós-Revolução Industrial. Ela nasceu como uma “possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística”. (p. 25). Em seu nascedouro, a fotografia já cumpria o papel de fonte de informação e instrumento de pesquisa científica em função da sua “natureza testemunhal”.

Esse aspecto tornou o novo documento da história uma “arma temível”, “na medida em que os receptores nela viam, apenas, a ‘expressão da verdade’, posto que resultante da ‘imparcialidade’ da objetiva fotográfica”. (p. 27). Mas, para o autor, não há o que temer se as informações forem sistematizadas com o estabelecimento de “metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou”. (p. 32). Foi tendo como referência metodológica o “estudo técnico-iconográfico” proposto por Kossoy que foram analisadas as fotografias no presente estudo.



Figura 6: Vista da fachada e do grupo de operários da Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle e Cia. Caxias, 1907 [1906, a lápis].
Fonte: Fotógrafo Domingos Mancuso. Coleção Eberle S.A. Acervo do AHMJSA.

Essa fotografia faz parte do banco de imagens do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, e foi doada pela empresa Eberle S.A. A data na qual ela foi feita é controversa. Segundo inscrição da sua ficha de catalogação, o fotógrafo Domingos Mancuso a teria feito em 1907, mas, a lápis, na própria ficha, aparece indicado o ano “1906”. Não há como definir a data exata, mas, a partir dos registros, pode-se deduzir que fora feita em algum desses dois anos. O fato de ela ter pertencido à empresa nos faz crer que a fotografia foi feita sob encomenda da própria firma.

Na imagem aparecem trinta e um homens sobre a calçada e oito meninos sentados no meio-fio. O enquadramento escolhido captou o grupo postado na frente do edifício; a inscrição na fachada, que permite a identificação da empresa, e as janelas superiores. No alto, na janela central do andar superior, um homem elegantemente vestido, com cartola e flor na lapela, também posa para a fotografia. No mesmo andar, duas mulheres aparecem na janela ao lado, e duas crianças observam o grupo de homens posicionados sobre a calçada. Esse grupo, segundo a ficha de catalogação da fotografia, são operários posando em frente à oficina de Abramo. A ficha não identifica as pessoas que aparecem nas janelas. Acredita-se que o homem de cartola seja Abramo, pela semelhança com outras imagens e pela sua posição no alto, onde era a sua residência. Não se sabe quem são as mulheres da janela ao lado, cujos rostos estão escurecidos pela sombra. Uma delas deve ser Elisa, esposa de Abramo. As crianças na janela provavelmente sejam os primeiros filhos do casal: José Abramo, o Beppin, nascido em dezembro de 1901, e Angelina, de abril de 1904.

Pela incidência da luz do sol, é possível afirmar que o registro visual foi feito próximo ao meio-dia. Não há informações sobre os horários cumpridos pelos trabalhadores nessa época, mas provavelmente esse horário fosse reservado ao intervalo para o almoço. Os registros sobre 1909 e 1910 indicam a existência de intervalo para o almoço sempre ao meio-dia. Mas também é possível que os trabalhadores não tenham exercido suas atividades regulares nesse dia, já que as vestimentas usadas são muito diferentes das que aparecem nas imagens dos operários no ambiente de trabalho. Do grupo de trabalhadores que aparece na imagem, cerca de 20% são crianças. Assim como os adultos, os meninos estão usando casaco e chapéu, e alguns trazem um lenço em volta do pescoço. Apenas um está descalço, o do canto inferior direito.

Numa tentativa de interpretar esse documento, pode-se identificar basicamente três níveis nos quais as pessoas estão organizadas na imagem: no mais inferior estão as crianças, sentadas no meio-fio; fazendo parte do mesmo conjunto disposto na metade inferior da

imagem, mas dispostos sobre a calçada, de pé ou sentados em cadeiras, estão os operários adultos; já na metade superior, onde a leitura é mais fácil, está o letreiro com o nome da firma, e logo acima o proprietário e sua família.

Segundo Kossoy, as imagens captadas pelos fotógrafos são aspectos determinados e selecionados intencionalmente do real, tratados esteticamente, com o objetivo de registrar visualmente aquele momento escolhido. “Toda fotografia representa em seu conteúdo uma *interrupção* do tempo e, portanto, da vida. O fragmento selecionado do real, a partir do instante em que foi registrado, permanecerá para sempre interrompido e isolado na bidimensão da superfície sensível.” (KOSSOY, 2001, p. 44). É, portanto, um resíduo do passado que representa um testemunho que foi criado intencionalmente. Por mais que tenha sido realizada no momento do acontecimento, a fotografia não deixa de ser uma representação do passado, e é assim que ela tem que ser vista quando usada como fonte histórica. Essa disposição dos elementos iconográficos, então, foi a organização estética escolhida para representar aquele momento da Ourivesaria e Funilaria Central de Abramo Eberle & Cia.

Nos documentos escritos, também há divisões. Nas páginas 121 e 122 do primeiro livro de anotações sobre os operários, há uma lista intitulada “Aprendistas de ambos os sexos”. Apesar do título, nela só se encontram nomes masculinos. São 18 nomes, sendo 15 na coluna referente à ourivesaria e três na funilaria, e, com exceção de dois, são acompanhados por uma inscrição numérica que provavelmente se refira a salários atribuídos a eles. A localização nessa altura do livro leva a crer que tenha sido elaborada em 1907, e complementada posteriormente, já que os cinco últimos nomes da primeira coluna estão a lápis, assim como os salários de todos.

The image shows a handwritten ledger page from a notebook. The title is 'Aprendistas de ambos os sexos' (Apprentices of both sexes). The page is divided into two columns: 'Ourivesaria' (Jewelry) on the left and 'Funilaria' (Blacksmithing) on the right. Each column lists names and their corresponding salaries in a column on the right. The handwriting is in cursive.

Ourivesaria		Funilaria	
Luigi Eberle	3.000	Francisco Zatti	4.000
Donato Rossi	2.500	Giacomo Debastiani	5.000
Antonio Gallio	1.500	Iséo Bottini	1.200
Angelo Bellini	2.000		
Alberto Doncato	1.500		
Lino Zani	1.500		
Antonio Rasia	2.000		
Pietro Drago	1.200		
Felice Longhi	3.000		
Luigi Rech	1.400		
Francesco Zatti	4.000		
Giacomo Debastiani	5.000		
Iséo Botini	1.200		
Angelo Rossetto			
Angelo Dotti			

Aprendistas de ambos os sexos

Ourivesaria		Funilaria	
Luigi Eberle	3000	Francisco Zatti	4000
Donato Rossi	2500	Giacomo Debastiani	5000
Antonio Gallio	1500	Iséo Bottini	1200
Angelo Bellini	2000		
Alberto Doncato	1500		
Lino Zani	1500		
Antonio Rasia	2000		
Pietro Drago	1200		
Felice Longhi	3000		
Luigi Rech	1400		
Francesco Zatti	4000		
Giacomo Debastiani	5000		
Iseo Botini	1200		
Angelo Rossetto			
Angelo Dotti			

Fonte: MAE 062L (Caderno Salário dos Operários 1906 – 1908)

Nos registros referentes a 1907, encontrados nesse livro de registros, há 33 nomes de trabalhadores, sendo que nove deles ingressaram no decorrer do ano, e três são aprendizes cujos contratos não foram localizados. Dos aprendizes com contrato, aparecem anotações das atividades de sete durante todo o ano, sendo que Cesare Longhi, Ernesto Tomasi e Giuseppe Torresini passam da condição de aprendizes para operários, já que os registros de ponto e salário começam quando a vigência de seus contratos termina, e Felice Longhi, Lino Zani, Pietro Balen e Luigi Rech começam a aparecer na medida em que são contratados. Os aprendizes contratados antes desse ano não têm sua vida funcional registrada nos controles da empresa. De janeiro a dezembro de 1907, entre oito e 10 contratos de aprendizes estavam em vigor. Totalizando essas informações, conclui-se que o número de trabalhadores foi ampliado em cerca de 50% de 1906 pra 1907, e que a proporção de um terço de aprendizes não foi alterada.

O pai de Pietro Balen aparece na obra *Povoadores da Colônia Caxias*, como “o antigo comerciante Francisco Balém”. Ele já havia falecido quando sua mulher, Maria Ângela, morreu em junho de 1944. No registro da morte dela, ocorrida em junho de 1944, há uma lista de 11 filhos seus e as respectivas ocupações na época.¹⁸ Pietro aparece como “comerciante em Lagoa Vermelha”. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 587).

No final do livro, consta uma relação intitulada “Dinheiro dado aos aprendistas, nos domingos”, que traz anotações desde 15 de dezembro de 1906 até 25 de agosto de 1907. Além dos nomes listados constam outros, e alguns são identificados por apelidos, como “Erneston” e “Gigeto”. Acredita-se que sejam o aumentativo de Ernesto e o diminutivo de Luigi. Isso indica que os aprendizes faziam horas extras, e recebiam por isso. A falta de legibilidade dessas anotações não permite calcular quantas horas extras foram feitas, nem ter uma aproximação para identificar a frequência.

O modelo de contrato em que os aprendizes não dormiam na oficina e recebiam um salário de 40 mil-réis por ano, usado para Donato e Francisco, também foi aplicado nos contratos de Antonio Gallio, Luigi Rech, Eliseo Bottini e Lino Zani (Contrato 12 – 24/12/1906, Contrato 13 – 01/03/1907, Contrato 14 – 26/03/1907 e Contrato 15 – 01/06/1907). Em agosto do

¹⁸ São eles: Monsenhor João Maria Balém, cura da Catedral de Porto Alegre; José D. Balém, oficial do Registro de Imóveis de Caxias; Carlos D. Balém, funcionário do DAER; Pedro Paulo Balém, comerciante em Lagoa Vermelha; Luiz Tomaz Balém, funcionário da Prefeitura de Curitiba – SC; Donato Alfonso Balém, oficial mecânico em Caxias; Benvenuto G. Balém, do comércio de José Bonifácio – RS; Júlio Balém, funcionário do DAER; Alexandre Balém, comerciante; Teresinha Balém, esposa de Ademar Balém, sub-prefeito do 1º distrito de Caxias, e entre seus netos está Ítalo Balém, então secretário da prefeitura de Caxias (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 587).

ano seguinte, essa sequência foi quebrada, quando o menino Felice Longhi foi contratado como os primeiros aprendizes, sem previsão de salário, mas com a garantia de fornecimento de “comida e habitação para dormir em nossa casa”. (Contrato 16 – 01/08/1907). Quando Felice foi contratado, apenas dois aprendizes dormiam nas dependências da oficina, ele e João Debastiani.

Outra fotografia se refere àquele tempo. A imagem também foi doada pela Eberle S.A. ao Arquivo Histórico Municipal, e parece registrar uma cena no interior do terreno na oficina, no pátio interno. O fotógrafo não foi identificado, e a legenda sugerida na sua ficha de catalogação diz tratar-se de operários da oficina de Abramo Eberle.



Figura 7: Operários e brunideiras da oficina de Abramo Eberle. Caxias, 1907
Fonte: Coleção Eberle S/A – Acervo do AHMJSA.

Segundo Barthes, o referente da fotografia jamais se separa dela. O que o filósofo chama de “referente fotográfico” é “a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia”. (BARTHES, 1984, p. 114). Diferentemente de outros sistemas de representação, nos quais o real é simulado, na fotografia jamais pode-se negar que “a coisa esteve lá. Há dupla posição conjunta: de realidade e de passado”. (p. 114).

Nessa imagem, cerca de 60 pessoas compartilharam o momento que foi representado no documento fotográfico. Pelo menos 15 delas parecem ser crianças, quase todos meninos. Esses meninos representam cerca de 25% dos operários fotografados. Todos estão posando para a fotografia; nenhum parece distrair-se com outra coisa. Novamente, não estão em um momento habitual de trabalho, era uma situação extraordinária. Um fotógrafo estava no interior do terreno da oficina para representá-la em forma de imagem. Deve ter sido solicitado aos trabalhadores que demonstrassem as atividades que desempenhavam quando estavam trabalhando, no seu cotidiano. Alguns marretavam, outros martelavam, meninos empunhavam limas e objetos em processo de produção. Próximo ao centro da imagem, há uma área clara que parece ser folhas de papel, e dois homens estão sentados; acredita-se serem desenhistas.

Um pouco à direita do centro, um homem de casaco e chapéu escuros tem na mão uma sineta. O homem da foto, assim como Abramo, usava bigode. Não se sabe se é Abramo, pois, mesmo aproximando muito a imagem, seus traços continuam indefinidos. Pensa-se que trata-se do patrão, por ele estar com o marcador do tempo, que era tocado quando os empregados deveriam começar e parar de trabalhar. Franco escolheu o título “Abramo já tocou...” para a biografia que escreveu sobre o empresário, pois diz ter ouvido essas palavras de vários moradores de Caxias, que organizavam seu dia de acordo com as badaladas que se ouvia em quase toda a cidade, vindas da fábrica de Abramo.

Diferentemente da anterior, nessa imagem aparecem mulheres como trabalhadoras, e elas somam 14. A Eberle começou tendo uma mulher no seu comando, a Gigia Bandera. Depois que Gigia deixou de fazer parte da equipe, veio Elisa, cujas atribuições já foram mencionadas. Nos documentos da Eberle estudados, nomes femininos só aparecem em um livro de 1911/1912; referem-se às “brunideiras”, que trabalhariam em casa. Estudando outros documentos, Lazarotto afirma que “a Eberle sempre contou com mulheres nas suas oficinas, independente da inovação tecnológica”. (LAZZAROTTO, 1981, p. 111). Machado identificou forte preconceito com as mulheres que trabalhavam fora de casa. Ele foi desaparecendo com o aumento da necessidade de melhorar a renda das famílias no decorrer da industrialização, e as fábricas destinavam mais espaço para o trabalho feminino. (MACHADO, 1998, p. 162).

Essa fotografia não mostra os operários trabalhando, mas simulando suas atividades. Talvez os que aparecem no fundo do terreno, onde há fumaça ou vapor, sejam os únicos que se movimentaram no momento do clique do fotógrafo. Essa fotografia difere de outras feitas do ambiente de trabalho na Eberle anos depois, e que se assemelham às imagens clássicas do taylorismo e do fordismo. Nessa há um certo caos estético. As pessoas estão dispostas em

diferentes posições, as imagens dos operários ocupam quase todo o campo da fotografia, e as linhas retas se limitam ao cenário, o edifício da oficina. Aparentemente, a ordem industrial, com a monotonia rítmica que identificava a “fábrica higiênica”, na primeira metade do século XX, ainda não havia sido adotada pela Eberle.

Provavelmente um dos meninos que aparece na foto seja Felice Longhi. O contrato de Felice foi feito em agosto de 1907, e ele era irmão de outro aprendiz, Cesare Longhi, que havia sido contratado um ano e três meses antes e aparece entre os trabalhadores da Eberle até 1917. Ambos, como aprendizes, comeriam e dormiriam na oficina de Abramo. Eles eram filhos de Giovanni Battista Longhi e Catarina, que chegaram a Caxias em agosto de 1876, e adquiriram $\frac{1}{4}$ do lote rural 37 do Travessão Santa Teresa. Quando chegou, o casal era alfabetizado, Giovanni tinha 32 anos e sua esposa, 26. Ambos eram do Tirol e vieram acompanhados dos filhos Giuseppa, com 4 anos e Giuseppe com 9 meses. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 238).

Voltando aos contratos de aprendizes, os dois seguintes, de Pietro Balen em novembro de 1907 e Giuseppe Rossi, em abril de 1908, voltaram a prever o pagamento de salários, mas dessa vez o valor foi muito superior aos anteriores. Ambos receberiam 30 mil-réis por mês no primeiro ano, e, no segundo, passariam a receber 40 mil-réis mensalmente. Não comeriam nem dormiriam por conta da oficina. No caso do “rapaz” Pietro Balen, ele teria que “comer e dormir na sua casa”, mas isso não o eximia de “respeitar as ordens dos seus patrões e prestar-lhes toda a obediência, como se fosse a seus pais, durante todo o tempo que se conservar na oficina”. (C17 – 01/11/1907). Giuseppe Rossi comeria e dormiria na casa de seu pai, mas também deveria respeitar as ordens e obedecer “como se fossem seus pais”, enquanto estivesse na oficina. (C18 – 07/04/1908). No mesmo mês em que Giuseppe Rossi foi contratado, Luiz Dotti também passou a fazer parte da equipe, mas no regime de casa e comida e sem salário. (C19 – 30/04/1908).

O aprendiz Giuseppe Rossi era irmão de Donato, contratado em 1906. Os irmãos trabalharam juntos como aprendizes durante mais de um ano, mas nenhum dos dois passou a morar na oficina. O salário previsto para Giuseppe era consideravelmente maior que o de Donato, que receberia comida na oficina, mas receberia apenas 40 mil réis por ano.

No livro denominado *Salario dos operarios 1906-1908*, constam 43 nomes, todos masculinos. Do total de operários constantes no livro, mais de 30% são aprendizes. Já no *Salario dos operarios 1908-1909*, são 76 trabalhadores, sendo 20 aprendizes com contrato, e 13, sem contrato, e três ex-aprendizes. Francisco Zatti continua como operário mesmo depois

do fim do contrato. Somando os dados sobre 1909 desse livro aos outros registros referentes ao mesmo ano, constam 85 nomes diferentes de trabalhadores, sendo 20 deles aprendizes contratados e 15 sem contrato localizado. Isso representa uma média superior a 40% de aprendizes trabalhando junto a outras categorias de operários. Dos nove aprendizes que já estavam com seus contratos expirados, três aparecem como operários em 1909 (os mesmos Cesare Longhi, Ernesto Tomasi e Giuseppe Torresini), e Donato Rossi permanece trabalhando como operário quando seu contrato encerra durante o ano.

Levando em conta apenas a parte da realidade que esses dados representam, pode-se concluir que a importância dos aprendizes, no interior das oficinas do Eberle nesse período, era muito grande. Quase a metade dos operários são contratados como aprendizes ou foram indicados nos documentos como tal. Alerta-se novamente que esses documentos representam parcialmente a realidade, e só se referem aos operários internos da oficina, deixando de fora os que realizavam o trabalho na própria residência, ou qualquer outro tipo de trabalhador que não aparece nos registros aos quais se teve acesso. Outro motivo para a relativização desse percentual é o fato de se não saber qual o período em que os aprendizes sem contrato localizado permaneceram nessa condição. A lista em que se encontram esses aprendizes foi elaborada provavelmente em 1907, quando a média de aprendizes era em torno de 30%, e a fotografia registrava aproximadamente 25% de crianças.

Uma anotação nos registros referentes a Lino Zani chama a atenção. Com um português mesclado com italiano, está escrito algo sobre a polícia, e, a partir de então, esse aprendiz desaparece dos documentos da empresa. Lino era filho de Francisco Zani e Elizabetta Zuvettelo, nascido em 30 de junho de 1893, em Caxias, e foi contratado como aprendiz no mês em que completou 14 anos, junho de 1907. Seu pai ocupou o cargo de “ajudante de thesoureiro” na gestão de José Candido de Campos Junior (1895 a 1902), o intendente maçom que foi fortemente combatido por católicos liderados pelo Padre Pedro Nosadini.¹⁹ Essa informação consta no relatório da Intendência de 1900, transcrito por Mário Gardelin e Rovílio Costa, na qual são citados episódios que ilustram a intranquilidade política vivida na época. Um deles é a suposta tentativa de assassinato do intendente, na noite de 24 de março de 1898, quando teria sido disparado um tiro contra Campos Junior que não o atingiu. Esse atentado foi

¹⁹ Encontraram-se indícios de que a gestão de Campos Júnior teria sido alvo de suspeita de mau-uso dos recursos públicos por parte da oposição em documentos tangenciados por esta minha pesquisa. Para abordar satisfatoriamente esse episódio, novas fontes teriam que ser analisadas e ter-se-ia que aprofundar os estudos sobre a política do período, pouco historiada até o presente momento. Optou-se, então, por não aprofundar essa questão, mas mencioná-la para indicar seu potencial, como objeto de futuras pesquisas.

atribuído ao *fanatismo* que o padre Nosadini teria *incutido* nos paroquianos. Nosadini permaneceu no comando da igreja local por mais *algum tempo*, sendo afastado da cidade no mesmo ano. (GARDELIN; COSTA, p. 147-148). Nesse mesmo relatório, Francisco Zani também aparece como maestro de uma das duas bandas musicais do município, a Sociedade Musical Ítalo-Brasileira. (p. 155).

O aprendiz, filho do maestro e homem de confiança do antigo intendente, foi acusado pela empresa Eberle de ter subtraído uma nota de 200\$000 de uma gaveta da casa de negócios, na oficina, no dia 19 de maio de 1909. Quatro dias depois do suposto furto, Lino teria tentado trocar a nota no estabelecimento de Lino Sassi, amigo de Abramo, mas só conseguiu fazê-lo em outra casa comercial. O aprendiz foi acusado de ter praticado o mesmo crime outras duas vezes, em fevereiro e em abril do mesmo ano. O dinheiro furtado em abril, uma nota de 50\$000, teria sido vista em seu poder durante uma festa no interior do município, em São Marcos da Linha Feijó, por seus colegas de oficina José Rossi e Luiz Rech, também aprendizes. Segundo o processo judicial instaurado contra Lino Zani, este teria confessado o crime de abril perante o delegado de polícia e o vigário Padre Francisco Baldassare. No processo constante no acervo do Arquivo Público do Rio Grande do Sul não há o seu desfecho.²⁰ Lino não é mais encontrado nos documentos da empresa, e não foi localizada mais nenhuma informação sobre o futuro do aprendiz.

Antônio Fedrizzi e Abramo Pedron foram contratados no início de maio de 1908, por três anos e receberiam salário de 40 mil réis por ano. O primeiro tinha 15 anos e o segundo 16. Antônio era órfão de pai, e seu irmão Rafaelle assinou como responsável pelo aprendiz. (C20 – 01/05/1908 e C21 – 04/05/1908). Antônio era filho de Celeste Fedrizzi e Raymonda, que nasceram no Império Austro-Húngaro e chegaram à Colônia Caxias em maio de 1878, com 43 e 22 anos, alfabetizados, e acompanhados de muitos parentes. Além de seus filhos Rafaelle, com 2 anos e Giuseppe com apenas 3 meses, também estavam Giuseppe, seu irmão, com 47 anos, solteiro. Outro irmão chamado Antonio, com 38 anos, casado com Celeste, com 34, também alfabetizados; os sobrinhos Carlos, Giovanni e Melania, todos com menos de 4 anos. Todas as crianças nasceram no Brasil. Eles adquiriram ½ lote rural no Travessão Santa Teresa, na 5ª Léguas. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 233).

Parte do mesmo lote comprado pelos Fedrizzi foi adquirida pela família de Giovanni e Maria Pedron, pais de Abramo Pedron. Eles compraram ¼ do lote, e também já eram alfabetizados quando chegaram do Império Austro-Húngaro em maio de 1878, com dois filhos

²⁰ Processo n. 1168, maço 43, estante 151. (Arquivo Público do Rio Grande do Sul).

menores de 4 anos. Uma das filhas do casal foi batizada por Celestina Fedrizzi. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 233). No caso dessas duas famílias, há fortes indícios de que a decisão de emigrar foi tomada em conjunto, assim como a de empregar seus filhos como aprendizes do Eberle.

Antonio e Abramo começaram a carreira juntos, um na funilaria e outro na ourivesaria, mas nenhum permaneceu no ramo. No Arquivo Histórico Municipal, há vários projetos arquitetônicos das décadas de 40 e 50, assinados por Antonio Fedrizzi, onde ele consta como “construtor”, e Abramo Pedron, aparece em documentos do fundo Luminato Pedron, seu irmão, que era proprietário de uma vinícola. Abramo aparece vinculado à vinícola do irmão, e assina várias cartas datadas de 1916 até 1920, enviadas de Porto Alegre para a vinícola em Caxias. Acredita-se que ele tenha sido o representante da empresa de Luminato na Capital.²¹

No mês seguinte ao da contratação dos aprendizes Abramo e Antonio, Constante Menegotto também foi contratado, mas voltando ao sistema não assalariado. Depois dele, só voltaram a contratar nesse formato em 1911, quando Fortunatto Fadanelli ingressou, e o último contrato firmado sem salário foi o de Paride Mortari. Valentim Duso, Alberto Mengatto e Bernardino Arioli receberiam 20 mil réis por mês. Francisco Perini, Vergílio Peretti e Frederico Perottoni recebiam 1.500 réis nos primeiros nove meses, e 2 mil-réis nos outros nove meses. Os dois últimos já eram maiores de idade e foram contratados apenas por um ano e meio. Vergílio assina ele mesmo o contrato, mas Frederico, mesmo sendo maior de idade, tem seu contrato assinado por um tio.

Um desses aprendizes, Alberto Mengatto, era filho de Antonio Mengatto, que aparece no relatório de 1900 como professor da 18ª aula pública do sexo masculino, em São Pelegrino. Naquele momento, havia 24 aulas públicas de instrução primária no município, todas estaduais, e com frequência de 40 a 50 alunos. (GARDELIN; COSTA, 2002, p. 150).

O *Livro ponto 1909-1910* é aberto com um “Índice dos Nomes” na primeira página, onde há 15 nomes. Essa lista continua na segunda, mas recebe o subtítulo “Aprendizes”, e estão relacionados 25 nomes. Novamente, a quantidade de aprendizes surpreende. No decorrer do livro, encontra-se registros de 68 trabalhadores, sendo que 28 eram aprendizes. Dos 40 operários que não eram aprendizes, quatro foram aprendizes anteriormente, e três tiveram seus contratos expirados no decorrer do período, mas continuaram trabalhando como operários.

²¹ Cartas Abramo Pedron. (Fundo Luminato Pedron, maços 05 e 06, AHMJSA).

Em 1911 aparece o primeiro registro de punições aos trabalhadores. Trata-se do livro de “Multas aos que transguedirem”. Nessa caderneta, há 51 nomes, e 14 deles não cometeram infrações. A transgressão mais recorrente foi “fumar na oficina” ou na “latrina”, punida com 500 réis. Em 74 oportunidades, algum dos 37 infratores fumou na latrina ou na oficina, 8 assobiaram durante o trabalho e 20 vezes foram cometidos outros tipos de transgressão.

Só existe transgressão quando há regras. Segundo Machado, as regras de disciplina nas fábricas caxienses eram transmitidas verbalmente pelo chefe imediato. As entrevistadas por ela “não lembraram da existência de regulamentos escritos ou afixados em lugares visíveis”. (MACHADO, 1998, p. 105). Por meio dos regulamentos, “eram ditadas as normas de conduta aos operários, procurando padronizar os comportamentos segundo a vontade do patrão”. (p. 105). No caso das transgressões punidas com multas registradas nessa caderneta, a grande parte se trata de uso do tempo, que deveria ser destinado ao trabalho para outra coisa, como fumar. As mãos e o tempo que deveriam estar a serviço da produção, estavam sendo usados para a satisfação pessoal do trabalhador que fumava. No caso da punição por terem “assobiado na oficina”, acredita-se que a única explicação é a busca por manter uma ordem no local de trabalho, impedindo distrações, desvio de atenção, perda de concentração.

Para Lobato, que estudou uma comunidade operária na Argentina, o disciplinamento dos trabalhadores era a “consequência mais direta” do controle exercido sobre eles. Dois pilares sustentavam a disciplina: a organização espacial e laboral, e o sistema de penalidades. (LOBATO, 2004, p. 149). Com o aumento de funcionários, a Eberle passou a adotar mecanismos formais de disciplinamento até então dispensáveis. No decorrer da primeira década do século XX, o controle do ponto e da produção passou a ser por escrito, o que permitiu organização e melhor monitoramento dos funcionários. Essa caderneta de multas aos transgressores de 1911 é o primeiro documento do sistema de penalidades adotado pela Eberle. Em 1924, foi publicado um Regimento Interno da Eberle, que foi outro passo na institucionalização desse sistema que visava à disciplina.

Voltando aos aprendizes, o penúltimo contratado foi Alfredo Adami, que receberia salário de 20 mil réis, mas só no segundo e último anos, pois no primeiro não ganhava nada (nem comida e hospedagem). E ele foi o mais jovem dos aprendizes contratados, do qual foi possível identificar a idade: tinha apenas 11 anos em 31 de julho de 1911, quando seu pai Francisco Adami e Abramo Eberle assinaram o contrato. O último contrato foi feito em maio de 1912. O aprendiz era Paride Mortari, de Vacaria. A partir desse contrato, é possível perceber-se uma permanência e uma transformação. A permanência é a prática de contratação de

aprendizes que, como pode ser verificada na transcrição do último contrato, é muito semelhante à do primeiro contrato firmado. Tanto Ernesto Barbisan, contratado em 1901, quanto Paride Mortari, em 1912, passaram a aprender um ofício, trabalhar e morar na oficina de Abramo Eberle. Os comprometimentos das partes contratadas são quase os mesmos no primeiro e no último contratos. A diferença fica por conta da cidade de procedência da família Mortari. Dos 21 registros de batismos de aprendizes localizados, apenas dois não eram da paróquia de Caxias, mas de municípios próximos e também de origem colonial italiana. Luigi Dotti foi batizado em Antônio Prado, e Bernardino Arioli em Bento Gonçalves. Segundo seu contrato, a família de Paride era de Vacaria, município localizado nos Campos de Cima da Serra. A migração de Paride parece antecipar uma tendência que marcou a história da população de Caxias e de sua classe trabalhadora, que foi a intensa atração de famílias das cidades da região de Vacaria que vieram a abastecer de mão de obra a indústria caxiense. Abaixo está a transcrição do contrato:

Entre nós abaixo assignados, por uma parte Abramo Eberle & Cia. e por outra Mortari Luciano, de Vacaria, temos feito o seguinte contracto particular como abaixo se delcara:

Nós abaixo assignados, Abramo Eberle & Cia., declaramos que aceitamos na nossa officina de ourivesaria o menino Mortari Paride, filho do Sr. Mortari Luciano, obrigando-nos a ensinar-lhe o officio de fundidor, com as condições que o mesmo menino fique na nossa officina, como aprendiz, pelo espaço de tres annos, sendo-nos obrigados a fornecer-lhe a comida e cama em nossa casa.

O aprendiz tem a obrigação de respeitar as ordens de seus patrões e prestar-lhes toda a obediência como se fosse a seus pais, durante todo o tempo que se conservar na officina.

Si durante o tempo de aprendizagem, o aprendiz não quizesse sujeitar-se às ordens dos patrões e que por desobediencia ou outro qualquer motivo grave, tivesse de ser despachado da officina, será obrigado o pai do aprendiz a indennizar à parte, Abramo Eberle & Cia, das despezas e do ensino que tivermos feito com o sobredito aprendiz.

Eu Mortari Luciano declaro que aceito o presente contrato particular, obrigando-me por meu filho ao fielcumprimento cumprimento das condições nelle impostas.

E por ser verdade e para maior clareza e firmeza, nós partes contractantes, mandamos passar o presente contracto particular que aceitamos e assignamos na presença das testemunhas abaixo assignnadas, assignando a rogo de Luciano Mortari, por não saber escrever, Cesar Longhi.

Caxias, 2 de Maio de 1912. (Contrato 35 – 02/05/1912).

Esse foi o último contrato para aprendizagem na Eberle de que se tem conhecimento. Não se sabe de nenhum outro contrato de aprendiz além desses 35. Todos estavam em poder de Júlio João Eberle, o último filho de Abramo a assumir a presidência da empresa da família. Júlio faleceu em 1987, e o acervo guardado por ele, composto por livros e documentos, foi catalogado no início dos anos 90, quando foram localizados esses 35 contratos. Nenhum outro

semelhante a esses foi localizado na documentação que ainda se encontra em poder da empresa, nem foi doado para o Arquivo Histórico Municipal. Nos livros do cartório da cidade, que já funcionava na época estudada, também não existe nada semelhante, nem na documentação cartorial referente a Caxias, que se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Este último contrato teria vigorado até maio de 1915, mas sabe-se que Paride não foi o último aprendiz da Eberle.

Em 1912, quando foi contratado Paride, Abramo e Elisa já tinham cinco filhos. Os mais velhos, Beppin e Angelina, estavam com 10 e 8 anos; Rosália estava com 6 anos; Julio tinha apenas 4, e Adélia não havia completado 2 anos de vida. A família ainda vivia no sobrado ao lado das oficinas, no qual eram feitas reformas sucessivas para adaptar as ampliações da empresa. (BERGAMASCHI, 2005, p. 102). A família enriquecia e crescia, e é provável que tenha procurado ampliar o conforto da sua residência. Abrigar os aprendizes demandava espaço, e o terreno e os edifícios tinham limites.

De 1912 a 1916, Abramo foi vice-intendente, nomeado por Vicente Rovea. Enquanto ele exercia esse cargo em nível municipal, a Assembleia dos representantes votou uma lei ampliando os recursos destinando à Escola de Engenharia de Porto Alegre. Foi a Lei 167, de 9 de dezembro de 1913, que instituía, como contrapartida da Escola de Engenharia, a abertura de três Escolas Industriais Elementares no interior do estado. Os municípios contemplados seriam Cachoeira, Rio Grande e Caxias.²² Como a lei se referia à cidade da qual Abramo era vice-intendente, é provável que sua aprovação e seu teor tenham sido informados a ele. A Intendência costumava trocar correspondência com a própria Escola de Engenharia, que desde a primeira década do século XX oferecia cursos técnicos de formação de operários. A cessação da contratação de aprendizes pode estar ligada a esses dois fatos.

Nos livros de registros de funcionários, de ponto ou de salário, não há qualquer menção à categoria de aprendiz depois de 1910. Mas, no Regulamento da Fábrica, instituído em 1924, há referência às categorias de oficial, operário, aprendiz, contramestre de seção e contramestre-geral. No final dos anos 30, quando se discutia a implantação do salário-mínimo no Brasil, José Eberle deu uma declaração a um jornal local, na qual foi feita referência à existência de aprendizes na empresa da sua família. Ele disse que, entre os empregados do sexo masculino na Eberle, o salário mínimo só beneficiaria alguns aprendizes, pois o restante já recebia salários superiores ao estipulado. (MACHADO, 1998, p. 142). Aprendizes continuavam

²² Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1913. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913. (Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

sendo contratados, mas, provavelmente, não mais por contratos como os que foram estudados para esta pesquisa.

Durante o período de vigência desses 35 contratos, houve momentos em que cinco aprendizes moravam na propriedade dos Eberle. Nenhum relato conhecido fornece qualquer informação sobre onde esses meninos moravam, se ficavam alojados na casa de Abramo, junto com sua família, ou em local separado, ou nos edifícios das oficinas. Em muitos contratos está escrito que a Abramo Eberle & Cia. comprometia-se a fornecer ao aprendiz “a comida e a posada em a nossa casa”. No contrato de Cesare Longhi, por exemplo, em um trecho está escrito que o aprendiz moraria “na nossa officina”, mas comprometia-se a “fornecer-lhe comida e pousada em nossa casa”, e depois voltava a usar a palavra oficina: [...] “todo tempo que morar na officina”. (Contrato 09-10/05/1906).

Também não foi localizada nenhuma informação que pudesse dar qualquer pista sobre o que efetivamente significava obedecer aos patrões “como a seu pai”, ou “como se fossem seus pais”, ou outras pequenas variações da mesma mensagem. Essas expressões aparecem em quase todos os contratos; em um aparece a palavra “genitores” em vez de pais, e outro traz o compromisso de “obediência passiva”. Nos dois primeiros contratos que não preveem o fornecimento de moradia e alimentação para os aprendizes, não há a contrapartida na forma da referida obediência. Também não precisavam obedecer “como se fosse a seu pai” os que recebiam salário diário e cujo contrato tinha vigência de um ano e meio. Todos os demais deveriam reproduzir na oficina a hierarquia familiar. Mais adiante, analisarem-se relatos de experiências familiares de pessoas que viveram a infância na mesma época desses aprendizes, buscando uma aproximação do que seria essa relação entre pais e filhos que deveria ser repetida na relação entre patrão e aprendiz.

Nem todos os aprendizes podem ser considerados “criança” quando foram contratados. Dos 23 em que foram identificadas a idade, três já eram maiores de 18 anos e outro se tornaria um mês depois do contrato firmado. Três aprendizes tinham 16 anos; sete, 15; quatro, 14; dois, 13; dois, 12 e um aprendiz tinha 11 anos. Dos doze aprendizes que não foi possível identificar a idade, cinco são referidos nos contratos com a palavra “menino”. É difícil definir o que seria uma *criança* nesse período e nesse contexto. Heywood afirma que “as definições de ‘criança’ na força de trabalho variavam consideravelmente nos diferentes contextos nacionais: a maioria dos historiadores estabeleceu 14, 15 ou 16 anos como sendo o limite máximo”. (HEYWOOD, 2004, p. 163).

Se for usado o critério etário para delimitar a infância, a legislação é o caminho mais fácil. A respeito da regulamentação do trabalho do menor no Brasil, a primeira lei republicana de que se tem notícia é o Decreto 1313, de 17 de janeiro de 1891, que proibia o “trabalho efetivo” de menores de 12 anos nas fábricas do Rio de Janeiro. As meninas de 12 a 15 anos, e os meninos de 12 a 14, só poderiam trabalhar 7 horas por dia. Os meninos de 14 a 15 anos poderiam trabalhar até 9 horas diárias. Para todos os menores de 15, era proibido o trabalho noturno, nos domingos e feriados. (CUNHA, 2005, p. 27). Enquanto essa lei limitava aos 12 anos o ingresso no trabalho fabril, o Código Penal de 1890 limitava aos 9 anos a inimizabilidade penal. A extensão da proibição do trabalho, antes dos 12 anos ao restante do território nacional, deu-se apenas em 1927, com o Código de Menores.

Essa variação de limitações de idades demonstra que a até a legislação, que utiliza a delimitação etária para viabilizar a aplicação igualitária da norma, considera a infância gradativa. Fixar faixas etárias para criar um conceito fechado de criança dificultaria mais do que ajudaria a interpretação da realidade dos aprendizes da Eberle, mas também não podemos deixar de identificar fronteiras que diferenciem crianças de adultos. A proposta, então, é tentar identificar o que os sujeitos da história que está sendo contada consideravam infância ou criança. Na documentação pesquisada, algumas vezes são usadas as palavras *menino*, *rapaz* e *jovem* para designar os aprendizes. Historicamente, a palavra *menino* se refere à criança do sexo masculino, e as palavras *rapaz* e *jovem* a uma zona de transição entre a infância e a vida adulta. A estratégia metodológica, então, foi cruzar o uso dessas palavras nos contratos com os dados referentes às idades. Feito isso, foi constatado que a palavra *menino* foi usada para designar aprendizes de 11 a 16 anos; a palavra *rapaz* para um de 16, e *jovem* para o aprendiz de 17 anos. Dos 35 aprendizes contratados, 24 são considerados *meninos*, um *jovem*, um *rapaz*, três maiores de idade e a seis não é atribuída nenhuma categoria. Pode-se dizer, então, que a maioria dos aprendizes era composta por crianças que passaram anos formativos sob a guarda de Abramo Eberle.

Essa prática familiar de encaminhar crianças para viverem anos com famílias estranhas, longe de seus genitores, é recorrente na história da infância. Na obra de Ariès, são mencionados “contratos de aprendizagem” anteriores ao século XV, quando os colégios passaram a ser instituições de ensino. Antes dessa mudança, o estudante não estava submetido a uma autoridade disciplinar, mas também não estava “entregue a si mesmo”. Segundo o autor, “ou bem residia perto de uma escola com sua própria família, ou, como era mais freqüente, morava com uma outra família à qual havia sido confiado um contrato de

aprendizagem que previa freqüência a uma escola, sempre latina”. (ARIÈS, 1981, p. 116). O autor não especifica nesse momento o que a família receberia em troca de permanecer com a criança estranha em sua casa. Quando analisa um texto de um italiano do final do século XV, sobre costumes ingleses, Ariès encontra a informação de que as crianças eram conservadas na casa da própria família até cerca dos 7 ou 9 anos, quando eram transferidas para residências de outras pessoas. Nessas casas, permaneciam também por períodos de 7 a 9 anos fazendo o serviço pesado, quando eram chamadas de aprendizes. Esse costume inglês era praticado por quase todos, independentemente da sua riqueza. Ao italiano, os ingleses explicavam que esse procedimento proporcionava o ensino de “boas maneiras” aos seus filhos. (p. 154).

Ariès conclui que, no medievo europeu, era difundido esse hábito de entregar crianças a famílias estranhas. Ele menciona também outros *numerosos* contratos de aprendizagem, que confiavam crianças a mestres, para que estes ensinassem seu ofício ou fizessem-nas frequentar a escola. (p. 155). Segundo esse autor, “não havia lugar para a escola nessa transmissão através da aprendizagem direta de uma geração para outra. [...] A regra comum a todos era a aprendizagem”. (p. 157). A criança aprendia participando da vida dos adultos, e não indo à escola. A “circulação de crianças” também é uma prática da história recente entre os círculos populares, nos quais a escola não “resgatou” a infância. Fonseca estudou a família popular em Porto Alegre no início do século XX, e encontrou um fenômeno semelhante ao que já tinha presenciado em estudos antropológicos na década de 80. Segundo Fonseca, por vários motivos, “crianças eram redistribuídas, em geral, pelos seus pais, em lares substitutos”. (FONSECA, 1989, p. 111).

A história dos aprendizes caxienses pode ser vista do ponto de vista das famílias de origem, que destinavam os meninos para viverem alguns anos fora de casa, reduzindo o número de braços que poderiam servir na geração da renda familiar, mas também a quantidade de bocas para alimentar. Além disso, os meninos estavam aprendendo um ofício que poderia garantir seu ingresso no mercado de trabalho como assalariado. Mas não só famílias pobres encaminharam filhos seus para receber instruções na oficina de Abramo. O conhecimento técnico era visto nesse tempo como forma de ascensão social. Os casos de artesãos que se tornaram empresários de destaque eram exemplos de trajetória para os que tinham capital para ser multiplicado.

Do ponto de vista da Empresa Eberle, a política de manter vagas para aprendizes produzia riqueza no presente e no futuro. As crianças, ao mesmo tempo que aprendiam, também produziam. Não é por nada que alguns aprendizes ganhavam salário. Ao mesmo

tempo, era um investimento no futuro, já que capacitava mão de obra para possivelmente trabalhar nas suas empresas.

A falta de regulamentação do trabalho situava as relações sociais de produção na esfera privada. Os contratos particulares de aprendizes eram estabelecidos sem qualquer interferência pública, e se sustentavam no comprometimento privado de reproduzir entre patrão e empregado a relação entre pais e filhos. É o núcleo da vida privada sendo simulado na esfera social, enquanto o Poder Público não intervinha. Essas relações familiares intergeracionais são tratadas no próximo capítulo. Saímos do interior da fábrica, para adentrarmos nas famílias.

3 A INFÂNCIA, O PRIVADO, O SOCIAL E O PÚBLICO

3.1 A CRIANÇA PARA A FAMÍLIA

Os braços familiares sustentavam a grande parte dos empreendimentos das famílias na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul; quanto mais numeroso o núcleo familiar, mais braços eram empregados na produção. Nos lotes coloniais, os filhos representavam uma potencialização da transformação da natureza e da produção de riqueza. Dessas famílias faziam parte muitas crianças, cuja mão de obra era aplicada na lavoura e nas atividades de manutenção da residência e nos cuidados da propriedade rural familiar. A família e o trabalho estavam intrinsecamente ligados. Esse era o padrão da sociedade local.

Nesta segunda parte, buscou-se identificar a noção de infância na região, abordando as permanências, mudanças e recodificações sofridas com os processos de industrialização e urbanização, atentando para como o público, o privado e o social incidiram sobre a infância na virada do século XIX para o XX, e nas primeiras décadas deste.

Para Bassanezi e Scott, “a historiografia brasileira, vez ou outra, lembra-se de crianças e jovens quando trata da imigração, cafeeicultura, industrialização ou movimento operário. Porém, dá maior visibilidade àqueles que habitavam a capital paulista, especialmente os que se encontravam no mundo da fábrica”. (BASSANEZI; SCOTT, 2005, p. 142). Segundo elas, “mesmo os pesquisadores que privilegiam a unidade familiar enfatizam mais os papéis masculinos e femininos dos adultos imigrantes e deixam para um segundo plano o estudo das crianças e da inter-relação das gerações”. (p. 142).

Além de prosseguir com o estudo sobre os pequenos trabalhadores, o intuito neste capítulo é contribuir para a historiografia no sentido apontado pelas autoras. Para identificar a noção de infância na região, escolheu-se a análise de relatos de vivências da infância. Experiências de relações com a família e com o trabalho, durante os primeiros anos de vida, estão registradas em muitos depoimentos, que formam bancos de memória sobre a região da qual Caxias é parte. Desses bancos, selecionaram-se algumas entrevistas que foram analisadas, e sobre as quais se procurou aplicar o instrumental teórico-metodológico necessário

para o uso dessas fontes orais. Nesse momento da dissertação, apresentaram-se os resultados dessa tarefa.

Para auxiliar na análise das fontes, consultou-se parte da produção clássica sobre essa metodologia no Brasil, como a obra *Memória e sociedade*, de Ecléa Bosi e *Usos e abusos da história oral*, organizada por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. Buscou-se concepções e procedimentos metodológicos em outros três textos, cuja produção e publicação estão ligadas ao núcleo de reflexão e prática da história oral da academia do Rio Grande do Sul.

Uma ideia mais abrangente sobre a relação entre memória e história, foi encontrada no texto do historiador Catroga, da Universidade de Coimbra, publicado em 2001 pela editora da UFRGS na coletânea intitulada *Fronteiras do milênio*. (CATROGA, 2001). Catroga alerta para o caráter seletivo da memória, imposto em função do “diálogo que os indivíduos mantêm, dentro de um processo socializador, com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situam, e o modo como, à luz do seu passado, organizam o seu percurso como *projeto*”. Isso torna a memória não um mero registro, mas uma “representação afetiva, ou melhor, uma representificação, feita a partir do presente e dentro da tensão tridimensional do tempo”. (p. 46).

Nesse mesmo sentido, Harres, num texto em que chama a atenção “para algumas questões implicadas na utilização da história de vida considerando a dimensão do social presente no trabalho de rememoração”, define a história oral como “uma metodologia que possibilita a criação de fontes para estudos que levem em conta as experiências e pontos de vista dos indivíduos”. (HARRES, 2004, p. 144). O gênero “história de vida” seria, basicamente, “uma autobiografia provocada”, e seu uso possibilita ao historiador “examinar a significação assumida pelo passado em termos individuais, mas tendo em conta a inserção e interação social em diferentes momentos da vida do depoente”. (p. 144-152). Essas fontes orais interessam aos historiadores, pois, a partir delas, busca-se compreender a “experiência do indivíduo com o passado”. (p. 145). Essa compreensão exige do historiador que usa fontes orais “um trabalho de crítica, de análise, de interpretação, bem como o cruzamento com outros dados e informações”. (p. 156).

Algumas dúvidas que surgem no momento de transformar a pesquisa em síntese histórica são respondidas por Constantino, quando ela reflete sobre a relação da história oral e da construção da narrativa histórica, pensando na escrita da história com o uso de documentos originados de fontes orais. (CONSTANTINO, 1997). A princípio, a autora tangencia algumas questões teóricas e metodológicas, tratando do caráter renovador da História Oral, que “aponta

para a necessidade de um trabalho sistemático, derivado de um problema relevante, que freqüentemente diz respeito aos sem história”. (p. 117). Mas o objetivo da historiadora foi tratar da inserção das informações contidas nos documentos orais no texto histórico, e destacar a importância de os historiadores “serem bons escritores”. Como exemplos, Constantino citou autores reconhecidos mundialmente, nos quais, em suas narrativas, costuma-se encontrar a inserção de falas de terceiros, como Gabriel Garcia Marques e Ítalo Calvino, e indica que não há um, mas inúmeros modelos para se escrever bem história. (p. 119). No final do artigo, são apresentadas características que asseguram a qualidade do texto histórico. São elas: o equilíbrio entre a interpretação e a narrativa, na síntese histórica elaborada pelo historiador, e a clareza na comunicação das reflexões teórico-metodológicas e dos resultados de investigações pertinentes. (p. 125).

As lembranças de indivíduos são a fonte mais abundante de informações sobre as infâncias vividas, e foi nelas que se buscaram informações para serem analisadas. Uma das estratégias de preservação da história regional foi a coleta de depoimentos dos imigrantes e descendentes. Os principais acervos referentes à região são constituídos de muitos relatos, organizados de diferentes formas e coletados para diversos fins. Na década de 70, era iminente a destruição do que restava do patrimônio cultural da Região Colonial Italiana. Tomando consciência disso, um grupo de interessados passou a agir em distintas frentes para a preservação da memória. Desde então, muitos relatos foram gravados e disponibilizados para consulta. Entre os principais acervos está o Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e a obra *Assim vivem os italianos*, organizada por Rovílio Costa e Arlindo Battistel, publicada entre 1982 e 1983. Tendo consciência dos limites dessas fontes, mas também de seu potencial de trazer-nos informações sobre o passado, procurou-se entre os relatos menções às experiências vividas pelos depoentes quando crianças. Encontraram-se algumas falas referentes ao trabalho, à escola, à diversão, sobre costumes religiosos, castigos, relações intergeracionais, mortalidade infantil.

O livro *Assim vivem os italianos* reúne documentos diversificados que formam um relevante banco de dados para análises da cultura da região. Nele constam depoimentos transcritos, documentos particulares, documentos e relatórios oficiais, escritos de imigrantes, fotografias, divididos em três volumes que totalizam 1.540 páginas. Nas transcrições de relatos orais publicadas, pode ser observadas noções presentes na região e úteis para esta minha pesquisa, como as de trabalho, de família e de infância. Nelas encontram-se descrições de

trajetórias de vida de italianos e descendentes, de suas famílias, das peculiaridades de seus hábitos, costumes, seus saberes e fazeres.

O *Assim vivem os italianos* pretende ser um estudo da “história de vida de diferentes comunidades gaúchas de presença italiana na época da colonização”, que formaram o campo geográfico extenso da investigação. (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 5). Em busca de localizar esse estudo na área da antropologia, os autores se propuseram a “olhar para aqueles fenômenos que dizem respeito à vida concreta de uma população, ao seu modo de ser, de viver, de pensar, de falar, de superar as dificuldades da vida, de arquitetar a própria sobrevivência [...] que perfazem aquilo que se poderia traduzir na cosmovisão popular”. (p. 5). Porém, são poucos os textos nessa obra que analisam a trajetória dessas comunidades. A maior parte são textos, documentos, relatos que são apresentados e não sofrem análise por parte dos autores.

As entrevistas são todas dirigidas e respeitam um padrão. Os entrevistados foram estimulados a tratar de temas como religião, constituição da família, a travessia do Atlântico, e não estavam livres para escolher os temas que, na visão de cada um, representasse da melhor maneira suas trajetórias de vida ou da vida das suas comunidades. Como bem destacaram Giron e Herédia, numa resenha da obra de Costa e Battistel, “as posições apresentadas nos depoimentos dos colonos foram reforçadas pelas questões propostas pelos entrevistadores, pois levam os colonos a falar de seu modo de agir em relação ao culto, às crenças, aos hábitos religiosos”. As autoras complementam: “Se as perguntas tivessem outra direção, possivelmente outras seriam as respostas”. (GIRON; HERÉDIA, 2005, p. 38). Isso é importante ressaltar pelo fato dos autores terem uma vinculação muito forte com a Igreja católica, já que ambos eram frades capuchinhos, o que pode ter influenciado na direção dada por eles e nas respostas dos depoentes.

Todos os relatos estão apresentados no livro em dialeto italiano e em português, a maior parte das perguntas é transcrita, e algumas respostas aparecem com pausas e raciocínios confusos, o que faz acreditar que a transcrição buscou respeitar a literalidade necessária na transformação do oral em escrito. Mas faltam algumas informações que nos dariam mais segurança no uso desses relatos como fonte, como: o ambiente onde foram coletados; as informações sobre os entrevistadores; sobre como era feita a abordagem dos depoentes; os critérios de transcrição; as emoções; os silêncios... Outra informação muito importante para a pesquisa é a data de nascimento, a idade na data da entrevista, ou a

aproximação do período em que os depoentes foram criança, mas nem sempre esses dados constam na obra.

Os limites do uso desses relatos como fonte são compreensíveis se for considerado o contexto da produção do estudo que os coletou. Um balanço da reflexão metodológica e da produção de história oral em nível mundial, elaborado por Joutard, remonta os primórdios dessa metodologia à década de 50, durante a qual foram produzidos alguns trabalhos iniciais de coleta de relatos por antropólogos e historiadores, que os consideravam fontes complementares aos materiais escritos. Foi na agitação do final da década seguinte que surgiu uma segunda geração, que eleva as fontes orais em nível de uma “outra história”, que dá voz aos iletrados, aos sem-história. Mesmo na França ou na Espanha, segundo Joutard, a história oral até 1975 era obra de pessoas isoladas. Apenas a partir de meados da década de 70 é que a história oral passa a ser reconhecida em congressos, como uma metodologia a ser praticada por grupos de pesquisadores. Foi em 1975 que a Fundação Getúlio Vargas iniciou, no Brasil, os trabalhos com esse tipo de fonte, com um programa destinado a coletar testemunhos de líderes políticos desde 1920. (JOUTARD, 1996, p. 157-158).

Levando-se em conta que a pesquisa coordenada por Costa e Battistel iniciou mesmo antes de 1975, e teve como espaço uma área considerada periférica de um estado igualmente não central, são inegáveis seus méritos e aceitáveis suas limitações. Segundo Amado e Ferreira, ainda em 1996²³, existia “uma colossal distância entre o vertiginoso crescimento da história oral e a minguada quantidade de livros e artigos sobre o tema disponíveis em português”. (FERREIRA; AMADO, 2002, p. VII). Tratando do uso de relatos orais na década de 90 no Brasil, Amado e Ferreira afirmam que “trabalhar com história oral [...] ainda consiste em gravar entrevistas e editar os depoimentos, sem explorá-los suficientemente, tendo em vista um aprofundamento teórico-metodológico”. (p. XI).

Um dos mais expressivos relatos dessa obra é o de Pietro Ferronato. Ele nasceu por volta do ano 1875 em Béssega, na Itália, e chegou ao Brasil com 6 anos. Segundo ele, sua mãe viúva e seus quatro irmãos vieram ao Brasil porque na Itália tinham pouca terra, eram pobres e tinham que trabalhar para um patrão. Aos 99 anos, concedeu o seguinte relato:

Quando iniciamos trabalhar a terra, na roça, não cortamos mato grande, porque não éramos crescidos, então havia pessoas que já tinham vindo antes de nós e vieram fazer-nos uma caridade, deram-nos meio-dia de serviço e nos cortaram todas as árvores maiores e nós cortamos o mato pequeno, mas se tivesse sido como agora, que existem foices, o serrote!

²³ Ano de publicação da primeira edição do livro *Usos e abusos da história oral*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado.

Metade, tínhamos uma foice quebrada ao meio e lá pegávamos essa plantinha e batíamos, nós crianças, até derruba-lá. Com facão que era uma foice quebrada, batíamos até derrubar ao chão. E tudo assim. Eh! passamos dificuldades antes de nos instalar. (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 206).

Na memória narrada por Pietro, ele e seus irmãos, ainda crianças, trabalharam duramente para tornar o lote colonial cultivável. Esse não é o único relato que menciona o trabalho das crianças no momento de ocupação dos lotes, mas a maioria cita a contribuição dos pequenos nas atividades relacionadas à produção agrícola que mantinha as famílias. Esse trabalho, antes da primeira década de vida nas atividades ligadas à propriedade rural familiar, foi o caso de José Conte, nascido em 1898, que já na sua apresentação afirma:

Eu sou brasileiro, nascido aqui, sou de origem italiana. Fiz muitos trabalhos. O primeiro trabalho que fiz foi na roça, aos 6 a 7 anos.
 – O senhor foi à aula?
 Ir à aula aonde, se naquele tempo a escola estava longe 20 quilômetros? Era puro mato! Nada sabia nem meu pai! Ninguém me ensinou.
 [...]
 – Como é que faziam para cortar o mato?
 Com a foice, roçava-se bem, e com o machado fazia-se o corte lateral. Usava-se também o serrote. Plantávamos o milho com o saraquá. Na roça nova, não precisava capinar; limpava-se com uma foicinha de cortar trigo e, por dois a três anos, não precisava capinar. O arado apareceu quando eu tinha uns 12 a 13 anos. Trabalhei na roça até quando me casei. (p. 319).

E por aí vai. A vida de trabalho relatada inicia na infância e dura até quando o corpo permite. Essa exaltação ao trabalho sofrido é constante na obra que reúne esses depoimentos. Como, por exemplo, na entrevista de Giácomo Parise. Para ele o trabalho antes dos seus primeiros 10 anos de idade é relatado da seguinte forma:

Quando eu era pequenino, de manhã cedo, tinha que levantar, pegar os bois, no tempo em que trabalhava na serraria, e conservar os triquetraque da serraria, quando não havia água, uma vez adormeci sobre o carro, que me arrancou três unhas. De repente, acordei-me enquanto os operários puxavam para fora a madeira; em vez de puxá-la com os bois, punham os ombros para levá-la até as carroças, pois estas não conseguiam encostar à serraria. Depois chegavam, iam buscar as toras. Eu tinha 3, 4, 5 anos, porque em 1905 eu saí e, como nasci em 1899, então eu tinha de 4 para 5 anos. (p. 226).

O que chama a atenção nesse relato, além da tenra idade de início da vida produtiva guardada na memória de Giácomo, é o fato do trabalho se dar na serraria de seu pai, onde havia outros operários, e não na agricultura, junto com sua família. Outro elemento relevante é o perigo que ele corria de sofrer acidentes. A serraria do pai de Giácomo era uma oficina, onde

bois, carroças e a força física humana imprimiam o tempo do trabalho, e não um estabelecimento industrial, onde a força e o ritmo das máquinas predominavam sobre os homens. Não se encontraram outras informações sobre acidentes de trabalho nas colônias nessa época. Os acidentes envolvendo crianças no ambiente de trabalho industrial foi assunto de Moura, estudiosa da infância operária paulista. Segundo ela, a quantidade de trabalhadores acidentados nos estabelecimentos industriais é significativa nas primeiras décadas da industrialização paulistana, e “essa alta incidência encontra no trabalhador menor um de seus mais sistemáticos suportes”. (MOURA, 1991, p. 115). Moura constatou que “ao menor – criança ou adolescente – são atribuídas as mais diversas funções, independentemente do perigo muitas vezes inerente destas ou da idade insuficiente daquele e de sua inexperiência profissional, sem que sejam, no geral, observadas as condições mínimas de segurança” (p. 119). Para a autora, é nesses momentos, quando a fragilidade das crianças fica evidente, que “o pequeno operário emerge do mundo do trabalho como criança ou adolescente”. (p. 125-126). O trabalho durante a infância, ligado às serrarias, também foi relatado por João Andreola, que descreveu o seguinte:

– Com quantos anos o senhor começou a trabalhar?

Na roça, junto com meu pai, comecei com 5 ou 6 anos, com uma enxadinha, ou com uma foicinha ajudava a cortar o trigo, porque a mãe cuidava do moinho que o pai comprou do meu avô. Então, ela cuidava do moinho e eu, como era o mais velho, ia para a colônia junto com o meu pai. Com 6 ou 7 anos, comecei a trabalhar, depois fui algum tempo à escola, e mais ou menos aos 9 anos, comecei a trabalhar fora como condutor de arrastos para um vizinho que era arrastador. Era um brasileiro chamado João Trois. Seu trabalho era arrastar toras para a serraria. Convidou-me para conduzir os bois à frente, porque, às vezes, não seguiam direito, então eu ia à frente chamá-los para onde deviam passar. Eram 5 juntas de bois. Havia um carretão e cada junta de bois tinha a sua carga, e a canga da junta traseira tinha um buraco no meio que recebia o cabeçalho do carretão. E com a corrente grossa e havia um grampo, cravavam o grampo na tora, quando eles puxavam, levantava-se um pouco à frente, ele tinha largas rodas de ferro e à frente de cada junta de bois havia um timão de madeira com a argola e enganchavam um com o outro, então as 5 juntas unidas puxavam. (p. 137-138).

O relato continua a detalhar as atividades envolvidas nesse trabalho de arrastador, passando a explicar como se dava o processo de corte dos pinheiros, a fabricação e o transporte das tábuas. A seguir, a conversa transcrita foi a seguinte:

– Quanto ganhava por dia, à idade de 9 anos?

Um cruzeiro e meio por dia. Trabalhei algum tempo, depois fui novamente à aula. Deixei de estudar, quando o arrastador saiu. Mais adiante, fui trabalhar na serraria como ajudante de serrador. Ganhava, então, quatro cruzeiros e meio por dia, incluída a refeição do meio-dia.

Trabalhava-se desde as 5 horas da manhã até as 8 da noite. Comecei a trabalhar aos 14 anos. E depois, então sempre que faltasse trabalho em casa, ia trabalhar nas serrarias. Preparar toras fui eu com meu falecido pai. Combinava-se com os vizinhos de trabalhar em fazer toras nas serrarias para ganhar algum dinheiro. As tábuas, depois de serradas, eram carregadas num trole com rodas de ferro e, com o restante de madeira, eram levadas para fora. (...) Quando estavam secas, vinham os carreteiros com ternos de 7 a 8 mulas, 5 à frente e 2 ou 3 atrás, às vezes usavam, também, um contra-timão e 8 mulas. Carregavam as tábuas, amarravam-nas com as correntes e, assim, o carreteiro as levava para Caxias. Descarregava-as em Caxias, junto a estrada de ferro. Daí eram levadas a Porto Alegre. (p. 139).

Esse trecho, além de detalhar o trabalho de uma criança numa serraria, também é um exemplo do percurso que a produção regional fazia no processo de comercialização. As serrarias formaram um importante ramo da atividade econômica na região, e foram responsáveis por grandes mudanças na paisagem natural. Essa atividade ainda carece de um estudo que trate da trajetória do setor e dimensione sua importância para a economia.

No início da colonização, o tempo da família era ocupado para tornar a sobrevivência possível, e, mesmo assim, a escola esporadicamente fazia parte da infância. Assim como o ensino, as brincadeiras também faziam parte do cotidiano dessas crianças, mas o mais relatado foi a privação da diversão. É o caso da Dona Justina Cadori, que, no seu diálogo com o entrevistador relata:

Ah, brincava-se pouco, meu pai fazia-me trabalhar, moer cana e fazer cachaça, fazia-me levantar às 4 horas para moer cana, buscar os bois no potreiro.... Tinha dez anos. Nova, nova. Botar canas na moenda, dormia eu do outro lado. Não caí na moenda porque Deus não quis.

– Não brincou de bonecas?

Ah, quais bonecas? Éramos pobres, nada se comprava, nem se via bonecas por lá. Aos domingos, íamos ao terço, e à missa. (p. 312).

Na fala de Justina, é explícito: “meu pai me fazia trabalhar”. Aqui fica evidente uma relação entre as duas gerações, na qual o pai determinava que Justina trabalharia, que atividades realizaria, onde e a que horas. O mais velho, especificamente o *pai*, exercia poder sobre a mais jovem, sua *filha*. Essa relação de poder é mencionada por Arendt (2001), quando afirma que a família obedece a uma hierarquia autoritária, oposta à condição de liberdade e igualdade fundamental para a esfera política. Em um contexto de imensa maioria católica, como era o caso da Região Colonial Italiana, a autoridade paterna tinha legitimação incontestada, já que o quarto mandamento no catecismo católico se refere à honra devida aos pais. Na infância, esse poder se torna ainda maior, pela dependência material e sentimental das crianças. Se esses fatores não forem suficientes para garantir a obediência, os pais faziam uso de outro recurso, os castigos, também presentes nas memórias estudadas. O “respeito aos mais velhos”

era garantido por atitudes de violência, que tinham a disciplina como objetivo. No relato já citado de Giacomo Parise, isso aparece na seguinte passagem:

Nessa época, os jovens atendiam mais do que hoje; os jovens, hoje, querem ser, às vezes, sabidos, mais adiantados do que os mais velhos; estão os mais velhos eram severos e os jovens tinham que obedecer. Batiam com a vara nas pernas. Também apanhei umas quantas varadas uma vez, o que me foi suficiente para sempre. Uma varada de levantar bolhas nas pernas. (p. 230).

Outro caso exemplar foi o relatado por Achyles Guarda, que afirmou reproduzir com seus filhos esse costume de agredir as crianças em busca da disciplina:

– O seu pai lhe batia quando o senhor era pequeno?
Se a gente não procedesse direito, ele surrava, “passava o vime”.
– O que se tem que ensinar a um filho?
A! que RESPEITE AS PESSOAS: deve-se respeitar a todos, não ofender a ninguém...
– E o senhor surrava os filhos com a vara?
Às vezes, sim, quando faziam maluquices! Puxava as orelhas e, também, na bunda eu batia. [...] (Grifo da transcrição). (p. 311).

Essa mesma violência está presente no relato da principal informante da pesquisa de Costa e Battistel. Dona Ângela Battistel narra, entre outras, a seguinte passagem de sua infância:

Certa vez quando era pequena, fui à festa de Nossa Senhora da Saúde. Então veio a Carlota Capellesi com as bolachas. Então eu dizia: “Mãe, eu quero os doces.” E ela respondeu: “Sim, cala, depois compramos.” – “Mãe, eu quero os doces.” – Sim, cala, depois eu compro.” Quando viemos em procissão e estávamos aqui perto do Vitorino Rampon, os outros voltaram para a igreja e nós viemos para casa. Quando chegamos perto do cemitério, então deu-me quatro tapões, porque não tinha dinheiro para me comprar as tais bolachas, por isso ela tinha que passar vergonha. (p. 456).

Nesses relatos, os castigos foram para garantir obediência, punir por ações consideradas ofensivas, incorretas, e como prevenção de possíveis desobediências ou atitudes incorretas. O teor educativo atribuído às agressões pelos depoentes foi usado por eles para justificar sua aceitação como uma atitude válida, e sua reprodução quando passam da posição de filho castigado a pai castigador. Além disso, essa frequência das punições denota que a desobediência também era frequente. Essas desobediências podem ser interpretadas como indicativas de conflitos intergeracionais, tema que ganha ênfase nos estudos referentes à família na atualidade. Será retomado esse assunto mais adiante.

Além da ação violenta da mãe, dois aspectos podem ser destacados neste último relato, o da Dona Ângela. Um deles é a ligação entre a vida social e a religião. Na região, os momentos de sociabilidade se davam principalmente em eventos religiosos. Segundo Herédia, o sentimento religioso está entre os “valores humanos que sustentaram a própria colonização, pois se mantiveram na região como princípios básicos de vida”, sendo culturalmente absorvidos pelos imigrantes e por seus descendentes. (HERÉDIA; PAVIANI, 2003, p. 59). A religião foi um elemento de identidade cultural que se manifestou “por uma forte solidariedade social, pois promoveu a integração dos imigrantes europeus”. (p. 61). As igrejas, capelas e seus ritos constituíam o centro das comunidades, estimulando um sentimento de unidade. Geralmente, era em torno de comemorações ligadas à religião que se organizavam momentos de convivência comunitária.

O outro aspecto é o desejo da mãe de Ângela esconder da comunidade a falta de dinheiro. Isso remete a outro valor fundamental da cultura regional, o trabalho. O lugar de importância que o trabalho ganhou na cultura regional é explicado por Herédia, pela condição de emancipação que a transformação da natureza e seu resultado proporcionava aos colonos. A riqueza garantia o *status* e era vista socialmente como produto do trabalho. (p. 64). Provavelmente, a “vergonha” que a mãe de Ângela teria era por poder ser considerada pouco trabalhadora pelos vizinhos.

Passa-se agora para o segundo conjunto de relatos analisados. Essas entrevistas pertencem ao Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami de Caxias do Sul, que disponibiliza para consulta, no sistema informatizado, mais de mil entrevistas, e continua sendo alimentado quase diariamente. Todas elas estão acompanhadas de um índice que relaciona os assuntos tratados pelos depoentes. Das entrevistas disponíveis até janeiro de 2008, 121 traziam a palavra *infância* no índice. Dentre esses entrevistados, 40 podemos identificar que nasceram até 1920 e passaram a infância ou parte dela em Caxias e na região, sendo 27 mulheres e 13 homens. Desses 40 relatos, selecionaram-se os que traziam mais informações para analisar. O acervo do AHMJSa é composto por entrevistas recolhidas no decorrer das últimas três décadas, com o objetivo de registrar a trajetória da cidade em suas diferentes manifestações. A constituição do acervo é muito heterogênea; a instabilidade da equipe de profissionais responsável pela coleta de entrevistas; os diferentes objetivos que levaram às coletas dos depoimentos, o longo tempo em que essas entrevistas foram realizadas são alguns dos fatores da diversidade do acervo. Desse *corpus*, destacaram-se algumas

entrevistas de pessoas que viveram no período estudado e que relataram experiências recordadas da infância.

Um exemplo destacável é a entrevista de Francisca Adami Rossi. Francisca nasceu em 10 de novembro de 1908, em Caxias. Sua família era constituída por nove irmãos, entre eles o João Spadari Adami, importante historiador de Caxias. Seu pai era sapateiro, e sua mãe lavava roupa para fora. Sobre o trabalho da mãe, Francisca disse:

Lava roupa, lá no rio Tega. Ela tinha muitas freguesas e nós ajudava depois também, né, porque nenhuma de... a única que teve um pouquinho de colégio foi a Maria, né, de estudo; eu fui um ano e meio só. Quando as freiras tinham ainda colégio, aquele pequeno, de madeira, é onde eu estudei, braba que elas eram, ainda botavam de castigo com milho embaixo do joelho, né. (risos)

A família humilde e numerosa de Francisca era sustentada pelo trabalho da mãe e do pai, sempre auxiliados pelos filhos. Segundo o relato, Francisca viveu sempre na cidade, não passou pelo meio rural. Ela informa que a sapataria do pai se localizava na Rua Bento Gonçalves, que hoje é uma das principais vias do centro de Caxias do Sul. A sapataria de seu pai ficava na sala de casa. O trabalho está presente nas falas sobre o cotidiano da família de Francisca. Respondendo a uma questão sobre suas lembranças dos pais, ela disse:

Ah, o meu pai era assim, uma criatura muito boa, ele bebia um pouquinho, mas só em casa assim; até saia briga com a minha mãe, porque ela não queria. Mas ele só ficava em casa; uma vez só que eu me lembre que trouxeram ele pra casa, porque era assim: sapateiro trabalha aos domingos e faz festa na segunda, né, dia de São Crespim. Então, pra eles o domingo era segunda-feira, foi a única vez, ele ficava em casa, trabalhava em casa.

Na mesma fala, diz sobre a mãe:

E a minha mãe lavava roupa. Eu e o meu irmão mais moço que eu um pouco, ficava em casa, fazia... a comida que nós fazia pra levar pra ela, lá no rio era arroz cozido na água, coava e botava queijo encima e levava lá, pra ela comer, né, no meio-dia. Ela passava o dia lá [...].

Esse auxílio nas tarefas domésticas e assessorias às atividades de seus pais também foi identificado nos estudos de Bassanezi e Scott. As crianças nas fazendas de café paulista passavam a ser consideradas “pessoas do trabalho” e podiam ser contratadas a partir dos 12 anos. Antes disso, já eram requisitadas para prestar serviço ao grupo doméstico. Segundo Bassanezi e Scott, “cuidar dos irmãos menores, ajudar nos serviços da casa (tarefas delegadas principalmente às meninas), levar comida para a roça, cuidar da horta e tratar dos animais, participar da colheita do café e ajudar na lavoura de subsistência eram os trabalhos a que se dedicavam”, tanto nas fazendas de café quanto nas pequenas propriedades rurais (2005, p. 147-148). Na cidade tampouco as crianças eram isentas do trabalho; “nas unidades artesanais

e comerciais de propriedade da família, o mundo do trabalho também envolvia a todos”. (p. 148).

As entrevistadoras de Francisca a estimularam a falar sobre o universo lúdico da sua infância, que ainda não tinha sido expresso por ela. Perguntaram-lhe:

– E, assim, a senhora brincava, quando era criança, como é que era as brincadeiras?

Ah, brincava, a senhora sabe que o nosso brinquedo... nós não tinha brinquedo, nós, assim, tinha aquelas samambaias grandes, nós chamava de umbrelini, chapéu de chuva.

[...]

Não tenho com quem conversar, por isso, às vezes, eu fico atrapalhada, mas aí nós brincava muito, então, quando tinha um valão lá na Marquês do Herval, e outro valão na Borges de Medeiros, né, e quando chovia, trazia muita coisa do centro, então, depois da chuva nós ia lá procurar, ver se achava alguma coisa pra brincar, porque o nosso brinquedo era com caco de vidro, com latinha de sardinha. Quando morria um pintinho, nós fazia o enterro. O nosso brinquedo era assim, né. E de noite nós brincava com as nossas amigas, assim, tinha os primos que moravam por aí e ficava até tarde brincando, não tinha problema nenhum naquele tempo, né. Agora que é...

Brincavam de roda, de bandeira, de arco (“era uma roda de vime e dois pauzinhos, a gente enfiava os pauzinhos assim, cruzados e jogava, né”), jogavam bola, bolinhas de gude. As brincadeiras apareceram no relato de Dona Francisca quando foi provocada a falar sobre elas. Os “brinquedos”, como objetos elaborados especificamente para as crianças brincarem, não estavam muito presentes nas suas lembranças. Francisca lembra-se com carinho de uma boneca. Pelo seu relato, percebeu-se que aquele objeto era muito importante para ela, e a sua perda foi recordada até sua velhice e, nas poucas palavras que usou para descrever sua infância, reservou espaço para esse episódio. Mas logo esse tema foi interrompido e substituído pelas lembranças do trabalho.

O lazer entre as crianças imigrantes e filhas de imigrantes aparece pouco em documentos que não sejam relatos orais. Essa foi a constatação de Bassanezi e Scott sobre São Paulo, e se aplica a Caxias também. Por mais que elas dedicassem boa parte do tempo ao trabalho, os folguedos, brinquedos e brincadeiras dos pequenos formam um mundo que emerge das memórias de infância. (BASSANEZI; SCOTT, 2005, p. 156-157).

O lazer está presente nas memórias sobre infância analisadas, mas não recebeu destaque. A entrevistadora demonstrou interesse pelo tema, e perguntou se brincavam de boneca. Francisca disse:

Olha, boneca era assim, [...] naquele tempo a praça era fechada, né, e tinha o quiosque no meio e no Natal eles davam presentes pra gente que não podia comprar, né, então, eu e o meu irmão fomos lá buscar; ele ganhou um riscado pra fazer uma calça; naquele tempo o brim eles chamavam de riscado, né, e eu ganhei uma boneca de porcelana. Eu estava tão faceira com aquela boneca, com medo de perder, de que alguém me estragasse, eu agarrei e escondi ela, assim, atrás, a minha mãe tinha um caixote de madeira, que ela comprava, já comprava fazenda pra fazer o enxoval pras minhas irmãs mais velhas e eu escondi a boneca lá atrás, meu pai viu o caixote fora do lugar, deu um empurrão e... [...] E quebrou minha boneca, sem ele querer, né, porque viu o caixote, mas não estava muito afastado, mas ele achou que tinha que botar no lugar, né, e eu fiquei sem a boneca. Então, nós não tinha muito brinquedo assim, como as crianças tem agora. E, depois, nós começamos a trabalhar cedo. Eu, com seis, sete anos fui trabalhar numa... num negócio de misturar carne pra fazer lingüiça. Como é que se diz...?

– Embutidos, salame?

É, salame, assim, assim, eles misturavam naquele a carne com as mãos, né, da minha irmã trabalhava lá e eu fui junto umas temporadas eu fui junto com ela, até nós ganhava merenda forte e tudo, mas depois eu deixei. Aí, depois eu fui trabalhar de babá quando eu tinha mais idade; perdi meu pai, então, ele morreu moço, né...

Francisca disse que quando começou a trabalhar nessa fábrica de embutidos tinha “uns 8 ou 9 anos”. Logo depois, com “10, 12 anos” iniciou na função de babá, cuidando de um filho de Miguel Muratore, conhecido personagem da política local. Ela descreveu da seguinte forma esse período:

E, eu fui, até a minha mãe lavava pra ele e, eu fui levar umas roupas e fui de pé no chão, com dez anos eu tinha quase; aí a filha dele me xingou, né: “onde é que se viu uma pessoa andar de pés no chão na praça assim, não tem vergonha?” não sei o quê. Aí eles me convidaram pra ir lá, então cuidar do nenê. [...] Então eu saía da casa dele, levava pra ama dar leite, era ali onde é o colégio agora, perto do Museu, ali, que tem um colégio, ali tinha uma casa, era Grossi, que morava lá e eu levava de manhã e voltava de noite. E, ele dormia comigo, no meu quarto e tudo, né.

[...]

E, eu então, cuidei do nenê e fiquei uma temporada grande lá, até ele fez o inventário pro meu pai (seu pai morreu quando ela tinha onze anos, e trabalhava na casa dos Muratore); me dava dez cruzeiros por mês e de vez em quando me dava uma roupa, né. Até, ele me deu um corte de tecido xadrez, a minha irmã me fez um traje pra mim, me fez boina; aí eu fui em casa de uma vizinha, lá em casa ela vendia leite e eu fui buscar o leite, ela me tratou, assim, como se fosse uma pessoa fina (risos), porque de boina, com aquele vestido xadrez assim, chamava atenção. É... aí eu fiquei uma temporada lá e depois, então... fui pra Antonio Prado, depois voltei, aí fui trabalhar no Rossi, era... ele trabalhava com munição.

[...]

Eu tinha uns onze pra doze anos quando fui trabalhar no Miguel. Ali ele já fez o inventário pra nós, pra minha mãe, né e... ainda dava um dinheirinho, assim, ajudava, né, foi muito bom pra mim. Eu sentava na mesa com ele, não tinha problema. E, e ele tinha um filho, dois solteiros ainda, os outros tinham casado e um era o Ivo, o mais moço, o Ivo e o Aldo Muratore e, eu de noite nós ia brincar na praça, lá na praça, naquele tempo a gente podia, se escondia no meio da... eles faziam assim os cortes das árvores assim, um quadrado e nós se escondia lá no meio, nós brincava até tarde da noite; tanto é que eu gostaria, bom o Ivo faleceu, né?

A depoente disse que começou a trabalhar com “uns 16 anos” na empresa Amadeo Rossi, uma conhecida oficina da cidade já mencionada acima, que começou produzindo utensílios domésticos, agrícolas e de montaria e, na década de 20, especializou-se na fabricação de armas e munições. Francisca destaca a falta de *conforto* sentida pela sua família, apesar do trabalho de todos.

A minha mãe trabalhava muito, mas a gente não tinha muito conforto, assim, de roupa mesmo, nós passava um frio, ia trabalhar de tamancão, sem meia, com casaquinho de pelúcia, porque nós era em muitos, né, pra...

[...]

Os mais velhos saíram, né, e a minha mãe ficou com os outros, né, então sabe... ah, passamos muito frio.

Depois do trabalho na Amadeo Rossi, a depoente passou a trabalhar na Metalúrgica Abramo Eberle. Lá ficou até casar-se, com 26 anos.

Uma primeira conclusão é a evidência da diversidade da infância. As crianças da Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul, no início do século XX, assim como em qualquer outro período, não tinham uma infância uniforme. Fatores como condição social, costumes familiares, lugar onde vivem, etc. fazem com que as experiências sejam diversas e as características da infância sejam diferentes. Mas alguns temas são recorrentes, e é sobre as recorrências na diversidade que se construiu uma noção de infância, que busque sintetizar o que era ser criança na região, no período estudado.

Um tema que aparece com frequência é a escola, como algo que deveria fazer parte da infância, mas que esteve ausente. Em muitos casos, essa ausência deveu-se à opção familiar pela priorização do uso da mão de obra da criança em detrimento da sua formação escolar institucional. Em outros, é alegada a não existência de escolas disponíveis ou próximas às comunidades. E é possível também que a própria criança agisse no sentido de afastar a escola de seu horizonte, já que esta, muitas vezes, representava privação de liberdade. O contrário também é possível: a escola poderia ser considerada uma alternativa ao trabalho na

família, garantindo outras opções de inserção profissional futura, que não as atividades ligadas à agricultura ou a outros tipos de trabalho braçal.

Essa distância da escola foi sentida pelas crianças de quase todo o Brasil. Uma das exceções foi a colonização alemã, pois, entre os imigrantes que aportaram no Brasil, os teutos foram os que mais deram atenção à formação escolar de seus filhos. (ALVIN, 1998, p. 273). Na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul, as escolas estavam intimamente associadas à organização religiosa. Segundo Tramontini, “no mais das vezes, um dos colonos assumia as funções de professor em uma das casas da picada, depois na igreja”. Segundo o autor, “a estruturação da escola comunitária gerava união e conflito no próprio grupo”, constituindo uma importante instância de organização social. (TRAMONTINI, 2003, p. 165). Em São Paulo, essa distância foi sentida por grande parcela das crianças e jovens italianos recém-chegados e pela maioria dos descendentes de italianos.

Os relatos da época são unânimes em denunciar a carência de escolas para eles, principalmente nas áreas rurais e nos pequenos núcleos urbanos. Além disso, a escolarização das crianças e, principalmente, a dos jovens, encontrou resistência nos próprios meios imigrantes, pois significava a perda de braços. (BASSANEZI; SCOTT, 2005, p. 155).

A educação formal dos filhos não era uma preocupação para muitos imigrantes e descendentes, camponeses e à boa parte de analfabetos, ou mesmo entre os que viviam nas cidades, onde existiam mais escolas. Absorvidos pelo trabalho e preocupados em sobreviver e poupar, não se empenhavam muito com essa educação. Mas também houve casos de pais que “não pouparam esforços para se alfabetizarem e alfabetizarem seus filhos”, por perceberem a importância da educação para melhorar a atuação no mercado. (p. 155). Quando perguntada sobre sua passagem pela escola quando pequena, Alice Bottini, que nasceu em 28 de fevereiro de 1890, disse que frequentou por pouco tempo a escola. O objetivo dela era apenas “aprender as contas”, para “começar a trabalhar”.

Nesse mesmo rol, o que está recordado mais como ausência do que como presença, são as brincadeiras. Elas também são lembradas quando os depoentes foram estimulados a recordar a infância. A primeira recorrência é a lembrança de que “brincava-se pouco”, muitas vezes justificada pela necessidade de trabalhar e algumas pela carência de brinquedos que a pobreza impunha. Brincava-se pouco, mas brincava-se. O estímulo do universo lúdico, tão importante para a caracterização da infância atualmente, fez parte da vida dessas crianças. Uma hipótese que se levanta é a substituição do tempo que seria dedicado à escola pelas brincadeiras. Se o trabalho era visto como necessidade, e a diversão e a escola como coisas

secundárias, é possível que essas duas ocupações disputassem o tempo restante no dia dessas crianças.

Brinquedos e livros foram os objetos que Heywood escolheu para simbolizar o começo da educação das crianças, já no que denomina “segunda fase da infância”. Segundo ele, “os brinquedos e as brincadeiras eram uma forma de estimular o desenvolvimento intelectual e físico das crianças, bem como uma forma de diverti-las”. (HEYWOOD, 2004, p. 125). O seu estudo sobre a história da infância abrange o período da Idade Média ao início do século XX, e, “em todos os períodos, os pequenos conseguiram improvisar brinquedos a partir de objetos cotidianos, ou fabricar seus próprios”. (p. 125). Imagens e livros também foram encontrados pelo autor durante todo o extenso período estudado. Até meados do século XVIII, os livros que os pais davam aos filhos não eram infantis propriamente ditos, mas aqueles “procurados para ensinar as crianças e aprimorar suas mentes”. (p. 126). Com o tempo foram surgindo coisas mais atrativas para as crianças, mas, pelo fato de serem um produto comercial, seu acesso era difícil aos mais pobres. Na terceira fase, inaugurada em torno dos 7 anos, quando historicamente inicia a idade escolar e o momento da saída de casa, as brincadeiras permanecem muito importantes, embora o tempo disponível para brincar fosse diferente em função da classe. (p. 150).

Esses dois temas são lembrados como algo que secundava o trabalho. Como segunda conclusão, além da diversidade da infância, a recorrência que salta aos olhos é a responsabilização das crianças por atividades ligadas à obtenção de renda familiar, seja nos serviços domésticos, necessários para a conservação do lar, seja no trabalho direto nas atividades produtivas de propriedade da família que garantiam renda, ou mesmo como assalariados em estabelecimentos de terceiros. O trabalho aparece nos relatos como cotidiano, e não como uma situação extraordinária. É recordado como uma necessidade da família, não como uma economia na contratação de mão de obra de terceiros. Nas memórias de infância dessas pessoas, o trabalho e a família aparecem intrinsecamente ligados.

Para encerrar, retoma-se o seguinte trecho da entrevista de Francisca:

– [...] Esse dinheirinho que a senhora ganhava, a senhora ajudava em casa?

Ah, dava todo o dinheiro, nós chegava em casa e dava todo o dinheiro pra mãe; a mãe é que fazia, comprava a roupa pra nós, ela sempre gostava, assim, de fazer o enxoval, cada uma saiu com o enxoval direitinho, né, primeiro casou a Adelaide, depois a Catarina, depois casou a Clara. Então era uma briga, porque ela não queria que ela casasse com o Portagarain, né, ele era jogador de futebol e ele era muito mulherengo, né.

A família promovia ou autorizava o trabalho dessas crianças, e a renda gerada por ele era incorporada ao orçamento familiar. Francisca entregava todo o dinheiro conseguido para a mãe, que determinava onde ele seria aplicado. Uma informação interessante desse fragmento da entrevista é que parte do recurso era destinada à compra do *enxoval* das meninas, o que fazia parte da preparação para elas constituírem novas famílias. O trabalho durante o período da infância, no qual a dependência dos familiares é uma característica fundamental, tinha na família sua origem e destino do seu produto.

Nesse fragmento também há uma ilustração do poder que a mãe procurava exercer sobre os filhos, influenciando a definição do parceiro com quem a filha constituiria o seu novo núcleo familiar. Fica claro que os interesses divergentes entre mãe e filha foi o que gerou essa *briga*. Segundo Klep, o momento do casamento, junto ao da saída dos filhos para trabalhar fora de casa e quando os pais chegam à velhice e passam aos cuidados dos filhos, são os três momentos do *life course* de maior intensidade de conflitos intergeracionais. É sobre o primeiro que a historiografia mais se debruçou, por ele apresentar um forte declínio do poder dos pais sobre a prole. (KLEP, 2004, p. 351).

A grande incidência de conflito no momento do casamento está claramente ligada ao problema da transferência de propriedade entre as gerações e ao fato de os filhos adolescentes e adultos contribuírem com a renda familiar (p. 352). No caso de Francisca, toda sua renda era controlada pela chefe da família enquanto residia na casa materna, e a saída de casa desestabilizaria a economia familiar. Além disso, a justificativa dada pela mãe também era moral, pois não queria ver sua filha casada com um “mulherengo”. O que acontecia com o “nome da família” até então era responsabilidade dos pais, que buscavam controlar as ações dos filhos e dispunham de mecanismos para isso. A independência tira os filhos do campo de ação dos pais.

Líbera Bigarella Cavagnoli nasceu em 22 de setembro de 1911, filha de italianos imigrantes instalados numa localidade rural no norte do Município de Caxias. Líbera era a última dos treze filhos de um professor, que posteriormente também atuou como agente do correio e escrivão. Segundo ela, ele “era um homem muito bom, muito educado”, e ela tinha “tudo o que queria”. Líbera diz ter estudado os primeiros anos escolares em uma escola particular, e completou seus estudos pré-ginásiais em Flores da Cunha, mas, como para o ginásio “tinha que ir longe”, continuou seus estudos em casa, com seus irmãos. No relato de Líbera não há

nenhum conflito em sua família. Realidade muito diferente foi a de seu esposo, Albino Cavagnolli, que teve sua trajetória relatada pela depoente.

Já com 8 anos, interesses diferentes provocaram um rompimento com a família. Albino saiu de casa, contra a vontade dos pais, que preferiam que o filho mais velho deles permanecesse ajudando na roça. Segundo ela, saiu de casa porque “ele não gostava de trabalhar na roça”, preferindo trabalhar na “única indústria” de Flores da Cunha, a oficina de serraria do Antoniazzi. Albino teria saído de casa brigado com seu pai, apenas “com a roupa que ele tinha no corpo”. Ele dormia e comia na oficina, onde permaneceu por “uns anos”, até decidir mudar de condição. Ele então entrou em contato com uma tia que trabalhava em um hotel em Caxias, e pediu para ela “arrumar um serviço para ele”. Sua tia comprometeu-se a encontrar trabalho para Albino, que aguardou a boa notícia sob os cuidados de uma amiga da família em Flores da Cunha.

Assim como o casamento, a saída das crianças de casa para trabalhar é um evento do ciclo familiar que afeta o poder dos pais sobre os filhos e gera conflitos intergeracionais. A explicação de Klep (2004) está no fato de os filhos contribuírem com o esforço de trabalho e com a poupança familiar, ao mesmo tempo que desenvolvem necessidades e preferências próprias. Para satisfazer essas novas necessidades, é preciso ter o controle dos recursos produzidos, ou ter a anuência de quem detém o comando. O momento do desenvolvimento econômico que a região vivia contribuiu para o conflito de interesses. Ao mesmo tempo que a agricultura gerava riqueza, as cidades e as fábricas cresciam e geravam novas necessidades. A mão de obra na agricultura familiar ainda era significativa, pois o valor dos produtos agrícolas continuava compensador, mas a cidade seduzia com a modernidade.

Albino chegou a romper com seu pai pelo desejo de mudar do meio rural para o urbano, e conseguiu uma aliada na família. A notícia chegou: a tia cidadina conseguiu um emprego para o menino com o Abramo Eberle. Albino trabalhou como fundidor na oficina de Abramo até ser convidado para trabalhar em uma “oficina grande” na localidade de Nova Pádua, de Casimiro Araldi. Ele trocou de emprego, mas se arrependeu quando passou a “não ter mais serviço para ele” na oficina do Araldi. Uma opção seria voltar a trabalhar para Abramo, mas “não queriam mais” que ele voltasse. Então a solução encontrada foi mudar de cidade. Albino foi trabalhar em uma firma em Erechim, onde ficou até retornar para Nova Pádua e comprar de Araldi a mesma oficina onde trabalhara. Isso aconteceu no final da década de 20, quando casou com a Líbera.

Para Therborn, o patriarcado tem duas dimensões intrínsecas básicas: “a dominação do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Em outras palavras, o patriarcado refere-se às relações de geração e gênero” (THERBORN, 2006, p. 29-30). Mas, segundo Therborn, “o núcleo do poder patriarcal consistiu, acima de tudo, no poder do pai sobre a filha e no do marido sobre a mulher”. (p. 30).

Um pouco desse poder de gênero pode ser percebido em outro caso que se escolheu destacar, o da Graciema Rigotti Müller, nascida em 16 de abril de 1917. Ela contou que seu pai desde que ela nasceu estava “sempre adoentado”, o que dificultava suas atividades produtivas. E, para conseguir saldar dívidas contraídas com a compra de um terreno, “botou as crianças para trabalhar pra ajudar ele”. Ela tinha 9 anos na época, e realizava trabalhos para os negócios da família Antunes. Quando começou, as tarefas eram leves, mas logo passou a trabalhar na fábrica de produtos suínos, onde era exigida mais força dos operários. Graciema era “muito criança” e “não tinha forças” para erguer os presuntos, as costelas e outros produtos, mas descreve como driblava essas dificuldades apoiando as peças sobre as pernas para conseguir embalá-las e cumprir suas tarefas. Percebendo essas dificuldades, o contramestre delegava tarefas menos exigentes, como buscar o pão que servia como lanche para as operárias ou etiquetar os produtos. Seu pai decidiu então mudar de casa, e durante um período ela não trabalhou, mas já aos 11 anos o seu pai a empregou novamente em uma fábrica dos Antunes, que naquela época já tinham uma vinícola.

Segundo ela, Graciema foi a primeira dos filhos a empregar-se, pois era a mais velha. Quando voltou a trabalhar fora de casa, Graciema não “alcançava na mesa” da cantina. Ela conta que

as mesas eram baixinhas, mas eu não alcançava e tinha que botar um tijolo pra poder subir em cima e trabalhar. Então eles me botavam a botar cápsulas, botar os selos, que era serviço fácil. E quando era pra engarrafar, me botavam a cuidar da bordaleza pra que ela não derramasse. [...] Então eles me botavam em serviços assim, porque era muito baixinha.

Graciema contou que a cantina era pequena, estava no início de suas atividades, tinha apenas quatro ou cinco funcionários, e as atividades paravam em alguns momentos. Ela lembra que por causa de uma “revolução” ou outro motivo, a cantina parou durante seis meses. “Não estávamos desempregados, só estava esperando que voltasse o serviço.” Como ela “não podia ficar sem fazer nada”, seu pai ordenou que ela trabalhasse na empresa de Abramo Eberle, para que não ficasse desocupada durante o recesso na cantina. No Eberle ela trabalhou durante 3 meses, mas disse que não gostava do serviço de lá: “Trabalhei 3 meses e não quis mais

trabalhar. Sabe quanto eu ganhava? [...] Duzentos réis por dia! [...] E, aqui no Antunes, comecei a trabalhar com quatrocentos réis.[...] Meu pai ficou muito sentido porque eu não quis mais ir. Não fui e pronto!” Graciema, mesmo jovem, avaliou que o salário não era compensador, e tomou a decisão de deixar o emprego. Por trabalhar desde cedo, ela tinha noção de valor e certa autonomia.

Nos 3 meses restantes, ela trabalhou na casa da família Tronca, cuidando de crianças. Depois desse recesso, voltou à Cantina Antunes onde trabalhou até aposentar-se, com 52 anos. Durante todo esse período ela também trabalhava em casa, nos serviços domésticos, como limpar a casa e lavar roupa. Segundo a depoente, “não era como agora”, pois “a gente fazia tudo com tanta satisfação!” Graciema também não mencionou a escola e diversões em seu relato, apenas o trabalho. As necessidades da família a levaram a isso; a estratégia familiar elaborada por seu pai tinha Graciema em posto-chave.

Voltemos a falar de brincadeiras. Por solicitação do Museu Municipal de Caxias, a conhecida professora Esther Troian Benvenuti redigiu um texto de memórias sobre as brincadeiras de sua infância. Esther nasceu em 16 de maio de 1916, no interior do distrito de Ana Rech, em Caxias. Era filha de agricultores. Seu avô materno, comerciante, mudou-se para a cidade e a levou para continuar, no centro de Caxias, os estudos iniciados no interior. A infância de Esther se deu entre o rural e o urbano, e isso permitiu algumas comparações interessantes entre as infâncias do interior e da cidade. As bonecas de suas amigas do interior de Ana Rech eram feitas de palha de milho, e ela recorda que algumas “apareciam às vezes bem negras, pintadas com carvão”. Segundo ela, os brinquedos variavam de acordo com as “condições e possibilidades” das famílias, mas faz uma afirmação geral que chama a atenção. Segundo ela, “as crianças passavam a maior parte do dia brincando ao ar livre. Os elementos da natureza eram usados em tudo o que fosse possível servi-lhe de brinquedo”. Nesse momento, Esther não diferenciou crianças pobres das ricas, rurais de urbanas, nem os meninos das meninas.

A diferença de classe social é evidente nos relatos sobre a infância. Alda Muratore Eberle nasceu em 25 de abril de 1913. Mais ou menos um ano após ficou órfã de pai e perdeu um irmão 16 anos mais velho quando tinha 4 anos. Da sua infância, Alda lembrava que era “muito arteira”. Morava em frente à praça central da cidade, onde corria e brincava. Mas essa liberdade para brincar era restrita, pois logo foi interna no Colégio Bom Conselho, em Porto Alegre. No caso de Alda, o trabalho não tirou espaço da escola, mas sim a escola tomou o tempo das brincadeiras. Nas férias se libertava da “gaiola” do colégio e voltava à sua “vida de

garota” no centro da cidade. Ela descreveu esse período como uma vida “muito cheia, muito movimentada, muito alegre”, com “muito boas amigas”. Aos 13 anos começou a namorar Júlio Eberle, filho de Abramo e Elisa, com quem se casou em 1932.

Francisco Menegat nasceu em 8 de outubro de 1906, em Nova Pádua, interior de Caxias. Seus pais eram filhos de agricultores, nasceram na Itália e vieram ao Brasil ainda crianças. Aqui se conheceram, casaram, criaram 10 filhos e viveram juntos até a morte de seu pai, em 1924. A família era proprietária de um hotel em Nova Roma, e essa renda permitia que Francisco estudasse em um colégio de propriedade de padres jesuítas em São Leopoldo, onde ficou durante 6 ou 7 anos, até o momento em que ingressou no serviço militar, lá permanecendo durante quase um ano. Depois disso, dedicou-se aos estudos de advocacia e obteve autorização para trabalhar como advogado, mesmo sem ter passado por instituição oficial de Ensino Superior. Francisco não falou de trabalho ou não trabalho durante a infância.

Relato semelhante tem Graciema Patternoster Pieruccini, que nasceu em 8 de agosto de 1892, em Caxias, filha de João Patternoster e Maria Sartori. Segundo ela, sua mãe era conhecida como Baronesa de Gialbrendoff, título que recebera por ter sido casada com o Barão Daniel Gialbrendoff, de quem ficou viúva, antes de casar-se com seu pai. Esse Barão seria proprietário de uma grande extensão de terra próxima ao centro da cidade, nos bairros hoje conhecidos como São Pelegrino e Santa Catarina. Graciema não disse quando o primeiro marido de sua mãe morreu, nem quando foi o casamento com seu pai, tampouco comenta se sua mãe teria herdado os bens do Barão. Sobre seu pai, nossa personagem disse que era um homem viajado e que gostava de divertir-se. Sua fama de gostar de festa não foi bem vista pela mãe de Maria, que, segundo Graciema, não queria o casamento.

A posição social da família pode ser identificada quando fala das atividades de seu pai, que foi proprietário de padarias em Porto Alegre, Santa Maria, Cruz Alta e uma em Caxias. Quando indagada pela entrevistadora se ela “ajudava também na padaria”, Graciema responde e justifica: “Não, eu era criança.” Informa depois que sua mãe também não trabalhava na padaria da família, apenas os dois funcionários contratados.

Da infância, Graciema lembrou do tempo de escola e das brincadeiras. Ela estudou na escola católica São José, “das Irmãs”, e numa escola pública, na qual fora aluna da esposa do Intendente Serafim Terra. Nas lembranças da escola, a informante destacou as obrigações e os castigos. Quando falou sobre as brincadeiras, lembrou logo das suas “lindas bonecas de louça”, compradas em Porto Alegre: “Nós tínhamos as nossas bonecas lindas, com aquelas cabeleiras, me parece ver ainda... douradas, todos os cachinhos.”

Depois da padaria, seu pai teve um hotel próximo da estação ferroviária de Caxias, em São Pelegrino. O trabalho aparece novamente na entrevista, quando a pesquisadora pergunta se Graciema teria trabalhado fora de casa enquanto solteira. A informante respondeu diretamente e com o sotaque característico da região: “Nó, nó, nó, nó!” Mas admitiu ter ajudado em algumas tarefas, na cozinha. Graciema disse que ela e suas duas irmãs ajudavam a mãe na cozinha, “uma por semana”. Essa passagem aparece quando falou sobre sua juventude. Graciema contou que, com 18 anos, estava com a pia cheia de louça quando seu futuro esposo chegou para pedi-la em casamento.

Na entrevista de Graciema, também se encontra um fenômeno muito importante para os estudos da infância. A entrevistada teve sua vida marcada pela morte de crianças próximas. Sua mãe perdeu dois filhos do primeiro casamento. A entrevistada afirma que era comum a morte de crianças no final do século XIX. Segundo ela, “naquele tempo tinha o ‘grupe’ e diz que tinha enterro de quatro, cinco e seis gurizinhos tudo num dia só! Não tinha médico naquele tempo, né, e morriam tudo da mesma doença. É, morreram os dois do ‘grupe’: Avelino e Adélia”. Além de seus dois meio-irmãos, dois filhos de nossa personagem também morreram. Graciema não soube dizer exatamente a causa da morte de Renato, com 14 meses, e de Rina, no quinto mês de vida. Sabia apenas que era algo relacionado ao sistema respiratório, mal que acometia muitas das crianças que faleciam na cidade.

Desde o final do século XIX, os altos índices da mortalidade infantil eram considerados um problema pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. (FLECK; KORNDÖRFER, 2007, p. 142). Os índices permanecem altos nas primeiras décadas do século XX, mesmo com atitudes sendo tomadas.

Cândida Maria Chiarini nasceu em 1896, na localidade chamada Linha Jansen, em Bento Gonçalves. Seus pais vieram da Itália, ela com 12 e ele com 14 anos. Dois anos depois, casaram-se e permaneceram trabalhando como agricultores no interior de Bento Gonçalves onde tiveram seis filhos. Ela disse que foi a última a nascer, mas ao todo sua mãe ficou grávida 22 vezes, e “perdeu” a maioria. Quando Cândida já “tinha crescido um pouco”, seus pais foram a Porto Alegre em busca de trabalho para melhorar suas condições de vida, já que na Linha Jansen “eles não podiam ganhar nada. Eles aí, naqueles tempos, não viam um tostão”.

Na capital, a mãe de Cândida trabalhava com uma cozinheira, chamada Alice, e seu pai “levava as viandas pra fora”. Depois que acabava o expediente com Dona Alice, o pai de Cândida trabalhava no *mercado*. Nessa época, Cândida tinha cerca de 3 anos, e recorda que Dona Alice solicitava que ela fizesse alguns pequenos serviços: “Ela me mandava e eu

obedecia. Eu tinha medo, porque ela era uma mulherona, parecia um touro.” Mas na mesma fala, Cândida lembra que Alice “queria bem” a ela, porque sua mãe ensinou a tratar sempre por “senhora”, e assim ela fazia.

Os pais de Cândida levaram apenas as duas filhas mulheres a Porto Alegre. Sua irmã, com cerca de 13 anos, trabalhava como empregada numa outra casa. Dois irmãos seus ficaram com um parente, outro ficou sob os cuidados de sua avó materna, e o mais velho “foi em casa de um sapateiro”. Essa distribuição das crianças durou até a família reunir-se novamente, na colônia comprada com o dinheiro conseguido em Porto Alegre.

Ela passou todo resto da infância nessa colônia. Não é precisa mas datas, mas disse que voltaram da capital quando ainda era criança, tinha um pouco mais de 3 anos. Também não deixa clara a localização das terras que seu pai comprou, parece ser próximo a Guaporé. Dessa época, lembra que ia à cidade vender os produtos coloniais, e que seu pai ficava feliz com seus ganhos. As recordações de sua infância, que considera boas e más, estão entre o trabalho e as brincadeiras. Disse que passou uma infância “muito triste”, por serem pobres, mas que brincou bastante até os 8 anos; depois, passou a ser mais requisitada para o trabalho. Cândida cita como exemplo de atividade que realizava nessa época as idas ao moinho que fazia para os vizinhos, para que os adultos não perdessem “um dia de trabalho”.

Amábile Coleone nasceu em 1890, na Argentina, onde seus pais austríacos se instalaram antes de se fixarem numa colônia na 4ª Léguas da Colônia Caxias. Amábile não sabe com que idade veio ao Brasil com sua família, talvez tivesse cerca de 3 anos. Do local onde morou na infância, lembra que não havia igreja próxima, de nunca ter frequentado a escola e de brincar de boneca feita por ela mesma e com sua irmã. Começou a trabalhar com 12 anos, “na casa dos outros, sempre”. Seu primeiro trabalho fora de casa foi na residência de “um alemão”, onde cuidava de crianças. Posteriormente, passou a “tratar de vacas, de galinha, lavar roupa, lavar louça” e depois aprendeu também a cozinhar. Aos 13 ou 14 anos, a família Costamilan pediu a seu padraсто para ela trabalhar na sua propriedade rural, onde eles tinham uma venda. Seu padraсто alertou que era necessário algum outro empregado para “cuidar dela”, pois ela ainda era “uma criança”. Ele teria dito: “Fica, se não serve para vocês, eu mando buscar. Se ela não gosta, também.” Amábile ficou 4 anos com essa família, fazendo todo o serviço que ela considerava “íngrato” ou “o mais porco”. Para Amábile, o trabalho rural não foi menos penoso que o de seus contemporâneos nas fábricas das cidades. O seu foi mais um caso de “circulação de crianças”, que sobreviveu com a modernização representada pela disseminação

do ensino escolar. Definitivamente, a escola ainda não teria cumprido seu papel de resgatadora da infância.

Emílio Carlos Pimmel nasceu em 16 de novembro de 1920, em Santa Lúcia do Piaí, interior de Caxias. Ele não frequentou a escola, aprendeu a ler quando serviu no Tiro-de-Guerra. Segundo Emílio, “naquele tempo não tinha escola”. Já sua esposa, Clementina Zanol Pimmel, que nasceu no mesmo ano também em Santa Lúcia, disse ter ido à escola durante um ano, mais ou menos. Quando indagado sobre como era sua infância, Emílio lembrou das brincadeiras e que ele, assim como todos seus nove irmãos, trabalhava na roça, e que com 15, 16 anos ia com os amigos nos bailes sempre aos domingos, os quais começavam no final de tarde e só ia pra casa após a meia-noite. Clementina não fala de brincadeiras, apenas lembra que seus pais eram “fechados”, não deixavam os filhos irem a bailes e a outros divertimentos. Ela disse que “não se saía de casa”. Ela disse que tinha sete irmãos em sete filhos vivos, três irmãos seus morreram. Ao relatar seu cotidiano na infância disse: “Era só trabalhar e domingo ir à missa e em casa.”

Ela lembra que, por volta dos seus 14 anos, tinha que ir ao catecismo aos domingos à tarde. A orientação era apenas ir à igreja e voltar pra casa, mas, depois de terminar o catecismo, as crianças tinham meia-hora de recreio. Num desses recreios, todas suas colegas foram ver a grande novidade da vizinhança: um circo tinha se instalado nas proximidades, e o leão era sua maior atração. Clementina disse que até hoje não esquece daquele fato. Relatou que obedeceu aos pais e não acompanhou suas colegas: “[...] porque minha mãe disse era só na igreja e em casa. Eu fiquei chorando ali do lado da igreja, pensando que eu pudesse ir também. Hoje me lembro ainda, e digo: ‘Mas como é que hoje os filho não obedece mais assim?’” A obediência aos pais acarretou em privação de experiências comuns a outras crianças da comunidade. Manter a situação de submissão foi mais importante para Clementina do que acompanhar os iguais.

E, para finalizar, um relato que nos remete ao trabalhado no capítulo anterior: é uma passagem que se refere à condição de aprendiz. Avelino Corso, que nasceu na Criúva em 12 de janeiro de 1912, disse que tinha que trabalhar desde pequeno, e não podia brincar. Relatou que seu pai, que era marceneiro e ganhara como herança uma porção de terra, “comprou uma foicinha pequena, comprou uma enxadinha e me tocava pra roça”. A entrevistadora insistiu que ele falasse sobre as brincadeiras que fazia quando criança, e Avelino lembrou que brincava de carrinho de lomba, feito à mão. Com 14 anos, começou a trabalhar na “selaria do Romani”, para aprender o ofício. Romani precisava de um ajudante, pois se ausentava da oficina, e Avelino

disse ter aprendido o ofício “quase por conta”, pois, segundo ele, o proprietário da selaria era “meio matão” e sabia pouco do ofício. O entrevistado disse que aprendeu o ofício desmanchando arreios velhos. Nessa oficina ele permaneceu durante 10 anos, depois trabalhou mais dois ou três anos com outros seleiros, até que começou a trabalhar em sua própria oficina na localidade de Ana Rech.

Prosseguindo na proposta de identificar a noção de infância, considera-se necessário alertar que isso foi feito acessando experiências vividas, quando criança, representadas por relatos de lembranças. Quando relataram esses acontecimentos, essas crianças eram todas pessoas já velhas. A partir dos seus presentes, olharam para o passado, tentando lembrar como foi o tempo em que, como escreveu Saramago, não *viam* a paisagem, mas sim *estavam* simplesmente na paisagem. Saramago diz poder levantar as paredes presentes na sua infância, com o “poder reconstrutor da memória” na sua velhice (SARAMAGO, 2006, p. 16); poder que é limitado, pois reconstrói algumas paredes que via, mas há a possibilidade de já não nos lembrarmos “do que então se passava nas nossas cabeças”. (p. 33). Sobre a veracidade ou falsidade das suas memórias, o autor escreveu:

Em rigor, em rigor, penso que as chamadas falsas memórias não existem, que a diferença entre elas e as que consideramos certas e seguras se limita a uma simples questão de confiança, a confiança que em cada situação tivermos sobre essa incorrigível vaguidade a que chamamos certeza”. (p. 110).

Os depoentes relataram memórias nas quais demonstraram confiar. Nos cabe, então, aceitar essa confiança, e elaborar textualmente o que acreditamos ser o mais próximo da noção de infância para as pessoas que viveram na Região Colonial Italiana no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. A infância, então, é o período inicial da vida humana, quando somos pequenos e começamos a nos relacionar com o mundo. A primeira constatação, ao analisar as lembranças das experiências vividas, é que cada infância foi única. Na infância essas pessoas tiveram **experiências individuais**, que formam um conjunto de referências que não se repete. Entre as várias lembranças das várias pessoas, há alguns temas recorrentes que se destacam. Um deles é em relação ao **trabalho**. As crianças trabalharam, no início do povoamento, na derrubada das matas e na providência de alimentos; nas lavouras e na criação de animais; realizaram tarefas domésticas; trabalharam em serrarias, moinhos, etc., distribuídos pela região; nas diversas oficinas que fabricavam utensílios; nas primeiras fábricas. Como esse trabalho quase sempre envolvia o uso de força física, muitas vezes eram adaptados instrumentos e tarefas às possibilidades físicas das crianças, como enxadas e foices em tamanho reduzido, ou redução de peso de cargas, que os pequenos deveriam suportar. Mas

nem todos trabalharam na infância. Houve quem não trabalhou por “ser criança”, e dedicou-se aos estudos. A **escola** é outro tema recorrente. A escola disputava o tempo do trabalho e das brincadeiras: alguns não trabalharam e foram à escola; outros frequentaram a escola em curtos períodos, e a deixaram em função do trabalho; e houve os que não frequentaram o ensino regular em função do trabalho ou da distância física das escolas. As **brincadeiras** fizeram parte da infância de todos, com mais ou menos tempo dedicado a isso; todos recordam de brincar quando criança. A **religião** também aparece entre as vivências na infância, tanto como sentimento religioso quanto espaço de sociabilidade. Os **castigos** ocupam importante espaço nas lembranças; foram frequentes para alguns, ou quase inexistentes para outros. O “respeito aos mais velhos” era garantido mediante punições, e tinham a disciplina como objetivo. A **morte** de crianças é outro elemento constante em função das condições sanitárias do período. E, por fim, a relação com a família, na qual o grau de **autonomia / dependência** apareceu como característica do período inicial da vida dessas pessoas, e por vezes como geradora de conflitos.

3.2 A CRIANÇA PARA A SOCIEDADE

Em nenhum momento da história, as crianças estavam confinadas apenas a círculos íntimos, por mais que elas passassem grande parte de seu tempo entre familiares. Em Caxias, foi no período estudado que a institucionalização de crianças passou a fazer parte da infância, por meio de iniciativas do Estado e de organizações da sociedade civil. Algumas dessas iniciativas foram estudadas, com o objetivo de perceber, a partir delas, a participação da sociedade na formulação da infância no contexto pesquisado.

Heywood afirma que “já no início do século XX, poderia ser difícil evitar os cuidados de todo um exército de profissionais dedicados ao seu bem-estar, entre eles os agentes de saúde, trabalhadores de instituições beneficentes, inspetores escolares e fiscais de fábrica, para não falar da polícia”. (HEYWOOD, 2004, p. 159). A história contemporânea da infância está repleta de agências voluntárias e de iniciativas estatais, que buscam “ajudar”, “refinar” ou “resgatar” os mais jovens. A promoção de trabalho para as crianças fazia parte dessas iniciativas, e, “durante o período moderno, a maioria das famílias buscava trabalho para seus filhos como uma questão de rotina. Na verdade, as autoridades estavam mais preocupadas com os pecados da ‘indolência e do ócio’ entre os jovens do que com o trabalho em excesso”. (p. 162). Essa realidade só começou a mudar no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, e, no início do século XX, na América Latina. A educação compulsória e a legislação sobre o trabalho das crianças procuravam aumentar o período de dependência a seus pais, buscando protegê-las do mundo dos adultos.

Ainda no século XVIII, houve um “esforço generalizado” no sentido de criar programas de capacitação profissional para as crianças órfãs em toda a Europa. “As instituições introduziram o ensino profissionalizante para os meninos (oficinas de ferreiros, marceneiro, sapateiro, etc.) e para as meninas (ensino de corte e costura, de bordados, de artesanato de flores de papel, de rendas), juntamente com o ensino elementar.” (MARCÍLIO, 2006, p. 81). A filantropia europeia no período de 1800 escolheu o trabalho e a reclusão como meio de regeneração de jovens delinquentes e crianças abandonadas, e “a prática filantrópica funcionou como motor da gênese das leis de proteção à infância votadas em toda a Europa”, a partir do século XIX. (p. 76).

No Brasil, o Código Criminal do Império, de 1830, admitia a penalização de menores a partir dos 14 anos incompletos. Na República, como foi dito antes, instituiu-se a idade mínima de 9 anos no Código Criminal de 1890, e isso só foi mudado em 1927, quando foi promulgado o Código de Menores, que instituía a idade de 18 anos como limite para a inimputabilidade. (p. 220-221).

A condição da criança estava sendo redefinida pelo poder médico, que desempenhava um papel fundamental na “empresa de constituição da família nuclear moderna”. (RAGO, 1985, p. 117). As portas das casas foram abertas para a interferência dos profissionais que desempenhavam as novas especialidades médicas, que tratavam do universo da criança e da mulher, o *reizinho da família* e a *rainha do lar*. Essa preocupação chega ao Brasil a partir de meados do século XIX e intensificou-se no começo do XX. Nesse momento surgem as primeiras instituições de assistência e proteção à infância desamparada e os primeiros institutos profissionalizantes. O foco dessas instituições não é apenas a criança abandonada ou delinquente, mas também a criança de famílias pobres, às quais era oferecido ensino técnico profissionalizante (p. 119). Por trás dessas ações principalmente do Poder Público, está o interesse da manutenção da ordem social.

As crianças e as famílias caxienses não recebiam essa tamanha atenção da sociedade politicamente organizada nesse sentido. A organização da sociedade e a presença do Estado, na área da educação e da assistência ao menor, eram quase inexistentes. Até na capital do estado a política de assistência e de profissionalização era precária. Algumas iniciativas foram tomadas a partir da Escola de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul, que foi inaugurada em 1º de janeiro de 1897 e no ano seguinte contava com 50 alunos. Já no primeiro relatório apresentado pelo diretor da escola, Álvaro Nunes Pereira, ao seu Conselho Escolar, foi ressaltada a dificuldade encontrada quanto “aos meios econômicos” para a manutenção da escola.²⁴ Um ofício, datado de dois de julho de 1898, foi encaminhado à intendência de Caxias anunciando que o Sr. João José Pereira Parobé assumiu a direção da escola. Dez dias depois, Parobé enviou uma carta para o intendente solicitando que fosse incluído no orçamento municipal, do ano seguinte, um auxílio para a construção do edifício da escola. O repasse solicitado foi confirmado pelo ofício nº4, de 4 de fevereiro de 1899, no qual a Intendência anunciou a aprovação pelo Conselho Municipal do envio da quantia de 500 mil-réis à Escola. Em agosto de 1899, novo pedido de recursos chegou à municipalidade caxiense, o qual foi atendido com o envio de 500\$000 em junho de 1900. O pedido foi renovado em oito de outubro

²⁴ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1897-1901. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1901. (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

de 1901, quando o prédio já estava pronto (abrigou uma “grande exposição estadual”), mas as dívidas ainda não estavam pagas.²⁵

Em 3 de maio de 1906, foi inaugurada a Escola Benjamin Constant, ligada ao Instituto Technico e Profissional da Escola de Engenharia e mantida pela Intendência de Porto Alegre, oferecendo um curso profissional gratuito para “filhos de operários e aos meninos pobres”, capaz de habilitá-los a se tornarem chefes de oficinas. Segundo o relatório de 1907, essa era uma aspiração antiga da municipalidade da capital, que, em 1899, celebrou com a Escola de Engenharia o contrato para a construção de um edifício para abrigar a própria Escola de Engenharia e sua escola técnica. O objetivo expresso era capacitar brasileiros para dirigirem fábricas e oficinas, dispensando o concurso de mestres e oficiais estrangeiros para essas tarefas, promovendo a educação popular e o aperfeiçoamento da indústria, e tendo como modelo os casos dos Estados Unidos e da Alemanha.²⁶

São mencionadas as seguintes seções de instrução profissional e prática: eletricidade (eletrotécnica), galvanoplastia, máquinas e motores, carpintaria, marcenaria, modelagem, mecânica, serralheria, forja, fundição e curso de *chauffeurs*. No relatório de 1910, o curso de *chauffeurs* não aparece e, além das anteriores, constam as oficinas de escultura e modelagem, litografia, fototécnica, tipografia e impressão, stereotypia e encadernação.

Em 1907, a Assembleia dos Representantes votou a criação de uma “taxa adicional” de 2% sobre alguns tributos estaduais destinada especialmente para esse ensino, chamada “taxa profissional” (art. 1º § 8 da Lei 38, de 22 de novembro de 1907). Para justificar tais atitudes, o relatório menciona um antecedente de setenta anos. Trata-se de uma lei promulgada pela Assembleia Provincial em 19 de dezembro de 1837, que previa a criação de um “Collegio de Artes Mechanicas” para o ensino de “Orphãos pobres expostos” e filhos de indigentes, que tivessem pelo menos 10 anos “sem seguirem alguma ocupação util,” remetidos pelos juízes de Orphãos e de Paz, ou “quaesques moços, exceptuados os escravos”, cujos pais ou benfeitores pagassem as despesas de subsistência e ensino. Essa escola teria no máximo 100 aprendizes, que aprenderiam ofícios mecânicos de acordo com sua “inclinação”, e abrigaria oficinas que atendessem às necessidades da Província.²⁷

²⁵ Correspondência recebida da E.E.P.A. pela Intendência, 1898-1930. (Acervo do AHMJA).

²⁶ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1902-1907. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1907. (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

²⁷ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1902-1907. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1907. (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

No relatório referente ao ano de 1909, está transcrita a Lei 93, de 27 de novembro de 1909, que eleva a 4% a taxa profissional, a fim de ser concedido um auxílio ao Instituto de Agronomia e Veterinária criado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Metade do valor arrecadado por essa taxa continuaria sendo destinada ao Instituto Technico Profissional.²⁸

O relatório referente a 1913, já na sua introdução, expressa a intenção de ampliar os institutos da escola. O objetivo era ampliar a frequência de alunos, que foi de 1.019 em 1913 para 1.800, além de completar seções já existentes e instalar outras. Para viabilizar a construção de novos prédios e sua equipagem, a escola recorreu novamente à Assembleia e obteve os recursos extraordinários necessários. Nesse ano, o Instituto Technico Profissional contava com mais de 500 alunos, dispondo de 16 oficinas para o ensino prático.²⁹

Em três de novembro de 1910, a Escola de Engenharia enviou novamente uma carta para a Intendência de Caxias, a qual também trata de uma solicitação de auxílio financeiro de 500\$000, mas, dessa vez, com a justificativa da instalação de uma estação meteorológica permanente em Caxias. Em 1915, outra carta, assinada por Celeste Gobato, cobra 200\$000 por 50 exemplares do Manual Prático de Viticultura enviados em agosto do ano anterior.

A relação entre a Intendência de Caxias e a Escola de Engenharia se consolida em meados de 1917. Foi em 8 de julho de 1917 que inauguraram uma Escola Industrial Elementar em Caxias. A iniciativa foi da Escola de Engenharia de Porto Alegre, do governo do estado, que mantinha a escola com auxílio do município. No primeiro mês, matricularam-se 30 alunos nessa escola, número máximo permitido, e o curso oferecido duraria três anos, mais um para o curso de adaptação. Esse curso destinar-se-ia a complementar os conhecimentos dos alunos nas seguintes matérias: português, Aritmética, Geometria Prática, Geografia, História, Ciências Elementares, Ginástica, Deveres Cívicos, Noções de Música, além de já introduzir trabalhos manuais, em barro, moldagem, etc. Os três anos subsequentes seriam para o ensino técnico, que teria as seções de tecelagem, cortes de edifício, construções metálicas, eletrotécnica e artes rurais, além de um curso de viticultura. Os alunos receberiam ainda aulas de Português, Álgebra e Geometria, Trigonometria, Física e Química, cujo ensino teria caráter prático e aplicado, com vistas a habilitá-los a acompanhar “os processos modernos de technica de fundidor, moldador e mechanico”. (PENNA DE MORAES, 1918, p. 18). Essa escola estava

²⁸ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1909. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1909. (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

²⁹ Relatório da Escola de Engenharia de Porto Alegre de 1913. Porto Alegre, RS: Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1913. (Acervo da Biblioteca de Engenharia da UFRGS).

funcionando inicialmente em um prédio alugado pela Intendência, cuja localização não foi identificada.



Figura 8: Escola Industrial Elementar de Caxias do Sul
 Fonte: Extraída de uma publicação de 1918. *Rio Grande do Sul Colonial*. Barcelona, 1918. p.222. Acervo do AHMJSA.

Em carta de setembro de 1917, o intendente de Caxias, Coronel José Penna de Moraes, foi formalmente informado pela direção da Escola de Engenharia de Porto Alegre que, cumprindo Lei do estado 167, de 9 de dezembro de 1913, o governo do estado decidiu instalar em Caxias a Escola Industrial Elementar. A carta anunciava que a finalidade dessa instituição seria ministrar o ensino profissional dos ofícios correspondentes às principais indústrias do município e da zona para até 100 alunos, o governo municipal deveria ceder um terreno para a construção do prédio próprio para a escola, durante o ano 1918, e incluir a destinação de dez contos de réis para a escola no orçamento do exercício seguinte.³⁰

A instituição da referida lei pode ter sido um motivo para a cessão dos contratos de aprendizes da Eberle. A notícia de que haveria uma escola industrial na cidade, voltada para o ensino dos ofícios desenvolvidos na indústria local, pode ter sustentado a decisão do encerramento da prática desenvolvida até 1911 pela empresa. Conforme foi mencionado

³⁰ Ofício 111 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 08/09/1917. (Correspondência recebida E.E.P.A. pela Intendência, Acervo do AHMJSA).

anteriormente, Abramo foi vice-intendente no período em que a lei foi votada e promulgada, sendo provável o conhecimento de seu teor por parte do empresário.

Em 15 de maio de 1918, quando Abramo já não era mais vice-intendente, foi firmado um contrato entre a Intendência de Caxias e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, para formalizar a situação. Nesse documento, a escola comprometeu-se a manter e dirigir em Caxias a Escola Industrial Elementar, que já estava em funcionamento há quase um ano, “para a propagação do ensino profissional gratuitamente”. O município, por sua vez, obrigava-se a subvencionar anualmente a Escola Industrial Elementar, com o valor mínimo de seis contos de réis, podendo chegar até dez contos nos anos subsequentes, se novos cursos fossem oferecidos e o número de alunos aumentado. Além disso, o município comprometeu-se a doar um terreno para a construção das instalações necessárias para a escola e a isentar de impostos. De acordo com o contrato, o estabelecimento prestaria contas sobre a aplicação dos recursos, mas o município não poderia fiscalizar sua direção nem ingeri-la.³¹

O terreno cedido para a Escola foi parte da área que estava reservada para a Praça 20 de Setembro, limitada pelas ruas Andrade Neves, 20 de Setembro, Guia Lopes e Bento Gonçalves. No relatório de 1919, Penna de Moraes previa que o prédio ficasse pronto em fevereiro do ano seguinte. Ainda em 1919, 29 alunos estavam matriculados, sendo que 21 frequentavam efetivamente a escola. O corpo docente era formado pelo diretor, engenheiro eletricitista Edmundo Conrad, e pelos professores Luiz Marques e Oscar Rocha, de Escultura e Eletricidade; L. A. Trein, de Música, Julio Furlan, pintor, e José Gallo, carpinteiro. Naquele ano funcionaram as oficinas de modelagem, de fundição e de eletrotécnica, e previa-se a abertura da oficina de tecelagem para 1920. Concomitante ao ensino prático, era ministrado o conhecimento teórico, considerado necessário para habilitar os alunos ao chamado “nível da *technica moderna*”. O intendente considerava as instalações suficientes, mas tinha a “plena certeza” de que a construção do novo prédio aumentaria, “dentro em pouco”, a matrícula e a frequência. Penna de Moraes, defensor do empreendimento, afirmava que os resultados até então mostravam que a escola era “de grande proveito, principalmente, para o filho do industrial e do operário”. Porém, dizia ser *mister* que tais resultados fossem, “devidamente, aquilatados e compreendidos, mediante matrículas e frequências anuais compensadoras dos sacrifícios em que importam para o erário municipal”. (PENNA DE MORAES, 1920, p. 28).

³¹ Contrato entre o Município de Caxias e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, de 15/03/1918. (Livro de Contratos da Intendência, Acervo do AHMJSA).

Em nível nacional, o ano 1918 marcou a criação pelo Ministério da Agricultura de “nova forma de amparo e de educação para menores desvalidos, nos postos de zootecnia, nas fazendas-modelo de criação, nos núcleos coloniais e em outros estabelecimentos do governo ‘para a educação dos menores desvalidos’, os *Patronatos Agrícolas*”. (p. 219).

Nesse momento, o problema do menor constituía um problema filantrópico correccional e preventivo, assunto para polícia – e como tal era tratado. [...] O que se propunha não era uma ação direta do Estado, mas sim uma combinação da atuação deste com a de particulares ou com a de associações que internariam os menores. Ao Estado ficaria reservada a função fiscalizadora e provedora de auxílios diversos. (p. 220).

No início de abril de 1920, Manoel Theóphilo Barreto Vianna, diretor interino da Escola de Engenharia, encaminhou um ofício para o Coronel Penna de Moraes, informando que “por esses dias” um patronato para vinte “menores desvalidos” seria inaugurado anexo à Escola Industrial Elementar de Caxias. Segundo o ofício, esse patronato forneceria educação primária agrícola e receberia, além dos menores internados, certo número de alunos externos. Para isso, seria necessário que a Intendência cedesse o restante do terreno da praça onde estava sendo construído o edifício da Escola, já que era necessário espaço para outro prédio e para as seções de pomicultura, floricultura e horticultura, que constituiria principalmente a aprendizagem agrícola desse curso elementar. Nessa mesma oportunidade, também foi solicitada a concessão de uma “chácara com cinco lotes, das que possui em terras próximas da Escola Industrial”, e foi antecipado que “oportunamente” seria enviado pedido de auxílio para a construção da edificação para o Internato.³² Não foi localizada a resposta da Intendência para esse pedido, mas o teor do ofício seguinte leva a crer que houve a promessa de atendimento das duas solicitações, pois informa que a resposta foi recebida e agradece o amparo “sempre dispensado” pela Intendência à Escola de Engenharia. O pedido de auxílio financeiro veio em novembro do mesmo ano, quando a Escola de Engenharia solicitou que fosse incluída, no orçamento de 1921, a quantia de dez contos de réis para a nova obra, que abrigaria “os meninos pobres ali matriculados”. Para ajudar no convencimento da Intendência e do Conselho Municipal, a Escola alegou que tudo encareceu, principalmente as construções, e que, diferentemente das antigas, as novas obras ficariam pertencendo ao município, no caso de desaparecimento da Escola.³³

³² Ofício 31 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 05/04/1920. (Correspondência recebida E.E.P.A. pela Intendência, Acervo do AHMJSA).

³³ Ofício 162 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 10/11/1920. (Correspondência recebida E.E.P.A. pela Intendência, Acervo do AHMJSA).

No relatório da Intendência sobre 1920, a Escola Industrial consta com 49 alunos matriculados no curso primário, sendo que 37 deles eram frequentes, e, desses, 20 eram internos no Patronato Agrícola, que funcionava na escola. A Escola Industrial tinha oficinas de carpintaria, onde os alunos executavam diversos trabalhos para uso do Patronato e da Escola, de fundição e de modelagem, e estava prevista para 1921 a inauguração das oficinas de mecânica e tecelagem. No programa das aulas teóricas, foi incluído o ensino de deveres cívicos. Segundo o relatório, no final de 1920 estava quase ultimado o novo edifício que a Escola da Praça 20 de Setembro, devendo, no começo do ano seguinte, “serem para ali removidas todas as suas aulas e instalações”.

O mencionado patronato constituía uma seção da Escola Industrial, e destinava-se à formação de operários rurais. Faziam parte do corpo docente desse instituto o engenheiro Henrique Ther, como chefe, e os mestres Luiz Marques e Oscar Rocha; o capataz rural Juvenal Ribeiro; Luiz Trein, professor de Música; Leonoro Webber, de fundição; a professora primária Rita de Andrade Rosa, e um instrutor militar, o primeiro sargento Amador Silveira, que exercia “idênticas funções no Tiro de Guerra local”. (PENNA DE MORAES, 1920, p. 9-10). O texto do relatório não deixa claro se os 20 internos estavam contabilizados entre os 37 alunos frequentes da Escola, ou se se somavam a esses. Essa dúvida ganha força quando analisados os dados do próximo relatório, apresentado ao Conselho Municipal em dezembro de 1923.

Sobre 1923, é relatado que 35 meninos estavam matriculados na Escola Elementar Industrial, dos quais 20 eram internos e “sustentados gratuitamente pelo ‘Patronato Agrícola Pinheiro Machado’, mantido pelo Governo Federal, sob a administração da Escola de Engenharia”. Desses 35 alunos, 31 frequentaram o curso elementar de trabalhos rurais e apenas quatro o curso técnico. (PENNA DE MORAES, 1924, p. 5). Esses dados publicados no relatório foram fornecidos para a Intendência pelo chefe da Escola, Sr. Henrique Ther, em carta de 29 de novembro de 1923. Uma informação da carta de Ther foi omitida no relatório. Segundo o chefe da Escola, em 1923, a frequência foi de 28 alunos, apenas oito a mais que o número de internos. Nesse mesmo documento, é informado que, em 1922, 39 alunos foram matriculados na Escola Industrial, sendo 30 no Curso Elementar de trabalhos rurais e nove no Curso Técnico, com a frequência de 30 estudantes.

Nesse relatório, é mencionado que houve significativo incremento no ensino público durante o ano de 1922, mas que, no seguinte, o equilíbrio orçamentário teria sido “seriamente ameaçado em consequência da anormalidade da situação”, obrigando a uma mudança na “orientação econômica”. Nas palavras do intendente, esse fato “obrigou-me a dispensar alguns

professores, dos que regiam aulas de menor freqüência, bem como deixar de prover outras que no decorrer do ano se tornaram vagas”. (PENNA DE MORAES, 1924, p. 5).

Em 21 de março de 1924, o intendente Penna de Moraes foi informado por ofício que o Conselho Universitário da Escola de Engenharia de Porto Alegre, em reunião ocorrida no mesmo mês, resolveu suspender o funcionamento da Escola Industrial Elementar. Além de informar a decisão, o ofício determinava a suspensão dos trabalhos da escola em Caxias naquela data, sem mencionar qualquer justificativa ou motivação para tal.³⁴

Fechada essa escola, o município só veria iniciativa semelhante mais de quatro anos depois. O ano 1928 marca uma grande mudança na assistência às crianças em Caxias. Nesse ano começaram a funcionar na cidade dois estabelecimentos que abrigavam crianças “desamparadas”. Por iniciativa do governo municipal, foi inaugurado o Patronato Agrícola destinado aos meninos, e as meninas “desamparadas e órfãs” passaram a ser abrigadas por uma instituição privada. Segundo Adami, esse orfanato feminino foi uma iniciativa de “Dona Angelina Michielon, que, auxiliada por outras pessoas generosas, teve este empreendimento como obra social, pioneira nesta cidade”. (ADAMI, 1981, p. 151). Na obra de Adami não se encontram outras informações sobre essa instituição, apenas sobre seu desenvolvimento posterior a 1954. Junto ao orfanato “funcionava o curso primário, para as internas e também para alunos externos” e, no ano seguinte, passou a funcionar um curso ginasial e posteriormente a Escola Normal Madre Imilda. (p. 151). Essa instituição era ligada à Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que até hoje mantém o Colégio Madre Imilda no mesmo local. Outras informações sobre o orfanato foram encontradas no *site* desse colégio, o qual afirma que o Orfanato Santa Teresinha foi fundado em 15 de março de 1928 por cinco irmãs da congregação, e inicialmente atendia 36 órfãs, as quais eram ensinadas “a viver, a trabalhar, a desenvolver seus talentos, tornando-as aptas e úteis para a vida”.³⁵

Sobre patronato municipal há muitas informações. A mais remota referência à intenção de fundação de instituição semelhante pela municipalidade está no primeiro relatório do intendente Celeste Gobbato, apresentado ao Conselho Municipal em 1926. Entre as iniciativas referentes à educação desde sua posse, em outubro de 1924, o intendente afirma que

como objetivo de instrução, abrimos uma aula no recinto da Intendência e na qual são ministradas as primeiras letras aos menores desvalidos, engraxates e, em horário separado, às praças que servem na Guarda

³⁴ Ofício 35 da Escola de Engenharia de Porto Alegre para a Intendência de Caxias, de 23/04/1924. (Correspondência recebida E.E.P.A. pela Intendência, Acervo do AHMJSA).

³⁵ Breve histórico do Colégio Madre Imilda. Disponível em: <<http://www.madreimilda.com.br/>>. Acesso em: mar. 2008.

Municipal. Também recebem instrução nesta escola os presos recolhidos à Cadeia Civil. (GOBBATO, 1926, p. 52).

E conclui afirmando que “está, de há muito, nas nossas cogitações a ampliação da instrução entre os menores desamparados, com a fundação de um núcleo agrícola com o regime de patronato.” (GOBBATO, 1926, p. 52).

O intendente reclamava da inexistência de cursos técnicos em Caxias, que necessitaria de estabelecimentos do gênero para melhorar sua produção. Como a “Escola industrial Elementar da Escola de Engenharia de Porto Alegre e a secção do Patronato agrícola que aqui estavam instalados, encontravam-se fechados desde vários meses”, e a instalação de novos cursos técnicos não passou de intenção, o intendente diz que se limitou “em apresentar alunos para a matrícula no excelente Curso de Capatazes Rurais e no Patronato Agrícola Senador Pinheiro Machado, ambos dirigidos pela Benemérita e Patriótica Escola de Engenharia de Porto Alegre”. (p. 161).

No relatório referente ao ano de 1926, o mesmo intendente afirma que 5.427, das 6.383 crianças em idade escolar, encontravam-se matriculadas nas diversas escolas do município, ou seja, cerca de 85%. Esse índice, segundo o relatório, seria muito superior ao geral do estado, e é atribuído, em parte, a uma gratificação de 5\$000 dada pela Intendência as “chefes de família [...] para cada filho que tiver matriculado nas escolas municipais, dentro das condições regulamentares. Este estímulo louvável ocasionou um aumento considerável na freqüência, tendo sido beneficiados 589 chefes de família, com 5:870.000, correspondente a 1.174 alunos”. (GOBBATO, 1928, p. 47). Nesse relatório, Gobbato anuncia que pretende instituir em 1927 uma taxa sobre os impostos municipais, que constituiria um fundo específico para a construção do Patronato Agrícola. (p. 47). No relatório sobre o ano seguinte, o intendente comemora os resultados da taxa pró-Patronato e o interesse demonstrado pela população, que teria organizado festas com o intuito de arrecadar recursos para a construção do edifício que já estava projetado, e seria construído em 1928. Além disso, agradece às pessoas que formaram a Comissão pró-Patronato Agrícola, presidida por Demétrio Niederauer e composta pelas senhoras Sylvia Braghirolli, Umbellina Faccioli e Egyde Spinato, que “não pouparam tempo nem esforços para trabalharem em prol deste Instituto”. (GOBBATO, 1928a, p. 4).



Figura 9: Construção do Patronato Agrícola. Caxias do Sul, aprox. 1928
Fonte: Fotógrafo: não identificado. Coleção João Settin. Acervo AHMJSA - A3017.

Em julho de 1928, a primeira parte do prédio já estava concluída, e a partir de 1º de agosto foram internados os primeiros 12 alunos. Nove órfãos de pai, um de mãe, e dois de pai e mãe passaram a viver no Patronato, onde, segundo o relatório final da gestão de Gobbato, “as crianças abandonadas encontram um teto providencial e amigo, livrando-se da via tortuosa da miséria e do vício, para colocá-las no caminho real da vida, ensinando-lhes o amanho da terra, que é pão, o cultivo do espírito, que é a consciência de si mesmos, e o amor á justiça, que as faz úteis a si e á sociedade em que vão viver”. (GOBBATO, 1928b, p. 97).



Figura 10: Vista do Patronato Agrícola, construído em 1928 com a finalidade de abrigar menores carentes. Ali, os meninos aprendiam a cultivar o solo e criar alguns animais. Caxias do Sul, 1928

Fonte: Fotografia: não identificado. Coleção Arquivo Histórico Municipal. Acervo do AHMJSA - A6420.

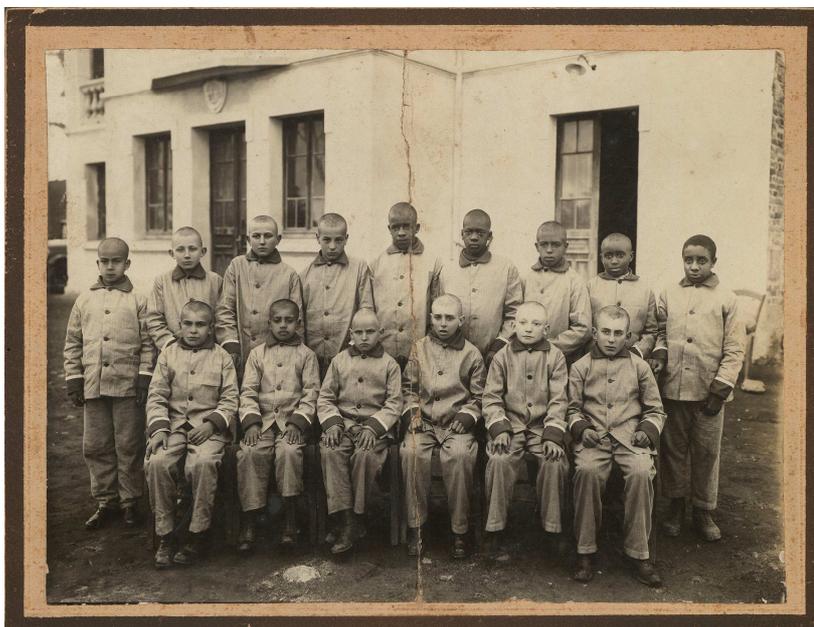


Figura 11: Grupo de internos do Patronato Agrícola de Caxias do Sul, local para onde eram recolhidas as crianças órfãs da cidade. Encontram-se na foto o Sr. Arthur Scalabrin (comerciante) e o Sr. João Settin, que consta na lista dos primeiros doze internos. Caxias do Sul, aprox. 1930

Fonte: Fotografia: não identificado. Coleção: João Settin. Acervo do AHMJSA - B0046.

Foi construído um dos mais belos prédios da cidade para abrigar os “abandonados miseráveis”, e boa parte do orçamento foi destinado ao Patronato. A aprovação do Código de Menores, em 1927, é tido por alguns autores como um marco na história da assistência à infância, na medida em que esta passa a ser um atributo do estado, muito embora fosse ressaltada a inexistência de uma fronteira clara entre a assistência estatal, a filantrópica e a caritativa (MARCÍLIO, 2006, p. 222).

O que estava sendo construído era um novo projeto jurídico e institucional, “voltado para os menores – não punitivo, recuperador, disciplinar, tutelar e paternal – e articulado a uma tentativa de reorganização da assistência prestada tornando-a mais ampla, sistemática e organizada de forma mais científica”. Marcílio constata que, “gradualmente, o Estado ia assumindo a assistência à infância desvalida e criando um aparato governamental para atender essa nova função e, também, controlá-la”. (p. 222).

Estas duas iniciativas em Caxias: o Orfanato Santa Teresinha e o Patronato Agrícola fazem parte do momento inicial de um novo capítulo da história da infância brasileira, aberto com a criação do Código de Menores de 1927. A Escola Industrial da Escola de Engenharia pode ser interpretada como um momento de transição, no qual o ensino profissional deixa de ser uma alternativa para crianças de diferentes origens econômicas e passa a ser oferecido como meio de inclusão social para “desvalidos”. Essa nova fase se diferencia da anterior, em que os aprendizes estavam submetidos ao controle privado de famílias e às cláusulas dos contratos firmados com a empresa de Abramo Eberle. O Estado e a sociedade aparecem como protetores da infância desvalida, que passou a ser abrigada em espaços próprios. O ensino profissional passa a fazer parte da história da cidade como um instrumento de “recuperação” da infância. O trabalho, no período estudado, ganha força como meio de inclusão das crianças na sociedade que se formava. O trabalho ou a instrução para o trabalho passa a servir para a transformação das crianças “desvalidas” em pessoas “úteis” para a sociedade.

4 CONCLUSÃO

Como tratado no início da dissertação, as levas de imigrantes que se deslocaram da Europa à Região Colonial Italiana não cessaram até 1914, quando iniciou a Primeira Guerra Mundial. Um efeito desse deslocamento foi o aumento populacional e o aumento da mão de obra disponível na estrutura agrária local. A trajetória de vida dessas numerosas famílias de imigrantes na região era acompanhada pela fragmentação da propriedade rural e pelo esgotamento da capacidade de aumento de produção, o que prejudicou a rentabilidade da produção agrícola em relação ao crescimento populacional, e também pela busca de outras formas para incremento da renda. Esse processo colocou às famílias de imigrantes e descendentes desafios de adaptar as estratégias de sobrevivência ou buscar novas alternativas. Uma das alternativas para essa mão de obra excedente no meio rural era, evidentemente, o seu deslocamento para as cidades que se formavam na região.

Na cidade de Caxias do Sul, o setor industrial crescia e necessitava de trabalhadores, assim como os demais setores da economia, e a estrutura urbana se qualificava, proporcionando facilidades para a vida das famílias e para a produção. A vida e a produção na cidade tinha atrativos, como a oferta de energia elétrica, o sistema de transportes, de comunicação, alternativas de lazer. Era na cidade crescente onde se encontrava cada vez mais pessoas, onde o dinheiro circulava, mesmo com importantes estabelecimentos industriais ainda localizados em áreas distantes da área urbana.

A Caxias que observou-se na presente pesquisa foi construída com a ação de empresários e trabalhadores sobre a estrutura organizada pelo Estado, que orientou sua formação e atuou ativamente no seu desenvolvimento. Como foi afirmado anteriormente, as empresas e a cidade desenvolveram-se juntas, e a classe trabalhadora fez-se sobre a base econômica da pequena propriedade familiar e das oficinas que foram transformadas em indústrias durante as primeiras décadas. O destaque para a indústria do vinho e a metalurgia caracteriza o momento inicial do processo de industrialização da região, que é o segundo polo metal-mecânico do Brasil e da qual é parte a segunda maior cidade do estado.

Essa cidade foi construída por anônimos e figuras públicas. Na segunda categoria, encontra-se o empresário Abramo Eberle e os demais membros do grupo de imigrantes que ascenderam econômica e socialmente nas primeiras décadas do século XX. Esses imigrantes,

todos empresários no setor industrial, ascenderam socialmente na década de 10, passaram pela experiência como trabalhadores no início da carreira, embora tenham chegado ao Brasil com capital, e participaram ativamente da política local e regional. A participação na estrutura estatal é uma consequência da mobilização da classe patronal em busca de seus interesses, traço marcante da história política de Caxias no período estudado. Também tem destaque a participação da família na administração dos negócios de todos esses industriais. Nas suas empresas, as responsabilidades eram compartilhadas com os membros das famílias; filhos e esposas desempenhavam importantes funções na estrutura empresarial.

Outro traço marcante da conduta de pelo menos parte desses empresários, que é o objeto desta dissertação, foi a presença de crianças entre os trabalhadores de suas empresas. No caso de Abramo Eberle, demonstrou-se que os aprendizes não apenas trabalhavam na empresa, mas habitavam a oficina e deviam obediência ao patrão “como se este fosse seu pai”. Essa prática não era uma exclusividade da Eberle. Sabe-se que da existência do costume familiar de encaminhar crianças para viverem anos com famílias estranhas, longe de seus genitores, que foi constante na história da infância. Os autores nos dão muitos exemplos de circulação de crianças e de entrega de crianças aos cuidados de outras famílias, e da importância que essa prática teve, principalmente, entre famílias de trabalhadores. Além disso, contratos de aprendizagem eram numerosos no medievo europeu e a contratação de aprendizes permaneceu como prática no processo de modernização e industrialização.

As famílias que destinavam os meninos para viver alguns anos fora de casa reduziam o número de braços que poderiam contribuir para a renda familiar, mas também reduziam os recursos destinados à alimentação da família. Outro fator importante é que os meninos encaminhados à oficina estavam qualificando-se para o trabalho assalariado ou para empreendimentos próprios ou familiares no mesmo ramo. Um diferencial do caso dos aprendizes da Eberle é que não apenas famílias pobres enviaram filhos seus para a empresa.

A estratégia de manter as vagas de aprendizes pela Eberle favorecia a empresa, pois incrementava a força de seus operários com a mão de obra barata dos meninos. Além disso, por meio desses contratos eram formados novos operários que poderiam vir a ser incorporados ao corpo de funcionários da empresa. A contratação de aprendizes era um investimento no presente e no futuro da Eberle.

Do ponto de vista social, a contratação de aprendizes pela Eberle era uma maneira de formar a mão de obra que trabalharia na indústria local. Posteriormente, em Caxias, o ensino técnico passou a ser utilizado pelo Estado e pela sociedade como uma alternativa de

“recuperação” das crianças pobres, desvalidas. Esse movimento acompanhou o processo que se dava em nível nacional, de construção de um projeto jurídico e institucional de reorganização da assistência prestada aos menores, ampliando, sistematizando e organizando de forma mais científica a política assistencial. Esse movimento teve como marco a instituição do Código de Menores de 1927, consolidando em uma lei nacional o gradual avanço do Estado sobre a infância desvalida, na forma de um aparato governamental que buscava atender a necessidade de abrigo, educação e ocupação dessas crianças, mas também de controle do grupo social em questão. Nessa nova política de assistência às crianças, o trabalho se destaca como alternativa de inclusão das crianças na sociedade em formação. Percebe-se que o trabalho passa a servir para a transformação das crianças “desvalidas” em pessoas “úteis” para a sociedade, tanto nas ações em nível municipal, quanto no estado e no país.

Essa transformação na política nacional de atenção à infância é um dos temas mais explorados pela História da Infância no Brasil. Após a experiência de pesquisa apresentada na presente dissertação, é possível corroborar com a identificação de um problema metodológico para a História da Infância: aproximar-se do ponto de vista das crianças sobre suas experiências. As fontes tradicionais da história sobre as crianças foram produzidas por adultos. Como alternativa, procurei os relatos orais, mas essa distância permenceu grande demais. Como disse, as crianças dos relatos eram todos idosos, que olhavam para passado com os olhos do presente. Outro problema metodológico do uso de fontes orais é que nelas encontramos explícito aquilo que foi lembrado; o que foi esquecido cabe ao pesquisador deduzir. Um tema que esteve ausente foi a sexualidade. Para quem busca identificar quando se dá o “fim da infância”, a relação do indivíduo com a sexualidade pode indicar um marco de diferenciação entre o que faz parte da infância e o que é pertinente à vida adulta. No caso dos relatos analisados isso não foi possível, pois não foram relatadas experiências que fornecessem informações a respeito da sexualidade.

A inserção no mundo do trabalho, que também poderia representar um limite da infância, não representava o fim desse período da vida das pessoas pesquisadas. Ao contrário, a participação das crianças na produção fazia parte da infância, assim como a escola e as brincadeiras. Muitas vezes o trabalho era adaptado para que as crianças pudessem participar da economia familiar como co-provedores. Algumas famílias dispunham de instrumentos agrícolas de tamanho reduzido para que os pequenos executassem tarefas semelhantes às dos adultos. Mas o que parece ter sido mais comum foi a atribuição de tarefas passíveis de serem

cumpridas sem que precisassem ser adaptadas ao físico e capacidade de responsabilização das crianças, principalmente aquelas complementares às dos adultos envolvidos na produção.

A infância é o começo da vida, e durante esse período o ser humano vive muitos “começos”. A partir do nascimento o indivíduo começa a se relacionar com o mundo sem o físico da mãe como meio. As crianças dos relatos nasceram inseridas na família, e tiveram que aprender a se relacionar com essa instituição. A família exercia a mediação entre a criança e a sociedade, limitando a autonomia na infância. Mas é durante a infância que o grau de autonomia começa a mudar, e um indicativo dessa mudança são os conflitos intergeracionais.

As crianças sem família passaram a ser atribuição da sociedade por meio de entidades assistenciais privadas ou de iniciativa estatal. A sociedade também organizou-se para controlar a formação de mão-de-obra. A industrialização foi acompanhada da organização social, acentuando as desigualdades. No momento inicial da industrialização as experiências de crianças de diferentes camadas sociais não eram iguais, mas muito mais próximas do que passaram a ser. Pela oficina do Eberle passaram crianças de diferentes origens sociais, e que tiveram distintas trajetórias de vida. A escola elementar industrial, iniciativa estatal, visava formar mão-de-obra para as fábricas educando as crianças pobres. A segunda iniciativa estatal tinha como público alvo os miseráveis, proporcionando “um teto” aos que não tinham.

Caxias viveu esse capítulo inicial da história da infância do século XX carregada de peculiaridades. Nessas peculiaridades, percebemos o movimento ocorrido da supremacia do poder familiar até intervenção da sociedade industrial por meio do Estado. As crianças estavam submetidas ao controle das suas famílias, que viviam a privacidade nas relações de trabalho mesmo quando esse se dava fora do seio da família. A organização da sociedade passou a intervir com a promoção da educação formal, teórica e técnica. Nas décadas seguintes, essa intervenção viria a se intensificar e visar a proteção da infância, distanciando-a do mundo do trabalho. Como vimos ao longo deste trabalho, as crianças estudadas entraram o século XX como co-provedoras da existência material de suas famílias.

Juan Somavia, diretor geral da Organização Internacional do Trabalho, em um artigo publicado no jornal argentino *La Nación* em 12 de junho de 2007, nos indica que muitas crianças ingressaram no século XXI sob a mesma condição das crianças estudadas:

O trabalho infantil suscita um urgente problema econômico, social e de direitos humanos. Apesar dos grandes avanços obtidos na prevenção e no combate ao trabalho infantil no mundo, ainda existem 218 milhões de meninos, meninas e adolescentes, entre 5 e 17 anos, que trabalham, dos quais 190 milhões realizam trabalhos perigosos. Destes, 20 milhões são latino americanos. (SOMAVIA, 2007).

Este apontamento, e o estudo aqui apresentado, indicam que, um século depois, ao tratar sobre o trabalho infantil podemos constatar que as permanências ficam evidentes quando nos propomos a observar mais atentamente este problema econômico, social e, sobretudo, de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul** (educação): 1877 a 1967. Porto Alegre: EST, 1981.
- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3. p. 215-287.
- AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?: a família popular no final do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1993.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.
- BACCI, Massimo Livi. **La popolazione nella storia d'Europa**. Roma-Bari: Laterza, 1998.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Trad. de Júlio Castañon. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BASSANEZI, M. S. C. B. ; SCOTT, A. S. V. Criança e jovem *oriundi* na terra do café, no final do século XIX e início do XX. In: RADIN, José Carlos (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens**. Joaçaba (SC): Unoesc - Ed. Maria do Cais, 2005. p. 141-162.
- BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 145-158.
- _____. História do trabalho: um olhar sobre os anos 1990. **História**, São Paulo, n. 21, p. 73-87, 2002.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982-1983. 3 v.
- BERGAMASCHI, Heloisa Delia Eberle. **Abramo e seus filhos: cartas familiares 1920/1945**. Caxias do Sul: Educs, 2005.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1994.
- BURGUIÈRE, André (et al.). **História da família. O Ocidente: industrialização e urbanização**. Trad. port. Lisboa: Terramar, 1999. v. 4.
- CAMAS BAENA, Victoriano; BORREGO, Ignacio García. La transcripción em historia oral: para um modelo "vivo" del paso de lo oral a lo escrito. **Historia, Antropología y fuentes orales**, Barcelona, Universitat de Barcelona-Adjuntament de Barcelona-Centro de Investigaciones Etnológicas de Granada, n. 18, 1997.

- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 43-69.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Narrativas e história oral. **Humanas**: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 19-20, n. 1/2, p. 115-126, 1997.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 1979.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____ (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- DELGADO, Boaventura. **Historia de la infancia**. 2. ed. Barcelona: Ariel, 2000.
- DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.
- FAVARO, Cleci Eulália. De bairro lusitano a zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911 – 1931). **Revista da Faculdade de Letras HISTÓRIA**, Porto, III Série, v. 3, p. 263-286, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FLECK, Eliane C. D.; KORNDÖRFER, Ana Paula. Infância, violência urbana e saúde pública. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.); AXT, Gunter; RECKZIEGEL, Ana L. (Dir.). **República Velha** (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. v.3 t.2 – p. 133-161 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).
- FONSECA, Claudia. Pais e filhos na família popular (início do século XX). In: DINCAO, Maria Angela (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.
- FRANCO, Álvaro. **Abramo já tocou... ou A epopéia de um imigrante**: ensaio biográfico. 2. ed. São Paulo: Ramos Franco, 1943.
- FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Povoadores da Colônia Caxias**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2002
- GIRON, Loraine Slomp. A cruz e o esquadro, imigrantes italianos e a política. In: SULIANI, Antonio; COSTA, Rovílio (Org.). **Cultura italiana - 130 anos / Cultura italiana - 130 anni : 1875-2005**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.
- _____. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. LANDO, Aldair (et. al.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- _____. **As sombras do littorio**: o fascismo no Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Parlenda, 1994.

- _____. **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul: UCS, 1977.
- _____. **Produção e reprodução**: a mulher e o trabalho na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: UCS, 1992. (Cadernos de Pesquisa).
- _____; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **[Os sindicatos em Caxias do Sul ?]**. Caxias do Sul: texto em arquivo do word, não publicado [1981 ?].
- _____; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de negócio**: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: Educs, 2001.
- _____; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Júlio João Eberle**: perfil de um empresário. Caxias do Sul: UCS, 1993.
- _____; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens**: colônias e colonos no Brasil. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- _____; HERÉDIA, Vania B. M. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.
- _____; HERÉDIA, Vania B. M. **Rovílio Costa**: obra e acervo. Porto Alegre: Suliani, 2005.
- GOBBATO, Celeste. **Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925, apresentado ao Conselho Municipal**. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1926.
- _____. **Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1926, apresentado ao Conselho Municipal**. Caxias: Livraria Mendes, 1928.
- _____. **Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal**. Caxias: Livraria Mendes, 1928a.
- _____. **Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 1º de janeiro a 30 de setembro de 1928, acompanhado de um resumo dos trabalhos realizados durante o quadriênio de 1924-1928, apresentado ao Conselho Municipal**. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1928b.
- GOLDBERG, Vicki. **Lewis W. Hine**: Children at work. Munich; London; New York: Prestel, 1999.
- HARRES, Marluza Marques. Aproximações entre história de vida e autobiografia: os desafios da memória. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 143-156, 2004.
- HERÉDIA, Vania B. M. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**. Caxias do Sul: Educs, 1997.
- _____. **Hércules Galló**: vida e obra de um empreendedor. Porto Alegre: EST, 2003.
- _____; PAVIANI, N. **Língua, cultura e valores**: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil. Porto Alegre: EST, 2003.
- _____; TISOTT, Ramon Victor. A vitivinicultura no Rio Grande do Sul: apontamentos históricos. In: **Congresso de História Vitivinícola Uruguaya y I Congresso de História Vitivinícola Regional**, 3., 2005, Montivideo. **Anais...** Montivideo: Universidad de la Republica, 2005. p. 561-571.
- HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Trad. Luciano Costa Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914**. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JOUTARD, Philippe. La historia oral: balance de un cuarto de siglo de reflexión metodológica y de trabajos. **Historia Antropología y fuentes orales**, Barcelona: Universidad de Barcelona-Adjuntament de Barcelona-Centro de Investigaciones Etnológicas de Granada, n. 15, 1996.

KLEIN, Cleci Eulalia Favaro. **De bairro lusitano a zona Tronca: a presença dos portugueses em Caxias do Sul (1911-1931)**. 1984. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, PUCRS, 1984.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.) **Fazer a América**. São Paulo: Edusp/Fundação Memorial da América Latina, 1999. p. 13-32.

KLEP, P. M. M. Introduction to special issue: contradictory interests of offsprings and parents, 1500-2000. **History of the Family**, v.9, p.349-354, 2004.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAZZAROTTO, Valentim A. **Pobres construtores de riqueza: absorção da mão-de-obra e expansão industrial na Metalúrgica Eberle: 1905-1970**. Caxias do Sul: Educus, 1981.

LEMBRANÇA DA VISITA DA REAL EMBAIXADA ITALIANA AO RIO GRANDE DO SUL. Editor Loureiro Cunha, agosto de 1918. [sem paginação]. Acervo do CEDOC-UCS.

LOBATO, Mirta Zaida. **La vida em las fábricas: trabajo, protesta y política em uma comunidad obrera, Berisso (1904-1970)**. 2. ed. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

_____. **Historia de las trabajadoras en la Argentina (1869-1960)**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

LONER, Beatriz Ana. A história operária no Rio Grande do Sul. **História Unisinos / Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – número especial – São Leopoldo: Unisinos, 2001. p. 53-80.**

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul - 1875/1950**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

_____. **Mulheres sem rosto**. Caxias do Sul: Maneco, 1998.

_____; HERÉDIA, Vania. **Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: cem anos de história**. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do império**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. **Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MIRANTE. Caderno do arquivo histórico municipal João Spadari Adami. Caxias do Sul: Maneco, n. 4, 2003.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Um italiano irrequieto em contexto revolucionário** (um estudo sobre a atuação de Celeste Gobbato no Rio Grande do Sul - 1912-1924). 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Criança, trabalho e resistência operária em São Paulo (1890-1920). In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Populações: (Con)vivência e (In)tolerância**. São Paulo: Humanitas, 2004, p. 117-139.

_____. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo (1890-1920). **Estudos CEDHAL**, São Paulo, v. 3, 1988.

NÚMERO ÚNICO. [Caxias do Sul?]: Typographia Cittá di Caxias, 20 de set. de 1915. [sem paginação]. Acervo do AHMJSA.

PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, S. Paulo 4(1-2): p. 17-41, 1992.

PENNA DE MORAES, Cel. José. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 15 de Novembro de 1917**. Caxias: Typographia Popular – A. Mendes & Filho, 1918.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias em 15 de Novembro de 1919**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1920.

_____. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal na sessão ordinária em 22 de Dezembro de 1923**. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1924.

PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. v. 4.

PESAVENTO, Sandra J. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra J. **RS: agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PESAVENTO, Sandra. Os trabalhadores do futuro: o emprego do trabalho infantil no Rio Grande do Sul da República Velha. **História**, São Paulo, v. 14, p. 189-201, 1995.

PETERSEN, Sílvia R. F. **Que a união operária seja nossa pátria!**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PINHEIRO MACHADO, Paulo. **A política de colonização no Império**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1980-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1980-1930**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- REGT, Ali de. Children in the 20th-century family economy: from co-providers to consumers. **History of the Family**, v. 9, p. 372-384, 2004.
- RELA, Eliana. **Nossa fé, nossa vitória**: igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.
- ROJAS FLORES, Jorge. **Los niños cristaleros**: trabajo infantil en la industria. Chile, 1880-1950. Santiago – Chile: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos; Centro de Investigaciones Diego Barros Arana; SENAME – Servicio Nacional de Menores; PET – Programa de Economía del Trabajo, 1996.
- SARAMAGO, José. **As pequenas memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.) **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004. p. 25-48.
- SCOTT, A. S. V.; BASSANEZI, Maria Silvia. No fundo do baú: procurando as crianças imigrantes nas fontes documentais paulistas. In: RADIN, José Carlos. (Org.). **Cultura e identidade italiana no Brasil**: algumas abordagens. Joaçaba: Unoesc - Ed. Maria do Cais, 2005.
- SOMAVIA, Juan. **Trabajo Infantil**. Buenos Aires: La Nacion, 12 de Junho de 2007. Disponível em: < <http://www.lanacion.com.ar/916554-trabajo-infantil> > - Acesso em: jun. 2007.
- STEARNS, Peter N. **A infância**. Trad. de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.
- STORMOWSKI, Márcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social**: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910. 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- SURIANO, Juan. El trabajo infantil. In: TORRADO, Susana. **Población y bienestar en la Argentina**: del primero al Segundo Centenario, 2007. No prelo.
- THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. Trad. de Elisabele Dória Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v.1. A árvore da liberdade.
- _____. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. de Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v. 3. A força dos trabalhadores.
- _____. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v. 2. A maldição de Adão.
- TORRES, Luiz Henrique. Uma pequena história da Bromberg. **Jornal Agora**, Rio Grande. (s. d.). Disponível em: <<http://www.jornalagora.com.br/site/index.php?caderno=46¬icia=39975>>. Acesso em: mar. 2008.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- VERONA, A. F. A indústria têxtil de Schio e a imigração operária: A quebra do contrato social pelos operários do Lanificio Rossi, de Schio (Itália), numa leitura crítica dos fatos ocorridos entre 1873 e 1891. In: SULIANI, Antônio (Org.). **Etnias & carisma**: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

APÊNDICE A

Entrevistados do Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA):

Nome	Graciema Patternoster Pieruccini
Data de nascimento	08/08/1892
Data de morte	
Local do nascimento	Caxias
Data da entrevista	02/04/1982
Idade na entrevista	89
Local da entrevista	Caxias / Residência
Entrevistadores	Edma Ribeiro Pacheco, Zenith Salvador
Código do acervo	FG 052

Nome	Esther Troian Benvenutti
Data de nascimento	16/05/1916
Data de morte	1983
Local do nascimento	interior do distrito de Ana Rech, em Caxias
Data da entrevista	1983
Idade na entrevista	67
Local da entrevista	
Entrevistadores	Juventino Dal Bó, Liliana Alberti Henrichs
Código do acervo	FG 004, 005

Nome	Alice Maria Tereza Bottini
Data de nascimento	28/02/1890
Data de morte	
Local do nascimento	Caxias
Data da entrevista	16/03/1984 e 03/04/1984
Idade na entrevista	94
Local da entrevista	Caxias
Entrevistadores	Liliana Alberti Henrichs, Pavlova Segalla
Código do acervo	FG 024, 025

Nome	Cândida Maria Chiarini
Data de nascimento	1896
Data de morte	
Local do nascimento	Linha Jansen, em Bento Gonçalves
Data da entrevista	06/1986
Idade na entrevista	90
Local da entrevista	Caxias / Residência
Entrevistadores	Edma Ribeiro, Pavlova Segalla
Código do acervo	FG 057, 058

Nome	Líbera Bigarella Cavagnolli
Data de nascimento	22/09/1911
Data de morte	2006
Local do nascimento	Nova Pádua, distrito de Flores da Cunha

Data da entrevista	20/12/1984 (transcrição)
Idade na entrevista	73
Local da entrevista	
Entrevistadores	Anelise Cavagnolli
Código do acervo	FG 090

Nome	Amábile Coleone
Data de nascimento	1890
Data de morte	
Local do nascimento	Argentina
Data da entrevista	1993
Idade na entrevista	103
Local da entrevista	Salvador do Sul – RS (hospital)
Entrevistadores	Mari Mioreli
Código do acervo	FG 138

Nome	Graciema Rigotti Müller
Data de nascimento	16/04/1917
Data de morte	
Local do nascimento	
Data da entrevista	22/09/1992
Idade na entrevista	75
Local da entrevista	Caxias
Entrevistadores	Maria Abel Machado (<i>Mulheres sem rosto</i>)
Código do acervo	FG 272

Nome	Francisco Menegat
Data de nascimento	08/10/1906
Data de morte	
Local do nascimento	Nova Pádua, interior de Caxias
Data da entrevista	14/06/2006
Idade na entrevista	99
Local da entrevista	Caxias / Residencia
Entrevistadores	Sônia Storchi Fries
Código do acervo	FG 647, 648

Nome	Alda Muratore Eberle
Data de nascimento	25/04/1913
Data de morte	
Local do nascimento	Caxias
Data da entrevista	02/08/1999
Idade na entrevista	86
Local da entrevista	Caxias
Entrevistadores	Elenira Prux, Maria Beatriz Gil da Silva
Código do acervo	FG 302

Nome	Emílio Carlos Pimmel
Data de nascimento	16/11/1920
Data de morte	
Local do nascimento	Santa Lúcia do Piaí, interior de Caxias.
Data da entrevista	29/08/1999
Idade na entrevista	78
Local da entrevista	Santa Lúcia do Piaí / Caxias
Entrevistadores	Aline Rosa, Adriana Rech (<i>Sob o véu do casamento</i>)

Código do acervo	FG 354
------------------	--------

Nome	Clementina Zanol Pimmel
Data de nascimento	1920
Data de morte	
Local do nascimento	Santa Lúcia do Piaí, interior de Caxias.
Data da entrevista	29/08/1999
Idade na entrevista	79
Local da entrevista	Santa Lúcia do Piaí / Caxias
Entrevistadores	Aline Rosa, Adriana Rech (<i>Sob o véu do casamento</i>)
Código do acervo	FG 354

Nome	Avelino Corso
Data de nascimento	12/01/1912
Data de morte	
Local do nascimento	Criúva
Data da entrevista	31/10/2006 e 21/11/2006
Idade na entrevista	94
Local da entrevista	Ana Rech / Caxias
Entrevistadores	Sonia Storchi Fries
Código do acervo	FG 670, 671, 672

Nome	Francisca Adami Rossi
Data de nascimento	10/11/1908
Data de morte	
Local do nascimento	Caxias
Data da entrevista	06/06/2001
Idade na entrevista	92
Local da entrevista	Caxias
Entrevistadores	Susana Storchi Gregoletto, Sonia Storchi Fries
Código do acervo	FG 365, 366

ANEXO A

Contratos particulares de aprendizes (acervo particular da família Eberle):

Contrato 1 - frente

9 de maio de 1901

Entre nos abaixo assignados, por uma parte Charles Giuseppe e Abramo e por outra Barbisan Winuengo temos entre nos feito a seguinte escriptura de aprendizagem como se declara.

Nos Charles Giuseppe e Abramo declaramos que auctornos na nossa officina de funilario o filho de Barbisan Winuengo Ernesto Barbisan, obrigando nos de ensinar-lhe a arte de funilario com a condicao que este aprendiz more por tres annos, sendo nos obrigados a fornecer ao aprendiz de mais o ensino da arte tambem a comida e a posada. O aprendiz tem a obrigacao de cuidar as ordens dos patrones e prentores todos se obedencio como a seus pais durante todo o tempo que morara na casa nossa. Si durante o tempo do aprendiz e aprendiz não tiveres de ser subjectos as ordens de nos patrones e que nos tiveres de despachar o das officinas o pai d'elle não terá direito de pretender alguma indemnizacao al quina e demais pagar nos alguma indemnizacao pelo tempo perdido e alguns coisas fornecidas. E eu Barbisan Winuengo declaramos que aucto este contrato obrigando-me por meu filho ao cumprimento das mesmas.

E por ser verdade nos partes passamos a presente escriptura que assignamos e presenciamos das testemunhas com nos assignados.

Contrato 1 - verso

Casa de Maio de 1911
Elvira de Sequeira
Esposa de
Isaac de Sequeira
Abogado de Sequeira
Carlos Pisani



Contrato 2 - frente

13 de Maio de 1901

Entre nós laicos assignados por
 uma parte Eberle Abramo e por ou-
 tra parte Sergio Lucchesi tomor feito
 o seguinte contracto particular de a-
 prendizagem como abaixo se declara
 Eu Eberle Abramo declaro que ac-
 ceito na minha officina de funileiro
 no s. filho de Sergio Lucchesi, Ce-
 genio Lucchesi obrigando-me a in-
 sinar-lhe a arte do funileiro, con-
 do por em o aprendiz obrigado a fa-
 zar tres annos ha contar da data
 desta na minha officina, sendo
 eu obrigado a dar de comer e dor-
 mir ao dicto aprendiz
 O aprendiz tem a obrigação de
 obedecer as ordens do Operario e de
 ital-o como se fosse seu filho
 durante todo o tempo da apre-
 dizagem
 Se ante de terminar o tempo do
 contracto o aprendiz não trabalhar
 direito, isto e por motivo grave
 tivesse de ser despedido da officina
 não poderá a mãe reclamar
 indemnizacao alguma e não se-
 rá obrigada a pagar-me a despesa
 da comida e mais despesa que eu tu-
 ver feito com elle
 E eu Sergio Lucchesi declaro que
 aceito este contracto, obrigando-me
 por meu filho ao cumprimento
 do mesmo. E por ser verdade

Contrato 2 - verso

de nos partes mandamos par
 sar o seguinte contrato par
 ticular que aceitamos e lavri
 gemos a presenca das teste
 munhas assignada

Obaixas 13 de Novembro de 1901

Abraço e Est

João de F. C. C.

Mario C. C. C. testemunha



Contrato 3 - frente

1.º de Agosto de 1902

Entre nos abaixo assignados, por uma parte Chele Abramo, e por outra Corsetti Antonio temos feito o seguinte contracto de aprendizagem como abaixo se declara.

Eu Chele Abramo declaro que acceto na minha officina de funileiro, Angelo Corsetti filho de Antonio Corsetti obrigando-me a ensinar-lhe a parte do funileiro, mas com a condicção que o dicto aprendiz, frequente a officina pelo espaço de anno e meio, assiduamente e começara com a data desta.

O aprendiz é obrigado a fazer o que o patrão mandar obedecer-lhe em tudo, e quando elle não esta obedecerá a quem o patrão designar.

Si durante o tempo da aprendizagem o aprendiz não quizer se sujeitar ao patrão desobedecendo-lhe estiver de ser despedido da officina antes de terminar o tempo do contracto será o pae do menino obrigado a pagar o tempo que o aprendiz esteve na officina aprendendo.

O aprendiz comerá e dormirá em casa de seu pae.

Eu Corsetti Antonio declaro que acceto este contracto, obrigando-me por meo filho ao cumprimento das condicções nelle impostas.

E por ser verdade nos partes passe.

Contrato 3 - verso

mos a presente escriptura que acitemos
e assignemos a presença das testemunhas
assignadas

Clarias de Agosto de 1902

Abram  *[Signature]*

Corso Antonio

Mario *[Signature]* Testemunha

Abram *[Signature]* "

Contrato 4 - frente

Entre nos abaixo assignados por uma parte Charles Othramo e por outra Ferrari Michale temos feito o seguinte contracto. Eu Charles Othramo declaro que accetto na minha officina de Fomileiro o filho de Ferrari Michale, de nomeo Vincenzo Ferrari obrigando-me a ensinar-lhe a arte de Fomileiro sendo por um o aprendiz obrigado a ficar tres annos e ha contar da data desta na minha officina, sendo eu obrigado a dar-lhe comer e dormir ao dicto aprendiz. O aprendiz tem a obrigação de obedecer as ordens do patrão e respeitá-lo como se fosse seu pai durante todo o tempo da aprendizagem. Se antes de terminar o tempo do contracto o aprendiz nos trouber diuita, isto é, por motivo grande tivesse de ser despedido da officina nos poderi sem pai reclamar indemnizacão alguma e si será obrigado a pagar-me a despesa da comida e mais despesa da comida e mais despesa que eu tiveri feito com elle. E eu Ferrari Michale declaro que accetto este contracto obrigando-me por meu filho ao cumprimento do mesmo. E por ser

Contrato 4 - verso

verdade nos partes mandamos
 passar o seguinte contracto par
 ticular que accitamos e assi
 gndamos a presenca dos teste
 munhos assignados.

Casimiro 1.º de Abril, de 1904

Abrão F. de
 Ferraz Michale
 Teste fani
 Gaspar de
 Teste fani



Contrato 5 - frente

190/1

Entre nos abaixo assignados, por uma parte Eberle Abramo, e por outra Angelo Branco tem-se feito o seguinte contracto.

Eu Eberle Abramo declaro que accetto na minha officina de foneleira o filho de Angelo Branco, de nome Costantino Branco obrigando-me a ensinar-lhe a arte de foneleiro sendo porem o aprendiz obrigado a ficar dezoito reizes (18) a contar da data desta na minha officina, sendo eu obrigado a dar de comer e dormir ao dicto aprendiz.

O aprendiz tem a obrigacão de obedecer as ordens do patrião e respeitá-lo como fosse seu pai durante todo o tempo da aprendizagem.

Si antes de terminar o tempo do contracto o aprendiz não trabalhar direito, isto é, por motivo grave tiver-se de ser despejado da officina não poderá seu pai reclamar indenzação alguma, e ainda será obrigado a pagar-me a despesa da comida e mais despesas que eu tiver feito por elle.

E eu Angelo Branco declaro que accetto este contracto obrigando-me por meu filho ao cumprimento do mesmo.

E por ser verdade nos partes mandamos passar o seguinte contracto

Contrato 5 - verso

particular que aceitamos e assignamos a
presença das testemunhas assignadas.

Cascios 1 Dezembro de 1904

Augusto de Souza
Antonio de Souza Testimonio
Armando de Souza Testimonia



Contrato 6 - frente

Entre nos abaixo assignado por
 uma parte Abramo Chertexia e
 por outra Lu^a Angela Tomasi
 temos entre nos feito o seguinte
 contracto como abaixo se declara.
 Nos Abramo Chertexia^o
 declaramos que aceitamos na nossa
 officina de ourivesaria o filho de
 Angela Tomasi de nome Ernesto Tomasi
 obrigando-nos de assignar-lhe a
 arte de ourives como as condições
 que este aprendiz more por o es-
 paco de tres annos, sendo nos
 obrigados a fornecer-lhe a comida e a
 passada em a nossa casa.

O aprendiz tem a obrigação de
 guardar as ordens dos patraes e
 prestar toda a obediencia como
 a seus genitores, durante todo o
 tempo que morara na nossa casa.

Se durante o tempo de
 aprendizagem o aprendiz não tiver
 de ser subgeito as ordens de nos
 patraes, e que tiver de ser despachado
 da officina a mãe do aprendiz sera
 obrigada de abandonar o patraes
 dos ensinho, e a despesa que os dictos
 tem feito com elle.

E eu Angela Tomasi declaro
 que aceto este contracto obrigandome
 por mee filho ao cumprimento das
 mesmas.

E por ser verdade nos

Contrato 6 - verso

passamos a presente escriptura que
assinhamos na presenca das
testemunhas com nos assinados

Cascavel
 10 de Maio 1905
 M. Magina
 E. Tornasi
 Ettore Pezzi
 Pietro Moxelin
 como testemunha



Contrato 7 - frente

1906. 1907. 1908

Entre nos abaixo assignados por
 uma parte Eberle Thomaz & Cia e por
 outra Albano Torresini, temos feito
 o seguinte contracto particular
 de aprendizagem como abaixo
 se declara. Nós Albano Eberle & Cia
 declaramos que aceitamos na
 nossa officina de enxerçaria e
fundição José Torresini filho de
 Albano Torresini com as condi-
 ções que o dicto aprendiz frequen-
 te a officina pelos espaços de dois
 annos ganhando o primeiro an-
 no 15\$ por m^o e o segundo
 25\$ 000\$ começando com
 a data de hoje. O aprendiz
 comerá e dormirá em casa
 de seu p^o e irá trabalhar
 na officina todos os dias de
 semana menos os domingos
 e dias santos. E eu Albano
 Torresini declaro que aceito o
 presente contracto obrigando-me
 por meu filho ad. comprimen-
 to das condições nelle impo-
 stas. E por ser verdade no p^oto
 mandamos passar a presente que
 aceitamos e assignamos a presença
 dos testamentos assignados. E
 o aprendiz q^oizer dahi auto-
 dos dois annos sera o p^o obri-
 gado a nos indemnizar da
 despesa que tivermos feito

Contrato 7 - verso

com ell
Cacia P. November 1905
Abram
Lang
Alban

Hand Pen Testimonial
Alexander Alberty

Contrato 8 - frente

Entre nos abaixo assignado por
 uma parte Abramo Chel e pelo
 por outra Carlo Sebastiani
 foi feito o seguinte contracto
 como abaixo se declara.

Eu Abramo Chel e meu filho
 aprendiz de mestre de
 funileiro e Loui Gioffredi Deba-
 stiani, filho de Carlo Sebastia-
 ni obrigando-se a aprender
 lhe a arte de funileiro com
 as condições que este aprendiz con-
 ce por espaço de tres annos na
 minha officina, sendo se obrigado a
 fornecer-lhe a comida e a pau-
 sada no qual caso

O aprendiz tem a obediencia de
 respeito ao ordens do patrio e pre-
 star-lhe toda a obediencia, co-
 mo se fosse a seu pai durante
 todo o tempo que durar na of-
 ficina.

De durante o tempo de aprendi-
 zagem o aprendiz não poderá
 se sujeitar ao ordens do patrio e
 que tiver de se despedir da
 officina, o pai do aprendiz sera
 obrigado a indemnizar o patrio do
 ensino e de despeza que tiver feita
 com o dicto aprendiz.

Eu Carlo Sebastiani declaro
 que assento este contracto, obrigando
 do meu filho ao aprendiz

Contrato 8 - verso

pagamento das condições nelle
 impostas
 e por sua vontade e para maior
 clareza e firmeza nos parts mar-
 deiros firmamos presente escriptura
 particular que se segue e assigna-
 mos a seguinte de testemunhas
 assignada

Cascaes 10 de Setembro de 1905

Edmundo de Sá
 Cabral

Maria Pizzi, Testemunha



Contrato 9 - frente

Entre nos abaixo assignados, por
 uma parte Abramo Berle & Cia, e
 por outra Battista Longhi temos
 feito o seguinte contracto, como a
 abaixo se declara.

Nos Abramo Berle & Cia declaramos
 que aceitamos na nossa officina
 de ourivesaria o Sr. Cesare Lon-
 ghi filho de Battista Longhi
 obrigando-nos de ensinar-lhe
 a arte de ourives, com a con-
 dicção que este aprendiz more por
 espaço de um anno na nossa
 officina, sendo nos obrigados a
 fornecer-lhe comida e pousada
 em nossa casa.

O aprendiz tem a obrigação de
 obedecer as ordens dos patrões, e
 fazer o que elles mandarem, duran-
 te todo o tempo que morar na
 officina, como se elles fossem seus
 paes.

Si durante o tempo de aprendizagem
 o aprendiz não se sujeitar
 ás ordens dos patrões, e que
 tiver de ser despedido da offi-
 cina, o pai do aprendiz será obri-
 gado de indemnizar os patrões do
 prejuizo e da despeza que os ditos
 tem feito com elle.

E eu Battista Longhi declaro
 que aceito este contracto, obri-
 gando-me por meu filho ao

Contrato 9 - verso

ao fiel cumprimento das condições
 e não nelle imposta
 E por ser verdade e para maior
 clareza e firmeza, mande
 nos fazer a presente escri-
 ptura particular, que aceite
 nos assignemos, ai presen-
 ca das testemunhas assi-
 gnadas.

Caxias 10 de Maio de 1906
 Luigi Giovanni Battista
 Abramo & C^{ia}
 Meais Testemunha

Contrato 10 - frente

Entre nos abaixo assignados por u-
ma parte Abramo Cherb. & Cia e por
outra Felice Rossi temos feito o sequin-
te contracto particular, como abaixo
se declara:

Nos Abramo Cherb. & Cia declaramos
que aceitamos na nossa officina
de ourivesaria o menino Donato
Rossi, filho de Felice Rossi, obligan-
do-nos a ensinar-lhe a arte de
ourives, com as condições que
este menino fique na nossa offi-
cina como aprendiz pelo espaço
de tres annos sendo nos obrigados
a fornecer-lhe a comida, lindo
dormir na sua casa, dando-lhe
nos mais a importancia de qua-
renta mil reis por anno.

O aprendiz tem a obrigação de
respeitar os ordens dos seus patrões
e prestar-lhes toda a obediencia,
como se fosse a seus pais, duran-
te todo o tempo que estiver na
officina.

Se durante o tempo de aprendi-
gem o aprendiz não se excesse
respeitar os ordens dos patrões, e
que por desobediencia ou outro
qualquer motivo grave, tiver
se de ser despachado da offi-
na, sera' obrigado o pai do apren-
diz a indemnizar-nos do enfi-
no e das despesas que tivermos

Contrato 10 - verso

feito com o sobredito aprendiz.
 E eu Felice Rossi declaro que
 aceito o presente contrato par-
 ticular, obrigando-me por meu
 filho, ao fiel cumprimento das con-
 dições nelle impostas.

Que for ver verdade, e para maior
 clareza e firmeza nas partes, con-
 tractantes, mandamos passar o
 presente contrato particular
 que aciteiros e assignemos
 na presença das testemunhas
 abaixo assignadas.

Parias 9 de Junho de 1906

Abraço a todos

Felice Rossi

Mario Lippi, testemunha
 Vicente Parria, ..

Contrato 11 - frente

Entre nos abaixo assignados, por u
ma parte Abramo Oberle e por ou
tra Emilia Hatti temos feito o seguinte
contracto particular, como abaixo se
declara:

Eu Abramo Oberle declaro que ac
ceto na minha officina de fusteiros
o menino Francisco Hatti, filho de
Emilia Hatti, obrigando-me de ensinar-
lhe a arte de fusteiros com as condic
oes que este menino fiquer na minha
officina como aprendiz pelo espaço de
trez annos sendo eu obrigado a forne
cer-lhe a comida vindo dormir na
sua casa, dando-lhe eu mais a
importancia de quarenta mil reis
por anno.

O aprendiz tem a obrigação de respeitar
as ordens do patrão e prestar-lhe toda
a obediencia como se fosse a sua mãe
durante todo o tempo que estiver na of
ficina.

Se durante o tempo de aprendizagem
o aprendiz não se quizerer sujeitar
as ordens do patrão e que por deso
bediencia ou outro qualquer motivo
grave, tiver de ser despachado da
officina, a mãe do aprendiz sera obri
gada a indemnizar o mestre do en
sino e da despesa que tiver feito com
o referido aprendiz.

Eu Emilia Hatti declaro que acceto
o presente contracto obrigando-me

Contrato 11 - verso

por meu filho Francisco Zatti, ao
 fiel cumprimento das condições nel-
 le impostas

Co por ser verdade e para maior
 clareza e firmeza nos parts con-
 tractantes mandamos passar o
 presente contracto particular, que
 acceptamos e assignamos a presença
 das testemunhas assignadas

Craxias 15 de Junho de 1906

o thamo

Arzo de *Francisco Zatti*, *Mario Paspi*



Pinabolo Bergamaschi, testemunha

Contrato 12 - frente

Entre nos abaixo assignado por
 uma parte Abrahamo Cerle e Cia e
 por outra Pietro Gallio temos
 feito o seguinte contracto parti-
 cular como abaixo se declara.

Nos Abrahamo Cerle e Cia decla-
 ramos que accitamos na nossa
 officina de ourivesaria o menino
 Antonio Gallio filho de Pietro
 Gallio obrigando nos a ensi-
 nar-lhe a arte de ourives, com
 as condições que este menino
 fique na nossa officina como
 aprendiz pelo espaço de tres annos
 sendo nos obrigado a fornecer-lhe
 a comida indo dormir na sua
 casa, dando-lhe nos mais a
 importancia de quarenta mil-
 reis por anno.

O aprendiz tem a obrigação de
 respeitar as ordens dos seus patro-
 es ou a quem as ditas assimhar
 director da officina, e prestar-lhes
 toda a obediencia como se fosse
 o seu pais, durante todo o
 tempo que estiver na officina.
 Se durante o tempo de apren-
 dizagem o aprendiz não se que-
 resse sujeitar as ordens dos patro-
 es, e que por desobediencia ou outro
 qualquer motivo grave tivesse
 de ser despachado da officina,
 sera obrigado o pai do aprendiz

Contrato 12 - verso

a endemizar-nos do ensino
e das despesas que tivermos
feito com o sobredito aprendiz.
E em Pietro Gallo declarou que
accepto as condições, empastando
neste contracto particular, obri-
gando-me por meu filho ao
ful cumprimento das condições
neste empastado.

E por ser verdade, e para maior
clareza e firmeza nas partes con-
tractantes mandamos passar
o presente contracto particular
que aceitamos e assignamos na
presença dos testemunhas abaixo
assignadas.

Caserta, 11 de Novembro 1906

Alvaro Gallo

Gallo

testemunhas Pietro Accolon

Willy J. Neussvitz

Contrato 13 - frente

Entre nos abaixo assignados por uma parte Abraham Cobeck & Cia e por outra Reel Caterina termos feito o seguinte contracto particular de aprendizagem por os abaixo se declarada:

Nos Abraham Cobeck & Cia declaramos que aceitamos na nossa officina de surruearia o menino Luiz Reel filho de Caterina Reel, obrigando nos a ensinar lhe a arte de surrue, com as condicoes que este menino fique na nossa officina como aprendiz pelo espaço de tres annos sendo nos obrigado a fornecer lhe a comida, tendo de dar no anno casa, dando lhe nos mais a importancia de quarenta mil reis por anno.

O aprendiz tem a obrigacao de respeitar as ordens dos seus patraes e prestar lhe toda a obediencia como se fosse a seus paes, durante todo o tempo que estiver na officina. Se durante o tempo da aprendizagem o aprendiz não se guizer sujeito as ordens dos patraes e que por desobediencia ou outro qual quer motivo grave tiver de ser despachado da officina, sera obrigado a pagar nos do ensino e das despesas que tivermos feitos com o aprendiz Caterina

Contrato 13 - verso

Reich declara que aceita e preen-
te contrato particular de aprendi-
zagem, obrigando-se por seu
filho ou filho emprimato das con-
dições nelle impostas.

E por seu parte para a execução
do e firmeza sua parte contractan-
te, mandamos pagar a presente de
claracão de contrato particular
que aceitamos e assignamos a pre-
sença das testemunhas abaxo as-
signadas.

Gracias para Marco de Noz
Abramo

Meyo de tempo Reich
Após de testemunhas

(Willy W. Reussvitz,

Yves Giovanni,

Contrato 14 - frente

Entre nós abaixo assignados por uma parte Abramo Echele e por outra Giuseppe Bottini assignamos o seguinte contracto particular que temos feito. Eu Abramo Echele, declaro que acito em minha officina de funilaria o filho de Giuseppe Bottini de nome Leo Bottini, obrigandome a ensinar-lhe a arte de Funileiro, sendo por em o mesmo obrigado a ficar pelo espaço de 3 annos (três annos), trabalhando na mesma officina, contando da data desta, sendo eu obrigado a dar-lhe comida e mais 4\$8000 (quarenta mil reis) por anno correspondente ao dormir em sua casa.

O aprendiz tem a obrigação de obedecer as ordens do patrão e respeitá-lo como se fosse o seu pai, durante o tempo que fica na officina.

Se por ventura, antes de terminar o tempo do contracto o aprendiz (Leo) não trabalhar direito, isto é, por motivo grave tiver de ser despedido da officina não poderá seu pai reclamar indenização alguma e será obrigado a pagar-me as despesas da comida e mais despesas que tiver eu feito com elle.

Eu Giuseppe Bottini declaro que acito o presente contracto obrigandome por meu filho ao cumprimento do mesmo e por ser verdade mandamos passar o seguinte contracto particular que acitamos e assignamos a presença dos testemu-

Contrato 14 - verso

mbas asignadas

Cacias, 26 de Marzo 1902
Ah... ..
Giuseppe Ballini



Como testamentos

Contrato 15 - frente

Entre nos abaixo assignados por
 uma parte Abramo Oberle of Comp^{to}
 e por outra Francisco Lani, se
 nos feito o seguinte contracto
 particular como abaixo se de-
 clara:

Nós Abramo Oberle of Comp^{to} decla-
 ramos que aceitamos na nossa
 officina de ourivesaria o meni-
 no Lino Lani, filho de Francis-
 co Lani, obrigando - nos a ensi-
 nar - lhe o officio, com as condi-
 ções que o mesmo menino fique
 na nossa officina, como apren-
 diz, pelo espaço de tres annos, sen-
 do - nos obrigados a fornecer - lhe
 a comida, vindo dormir na sua
 casa, dando - lhe nós mais a im-
 portancia de quarenta mil reis
 por anno.

O aprendiz tem a obrigação de
 respeitar as ordens dos seus pa-
 troes e prestar - lhes toda a obe-
 diencia, como se fosse a seus pa-
 es, durante todo o tempo que se
 conservar na officina.

Se durante o tempo de aprendi-
 gem o aprendiz não queresse su-
 jeitar as ordens dos patriões e que
 por desobediencia ou outro qual-
 quer motivo grave, tivesse de ser
 despachado da officina, sera' obli-

Contrato 15 - verso

gado o pae do aprendiz a inse-
 mizar-nos do ensino e das des-
 peras que tiver-mos feito com o
 sobredito aprendiz.

Eu Francisco Zani declaro que
 accetto o presente contracto par-
 ticular, obrigando-me por meo
 filho ao fiel cumprimento das
 condicções nelle impostas.

E por ser verdade e par maior
 clareza e firmeza nós partes
 contractantes, mandemos passar
 o presente contracto particular
 que accitemos e assignamos a
 presença das testemunhas abai-
 se assignadas.

Caxias, Junho de 1907.

Araújo & Cia

Francisco Zani

Testemunha: Pedro Macielin

" Ernesto Barbisan

Contrato 16 - frente

Entre nos abaixo assignados por uma parte
Abramo Eberle & Cia e por outra João Ba-
ptista Longhi, temos feito o seguinte
contracto particular como abaixo se
declara:

Nos abaixo assignados Abramo Eber-
le & Cia declaramos que acatamos
na nossa officina de ourivesaria o
menino Fabrice Longhi, filho de João
Baptista Longhi, obrigando-nos a
ensinar-lhe o officio com as
condições que o mesmo menino
fique na nossa officina pelo
espaço de dois annos, sendo nos
obrigados a fornecer-lhe a comi-
da e habitação para dormir na
nossa casa.

O aprendiz tem a obrigação de respei-
tar as ordens dos seus patrões e prestar
lhes toda a obediencia, como se fos-
se a seus pais, durante todo o tempo
que se conservar na officina.

Se durante o tempo de apren-
dizagem o aprendiz não quiser
se sujeitar-se as ordens dos pa-
trões e que por desobediencia ou
outro qualquer motivo grave tiver
se de ser despachado da officina,
será obrigado o pai do aprendiz
a indemnizar-nos do ensino e
das despesas que tivermos feito
com o sobredito aprendiz.

Eu João Baptista Longhi declaro que

Contrato 16 - verso

aceito e presente contracto particular, obrigando-me por meu filho ao fiel cumprimento das condições nelle impostas.

E por ser verdade e para maior certeza e firmeza nos partes con-
stantes em cada uma das passadas
presente contracto particular
que aceitamos e assignamos a
presença das testemunhas abas-
so assignadas

Caxias de P. Agosto de 1907

Abra. Perle e Cia
Lombardi artista



Testemunha

Francisco Teffy
Pietro Macellin

Contrato 17 - frente

Entre nos abaixo assignados por
 uma parte Abramo Cberle & Comp.^{ia}
 e por outra Francisco Balen, temos
 feito o seguinte contracto particu-
 lar como abaixo se declara:

Nos Abramo Cberle & Comp.^{ia} de-
 claramos que aceitamos na nos-
 sa officina de ourivesaria o rapaz
 Pietro Balen, filho de Francisco
 Balen, obrigando-nos a ensinar-
 lhe o officio, com as condicções
 que o mesmo rapaz fique na
 nossa officina pelo espaço de do-
 is annos dando-lhe nós a im-
 portancia de vinte mil reis por
 mez o primeiro anno e quaren-
 ta mil reis por mez o segundo
 anno, indo comer e dormir na sua casa.
 O rapaz tem a obrigação de re-
 spectar as ordens dos seus patrões
 e prestar-lhes toda a obediên-
 cia, como se fosse a seus pais,
 durante todo o tempo que se
 conservar na officina.

Se durante o tempo do contra-
 to não quizerse o sobredito ra-
 paz sujeitar-se ás ordens dos
 seus patrões e que por desobedi-
 encia ou outro qualquer mo-
 tivo grave tiverse de ser despa-
 chado da officina, sera obriga-
 do o pai do rapaz a inden-
 nizar-nos do ensino e das

Contrato 17 - verso

despesas que tivermos feitas com
o sobredito rapaz.

Eu Francisco Balen declaro que
aceito o presente contracto parti-
cular, obrigando-me por meu
filho, ao fiel cumprimento das
condições nelle impostas.

E por ser verdade e para maior
clareza e firmeza, nós partes
contractante mandamos pas-
sar o presente contracto par-
ticular que aceitamos e as-
signamos na presença das
testemunhas abaixo assi-
gnadas.

Cocia, 10 de Novembro de 1907



João Pezzi, testemunha

Contrato 18 - frente

Entre nós abaixo assignados por uma parte Abramo Eberle & Comp. e por outra Felice Rossi, temos feito o seguinte contracto particular como abaixo se declara.

Nós abaixo assignados Abramo Eberle & Comp. declaramos que accitamos na nossa officina de ourivesaria o filho do Sr. Felice Rossi de nome Giuseppe Rossi, obrigando-nos a ensinar-lhe o officio com as condições que o mesmo filho fique na officina, como aprendiz pelo espaço de dois annos, sendo nos obrigados a pagar-lhe 30\$000 reis (trinta mil reis) por mez o espaço do primeiro anno e 40\$000 reis (quarenta mil reis) por mez o espaço do segundo.

As despesas com comida e cama-lhe serão fornecidas em casa do seu pae, (Felice Rossi) e a custa do mesmo.

O aprendiz tem a obrigação de respeitar as ordens dos seus patroes e prestar-lhe toda a obediencia, como se fosse a seus pais, isto durante o tempo que está na officina. Se durante o tempo de aprendizagem o aprendiz não quizesse plegar-se ás ordens dos patroes e que, por desobediencia ou outro qual

Contrato 18 - verso

quer motivo grave tivesse de
 ser despachado da officina, sera
 obrigado o pai do mesmo a pagar
 a indemnizacão dos dias de ensi-
 no e das despesas que tivermos
 feito por elle.

Eu Felice Rossi declaro que
 accepto o presente contracto parti-
 cular, obrigandome pelo fiel
 cumprimento do meu filho e
 para as condicoes nelle impostas.
 E por ser verdade e por maior
 clareza e firmeza, nós partes
 contractantes mandamos passar
 o presente contracto particular
 que acceptamos e assignamos
 na presençia das testemunhas
 abaixo assignadas, assignando

Carrias, 2 de Maio de 1908
 Pro.  1908

Testemunha
 Eduardo Morele
 Pedro e Moelin

Contrato 19 - frente

Entre nós abaixo assignados por uma parte Abramo Chuler eia e por outra José Patti, temos feito o seguinte contracto particular como abaixo se declara.

Nos Abramo Chuler eia declaramos que aceitamos na nossa officina de ourivesaria o menino Luiz Patti, filho de José Patti, obrigando-nos de ensinar-lhe a arte de ourives com as condições que d'el' menino fique na nossa officina como aprendiz pelo espaço de tres annos, sendo-nos obrigados a fornecer-lhe a comida e a hospedagem na nossa casa.

O aprendiz tem a obrigação de respeitar as ordens dos seus patrões e prestar-lhe toda a obediencia como se fosse o seu pai durante todo o tempo que estiver na nossa officina. Se durante o tempo de aprendizagem o aprendiz não quizer sujeitar-se as ordens dos patrões e que por desobediencia, ou outro qualquer motivo grave, tiver de ser despachado da officina o pai do aprendiz José Patti, será obrigado a indenizar-nos o mesmo do ensino e das despesas que tivermos feito com o sobredito aprendiz. E em José Patti declara que aceita o presente contracto obrigando-me por meu filho Luiz Patti ao fiel cumprimento nelle importos.

Contrato 19 - verso

E por ser verdade e para maior
 clareza e firmeza nos partes contractas
 os mandamos passar o presente
 contracto particular que aceitamos
 e assignamos na presençia das tes-
 temunhas abaixo assignada

Caseras 30 de Abril de 1908

Thomé  em
 pres. 

Testemunhas Roberto Angelo
 " Pietro Moelín

Contrato 20 - frente

Entre nós abaixo assignados
por uma parte o Sr. Abramo Cherkocoff
e por outra Raphael Fedrizzi temos
feito o seguinte contracto particular,
como abaixo se declara.

Nós Abramo Cherkocoff & C^{ia} declaramos
que aceitamos na nossa officina
de ourivesaria o menino Antonio
Fedrizzi, irmão de Raphael Fedrizzi,
obrigando-nos de ensinar-lhe a arte
de ourives, com as condições que
diz. menino fique na nossa offi-
cina como aprendiz pelo espaço
de três annos, sendo-nos obrigados
a fornecer-lhe a comida, e não
dormir na sua casa, dando-lhe
nós mais a importância de
quarenta mil reis por anno.

O aprendiz tem a obrigação de
respeitar as ordens das patroães
e prestar-lhe toda a obediencia
como se fosse a seu pai durante
todo o tempo que estiver na nossa
officina.

Se durante o tempo de aprendizagem
o aprendiz não quizer sujeitar-se
as ordens das patroães, e que por des-
obediencia, ou outro qualquer motivo
grave, tiver de ser despachado da
officina, o irmão do aprendiz
Raphael Fedrizzi, será obrigado a
indenizar-nos o mesmo, de ensinar,
e das despesas que tivermos feito.

Contrato 20 - verso

com o sobredito aprendiz.
 E eu Raffaele Fedrizzi declaro
 que aceito o presente contracto
 obrigando-me por meu irmão
 Antonio Fedrizzi ao fiel cum-
 primento das condições nelle
 empiastras.

E por ser verdade e para
 maior clareza e firmeza nas
 partes contractantes mandamos
 passar o presente contracto
 particular que aceitamos e
 assignamos na presença das
 testemunhas abaixo assignadas

Caseras do Albaro 1908

Abraão Lube & Cia

Rafaela Fedrizzi

Com testemunha Sarucomi Gustavo de Suora

" Eduardo Mosole

1 de Maio de 1908

Contrato 21 - frente

Entre nós abaixo assignados
 por uma parte Estevão Chertoso
 e por outra Giovanni Pedron temos
 feito o seguinte contracto par-
 ticular como abaixo se declara.
 Nós Estevão Chertoso e C^{ia} declaramos
 que accitamos na nossa officina
 de funilario, o menino Estevão Pedro
 filho de Giovanni Pedron obrigando-
 no de ensinar-lhe a arte de funilario,
 com as condições que d^{to} aprendiz
 fique na nossa officina como apren-
 diz pelo espaço de tres annos,
 sendo-nos obrigados a fornecer-lhe
 a comida, inda dormis na sua
 casa, dando-lhe nos a quantia
 de quarenta mil reis por anno.
 O aprendiz tem a obrigação de
 respectar as ordens dos patrões, e pres-
 tar-lhes todas a obediencia como
 se fosse o seu pae durante
 todo o tempo que estiver na
 nossa officina.
 Se durante o tempo de apren-
 dizagem, o aprendiz não quizer
 sujeitar-se as ordens dos patrões,
 e que por desobediencia ou
 qualquer outro motivo grave,
 tiver de ser despachado de officina,
 o pae do aprendiz Giovanni
 Pedron será obrigado a enduizar-no
 de ensino, e das despesas que
 tivermos feito com o sobredito aprendiz.

Contrato 21 - verso

Eu em Giovanni Pedron declara
 que aceto o presente contracto
 obrigando-me por meu filho ~~Abame~~
 Pedron ao fiel cumprimento das
 condicões nelle empuestas.

Para ser verdade e para maior
 certeza e firmeza nas partes
 contractantes mandamos passar
 o presente contracto particular,
 que accettamos e assignamos na
 presença das testemunhas abaixo
 assignadas

Cascias, 14 de Maio de 1908.

Abame ~~Abame~~ Abame

Pedron ~~Giovanni~~ Giovanni

Como testemunha Eduardo Nogueira

" J. Pedroni Carlo

Contrato 22 - frente

Entre nós abaixo assinados
 por uma parte Abramo Oberle & Co.^{ia},
 e por outra João Menegatto, temos
 feito o seguinte contracto particular
 como abaixo se declara.

Nós Abramo Oberle & Co.^{ia} declaramos
 que aceitamos na nossa officina
 de ourivesaria o menino, Constante
 Menegatto, filho de João Menegatto,
 obrigando-nos de ensinar-lhe a arte
 de ourives, com as condições
 que dith menino fique na nossa
 officina como aprendiz pelo espaço
 de tres annos, sendo nós obrigados
 a fornecer-lhe a comida e a hospedagem
 na nossa casa.

O aprendiz tem a obrigação de
 respeitar as ordens dos patrões
 e prestar-lhe toda a obediencia
 como se fosse o seu pai durante
 todo o tempo que estiver na nossa
 officina.

Se durante o tempo de aprendizagem
 o aprendiz não quizer sujeitar-se
 as ordens dos patrões, e que por
 desobediencia, ou outro qualquer
 motivo grave, tiver de ser despachado
 da officina, o pai do aprendiz
 João Menegatto, será obrigado a
 indenizar-nos o mesmo, do ensino,
 e das despesas que tivermos feito
 com o sobredito aprendiz.
 E eu João Menegatto declaro que

Contrato 22 - verso

aceito o presente contracto obrigando-me por meu filho Constante Chenevotte ao fiel cumprimento das condições nelle impostas.

Para ser verdade e para maior clareza e firmeza nas partes contractantes mandamos passar o presente contracto particular que aceitamos e assignamos na presença das testemunhas abaixo assignadas

Caseras 10 de Junho 1908

Abraham Herli & Cia

João Chenevotte

Testemunhas Pietro Baccelli

Jose Ariol

Contrato 23 - verso

ser verdade e para mais certeza
e firmeza nas partes contractantes
mandamos passar o presente contra
o particular que a citemos e asse-
gnamos na presença das testemunhas
assignadas.

Casas de São Paulo de 1908
Craço de Giacomo D. Silva Willy. p. Peissvitz
e Abramo 

Testemunhas Angelo Paspetto
" " Luiz Corsetti
" " Eduardo Mosela

Contrato 24 - frente

Nos abaixo assignados, por uma parte, Abramo Eberle & C.^a e por outra, Antonio Haugatto, temos feito o seguinte contracto particular, por ajuste de aprendiz, com abaixo se declara:

Nos Abramo Eberle & C.^a declaramos que aceitamos na nossa officina de ourivesaria o aprendiz Alberto Haugatto, filho de Antonio Haugatto, obrigando-nos a ensinar-lhe a arte de ourives e outras artes a esta inherentes, com as condições delle ficar em o nossa officina como aprendiz, pelo espaço de tres annos, sendo-nos obrigados pagar-lhe a importância de vinte mil reis mensalmente em dinheiro pela comida, e mais ^{o tempo} para o mesmo dormir.

O aprendiz tem a obrigação de respeitar as ordens de seus patrões ou de quem por elles e prestar-lhes toda a obediencia passiva por todo o tempo que estiver na officina, isto é por todo o tempo estipulado no presente contracto.

Si durante o tempo de aprendizagem o aprendiz não respeitasse as ordens dos patrões e por sua desobediencia ou outro qualquer motivo grave tivesse de ser expellido da officina, o pae do aprendiz será obrigado indemnizar-nos pelo ensino e pelas despesas que tivermos contrahido para com elle, indemnização esta que será avaliada por peritos na materia e prestação de conta por parte dos patrões.

E eu Antonio Haugatto declaro que aceito as condições impostas-me

Contrato 24 - verso

pel presente contracto particular, obrigando-me por meu filho as supprime as condições descritas nesta escriptura.

E por ser verdade e para maior clareza e firmeza mandamos passar o presente contracto particular que aceitamos e assignamos á presença das testemunhas abaixo assignadas.

Caxias, 10 de Setembro de 1908

Abram... & Cia

Antonio... Mangatto

{ Testemunhas } Angelo Pasotto
Sebastião Brazo

Contrato 25 - frente

Contrato celebrado entre Abraham Eberle H. e Antonio Rizon, para o fim especial de por este admitido nos officios daquelle, na qualidade de aprendiz, como abaixo se declara.

Entre nos, Abraham Eberle H. e Antonio Rizon foi celebrada o presente Contrato para o fim de por este admitido nos officios daquelle, na qualidade de aprendiz, na qual se declara, de accordo com as clausulas seguintes:

1.º
Abraham Eberle H. obriga-se a receber, como aprendiz, em suas officinas, a Antonio Rizon, a quem encaminhar o officio de aprendiz.

2.º
O mesmo Abraham Eberle H. obriga-se a pagar a Antonio Rizon o salario diario de mil e quinhentos reis durante os primeiros nove mezes, contados da data do presente contrato, e o salario de doze mil reis durante os outros nove mezes que se lhe seguirem.

3.º
Antonio Rizon, por seu turno, obriga-se a fazer, na officina, como aprendiz, pelo prazo de duracao deste contrato.

4.º
O mesmo aprendiz Antonio Rizon obriga-se igualmente a cumprir todos os ordens de seus patrones ou de quem por elles seja na officina, prestando-lhes toda a obediencia devida aos superiores.

5.º
Si durante o tempo de aprendizagem o aprendiz Antonio Rizon não quizer sujeitar-se a os ordens dos seus superiores, de modo que incorra em desobediencia, perderá o contrato.

Contrato 25 - verso

qualquer outra falta grave vier a ser descobrida da officina, será obrigado a indemnizar aos Contractantes, o Sr. Theobaldo da Jurostancia Correspondente ao mesmo e de todos os despejos que com elle tiverem sido feitos.

67

Este Contracto vigorará pelo prazo de dez annos e mezes.
E para constar daõrão e se presunt Contracto que vai assignado pelas partes Contractantes e pelos testemunhos presunt os actos.

Cascaes, 10 de Outubro de 1908

o Sr. Theobaldo da Jurostancia

e Antonio Rigon



Com testemunhas: Eduardo Moosle
" Willy e Peissowitz

Contrato 26 - frente

Entre nas abaixo assignadas por uma parte Abramo Chelz & C.^{ia} e por outra Antonio Langhin temos feito o seguinte contracto particular como abaixo se declara.

Nas Abramo Chelz & C.^{ia} declaramos que accettamos na nossa officina de ourivesaria e fundicao o menino Giovanni Pissolatto, yunhado de Antonio Langhin, obrigando-nos de ensinar-lhe a arte de ourives e fundidor, com as condicoes que este menino fique na nossa officina como aprendiz pelo espacio de tres annos, sendo-nos obrigados de pagar ao dicto aprendiz mil e quinhentos reis por dia de trabalho, no primeiro anno, e dois mil e quinhentos reis por cada dia de trabalho, no terceiro anno.

O aprendiz tem a obrigacao de respeitar as ordens das patraes e prestar-lhe toda a obediencia como se fosse a seus paes, durante todo o tempo que estiver na officina.

Se durante o tempo de aprendizagem o dicto aprendiz, nao se queresse sujeitar-se as ordens das patraes e que por desobediencia, ou outro qualquer motivo grave, tivesse de ser despachado da officina, sera obrigado o yunhado de aprendiz Antonio Langhin a indenizar-nos do ensino e das despesas que tiver

Contrato 26 - verso

mas feito com o sabediho aprendiz
 e eu Antonio Langhin declaro que
 accetto o presente contracto particular
 obrigando-me por meu querubado ao fiel
 cumprimento das condicções nelle impostas
 e por ser verdade e para mais clareza
 e firmeza nas partes contractantes man-
 damos passar o presente contracto par-
 ticular que accettamos e assignamos
 a presença das testemunhas abaixo
 assignadas.

Casas 12 de Novembro de 1908

Abramo  & C.ª

Antonio Langhin

Testemunhas

Angelo Propetto
 Giovanni Syada

Contrato 27 - frente

Contracto, celebrado entre Abramo Eberle H.^{ca} e Luciano Martin para o fim especial de ser este admittido na officina daquelles na qualidade de aprendiz, como abaixo se declara.

Entre nós Abramo Eberle H.^{ca} e Luciano Martin foi celebrado o presente contracto para o fim de ser o mesmo Luciano Martin admittido como aprendiz na ourivesaria daquelles contractantes, de accordo com as clausulas seguintes:

1.^a
Abramo Eberle H.^{ca} obrigam-se a receber como aprendiz em sua officina o Luciano Martin, a quem ensinarão o officio de ourives.

2.^a
Os mesmos Abramo Eberle H.^{ca} obrigam-se a pagar a Luciano Martin o salario diario de mil e quinhentos reis durante os primeiros nove meses contados da data do presente contracto, e o salario de dois mil reis durante os outros nove meses que se lhes seguirem.

3.^a
Luciano Martin, por seu turno, obriga-se a ficar na officina como aprendiz pelo prazo de duracao deste contracto.

4.^a
O mesmo aprendiz Luciano Martin obriga-se igualmente a cumprir todas as ordens de seus patrones ou de quem suas veres fizer na officina, prestando-lhes toda a obediencia devida aos superiores.

5.^a
Si durante o tempo de aprendizagem o aprendiz Luciano Martin não quizer sujeitar-se ás ordens dos seus superiores, de modo que por essa desobediencia ou por qualquer outra falta grave vier a ser despedido da officina será obrigado a indemnizar aos contractantes Abramo Eberle H.^{ca} da importancia correspondente ao ensino e de todas as despesas que com elle tiverem sido feitas.

Contrato 27 - verso

6^o

Este contrato vigorará pelo prazo de dezito meses. E para constar lavrou-se este termo de contracto que vai assignado pelas partes contractantes e pelas testemunhas presentes ao acto

Caseras 28 de Junho de 1908

Abramo de Souza

Guiano Martins

Setembras

Yacé Azevedo
Cesarco Longhi



Contrato 28

Entre nos abaixo assignados por uma parte Obirama Oberle e Companhia, e por outra Onmedes Orioli firmos feitos o seguinte contrato particular como abaixo se declara.

Por Obirama Oberle e Companhia declaramos que aceitamos na nossa officina de succosaria, o irmão de Onmedes Orioli Bernardino Orioli, obrigando-nos de ensinar-lhe a arte de curivar, com as condições que este meninho fique na nossa officina como aprendiz, pelo espaço de tres annos, sendo nos obrigados a pagar-lhe \$207000, vinte mil e setecentos por mez, sendo obrigado Onmedes Orioli pagar-lhe a comida e a cama de dormir.

O dito Bernardino O. firm a obrigação de respeitar as ordens dos seus patrões e prestar-lhe todo a obediencia como se fosse os seus pais durante o tempo que estiver na officina.

Se durante o tempo de aprendizagem o aprendiz não quizerse sujeitar-se as ordens dos patrões, e que por desobediencia ou outra qualquer motivo grãe fôr despedido da officina, sera obrigado o irmão Onmedes Orioli de indemnizar-nos do ensino e dos despezas que firmamos feito com o sobredito aprendiz.

E o Onmedes Orioli declaro que aceita o presente contrato particular obrigando-se por sua parte ao fiel cumprimento das condições nelle impostas.

E por ser verdade e para maior clareza e firmeza nas partes contratantes mandamos fazer o presente contrato particular que aceitamos e assignamos e presencas das testemunhas abaixo assignadas.

Feito em São Paulo, Março de 1909

Onmedes Orioli

Obirama Oberle



Testemunhas

Repetto Augusto
Luciano Martini

Contrato 29 - frente

Então nos abaixo assignados por uma parte
Abraão Chule & CIA e por outra João Goppo
temos feito o seguinte contracto particular
como abaixo se declara.

Nos Abraão Chule & CIA declaramos que acci-
tamos na nossa officina de ourivesaria o menino
João Goppo filho de João Goppo obrigando-
nos de ensinar-lhe a arte de ourives
com as condições que este menino fique na nossa
officina como aprendiz pelo espaço de tres annos
sendo nos obrigados a pagar-lhe vinte mil
reis por mes, sendo obrigado seu pai a
fornecer-lhe a passada e a comida na sua
casa.

O aprendiz tem a obrigação de respectar
as ordens das seus patroes e prestar-lhe toda
a obediencia como se fosse a seus pais dur-
ante todo o tempo que estiver na officina.
Se durante o tempo de aprendizagem o aprendiz
não quizerse sujeitar-se as ordens das seus
patroes, e que por desobediencia, ou outra
qualquer motivo grave, fizesse de ser
despachado da officina, será obrigado o
pai do aprendiz a indenizar nos do en-
sino, e das despesas que tivermos feito
com o sobredito aprendiz.

E eu João Goppo declaro que accito
o presente contracto particular obrigando-me
por meu filho ao fiel cumprimento das
condições nelle impostas.

E para ser verdade e para maior clareza
e firmeza nos partes contractantes manda-
mos passar o presente contracto parti-

Contrato 29 - verso

cular que acitamos e assignamos
a presencia das testemunhas abaxo assignadas.

Cascaes 9 Maio de 1909

Alvaro de Castro
Luis de Faria



Testemunha

Benvenuto Romão

Domingo Couto

Contrato 30 - frente

Contracto celebrado entre Abraham Cherle & Cia e Giuseppe Perini para o fim de ser admitido na officina d'aquelles, na qualidade de aprendiz, seu filho Francisco Perini, como abaixo se declara.

Entre nós Abraham Cherle & Cia e Giuseppe Perini foi celebrado o presente contracto para o fim de ser Francisco Perini, filho de Giuseppe Perini, admitido como aprendiz na ourivesaria d'aquelles contractantes, de accordo com as clausulas seguintes:

^{1.ª}
Abraham Cherle & Cia obrigam-se a pagar a Francisco Perini o salario diario de mil e quinhentos reis durante os primeiros nove mezes da data do presente contracto, e o salario de dois mil reis durante os outros nove mezes que se lhes seguirão.

^{2.ª}
Os mesmos Abraham Cherle & Cia obrigam-se a receber como aprendiz em sua officina e mesma Francisco Perini, filho de Giuseppe Perini, a quem unirão o officio de ourives.

^{3.ª}
Giuseppe Perini por seu turno obriga-se por seu filho Francisco Perini para que esse fique como aprendiz pelo prazo de duração deste contracto.

^{4.ª}
O mesmo aprendiz Francisco Perini será igualmente obrigado cumprir todas as ordens de seus patrões ou de quem suas vezes fizer na officina, prestando-lhes toda a obediencia devida aos superiores.

Contrato 30 - verso

5ª

Si durante o tempo de aprendizagem o aprendiz Francisco Perini não quizer sujeitar-se ás ordens dos seus superiores, de modo que por essa desobediencia ou por qualquer outra falta grave vier a ser despedido da officina, será, e por de mais, o Sr. Giuseppe Perini, obrigado a indemnizar os contractantes Hieramo Teberle e Cia da importância correspondente ao ensino e de todas as despezas que com elle Francisco Perini tiverem sido feitas.

6ª

Este contracto vigorará pelo prazo de dezto. meses e para constar lavrou-se este termo de contracto que vai assignado pelas partes contractantes e pelas testemunhas presentes ao contracto

Caseras a 28 de Agosto de 1909

Hieramo Teberle e Cia

Giuseppe Perini



Testemunhas José Vivaldi
Pietro Macelin

Contrato 31 - frente

Contracto celebrado entre Abramo Eberle M^{ca} e Virgilio Peretti para o fim especial de ser este admittido na officina daquelles na qualidade de aprendiz, como abaixo se declara.

Entre Abramo Eberle M^{ca} e Virgilio Peretti foi celebrado o presente contracto para o fim de ser o mesmo Virgilio Peretti admittido como aprendiz na puriveraria daquelles contractantes, de accordo com as clausulas seguintes:

1^a
Abramo Eberle M^{ca} obrigam-se a receber como aprendiz em sua officina a Virgilio Peretti, a quem ensinarão o officio de puriver.

2^a
Os mesmos Abramo Eberle M^{ca} obrigam-se a pagar a Virgilio Peretti o salario diario de mil e quinhentos reis durante os primeiros nove mezes contados da data do presente contracto, e o salario de dois mil reis durante os outros nove mezes que se lhes seguirem.

3^a
Virgilio Peretti, por seu turno, obriga-se a ficar na officina como aprendiz pelo prazo de duração deste contracto.

4^o
O mesmo aprendiz Virgilio Peretti, obriga-se igualmente a cumprir todas as ordens de seus patrões, ou de quem suas vezes fizer na officina, prestando-lhes toda a obediencia devida aos superiores.

Contrato 31 - verso

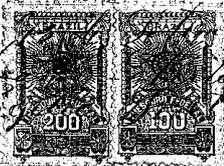
5

Si durante o tempo de aprendizagem o aprendiz Virgilio Peretti não quizer sujeitar-se as ordens dos seus superiores, de modo que por essa desobediencia ou por qualquer outra falta grave vier a ser despedido da officina sera obrigado a indemnizar aos contractantes Abramo Eberle N^o 16 da importancia correspondente as emsino e de todas as despesas que com elle tiverem sido feitas

6^a

Este contracto vigorará pelo prazo de deztois meses. E para constar lavrou-se este termo de contracto que vai assignado pelas partes contractantes e pelas testemunhas presentes ao acto

Caseras
Eberle
Peretti



Testemunhas
Rossetto Edmundo

Contrato 32 - frente

Contracto celebrado entre Adriano Ghelardi e Baptista Tomasoni para o fim especial de se admitto na officina d'aquelle o seu sobrinho, Frederico Perottari, na qualidade de aprendiz, como abaixo se declara.

Entre nós Adriano Ghelardi e Baptista Tomasoni foi celebrado o present contracto para o fim de se admitto na officina d'aquelle o seu sobrinho, Frederico Perottari, na qualidade de aprendiz, como abaixo se declara.

^{1ª}
Adriano Ghelardi obriga-se a receber como aprendiz, em sua officina, a Frederico Perottari a quem ensina o officio

^{2ª}
Os mesmos Adriano Ghelardi, obriga-se a pagar a Frederico Perottari o salario diario de mil e quinhentos reis durante os primeiros nove meses, contados da data do present contracto, e o salario de dois mil reis durante os outros nove meses que se lhos requirem

^{3ª}
Baptista Tomasoni, por seu turno, obriga-se igualmente por seu sobrinho Frederico Perottari para que este cumpra todas as ordens de seus paes ou de quem podes supor fizer na officina, prestando-lhes toda a obediencia devida aos seus superiores

Contrato 32 - verso

5ª

Si durante o tempo de aprendizagem o aprendiz
 Frederico Perottini não quizer sujeitar-se ás ordens
 de seus superiores, de modo que por essa desobe-
 diência ou por qualquer outra falta grave vier
 a ser despedido pela officina, será, o tio do mesmo
 aprendiz, Baptista Tomasoni, obrigado a
 indemnizar ao contractante, Adriano Gale-
 fcia, pela importancia correspondente ao es-
 pino e de todas as despesas que com esse
 aprendiz tiverem sido feitas.

6ª

Este contracto vigorará pelo prazo de dez annos
 mais. E para constar lavrou-se este termo
 de contracto que vai assignado pelas partes
 contractantes e pelas testemunhas presentes
 no acto.

Cascias, 14 de Março de 1910

Adriano Galefcia

Tomasoni Baptista



Testemunhas Pedro Favetti
 Viero Giovanni

Contrato 33 - frente

Entre nos abaixo assignados por
 uma parte a Thome Chule e c. e
 por outra Celestino Fadanelli temos
 feito o seguinte contracto particular
 como abaixo se declara.

© Nos Thome Chule e c. declaramos
 que accetamos na nossa officina de
 ourivesaria o jovem Fortunato Fadanelli
 filho de Celestino Fadanelli, obrigando-
 no de ensinar-lhe o arte de ourives, com as
 condicoes que esta rapaz fi. que na nossa
 officina como aprendiz pela espace de dois
 annos, sendo nos obrigadas a fornecer-
 lhe a comida e pasada em nossa casa.

© aprendiz tem a obrigacoe de respeitar
 as ordens dos seus patraes ou a quem os
 duto assenhar director da officina, e
 prestar-lhe toda a obediencia como se
 fosse a nos paes durante todo o tempo
 que estiver na nossa officina.

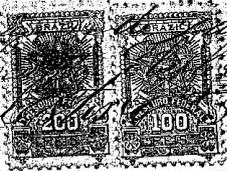
Se durante o tempo de aprendizagem o
 aprendiz não se queresse supertar as
 ordens dos seus patraes, e que por deso-
 bediencia ou outro qualquer motivo
 grave, tivesse de ser despachado de offi-
 cina sera obrigado o pai do aprendiz
 a indemnizar nos do ensino e de todas as
 despesas que tivermos feito com o sube-
 dicto aprendiz.

E eu Celestino Fadanelli declaro que
 accetto as condicoes empertome neste
 contracto particular, obrigando-me
 ao fiel cumprimento das condicoes

Contrato 33 - verso

nella emportar.
 E por ser verdade, e para maior clareza
 e firmeza nos partes contractante man-
 damos passar o presente contracto parti-
 cular, que acostamos e assignamos a
 presença dos testemunhas abaixo assignadas

Cascaes, 10 de Janeiro de 1911
 O Sr. *[Signature]*
 O Sr. *[Signature]*
 O Sr. *[Signature]* Fadanelli



Contrato 34

Entre nós abaixo assignados por uma parte
Abraão Hebe Hebe e por outra Francisco Adami temos feito
o seguinte contracto particular como abaixo se declara:

Nós, Abraão Hebe Hebe, declaramos que accitamos na nossa
officina de Curvatura o menino Alfredo Adami, filho de
Francisco Adami, obrigando-nos de ensinar-lhe a arte de
curvir com as condições que o mesmo menino exigiu em
nossa officina como aprendiz pelo espaço de tres annos
sendo nos obrigados de pagar-lhe vinte mil reis por mez
do segundo e ultimo anno, não ganhando, portanto, nada
durante o primeiro anno, e devendo o pai despendido aprendiz
fornecer-lhe a posada e a comida na sua casa.

O aprendiz tem a obrigação de respeitar as ordens dos seus
patroes e prestar-lhes toda a obediencia como se fossem elles
os seus paes durante todo o tempo que estiver na officina.

Se durante o tempo de aprendizagem o aprendiz não
quiser sujeitar-se ás ordens de seus patroes, e que por
desobediencia ou outro qualquor motivo grave, tiver de
ser despachado da officina, será obrigado o pai do apren-
diz a indemnizar-nos do ensino e das despesas que tí-
vermos feito com o supricitado aprendiz.

Nós Francisco Adami, declaro que accitei o me-
sente contracto particular, obrigando-me por meu filho
ao fiel cumprimento das condições nelle impostas.

E por ser verdade e para maior clarezza e firmitude nas
partes contractantes mandamos passar o presente contracto
particular que accitamos e assignamos á presença das
testemunhas abaixo assignadas.

Curitiba, 3 de julho de 1911

Abraão Hebe Hebe

Francisco Adami

Testemunhas presentes: Rogério Hebe Hebe

Pedro Lunardou

Contrato 35

Entre nós abaixo assignados, por uma parte Abramo Hebe & Cia, por outra Moestari Luciano, de Tucuruá, ambos fidei e seguintes contracto particular como abaixo se declara:

Nos abaixo assignados, Abramo Hebe & Cia, declaramos que accetamos na nossa officina de encadernação e mimino Moestari Lucide, filho de Sr Moestari Luciano, obrigando nos a ensinar-lhe o officio de fundidor, com as condições que e mesmo mimino fiquem na nossa officina, como aprendiz, pelo espaço de tres annos, sendo nos obrigados a formar-lhe a comidat e camada em nossa casa.

O aprendiz tem a obrigaçã de respeitar as ordens de seus patrões e prestar-lhe toda a obediencia como se fosse a seus paes, durante todo o tempo que se conservar na officina:

Si durante o tempo de aprendizagem, o aprendiz não quizer sujeitar-se ás ordens dos patrões e que por desobediencia ou outro qualquer motivo grave, tivesse de ser despedido da officina, será obrigado o pai do aprendiz a indenizar a parte, Abramo Hebe & Cia, das despesas e de ensino que tivermos feito com o referido aprendiz.

Eu Moestari Luciano, declaro que accito o presente contracto particular, obrigando-me por meu filho ao fiel cumprimento das condições nelle impostas.

E por ser verdade e por não haver duvida, nós partes contractantes, mandamos passar o presente contracto particular que accetamos e assignamos na presença das testemunhas abaixo assignadas, assignando a rego de Luciano Moestari, por não saber escrever, Cesar Longhi

Casqueiro, em 10 de Maio, de 1912
 Dura & Cia
 Gregório de morais Luciano Cesar Longhi
 Sr. testemunha Pedro Amador
 Francisco Triches